

Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba

Fundado em 1967 - Bicentenário de Piracicaba

Patrono: Prudente de Moraes

IHGP
Revista
nº 16



2009

IHGP
REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA

ANO XVI – NÚMERO 16

CUMPRINDO A LEI MUNICIPAL Nº 2.160,
DE 18 DE DEZEMBRO DE 1974, EDITA O VOLUME:

REVISTA Nº 16 DO ANO 2009

APOIO:
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA

E

SECRETARIA DE AÇÃO CULTURAL



PIRACICABA
Prefeitura do Município
Ação Cultural
Secretaria Municipal

COPYRIGHT © 2009 IHGP
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AO IHGP

FICHA CATALOGRÁFICA

IHGP - REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA. [PUBLICADA COM] APOIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA E SECRETARIA DE AÇÃO CULTURAL. - PIRACICABA, ANO I, N.1, 1991.

ANO XVI, N. 16, 2009.

DIRETORIA (2009-2010)

ISSN: 0103-9482

I. PIRACICABA - HISTÓRIA E GEOGRAFIA - PERIÓDICOS. I. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA. II. PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA. III. SECRETARIA DE AÇÃO CULTURAL

CDU – 9 (816.12Pi)

COMISSÃO EDITORIAL

FÁBIO FERREIRA COELHO BRAGANÇA
FRANCISDO DE ASSIS FERRAZ DE MELLO
GUSTAVO JACQUES DIAS ALVIM
MARLY THEREZINHA GERMANO PERECIN
VÍTOR PIRES VENCOVSKY

EQUILÍBRIO EDITORA

IMPRESSÃO

PRINTFIT SOLUÇÕES

FICHA CATALOGRÁFICA

ROSANGELA APARECIDA LOBRO (CRB8 – 7500)

CRÉDITOS

CAPA

VÍTOR PIRES VENCOVSKY

FOTO DA CAPA

ACERVO ICONOGRÁFICO DO IHGP

FOTO DA CONTRACAÇA

VÍTOR PIRES VENCOVSKY



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA

CNPJ: 50.853.878.0001-48

RUA DO ROSÁRIO, 781 – CENTRO

13400-183 – PIRACICABA – SP – BRASIL

E-MAIL: IHGP@IHGP.ORG.BR — SITE: WWW.IHGP.ORG.BR

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA

DIRETORIA (2008-2010)

PRESIDENTE

PEDRO CALDARI

VICE-PRESIDENTE

MARLY THEREZINHA GERMANO PERECIN

1º SECRETÁRIO

WALDEMAR ROMANO

2º SECRETÁRIO

TOSHIO ICIZUCA

1º TESOUREIRO

VITOR PIRES VENCovsky

2º TESOUREIRO

JOÃO UMBERTO NASSIF

ORADOR

GUSTAVO JACQUES DIAS ALVIM

DIRETOR DE ACERVO

FRANCISCO DE ASSIS FERRAZ DE MELLO

SUPLENTE

ELIAS SALUM

NOEDI MONTEIRO

RENATO LEME FERRARI

CONSELHO FISCAL

ANTÔNIO ALTAFIN

ANTÔNIO CARLOS NEDER

GERALDO CLARET DE MELLO AYRES

SUPLENTE – CONSELHO FISCAL

FLÁVIO RIZOLLO

TIMÓTHEO JARDIM

Sumário

7

ILUSTRES CONFRADES E CAROS LEITORES DA REVISTA DO IHGP

Pedro Caldari

9

RESOLUÇÃO

Pedro Caldari

21

RESENHA 2008 – 2009

27

CICLO DE PALESTRAS

29

RELAÇÃO DOS LIVROS E REVISTAS DO IHGP

31

ESTEVA M RIBEIRO DE SOUZA REZENDE (BARÃO DE REZENDE)

Pedro Caldari

53

ACERVO ICONOGRÁFICO DO IHGP

Organização: Vitor Pires Vencovsky

59

A IGREJA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS – IGREJA DOS FRADES

João Umberto Nassif

71

DE ESCRAVA A FIDALGA
FRANCISCA DA SILVA, A CHICA QUE MANDA
Hugo Pedro Carradore

81

MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO
COR DA PELE: FATOR DE DIVISÃO DE CLASSES
Hugo Pedro Carradore

95

A HISTÓRIA DOS SÍMBOLOS PAULISTAS
Tiago José Berg

105

O OESTE PAULISTA E A GUERRA DO AÇÚCAR (1842)
Marly Therezinha Germano Percin

143

O PRIMEIRO CONSTRUTOR DO TEATRO SANTO ESTEVAM
Guilherme Vitti

165

A CANA-DE-AÇÚCAR E AS CRISES
Pedro Caldari

197

ANTÔNIO GALDI FILHO
Marcos Galdi
Francisco de Assis Ferraz de Mello

199

A INSTALAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DA JUSTIÇA DO REINO EM PIRACICABA: CÂMARA,
CADEIA E PELOURINHO
Fábio Ferreira Coelho Bragança

231

INDÚSTRIAS ANEXAS
José Stipp Netto

Ilustres confrades e caros leitores da Revista do IHGP

*Pedro Caldari**

Quero cumprimentar a todos e agradecer as importantes colaborações recebidas, que integram a presente edição, comprovando o sucesso da nossa Revista ao longo dos quarenta e dois anos de funcionamento do Instituto.

O IHGP vem cumprindo as suas finalidades estatutárias, em uma mostra clara de que se pode atingir os objetivos culturais, mesmo com escassos recursos financeiros, graças ao trabalho e a dedicação daqueles que o compõem. Isso só foi possível com trabalho organizado e disciplinado, transparente e democrático.

O IHGP mantém as suas portas abertas a todos os associados e ao povo piracicabano, principalmente aos pesquisadores e ao público estudantil da cidade, dedicando a estes, em especial, cursos e palestras pré-agendados na sede social.

Saudações Cordiais

* Presidente do IHGP 2008/2010

Resolução

*Pedro Caldari**

EMENTA: Cria a Comissão de Publicações, estabelecendo seus objetivos, composição, competência e demais regras para o seu funcionamento.

A Diretoria Executiva do Instituto Histórico e Geográfico (IHGP), “ad-referendum” da Assembléia dos associados,
CONSIDERANDO:

I – a necessidade de melhor cumprir as finalidades prescritas no art. 2º do Estatuto Social;

II - que a política editorial do IHGP decorre do seu compromisso de publicar livros e a revista da entidade, abrindo espaços para a divulgação da produção cultural e científica de associados, bem como de especialistas, devidamente reconhecidos pela dedicação à pesquisa e ao estudo de temas no campo da história, geografia, antropologia, sociologia e outras áreas afins que se enquadrem nos escopos institucionais;

III – que, para tanto, é fundamental e imprescindível a regulamentação dos procedimentos relacionados a essa atividade;

* Presidente do IHGP

DECIDE instituir, em caráter permanente, a Comissão de Publicações, bem como estabelecer a sua competência e funções, conforme a regulamentação constante desta norma.

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º. A Comissão de Publicações do IHGP tem como objetivos:

I – incentivar a produção de livros sobre temas relacionados com as finalidades do IHGP;

II – estimular os associados do IHGP e outros autores a produzirem artigos para a revista da instituição;

III – coordenar a edição da revista do IHGP;

IV - fazer a divulgação dos livros e da revista;

V – propor a publicação de folhetos, boletins informativos, relatórios e outros impressos, sugerindo o texto, ilustrações, formato, tiragem, processo de impressão e outras informações necessárias; .

VI – manter exposições, permanentes ou ocasionais, com a finalidade de facilitar à comunidade o conhecimento das publicações do IHGP.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º. A Comissão de Publicações é composta de 5 (cinco) membros, escolhidos dentre os associados do IHGP, dos quais um é designado coordenador, nomeados pelo Presidente do Instituto, de acordo com o art. 16, inciso IX dos Estatutos.

§ 1º. O presidente do IHGP é membro *ex-officio* da Comissão de Publicações.

§ 2º. Nas deliberações, o coordenador tem direito a voto e, no caso de empate, ao voto de minerva.

Art. 3º. O mandato do membros da Comissão de Publicações coincide com o da Diretoria Executiva, podendo, no entanto, ser demitido “*ad nutum*” e imediatamente substituído por outro associado.

Parágrafo único: Se o membro da Comissão de Publicações faltar a 3 (três) reuniões consecutivas, o Presidente do IHGP deve destituí-lo e fazer a nomeação de outro associado para substituí-lo na função.

CAPÍTULO III DAS REUNIÕES

Art. 4º. A Comissão de Publicações reúne-se sempre que convocada pelo seu coordenador ou pelo presidente do IHGP.

§1º. As reuniões só serão realizadas com a presença de, no mínimo, 3 (três) membros com direito a voto.

§ 2º. As deliberações são aprovadas pelo voto favorável da maioria dos presentes.

CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA

Art. 5º. Compete à Comissão de Publicações:

I – formular e propor a política editorial do IHGP, submetendo-a à Diretoria Executiva do IHGP, para aprovação;

II - propor o plano anual de atividades do IHGP, no que tange a publicações, deliberando sobre a aceitação de originais;

III - planejar as edições, conforme a periodicidade da revista, zelando pelo seu cumprimento;

IV - propor a tiragem das edições, bem como definir e administrar a cota a ser destinada às permutas ou doações;

V – receber, selecionar, analisar, avaliar e dar parecer sobre os originais de livros e artigos para a revista do IHGP, enviados para publicação, observadas as normas estabelecidas;

VI – escolher, a seu critério, se necessário, especialistas para, na condição de consultores externos, darem parecer, a partir da orientação editorial, sobre originais enviados para publicação, com o intuito de aprimorar a avaliação sobre o mérito do material a ser publicado;

VII – supervisionar os trabalhos de edição, editoração, revisão e impressão das publicações;

VIII- buscar o aprimoramento dos processos gráfico-editoriais das publicações:

IX – fazer o registro escrito dos trabalhos realizados nas suas reuniões, quanto à pauta, frequência dos membros, decisões tomadas e outras informações que julgar necessárias, assinado pelos presentes, enviando-o para conhecimento e apreciação do presidente do IHGP;

X – apresentar, anualmente, relatório de suas atividades, à Presidência do IHGP.

§ 1º. Se houver recurso por parte de quem se sinta prejudicado por deliberação ou parecer da Comissão de Publicações, cabe à Diretoria Executiva a decisão final.

§ 2º. A Diretoria Executiva, por iniciativa do presidente ou de diretor do IHGP pode decidir sobre a inclusão ou não do título ou artigo na produção editorial do IHGP.

§ 3º. Os pareceres da Comissão de Publicações e as decisões da Diretoria Executivas, nos casos referidos nos § 1º e 2º, são sigilosos.

Art. 6º. A execução do processo de publicação, no que tange à escolha de fornecedores e prestadores de serviço, avaliação e julgamento de propostas, bem como a respectiva contratação comercial é da competência da Diretoria Executiva.

CAPÍTULO V CRITÉRIOS PARA PUBLICAÇÃO

Art. 7º. Os critérios para aceitação de originais de livros ou de artigos para publicação são os seguintes:

I – os textos devem ser inéditos, vedado o seu encaminhamento simultâneo para publicação por outra organização, qualquer que seja a natureza desta;

II – interesse do IHGP e adequação ao escopo da sua política editorial;

III – qualidade e rigor científicos, bem como relevância social, atestados pela Comissão Especial de Publicações, mediante processo sigiloso de avaliação por parte de seus membros, ou, se necessário, com a participação de consultores especialistas, especialmente convidados, não remunerados, cujos nomes não serão divulgados,

IV – aceitação e cumprimento das normas para publicação, constantes desta resolução;

V – avaliação final positiva por parte da Diretoria Executiva do IHGP;

VI – uma vez aprovado e aceito o texto, cabe ao IHGP a exclusividade de sua publicação.

Parágrafo único: Tanto para a publicação de livros como de artigos na revista, a Comissão de Publicações privilegia trabalhos de associados do IHGP.

CAPÍTULO VI PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 8º. Na análise para a aceitação de um texto serão observados os seguintes princípios gerais:

I – podem ser exigidos aperfeiçoamentos de conteúdo, indicados no processo de avaliação, e o texto pode sofrer alterações editoriais (reparagrafações, correções gramaticais, adequações estilísticas e editoriais) como resultado da edição ou revisão do texto;

II – não há remuneração dos autores pelos seus trabalhos;

III – o autor de cada livro recebe gratuitamente 10% (dez por cento) da tiragem da edição;

IV – o autor pode ainda comprar outros exemplares com desconto de 50% (cinquenta por cento) do preço de capa, no caso de serem vendidos;

V – o texto original, tanto de livro como de artigo para a revista, deve ser encaminhado ao IHGP, acompanhado de ofício assinado pelo autor, do qual constem a cessão dos direitos autorais para publicação e a concordância com os termos da presente resolução, bem como de breve currículo do autor e, no caso de livro, uma síntese do mesmo de, no máximo, uma lauda;

VI – em relação ao livro, este deve ter: folha de rosto com o título completo e nome do autor; Apresentação; Sumário;

Introdução; Capítulos; Conclusão, Referências Bibliográficas e também, se tiver, os Anexos (planilhas, tabelas, reproduções de documentos etc.) que devem estar dispostos ao longo do texto, nos trechos a eles referentes;

VII – os seguintes elementos devem constar da estrutura dos textos de artigo para a revista, como identificação:

1. título (e sub-título, se for o caso), que deve ser conciso e indicar claramente o conteúdo do texto;
2. nome do autor;
3. menção de apoio, subvenção ou financiamento recebidos;
4. resumo e palavras-chaves, no caso de revista;
5. resumo indicativo e informativo, em português, em torno de 500 caracteres;
6. texto, que deve ter introdução, desenvolvimento e conclusão; a eventual criação de entre títulos para o seu trabalho, que devem ser grafados em letras minúsculas e não numerados;

VIII. quanto à documentação, tanto de livros como de artigos para a revista, deve ser observado o seguinte padrão:

1. as notas explicativas serão dispostas no rodapé, remetidas por números sobrescritos no corpo do texto;
2. a citação bibliográfica, com até 3 linhas, deve vir no bojo do parágrafo, destacada por aspas (e não em itálico), após as quais um número sobrescrito remeterá à nota de rodapé com as indicações do sobrenome do autor, ano da publicação e página onde se encontra a citação. (as informações completas irão compor as Referências Bibliográficas, ao final do livro);

3. a citação bibliográfica, igual ou maior a 4 linhas, deve ser destacada em parágrafo próprio com recuo de 4 centímetros da margem esquerda do texto (sem aspas) e separado dos parágrafos anterior e posterior por uma linha a mais; ao final da citação, um número sobrescrito remeterá à nota de rodapé, indicando o sobrenome do autor, ano da publicação e a página em que se encontra esta citação;
4. mais de uma citação de um mesmo autor, após a primeira citação completa, deve introduzir a nova obra da seguinte forma: _____, título, cidade, editora, data;
5. os livros devem ser citados da seguinte maneira: sobrenome, n.a. (nomes do autor abreviados, sem espaçamento entre eles; nomes de até 2 autores, separar por "&"; quando houver mais de 2, registrar o primeiro deles seguido da expressão "et al."). Título: subtítulo. Cidade: Editora, ano completo, volume (ex.: v. 2). [Não deve constar o número total de páginas];
6. os periódicos devem ser citados assim: nome do periódico. Cidade. Órgão publicador. Entidade de apoio (se houver). Data;
7. no caso de artigos de revista, cita-se: sobrenome, N. A. Título do artigo. Título da revista, cidade, volume (número/fascículo): páginas incursivas, ano;
8. no caso de artigos de jornal, deve ser citado da seguinte forma: sobrenome, N.A. Título do artigo, título do jornal, cidade, data, seção, páginas, coluna;
9. obra sem autor definido deve ser registrada assim: título, edição, cidade, data;
10. as dissertações e teses devem ser registradas assim: autor. Título: subtítulo. Ano de apresentação. Número de folhas

ou volumes. Categoria (grau e área de concentração). Instituição, local;

11. as fontes eletrônicas e arquivos virtuais devem ter a sua documentação composta do seguinte conteúdo, quando disponíveis:

- a) sobrenome e nome do autor;
- b) título completo do documento (entre aspas);
- c) título do trabalho no qual está inserido (em itálico);
- d) data (dia, mês e/ou ano) da disponibilização ou da última atualização;
- e) endereço eletrônico (URL) completo (entre parênteses angulares: data de acesso;

12. as ilustrações (tabelas, gráficos, desenhos, mapas e fotografias) necessárias à compreensão do texto devem ser numeradas seqüencialmente com algarismos arábicos e apresentadas de modo a garantir uma boa qualidade de impressão. Precisam ter título conciso, grafados em letras minúsculas. As tabelas devem ser editadas na versão Word 6 ou 7, lembrando-se que sua formatação necessariamente precisa estar de acordo com as dimensões do livro. Devem vir inseridas nos pontos exatos de suas apresentações ao longo do texto. As tabelas não devem ser muito grandes e nem ter fios verticais para se separar colunas. As fotografias devem ser em preto e branco, sobre papel brilhante, oferecendo um bom contraste e um foco bem nítido. Gráficos e desenhos devem ser incluídos nos locais exatos do texto. No caso de aprovação para publicação, eles precisarão ser enviados em CD, e necessariamente em seus arquivos originais (por exemplo, em Excel, CorelDraw, PhotoShop, PaintBrush etc.) em separado. As ilustrações (tabelas, gráficos, desenhos, mapas e fotografias) necessárias à compreensão do texto devem ser numeradas seqüencialmente com algarismos arábicos e apresentadas de modo a garantir uma boa qualidade de impressão;

13. das Referências bibliográficas, ao final do texto, devem constar os demais complementos (nome completo do autor, nome da obra, cidade, editora, ano de publicação etc.) seguindo o padrão acima. A lista de fontes (livros, artigos etc.) que compõe as referências bibliográficas deve aparecer no final do texto, em ordem alfabética pelo sobrenome do autor e sem numeração.

Parágrafo único: Para tirar dúvidas e obter regras, aqui não explicitadas, devem ser consultadas as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 9º. Para apresentação, os textos devem ser digitados no editor de texto Word, em espaço 1,5, corpo 12, em papel branco, não transparente e de um lado só da folha.

Art. 10. São as seguintes as etapas de encaminhamento dos textos:

1. apresentação de 3 (três) cópias, para submissão à Comissão de Publicações e a eventuais consultores, constando de uma delas os dados completos do autor e nas outras duas apenas o título da obra (sem identificação);
2. se aprovado para publicação, o texto deve ser reapresentado à Comissão de Publicações já com as devidas alterações eventualmente sugeridas por esta, em uma via em papel e outra em CD, com arquivo gravado no formato Word, e acompanhadas, se for o caso, de gráficos e desenhos e suas respectivas cópias eletrônicas em linguagem original;
3. após a editoração, o autor recebe uma prova para análise e autorização de impressão.

§ 1º. Em casos especiais, a critério da Diretoria Executiva, esta pode autorizar, excepcionalmente, a suspensão ou substituição de um ou mais princípios referidos no “caput” deste artigo, desde que devidamente justificado.

§ 2º. Todos os originais não aceitos ou não aprovados serão devolvidos aos respectivos autores.

§ 3º. O autor será informado do andamento do processo de seleção, sendo-lhe devolvido seus textos originais.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11. Qualquer associado ou pessoa interessada pode sugerir títulos ou encaminhar originais.

Art. 12. As publicações são mantidas por:

I – dotações orçamentárias;

II – receitas resultantes das atividades do IHGP;

III – recursos provenientes de convênios e contratos, auxílios e doações;

IV – outras verbas não especificadas.

Art. 13. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo presidente do IHGP, que, para tanto, pode se valer da assessoria da Comissão de Publicações.

Art. 14. Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Piracicaba, 28 de março de 2009.

Resenha 2008 - 2009

Prezado companheiro, membro do IHGP. Saudações.

Cumprimentâmo-lo respeitosamente. Temos por objetivo informá-lo e sensibilizá-lo se possível, sobre as atividades do Instituto.

1. Os Estatutos Sociais, com importantes novas disposições – admissão de associados e suas diferentes categorias, demissão, novas comissões e Conselho de Ex-Presidentes – foram aprovados pela Assembléia Geral Extraordinária de 28/03/2009; exemplares estão disponíveis na Secretaria Geral e também no site www.ihgp.org.br.
2. Ciclo de Palestras: sempre no último sábado de cada mês, às 9h30, na sede social, Rua do Rosário, 781, no período da manhã. Traje passeio e frequência franqueada ao público. Para o associado a presença é condição estatutária. O sucesso das já realizadas, desde 2008, muito tem contribuído cultura histórica e causas piracicabanas. Prestígio o IHGP e sintase também prestigiado pela dedicação de seus companheiros palestrantes.
3. Anuidade 2009 – Permanece no mesmo valor dos anos 2007 e 2008: R\$100,00 e deve ser paga direta e exclusivamente na nossa Secretaria.

4. Contribuições Espontâneas – o IHGP conta com a **doação extra** de cada associado, no valor de seu livre critério, pelo menos para custear as despesas de correio e da Revista IHGP.
5. Publicações IHGP – Secretaria da Ação Cultural: estão em curso várias edições para serem distribuídas às comunidades de acordo com a lei municipal.
6. Publicações IHGP – Parceiros Privados: a diretoria, através da nova Comissão de Publicações, está empenhada na obtenção de parcerias com empresas e pessoas físicas para editar novos livros científicos e de trabalhos acadêmicos de cunho histórico. Contamos mais uma vez com a boa vontade e empenho dos nossos associados que podem e devem emprestar-nos suas influências pessoais culturais. Entrem em contato conosco!
7. Digitalização do Acervo IHGP: é uma necessidade **PRIORITÁRIA** e que a cada dia se faz mais **URGENTE!** O IHGP **deve** ser uma fonte permanente de pesquisa e de informação. Não **deve** se transformar em **museu**, ou seja, o acervo **deve ser livremente acessado** pelo público e não servir de mero expositor de peças históricas intocáveis e/ou inacessíveis aos pesquisadores em especial. Infelizmente, livros, jornais e documentos antigos e raros não devem ser manipulados manualmente e sim por **via eletrônica** e inclusive através da **INTERNET**.
Para tanto, o IHGP precisa de dinheiro! Contamos com a ajuda do caro membro do IHGP! Faça-nos sua sugestão e sua contribuição. Não se acanhe.
8. Sede Social – foi razoavelmente remodelada, levando-se em conta os poucos recursos financeiros disponíveis à época. Todavia, não podemos reclamar, consideradas as circunstâncias. Há um auditório decente, agradavelmente acolhedor, permitindo-nos realizar palestras, reuniões e cursos. Se o

caro associado ainda não o conhece, é uma pena! Reconhecemos, entretanto, a precariedade física do edifício (que não é reformado pelo governo estadual) quanto à iluminação das áreas comuns que nos impede do uso noturno, e o fato de não contarmos com a posse definitiva do espaço.

9. Acervos – Histórico e Literário: o primeiro, importante para nós, está sob guarda em sala restrita ao IHGP e o segundo, não devidamente classificado e catalogado, mais literário, encontra-se em salas que também possuem livros pertencentes a outra entidade cultural acomodados em móveis e estantes do IHGP. Há a necessidade de se separar fisicamente todos esses livros para uma destinação final adequada. O IHGP, por ser o garantidor do uso de todas as salas, e de primeiro e único ocupante da ala toda, defende o direito de deter para si um maior espaço físico em função de suas atividades públicas e científicas de notória importância à comunidade.
10. Reuniões de Diretoria Executiva e de membros do IHGP: de abril de 2008 até a presente data, junho de 2009, a Diretoria realizou reuniões ordinárias mensais e inúmeras outras extraordinárias sempre quando e onde se fizeram necessárias, além das sessões públicas de lançamentos de livros e de comemorações cívicas. As respectivas atas estão disponíveis na Secretaria Geral para consultas dos interessados. A política de total transparência administrativa é uma realidade no atual IHGP e o consenso tem sido a marca única nas decisões diretivas administrativas.
11. Admissão ao quadro social e proposta à Medalha de Mérito Prudente de Moraes: ambas estão redefinidas e disciplinadas pelos Estatutos Sociais e pela Lei Municipal, respectivamente. As fichas remodeladas encontram-se na Secretaria Geral, disponibilizadas.

12. Revista IHGP: a Comissão de Publicações está permanentemente acolhendo os trabalhos destinados à Revista, que deverão observar os critérios técnicos vigentes. Os trabalhos não selecionados para publicação não serão necessariamente devolvidos aos seus autores. Os publicados serão de propriedade autoral do IHGP (que respeitará sempre a obrigação do crédito autoral sem quaisquer ônus financeiro para o IHGP).
13. Entrevistas – Mídia: o IHGP, por intermédio do presidente e de seus diretores, sempre que solicitados, atende todos os honrosos pedidos dos jornais diários de Piracicaba, revistas, rádios e emissoras de televisão locais, procurando assim difundir as reais atividades da instituição. Nesse propósito, com satisfação, vem atendendo diariamente consultas verbais de estudantes, jornalistas, pesquisadores e visitantes de várias partes do país desejosos de conhecer informações sobre Piracicaba e região, bem como de secretarias e órgãos da nossa municipalidade.
14. Convênio Secretaria da Ação Cultural e IHGP: foi renovado o convênio anual, dando-nos acesso à verba da Prefeitura Municipal de Piracicaba para o ano de 2009.
15. Comemoração do Aniversário de Fundação de Piracicaba – 1º de Agosto – próxima: estamos programando-a de modo condizente.
16. O IHGP de portas abertas:
Sim, de segunda à sexta-feira, das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h, na sede social, rua do Rosário, 781.
Faça da sua visita um verdadeiro hábito duplamente salutar: para si próprio e para nós, demais membros do IHGP, possibilitando com isso os nossos agradáveis encontros não casuais, como dizíamos no velho dialeto caipira, “**para tro-**

carros figurinhas”... e olha lá: “algumas delas são carimbadas”!

Com os cumprimentos de

Pedro Caldari
IHPG – Presidente 2008/2010

Ciclo de Palestras

Em atendimento à suas obrigações estatutárias de divulgar e promover debates sobre a história de Piracicaba, o IHGP realizou diversas palestras em 2008 e 2009. Sempre no último sábado do mês, às 9h30, e aberta ao público, as palestras foram feitas por associados do IHGP e convidados.

- **25/10/2008** – “A comemoração do 41º Ano de Fundação do IHGP”, breve relato das realizações do IHGP na cidade de Piracicaba.
Palestrante: Profa. Dra. Marly Therezinha Germano Percin, membro fundadora e ex-presidente do IHGP, atual vice presidente.
- **12/11/2008** – “A Saga de Prudente de Moraes, o Pacificador”, palestra e lançamento de livro realizada no salão nobre da Câmara Municipal de Piracicaba.
Palestrante: Prof. Dr. Hugo Pedro Carradore, membro e ex-presidente do IHGP.
- **13/12/2008** – “Institutos Históricos: Missão e Desafios”.
Palestrante: Jornalista e escritor Armando Alexandre dos Santos, membro do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo.
- **28/02/2009** – “Primórdios do Diário de Piracicaba”.
Palestrante: Prof. Dr. Gustavo Jacques Dias Alvim, membro do IHGP, atual orador, professor e ex-Reitor da UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba.

- **25/04/2009** – “Aparência e Realidade”.
Palestrante: Prof. Dr. Zilmar Ziller Marcos, professor aposentado da ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”.
- **30/05/2009** – “A Escravatura Negra no Brasil”.
Palestrante: Prof. Noedi Monteiro, membro do IHGP, escritor e historiador.
- **27/06/2009** – “A Imigração Italiana no Brasil e em especial na cidade de Piracicaba”.
Palestrante: Dr. Olívio Nazareno Alleoni, médico, escritor e historiador e membro do IHGP.

Relação dos livros e revistas do IHGP

O IHGP tem se empenhado na publicação regular de livros e revistas dedicados à história e geografia de Piracicaba e região. As publicações abaixo podem ser compradas na Secretaria Geral do Instituto.

LIVROS		
HISTÓRIA DE PIRACICABA EM QUADRINHOS	LEANDRO GUERRINI	1970
HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO DE PIRACICABA	MÁRIO NEME	1974
LENDAS E CRENDICES DE PIRACICABA	WALDEMAR I. FERNANDES	1975
SUBSÍDIOS À GEOGRAFIA DE PIRACICABA	GUIDO RANZANI	1976
PIRACICABA: DOIS ESTUDOS	GUILHERME VITTI/ JÚLIO S. DIEHL	1989
A SÍNTESE URBANA	MARLY THEREZINHA G. PERECIN	1989
ESTUDOS REGIONAIS PAULISTAS	VÁRIOS AUTORES	1989
LEANDRO GUERRINI FOTÓGRAFO DE SI MESMO	CECÍLIO ELIAS NETO	1995

RETRATO DAS TRADIÇÕES PIRACICABANAS	HUGO PEDRO CARRADORE	1998
MEMORIAL DE PIRACICABA – SÉCULO XX	CECÍLIO ELIAS NETO	2000
PIRACICABA SÉCULO XIX	MARIA CELESTINA T. MENDES	2003
ENCONTRO DAS ÁGUAS	MARLY THEREZINHA G. PERECIN	2007
HISTÓRIA DAS ARTES PLÁSTICAS	ROMUALDO CRUZ FILHO	2007
TEATRO MUNICIPAL DR. LOSSO NETTO	OLÍVIO NAZARENO ALLEONI	2008
PRIMÓRDIOS DE PIRACICABA	FREI SERMO DORIZOTTO	2008
NA TRILHA DO PASSADO PAULISTA, PIRACICABA, SÉCULO XIX, FAZENDAS, ENGENHOS E USINAS	NEIDE MARCONDES	2008
CATÁLOGO DO SALÃO DE HUMOR NºS	33	2006
	34	2007
	35	2008

REVISTAS

ESTUDOS PIRACICABANOS	VÁRIOS AUTORES	1972
REVISTA IHGP	DO Nº 01 À 15	1991 A 2008
REVISTA IHGP	Nº 16	2009

Para outras informações, entrar em contato pelo telefone (19) 3434-8811 ou pelo e-mail ihgp@ihgp.org.br.

Estevam Ribeiro de Souza Rezende *- Barão de Rezende*

*Pedro Caldari**

Introdução

Estevam Ribeiro de Souza Rezende, Barão de Rezende, registrou em Cartório de Notas—2º Ofício de Piracicaba, a sua autobiografia, cuja cópia o IHGP requereu a fim de tê-la em seu acervo de documentos históricos de Piracicaba e, durante todo esses anos de vida da instituição, manteve-a sob guarda sem dar-lhe a merecida divulgação. O ilustre piracicabano por adoção, como se verá pela leitura atenta do valiosíssimo documento, teve o cuidado de sintetizar, com extremado rigor, os fatos marcantes da sua vida. Ao final, complementaremos esta nossa consideração, lembrando que a presente publicação tem por finalidade o oferecimento de subsídios ao estudo do ilustre vulto de nossa cidade.

Autobiografia

Nasci a 19 de agosto de 1840, na cidade do Rio de Janeiro.

Pelo lado paterno pertencço à família dos Rezende, de Minas Gerais, e, pelo materno, aos Souza de Queiroz e Barros, neste Estado.

* Presidente do IHGP Gestão 2008/2010

Comecei os meus estudos no Rio de Janeiro e completei-os no antigo Colégio Duval, em São João Del Rey, Minas Gerais.

Matriculei-me em São Paulo, em 1858, e recebi o grau de bacharel em 1863, perdendo um ano por ter ido à Europa onde achava-se minha família, por motivo de moléstia.

Tanto nos colégios como durante o curso superiores sempre mereci a estima e consideração dos meus discípulos e mestres.

O meu habitual retraimento pelo gênio e caráter reservado não me atraíam grande roda de amigos, mas os que eram sempre os conservei, e entre os de maior intimidade destacam-se nomes que ainda são caros, de cidadãos alguns já falecidos, que muito serviram o país pela inteligência e capacidade.

Durante o curso acadêmico fui presidente do Ensaio Filosófico Paulistano, que com o Atheneu Paulistano, aquele conservador e este liberal, constituindo ambos as duas principais associações acadêmicas, das quais fizeram parte tantas ilustrações e estadistas brasileiros.

Desde então aplicando-me ao estudo da política, agreguei-me àqueles que sustentaram e defendiam os princípios conservadores, não fazíamos a política de nomes e interesses de partido, nem isto se coadunaria com o pensar e sentir da mocidade; as convicções nasciam não tanto da tradição como da ciência, ensinadas pelos mestres e autores que preferíamos. Há naturezas que em si trazem para assim dizer o sentimento do conservatorismo, enquanto que o espírito irrequieto e exaltado de outros tendem a tudo reformar e revolucionar. A brilhante plêiade de Pinto Moreira, Carvalho Rezende, Mello Mattos, Francisco Belizário, falecidos, e outros que ocuparam importante lugar na política e na magistratura, além dos que fizeram-se lavradores e uma geração que vai-se pela morte, nenhum pela idade, alguns quiçá pelas muitas contrariedades e injustiças que sofreram, quem sabe?

Foi então (1862) que, em nome de uma sociedade política, secreta – a – ordem da qual foram chefes Pinto Moreira, Américo Monteiro, Macedo Soares (que a muito renegou as suas convicções, pela República) e eu por minha vêz, escrevi um pequeno folheto político “Fragmentos históricos-políticos sobre o Brasil”, no qual estudava a origem e natureza do partido conservador brasileiro, fi-lo com a maior imparcialidade; nesse tempo proclamava-se a fusão dos par-

tidos, todos querendo a justa conservação das nossas instituições e o progresso compatível com as forças do país.

Em 1860, o Dr. Antônio Prado, que dirigia a redação política do “Constitucional” órgão do partido conservador, na capital, tendo de retirar-se por algum tempo, deixou-me como substituto, éramos estudantes e tínhamos por contrários na “**Imprensa**” os nossos mestres, Conselheiro Martim Francisco e José Bonifácio.

Pouco e com poucos dos nossos companheiros de então modificaram mais tarde as opiniões políticas, para estes faltavam-lhes a convicção!

Para a legislatura provincial de 1863 fui apresentado candidato por algumas influências do antigo 3º distrito, achava-me ausente, ignorava a apresentação, se não teria pedido para retirarem-me, não fui eleito, o outro era o indicado e protegido pelo centro do partido.

Saindo da Academia, fixei minha residência em Piracicaba, para lavrar as terras do meu patrimônio, irresoluto se seguiria a magistratura ou a advocacia. A vida sedentária, as injustiças, a chicana do povo, a leitura de alguns autos nos quais a justiça não é justiça, firmaram-me pela independência e autoridade na lavoura; se alguma vez acompanhei ao júri algum acusado, foi mais para acudir a inocência e o desprestígio que não podia pagar patronos, nunca recebi remuneração por tais serviços, antes tive de despender com algum cliente; não me agrada essa profissão, para alguns tão lucrativa!

O meu espírito reto e conciliador fez-me árbitro em diversas questões divisórias de terra.

Em 1868, a mudança política levou-me a aceitar o lugar de delegado de polícia, em Piracicaba, e como tal tive de assistir a eleição primária, para a qual os conservadores apenas, contavam com cerca de duzentos votantes que pela sua posição social os adversários não tinham podido excluir da qualificação, a qual era de novecentos e tantos; estava em vigor o recrutamento para a guerra do Paraguai, uma única prisão feita pelo subdelegado, deu ganho de causa aos conservadores; nenhuma perseguição tinha havido anteriormente, e fora grande a conveniência dos votantes, o que mostrava a confiança que merecia o delegado; cito este fato por que foram acusados na assembléa provincial em 1869, e também como prova de um assassino,

quando apenas não quis ser o delator de um inocente, que pelas relações de família sabia onde estava acolhido, sabendo o meu acusador (Dr. Prudente), que ele era inocente, como mais tarde declarou o júri. Nunca pratiquei injustiças, antes defendia a todos, quando mesmo os interessados fossem adversários, com energia enfim processava o criminoso, por mais classificado que fosse.

Eleito deputado provincial nas legislaturas de 70-71, 74-75, 78-79, segundo minhas forças, com toda a boa vontade representei os interesses da província de São Paulo.

Como deputado provincial entre outras matérias de menos valor, sustentei a garantia de juros da estrada de ferro da Companhia Ituana, e a não obrigação de levá-la, esta Companhia, à Sorocaba: foi discussão muito renhida como consta dos anais, sendo a maioria da assembléia mais defensora da idéia contrária, pelos princípios que ainda hoje professo:

1º os poderes públicos não devem calcular as suas finanças pelos dinheiros que em cofre ou responsabilidades que possam assumir, mas sim pelos resultados que provirão aos povos e ao Estado, tudo em termos bem entendido.

2º eles devem amparar e auxiliar quanto possível a iniciativa particular nas indústrias sem procurar dirigi-la e regulamentá-la.

Combati a garantia para a Sorocabana, por não ter razão de ser a estrada de Sorocaba à S. Paulo, distando aquela cidade apenas 6 léguas de Itú, e 18 de S. Paulo.

Mais tarde combati o prolongamento da Sorocabana à Botucatu, porque entrava no vale do Tietê, que era a zona natural da Ituana, sendo a da Sorocabana o vale do Paranapanema. Posteriormente complicados os interesses das duas Companhias com o prolongamento da Sorocabana à Botucatu, a pedido do Conde de Parnaíba, presidente de S. Paulo, elaborei a minuta de projeto que decidia o conflito dos interesses e direitos das duas estradas, fi-lo por amizade, não sendo representadas pela província, sendo que por esta questão estava ele resolvido a deixar o cargo pelas contrariedades que sofrera.

Combati o jogo das loterias, como anti-econômico e imposto disfarçado pelas classes mais necessitadas.

Relativamente as estradas de rodagem, pugnei, sofrendo muita oposição, para que fossem classificadas as estradas provinciais e municipais, para melhor entretimento destas vias de comunicação, e pelo dispêndio que faziam os cofres provinciais, votando a assembléia a esmo, quotas para quantas estradas lembraram os interessados.

Sobre instrução pública ofereci projeto no sentido de descentralizar-se este serviço, entregando-se especialmente às municipalidades, às escolas primárias, subvencionando o governo e regulamentando o respectivo serviço.

Indico estes pontos por que eram por assim dizer novidade, saindo da rotina dos deputados, que em geral ocuparam-se só da criação das freguesias e vilas, escolas, cartórios, judiciários e quotas para estradas dos seus distritos eleitorais. Não obstante a oposição e proteções, alguma coisa passou, como a classificação das estradas, Lei 17 de 1871.

Subscrevendo em 1870 o projeto do Dr. Antônio Prado para a criação de um instituto agrônômico, em 1874 combati a criação de fazendas normais para o ensino agrícola prático, entendendo, como ainda entendo, que nem o Estado nem qualquer instituto podem e devem tentar o ensino prático da agricultura, o qual só pode existir nos estabelecimentos particulares que exploram a indústria agrícola, ínfimos aceitando os cursos da teoria agrícola e ciências auxiliares, física, química, mecânica, etc.

A representação provincial nunca a tive como sincera, procurava estudar todas as questões, para bem preencher o lugar, isto tornava-me muito tempo, e trouxe-me sempre muitas decepções, razão porque nunca procurei esse lugar, aliás naquele tempo muito honroso, e servido por influências reais da província.

Apresentado candidato, à última hora, a deputação geral, em 1876, por amigos influentes (darei entre parêntesis, para cortar pretensões de terceiros), não obstante insistente recusa, aceitei e fui eleito.

Nada fiz em uma câmara quase unânime, na qual entre tantas capacidades achavam-se os chefes do partido, a nata dos conservadores do Império, não seria eu quem, sem oportunidade, tentaria por fatalidade dizer qualquer cousa.

Sempre dei mais importância à assembléia provincial.

Em 1878, dissolvida a assembléa geral, mudou-se a política. Então procurando ocupação para o espírito escrevi duas longas séries de artigos para o “Correio Paulistano”, uma relativa a estudos agrícolas, e outra “Os tipos histórico-políticos”, sendo estes desenvolvimentos do que escrevi quando estudante.

Tendo a Companhia Ituana resolvido prolongar a estrada até Capivari, fui um dos promotores para que ela viesse a Piracicaba, a morosidade da Companhia Paulista na resolução de trazer a esta cidade um ramal, levou-nos a preferir a que nos pareceu mais realizável de pronto; fui diretor da mesma auxiliando no que podia ao seu presidente, o Dr. José Elias Pacheco Jordão. Mais tarde, auxiliando o novo presidente Dr. Francisco Egydio da Fonseca, elaborei a minuta do contrato com o governo para o empréstimo provincial, em apólices.

Fui acionista fundador da Companhia de Navegação a vapor nos rios Piracicaba e Tietê, éramos apenas 10 (Br., Senador Queiroz, Bernardo Gavião, José de Campos Salles, Antônio Pompeo de Camargo, Conselheiro Albino Barbosa de Oliveira, Joaquim José Gomes, Comendador Joaquim Bonifácio do Amaral, Barão de Serra Negra, Barão de Rezende e seu gerente de 1878 até a sua liquidação por cessão à Companhia Ituana, em 1886).

Esta companhia foi a primeira realizar a navegação a vapor em S. Paulo, como serviço e longo curso no interior da província, a da Paulista e muito posterior e na navegação da Companhia Fluvial foi que informou-se para empreender a do Mogi-Guassú, tornado-se entusiasta no serviço. A dedicação de João Luiz Germano Bruhns deveu-se a exploração 1875, do Piracicaba e Tietê, e a sua desobstrução, tendo feito as primeiras viagens no vapor “Explorador”.

Sob a minha gerência enfim foi que tomou a companhia todo o impulso, tendo conseguido levar o vapor até o salto de Avanhandava, e mais tarde até a cidade de Tietê, como ensaio para o futuro desenvolvimento. Pessoalmente depois explorei o rio desde o salto, acima da cidade de Piracicaba até a ponte da estrada de ferro Paulista, sobre o mesmo rio, e teria organizado o serviço muito desta navegação se não fosse a cessão a Ituana.

Faltando recursos, tendo já os acionistas feito grandes sacrifícios e por ser diminuto o capital primitivo (150:000\$), erro comum

a quase todas as empresas desta natureza, recorri a Assembléia Provincial, pedindo o auxílio de 200:000\$ em apólices 6%. Com dificuldade obtive auxílio, pela oposição dos interessados nas Companhias Sorocabana, e do Rio Claro, uma no vale à margem esquerda do Tietê, e a outra à direita pela séria concorrência que a ambas faziam à navegação. Maiores tropeços encontrei para conseguir a execução da lei, a qual tendo sido negada a sanção em 1878, passara pelos dois terços da assembléia; só em 1883 (!) foi que deu-lhe execução o vice-presidente, Marquês de Itú, e Deus sabe quanto isto ainda custou! Durante este tempo tive de andar de Heródes para Pilatos, acudindo como possível, com a diminuta receita da Companhia nesses seus primeiros ensaios, e com sacrifícios particulares (chegou a dever-me 50:000\$ e ao Senador Queiroz 150:000\$), para não perecer interesses que, com tanta confiança me tinham sido entregues. Com o muito auxílio que o sempre lembrado Barão de Souza Queiroz, tanto nesta companhia como no Engenho Central de Piracicaba nunca deixou de dispensar-me a mais benévola proteção, onde a Companhia atravessou os dias difíceis da organização dos seus serviços e educação do pessoal, além do dever de atender como possível os reclamos dos interessados, que se visavam os seus proventos e não atendiam as necessidade da Companhia que tive recurso de pagar..., às vezes pretendidos prejuízos, para não perigar o seu crédito; o favor dos fazendeiros e negociantes interessados reduzia-se às suas exigências.

Com este empréstimo obtive o material necessário e é ainda com ele que a Ituana faz o serviço. Todo este material foi montado no modesto estaleiro de Piracicaba, durante a minha gerência, 4 vapores e 16 lanchas de ferro.

As vantagens da navegação, como proveito para S. Paulo manifestou-se no desenvolvimento das povoações ribeirinhas do rio Tietê; basta citar S. Manoel, município de Botucatu, anteriormente filiada e dependente da cidade deste nome. O extremo da navegação, que estava iniciada, Ibitinga, próximo ao baixo do Vamicanga, lugar decadente, esquecido e quase desconhecido, não pode deixar de lembrar-se dos serviços prestado pelo gerente da Companhia Fluvial Paulista. Sob a minha responsabilidade, a Companhia aí sustentou uma escola

que nenhuma tinha, e auxiliou pecuniariamente a diversos, a ver se levantava-se o lugar, que tinha tido melhores dias.

Não obstante os minguados recursos da Companhia, como gerente tinha sempre muito em vista facilitar os transportes para os pontos de embarque, melhorando as estradas e caminhos convergentes, e abrindo novos, recorrendo, às vezes, à assembléia provincial, o que despendia com estes serviços era dinheiro que ficava no lugar, e animava a população.

Foi com este intuito que empreendi, em 1883, uma viagem pelo sertão, levantando um mapa de meu itinerário, que não é perfeito por não ser engenheiro, e exato quanto as direções e distâncias. Fiz essa viagem, de uma vez, não obstante achar-me então a braços com o funcionamento do Engenho Central, para estudar a melhor via que ligasse os vales do Tietê e Rio Grande, às povoações Ibitinga com S. Francisco de Salles, em Minas Gerais. Parti de Piracicaba em direção a Jaú, Ibitinga até São José do Rio Preto, donde procurei Avanhandava por achar-se infectada de malfeteiros à margem do Rio Grande, e os meus camaradas negaram-se a seguir até lá. Para a abertura da estrada sendo aviltada a despesa, procurei a proteção de jovem pessoal, certo ela interessar igualmente Minas Gerais e Mato Grosso; o ministro Conselheiro Buarque de Macedo mostrou muito boa vontade e estava pronto a dar a subvenção de 20:000\$, e esta deliberação foi publicada no Jornal do Comércio, acredito que cumpriria a promessa; falecendo, seus sucessores fizeram pouco caso; metendo-se apolítica, ou influência de um deputado de Mato Grosso, foi essa soma ou parte dela dada a um particular protegido, com direção diversa (porto do Fulnado, no Paraná, próximo a Sant'Anna do Parnaíba); isto demonstrava ignorância do terreno e o aproveitamento que da estrada poderiam tirar os habitantes dessa vasta zona inculta e despovoada, o que não dava-se com a direção por mim indicada; não sei se o governo pode reaver esse dinheiro, sei que a estrada não se fez. Faltando tal auxílio fiz o serviço por conta da Companhia, gastando cerca de 16:000\$, aproveitando alguns caminhos, a estrada 30 léguas mais ou menos, foi aberta à margem do Rio Grande, por ela transitaram boiadas e carros que sortiam-se de sal no Ibitinga, onde a Companhia tinha um pequeno depósito, para ensaio; a assembléia provincial mais tarde,

por empenho meu, chegou a dar uma verba que não foi aplicada ou depositada para a conservação de tal estrada, que denominei Buarque de Macedo; todo esse trabalho está perdido, como tudo quanto não traz o cunho da proteção e do interesse político!

No mesmo intuito projetei a abertura de uma outra estrada que partindo de Vamicanga, ou do Salto do Avanhadava, demandasse pelo outro lado à margem do Paraná e cheguei a contratar com sertanejos, os mais aptos para esses serviços.

Com a cessão da empresa à Companhia Ituana pôs termo aos meus esforços e serviços por este lado.

Em 1881, empreendi a construção do Engenho Central, organizada a Companhia e aprovados os Estatutos, daí a 9 meses começara a funcionar (novembro de 1881). Quem conhece o que é uma empresa desta natureza e quanto é moroso o expediente das nossas repartições públicas e superiores, aquilatará a atividade que foi-me preciso desenvolver para tal seguir; quando me vieram os papéis do Rio, relativos aos estatutos, este já sob minha responsabilidade e de alguns acionistas, estavam as encomendas feitas e as obras iniciadas; isto foi pretexto para que mais tarde ministros ignorantes e politiqueiros Affonso Penna, Carneiro da Rocha, declarassem caduca a concessão e a respectiva garantia de juros, por não terem sido previamente sujeitas à aprovação do governo as plantas e maquinismos, posto que idênticos aos de outros engenhos iguais garantidos pelo governo, e posto declarasse a Companhia que sujeitava-se ao exame e modificações que pretendiam o governo a fazer, no que existia!

Sem embargo dessas arbitrariedades, e pouco caso fazendo dos favores do Governo funcionou o Engenho, em melhores condições do que as que ofereciam os outros garantidos, ainda hoje é o melhor Engenho Central de S. Paulo, e relativamente mais rendoso que os de Rio de Janeiro.

Sem a matéria-prima, cana, era impossível obter resultado satisfatório; nova campanha para animar os plantadores; da minha parte, desenvolvi, em terras próprias tais plantações; mas isto não obtém-se em dois ou três anos, não bastando o trabalho, mas a semente ou as pontas para reprodução; às minhas considerações nos relatórios, respondiam os acionistas com a expectativa, para não dizer o abando-

no ao gerente para por se tratar e cuidar de um interesse que a todos aproveitava, bastava-me a responsabilidade do funcionamento da fábrica, queriam talvez que eu fornecesse a matéria-prima!

Tive de retirar-me por já serem excessivos os sacrifícios de toda a sorte por mim feitos, assumindo responsabilidades superiores dos meus recursos.

Não foram mais felizes os meus sucessores, apenas aproveitaram o resultado do meu esforço; tinham sido desenvolvidas as plantações sobretudo em minha fazenda, mas o Engenho pedia muito mais para dar resultado, e também de atividades e expedientes para contemporizar com os credores, a segurança financeira nas empresas industriais só é aceitável e aproveitável sua marcha ordinária, não no seu estabelecimento e primeiro funcionamento, com um capital de 500:000\$ não se poderia acudir às despesas que avultavam a 1:200\$ sob exigência posterior do governo da construção de 15 kilometros de via férrea etc., sem sacrifícios pecuniários e grandes, e estes obtidos pelo crédito, e intuitivo que a principal condição para a vida do Engenho. Como proprietário, continuei o que fazia como gerente, desenvolvi plantações, iniciei núcleos para plantadores em minhas terras. Recebi o engenho com cerca de trezentos quartéis de canas, três anos depois contava cerca de setecentos, podendo assim fabricar abundantemente e, com o resultado acudia a todos os compromissos assumidos e para mim eram extraordinários, tendo comprometido quase todos os meus bens, que na verdade não eram muitos porque desde muitos anos deles tinha-me descuidado, por preocupação alheias.

Sobrecarregado de excessivos trabalhos para plantações e no início da moagem de 1890, fui atacado, por um resfriamento, por cruel enfermidade, que ainda hoje me traz abatido, e tive de passar a outras mãos a empresa, hoje tão favorecida pelo alto preço do açúcar, vendi até 11\$ a saca, hoje está na média de 25\$!

Na administração das Companhias, a meu cargo, foi sempre a minha norma proceder, restringir quanto possível, nas despesas; em ambas as Companhias que dirigi, Navegação Fluvial e Engenho Central, éramos apenas um gerente, e um secretário, servindo de guarda livros e tesoureiro ou pagador; o escritório modesto; os empregados todos eram operários, dentre eles o mais graduado pela empresa, fis-

calizava os outros. Só admitia empregados aptos e indispensáveis, não obedecendo a empenhos de amigos, nem tendo protegido meu.

Promovi a construção da estrada de ferro entre Piracicaba e a estação de João Alfredo, com uma importante ponte de ferro sobre o Corumbatay, que aproveitaria ao Engenho Central, para fornecimento de canas e lenhas, e para a Navegação Fluvial, para o transporte de passageiros e cargas sendo a secção do rio entre essa estação e a cidade, de difícil navegação a vapor, na estação seca; quando a navegação passou para a Ituana, estavam concluídos cerca de 12 quilômetros e a ponte...

Organizei um mapa gráfico que indicava, durante 5 anos, o volume d'água no rio, e isto para que pudéssemos conhecer as condições do rio, e a qualquer tempo, para a viagem do vapor.

Planejei e construí a ponte sobre o rio Piracicaba, nesta cidade, sofrendo não poucas injustiças, mas felizmente o apoio do então presidente, Dr. João Theodoro Xavier, não me faltou durante a construção. Sem modéstia reconheço que a obra é importante, especialmente para aquele tempo, por ser o rio caudaloso, a construção logo acima do Salto, e extensa a ponte, fora-me de fato preciso muita energia e tenacidade, além de outros sacrifícios, empregando gratuitamente meus escravos que iniciaram os preparos das ruas da cidade, de cujo antigo calçamento poucos se lembrarão. Senti muitas contrariedades por isso, pelo rebaixamento das ruas para o nivelamento da cidade, e importado o serviço dispêndio relativamente elevado, com o que não estavam habituados as nossas Câmaras do interior; fi-lo dentro dos recursos e créditos da Câmara, que ao sair não deixei sobrecarregada; tanto foi bom o que fiz no quarteirão findo em 1881 que continuouse depois com o mesmo serviço sistema até hoje.

Proclamada a República, retiramo-nos os monarquistas da vida política. Dividindo-se o partido da revolução, em 1891, entendemos dever prestar apoio ao Dr. Américo Brasiliense, que julgávamos no caso de merecer confiança, contra a outra facção republicana, e aqui vencemos a eleição por mais de 100 votos. Nesse ano fui eleito Senador Estadual, não tomei assento; segui para a Europa em tratamento.

Em 1892 veio a legalidade, cujo resultado foi alterar-se nesta cidade, como em outras localidades, a ordem pública, com as deposições das determinações; aqui houve esse movimento (estando à testa o Dr. Moraes Barros), nada conseguiram. Tive de intervir no conflito mesmo doente e inválido, por assim dizer, assistindo até o fim para evitar desastres quase certos; e isto com risco de vida, por ter-me interposto, no pátio ou largo da Câmara, entre assim prudência de uns e atitude dos outros, assaltantes e assaltados; e um dos maiores serviços senão o maior serviço em trabalhos no leito do rio por falta de operários, para estancar lugares para os pilares de pedras, e riscos em minha saúde, a sua estrutura realizei-a com hábil profissional Antônio Garcia Bueno, falecido, não tive plantas de engenheiros e gastei 2 anos, não podendo trabalhar durante as enchentes (1872-1874). Em 1886 a Ituana aproveitou-se dos pilares para a construção da ponte para a estrada de ferro.

A rua que da cidade segue para a ponte, também foi por mim feita a expensas do tesouro Provincial; hoje não se conhece o que ela era, chamam-na Luiz de Queiroz, que já encontrou-a pronta quando aqui veio residir.

Como particular e simples operário em tudo quanto pudesse servir, por pedido e intervenção do Dr. Barata Ribeiro a construção de um pequeno teatro, que nunca foi concluído, isto em 1871, ficando mal arrematadas as obras, porque arredando-se todos, o que sempre acontece quando trata-se de despesas, fiquei só com todo o encargo, não sendo eu construtor nem arquiteto, e nem dispondo de capitais que não me fizessem falta. Nenhum prego mais se colocou nesse baracão, como dizem, que a 28 anos é o único ponto de divertimento público.

Tendo ficado como minha propriedade para garantia do que despendi, cedi-o à Misericórdia que hoje tem um patrimônio.

No cargo de vereador servi em três quadriênios, afora um triênio devido a república e o atual começa em janeiro deste ano foi sob a minha presidência no último daqueles quadriênios por ter poupado a menor ofensa física de parte a parte, sendo iminente a efusão de sangue, estamos todos com as armas nas mãos.

Fui dos primitivos sócios da Sociedade de Colonização fundada em 1871, sob a presidência do Conselheiro Antônio da Costa Pinto e mais tarde da outra que substituiu-a.

Na administração do Conselheiro João Alfredo, fui por ele encarregado, por indicação de um amigo de S. Paulo, de elaborar, em 1885, um relatório referente à imigração e colonização.

Aqui em Piracicaba, desde muitos anos, a Câmara Municipal tem-me sempre distinguido com consultas sobre as suas principais e mais importantes deliberações relativas aos interesses do município, confiando nos conselhos de minha experiência e imparcialidade, não obstante a diversidade de opinião política.

Em minha casa estiveram o presidente da Província (Conselheiro João Alfredo) como hospede; o Conde d'Eu e a Princesa Imperial, o Imperador, por duas vezes, uma como hospede, três dias, em 1886, tratei a todos como se tratam visitantes ilustres, sem o menor cortezanismo, mas com franqueza e singeleza o que lhes era mais agradável; disso não me veio qualquer novidade, nem aproveitei-me dessas relações, em qualquer tempo para quem quer que fosse, e muito menos para minha família.

As despesas foram exclusivamente feitas por mim, e não como se fazem hoje por subscrição.

Nunca dei festas ao inaugurar ou concluir quaisquer trabalho, fossem para serviço público ou da Companhia; a minha festa foi sempre o contentamento na intimidade da família.

Também nunca tive encontro, festas, etc., evitava-o; só tive manifestações populares e espontânea quando foi-me concedido o título em 1887.

Nunca me tive como escritor ou orador, incapaz de discursar nas ruas e praças, apenas falando em reuniões de companhias, ou na assembléa provinciais, quando havia matéria positiva.

Em 1881, posta em execução a lei Saraiva rejeitei o lugar de deputado geral, que me foi oferecido por influências dos distrito eleitorais de S. Paulo o 5^a, 7^a e 8^a para não abandonar as empresas de Navegação e Engenho Central.

Casei-me em 1865, minha mulher e meus filhos tem sido o único consolo nas contrariedades de minha vida.

Podia ter vivido tranquilo e feliz, o meu gênio e caráter sempre atiravam-me às indústrias e políticas.

Ratificação

Ao retrospecto que fizemos, quanto ao proceder dos monarquistas de Piracicaba, desde a proclamação da república apareceram na Gazeta de Piracicaba, de 6, uma retificação do Exmo. Dr. Moraes Barros e na de 9, ligeiros reparos, sem assinatura, mas cremos, o mesmo Exmo. Senador não recusaria a sua responsabilidade; passamos a responder.

Quanto à consideração da monarquia e à aceitação da república, quando proclamada, fazendo-se-lhe as mais espontâneas e expansivas demonstrações, e uma apreciação de sentimentos que, cada um, fará pelo que viu e passou-se na sua localidade, em Piracicaba, tais expansões foram manifestadas somente por aqueles que já eram republicanos, e por essa porção avulsa da população que, em toda a parte, está pronta à acudir ao primeiro acesso de qualquer reunião festiva.

Em 9 de dezembro, no retrospecto semanal do Jornal do Comércio lia-se:

“Pensamos que o sistema político vigente, até 15 de novembro modificando-se positivamente, mas incessantemente de acordo com o desenvolvimento progressivo do país, nos conduziu gradualmente à semelhantes resultados, os fatos foram contra a nossa expectativa. Porquê nos levantarmos hoje contra esses fatos e tentarmos louca e anti-patrioticamente satisfazer a nossa opinião a do país, que não erguera protestos contra a nova ordem de cousas, e antes parece tê-la aceitado como solução inevitável?”

Tínhamos aqui em Piracicaba um pequeno jornal manobrista, fundado logo depois da revolta, a 9 de dezembro de 1889, no qual apreciando essa declaração do Jornal do Comércio escrevemos, a 22 do mesmo mês:

“O modo por assim dizer vertiginoso por que realizou-se a revolução, no Rio de Janeiro, a disseminação da população brasileira, por tão vasto território, a distância em que se acham as províncias,

hoje Estados, da capital, a dificuldade de comunicações, são circunstâncias que dificultariam qualquer tentativa de reação, no momento, ou mesmo depois, mas um ato imediato ou próximo, ainda que pudesse ser vencida ou repelida a brutal imposição da força armada, há meio uma consideração de muíto peso, a índole, caráter, educação e modo de viver do cidadão brasileiro, constitui-no mais defensor da paz e das evoluções políticas pelos meios regulares e pelas urnas, do que incluindo a guerra e nos meios tumultuários das revoluções; estas não se coadunam com os interesses gerais da sociedade brasileira, em geral dedicada às artes, indústrias e comércio, não havendo entre nossa classe proletária que, nos outros países do velho e mesmo do novo mundo, faz as revoluções da rua e das praças públicas.

Assim sendo, a quê vieram os protestos expressos contra a nova ordem de causa à oposição sistemática? Apenas serviriam para irritar os ânimos, e dividir em vez de unir os brasileiros, como tanto interessa e aconselha o patriotismo.

Não confunda se foram o espírito de moderação e o bom senso do cidadão brasileiro, como servilismo ao poder, qualquer que seja a sua origem ou a supremacia autoritária”.

Dias antes, a 12, tínhamos escrito:

“Poderá quem julgue, pelas adesões que como o mais louvável civismo tem manifestado nossos concidadãos, de todas as classes e todas as crenças políticas, que fora recebida com aplausos, mesmo simples aprovação, a que imitação política realizada; aceitamos todo o fato consumado, e nem podíamos deixar de aceitá-lo, sujeitamo-nos ao provisório na expectativa da definitiva.

O governo provisório que constitui-se representante dos interesses nacionais, foi o primeiro a pedir a ação eficaz da nação nos seus negócios, declarando-se, no seu manifesto de 15 de novembro, simples agente temporário da soberania nacional.

É hoje o mais importante interesse, da sociedade brasileira e do Estado de S. Paulo que ao provisório, substitua o definitivo, aquele é a palavra e o árbitro da revolta, este é a vontade de soberana constitutiva da nação”.

A falta de protestos era o silêncio da vitória; às primeiras palavras que ela procurou balbuciar, foi suspensa a liberdade de imprensa.

E dizem querer que a nação tivesse ação eficaz nos seus negócios!

E porque não levantaram os republicanos protestos logo que a dissolução do Congresso pelo Marechal Deodoro, e só manifestaram-se, ostensivamente, depois que viriam-se protegidos pela força armada.

Entretanto estavam dentro do regime ou governo de sua criação.

É que a força é a força, e nem sempre atenderá ao legítimo direito.

Passamos a adesão dos monarquistas desta cidade. Não é a primeira vez que se procura lançar-nos, como um labéu, termos aderido a república, e não o tendo feito por convicção sincera, com o tempo desaderirmos.

Parece que sendo tão conhecido em Piracicaba, merecíamos outro conceito, e, seríamos bem compreendidos em nosso proceder político em 1889, já não disseram em nossa opinião e sentimento, porque as temos muito livres da apreciação de quem quer que seja; não andamos com o tempo, como a ventoinha; desde que entramos na vida pública, só tivemos uma opinião política, e procedimento em conformidade.

Proclamada a república, a desorientação não podia deixar de manifestar-se nos antigos partidos, liberal e conservador, entenderam alguns amigos, de maior respeito, que convinha uma reunião, e tomarmos alguma decisão; bem ponderado a nossa situação, não julgado conveniente a debandada dos membros dos dois partidos da monarquia, aconselhamos a resolução que consta do seguinte memorial, que apresentamos em Câmara, da qual alguns faziam parte:

“O movimento militar de 15 do corrente, depondo, no Rio de Janeiro, o governo constituído, proclamou a república no Brasil, e assumiu, pelos seus chefes, a suprema governança do Estado, com apoio do Exército e da armada.

Constituído o governo provisório, propõe-se ele consultar a nação sobre a sua definitiva organização política, e afirma a sua obediência ao voto popular, livremente manifestado.

Não podemos deixar de aceitar o governo provisório tal, como se acha constituído de fato, como necessário para garantia da pátria brasileira, para manutenção da ordem e tranqüilidade social, e segurança dos direitos civis e políticos do cidadão.

Ainda que armado de todas as forças e elementos oficiais não poderá o governo provisório dispensar o apoio de todos os bons cidadãos, só assim será verdadeiramente forte; é porém essencial, para a franqueza desse apoio, que conserve dentro dos limites que lhe são traçados pelo dever da posição, tanto mais melindrosa pelas circunstâncias e modo porque constituem-se, estando os excessos e quaisquer atos que possam despertar justos ressentimentos.

Assim sendo, os governos provisórios dos Estados Unidos do Brasil e do Estado de S. Paulo, agentes temporários da soberania nacional, que se dizem governo da paz, de liberdade, de fraternidade e de ordens, podem contar com a adesão e leal apoio dos abaixo assinados.

Piracicaba, 15 de novembro de 1889”.

Eis aí a adesão que foi subscrita por todos que estiveram na reunião.

Que nos diga o Exmo. Dr. Prudente, queremos dizer Senador Moraes Barros, qual outro proceder político podíamos aconselhar? Ainda hoje, depois de 12 anos de nefasta política republicana, se voltássemos às condições de novembro de 89, diríamos a mesma coisa; sempre fomos defensor da ordem e não da desordem; talvez tivesse sido aprazível aos republicanos, a demanda dos monarquistas, mas assim não entendemos, e o tempo nos deu razão, por ter facilitado, hoje a organização do partido monarquista em Piracicaba.

Quanto a estatística dos votos, aceitamos o reparo que já conversamos no retrospecto; não fica porém alterada a declaração que, só por coalisão do partido conservador, sendo liberal intransigente, podia o candidato republicano ser eleito; dos 1858 eleitores que concorreram à eleição, em 89, teve ele 731, e aos monarquistas foram dados 1.123 votos; mas, então entendiam muitos monarquistas, não ser de boa política cooperarem para a eleição do candidato republicano, não concorrendo para isso qualquer corrupção; fora uma razão de convicções que nos levara, a muitos, não aceitarmos a resolução

dos nossos chefes de capital, que recomendaram apoio ao candidato republicano.

Em S. Paulo, os republicanos não foram eleitos em 1889, por não terem elementos próprios, ou maioria nos respectivos distritos, e não por qualquer intervenção do Visconde Rio Preto; e quanto aos auxílios que este respeitável estadista faz ao alcance da lavoura, não foi derrama de dinheiro para corrompê-la, mas uma satisfação pelo muito que ela ainda sofria por efeito da lei 13 de Maio.

Sobre eleição de 1899, é público que não tomamos parte na sua direção, apenas no dia e espontaneamente, levamos a cédula que nos foi dada por amigos, aos quais não podíamos recusar esse pequeno serviço, pelo muito que a eles devíamos; era eleição que interessava a uma respeitável classe – a lavoura – a qual, sem intuítos políticos, pretendia ter no Congresso, o representante em que defendesse os seus interesses; por ela trabalharam indistintamente, republicanos e monarquistas, não estávamos filiados a esse partido da lavoura, não interessava aos monarquistas.

Assim, confirmamos ter sido a eleição municipal de 1892 a única em que os monarquistas desenvolveram trabalho eleitoral.

Relativamente à tentativa de deposição da intendência, diz o Exmo. Dr. Moraes Barros, foi simplesmente manifestação contra o Dr. Américo Brasiliense, no terreno estritamente legal e explica o que diz ter-se dado. De fato fomos à casa de S. Exma. pedir que desistisse de qualquer manifestação, pela exaltação dos espíritos, constando como certo que a reunião era para deposição, dissemos que a intenção de S. E^a. poderia ser de simples manifestação, mas que não era isso o que se dizia publicamente, e que no momento talvez não tivesse força para conter os seus amigos; por ocasião da manifestação, autorizada ou não por S. E^a., apresentou-se no edifício onde achava-se reunida a intendência; voltara esta deputação e levava ao grupo manifestante a negativa formal; começou então a avançada dos amigos de S. E^a., saímos ao encontro no intuito de impedir alguma desgraça, pois que também de lado dos amigos da intendência havia pessoas armadas; realizava-se nossa previsão, presenciamos os grandes esforços que fazia S. E^a. para que seus amigos retrogradassem, sem que entretanto tivesse conseguido ainda, quando felizmente tomou o delegado a re-

solução de fazer perfilar a força à frente do edifício; esta medida deu o pronto resultado de dispensar e afugentar o grupo, que já não era de simples manifestante; havia muito povo pelas esquinas do pátio, não para ouvirem discursos, mas presenciarem o que qualificaram de comédia, que podia ter-se tornado tragédia.

Em ambos os artigos da Gazeta lê-se que tendo os monarquistas aceitado lugar no Congresso, cooperando para a constituição estadual, por isso mesmo deviam ter-se como republicanos e correligionários do Dr. Américo Brasiliense; por este argumento poderíamos retorquir que o Exmo. Dr. Prudente pelo fato de ter sido sempre eleito com votos de monarquistas, e tido assento no parlamento da monarquia, deveria ser tido como monarquista. Tão exclusivamente será o conceito de não serem os monarquistas mercedores da proteção das leis, que nem ao menos não se permitia serem eleitos pelo povo, para seus representantes, colaborarem naquilo que não era de interesse de um partido, mas do povo em geral.

Serão estes os cargos de confiança da república que aceitamos com tanta lealdade? A confiança não era da república, mas do povo, que com dissolução da constituição estadual teve mais uma proclamada soberania, há alguma cousa que lhe é superior, e à qual tem de sujeitar-se. Se os monarquistas apoiaram Dr. Américo Brasiliense, foi por ser ele uma garantia de ordem e moderação contra outros que o tiveram como chefe, durante a propaganda, em quanto precisaram do seu prestígio, e que, feita a república, julgaram-no dispensável e o sacrificaram politicamente.

É uma especialidade desta república, em vez de exaltar, sacrificar, ainda hoje, um a um, todos os seus principais; será mais fado ou castigo? Neste caso é que bem applicaria o Exmo. Dr. Moraes Barros, o seu dito (...).

Conclui o Exmo. Dr. Moraes Barros: "Em despedida sempre lembramos que Pedro 2º já morreu, e que não é fácil achar outro."

É fácilimo, um belo talento já disse espirituosamente que a monarquia é o regime dos jovens e à história oferecem-lhe as provas. Felizmente o povo já conhece o estribilho, não deixando-se iludir com tais argumentos; em sua simplicidade respondera: morreu, a república matou-o mas depressa, mas virá outro que, mesmo sem ser tão bom,

será em todo o caso muito melhor que os presidentes que nos tem dado este regime, pelo menos não será chefe de partido, mas sim chefe de todos os brasileiros, chefe da nação.

A teoria mais uma vez é confirmada com a nossa experiência de 12 anos; a assembléia constitucional, com a cooperação do parlamento, como tínhamos até 1889, é o único governo que abafando as pretensões dos ambiciosos, sejam partidos ou indivíduos, obriga-os a promoverem o bem do país pelo mesmo bem, e defenderem os direitos e interesses do povo para não desmerecerem do mesmo povo, certos que será em tarde almejarem, e procurarem colocar-se acima dos seus concidadãos, ou em posição superior da qual possam, sem empecilhos, cobrar os direitos do mais obscuro cidadão, e muito menos as leis da justiça e da moralidade social.

O regime atual é um desastre para a propaganda; cumpre confessar que esta fez fiasco com a sua obra prima, não obstante ter copiado da Constituição de 1824 as liberdades e garantias do cidadão brasileiro, e do ato adicional às atribuições e regalias dos Estados os melhores e mais autorizados críticos republicanos já o justificado, outros ainda esperam não sabemos o quê, os diretores da dissidência procuram mais hábeis representantes dos principio da propaganda, como se o mal estivesse nos homens experimentados e não no regime; a nação é que, inteirada com as experiências de 12 anos, está se tornando impaciente, não só por desagrado, como porque esta república, que não foi obra sua, causa-lhe prejuízos irreparáveis, e torna-lhe o tempo precioso para cuidar seriamente dos seus interesses e do seu futuro.

D. Pedro 2º foi tão bom, entretanto o desterraram para nos darem o presidente que temos!

Os benefícios de Pedro 2º não resultaram só da sua bondade pessoal, provinham principalmente das instituições; estas já no reinado de Pedro 1º tinham sobrado a cuidado e integridade do Brasil, e na frase de Armitage: “Foram o instrumento mais próprio para a introdução da civilização que faltava, e para se adotarem os aperfeiçoamentos sociais que formam uma parte inerente e essencial do sistema representativo”.

Ele foi bom porque, educado pelos mestres e mentores que o pai lhe deu, exercera as altas funções de rei com a cooperação dos mais dignos estadistas que o mesmo povo indicava a sua escolha, então adaptados eram os aparelhos com os quais teve de governar, a começar pelos textos da Constituição de 1824, que não poderia fazer o mal, mas só o bem da nação qualquer outro que o venha substituir, bastante que o exercite as atribuições magestáticas com os necessários aparelhos aperfeiçoados pelo seu patriotismo e que muito mais fácil fará ao seu sucessor, no exercício das funções reais, a nação apresentara os seus estadistas, não tirada de um partido exclusivamente como acontece no regime atual, mas da massa geral do povo, sem distinção de opiniões, maior ou menos adiantadas, seguindo a oportunidade, contanto que sejam sinceras; dele saíram os ministros de Pedro 2º, e sob Pedro 1º os organizadores da nossa nacionalidade. Não é preciso que o monarca disponha de dotes e virtudes pessoais que distinguiram Pedro 2º, e pelos quais é cognominado o Magnânimo, basta que cumpra a lei, como é do dever de todo empregado, e que governe o país segundo a vontade da nação; esta, pelos seus legítimos representantes dirá o que quer, como quer ser governado e por quem quer ser governado.

Barão de Resende

Conclusão:

O Barão de Resende foi liberal monarquista convicto e nunca ocultou o seu pensamento político filosófico. Afilhado de batismo do Imperador D. Pedro II, que lhe devotava paternal afeição, jamais se valeu dessa privilegiada aproximação com a família real para obter a mínima vantagem que tais relacionamentos poderiam proporcionar nas mais diversas situações, principalmente nas de simples cortesias palacianas. Sua postura austera o mantinha equidistante das atividades sociais festivas ou de certa ostentação comum à nobreza e ele, discreto e comedido, preferia o convívio junto à família e às poucas relações com os amigos e correligionários.

Como se depreende de sua breve explanação – afinal, curtíssima para quem desenvolveu intensas atividades privadas e públicas – educou-se nas melhores instituições e poderia muito bem enveredar-se pelas altas camadas da corte e empreender carreira promissora na política e até na diplomacia. No entanto, preferiu assumir o papel de agricultor e desenvolver a cultura de suas férteis terras da Fazenda São Pedro, atual Vila Rezende. Deixou de lado a advocacia e foi aplicar-se à cana-de-açúcar e ao fabrico do açúcar, revelando-se competente e empreendedor ao fundar o Engenho Central na margem direita do rio Piracicaba, na realidade uma verdadeira central açucareira de porte e com a melhor tecnologia européia, colocando-a em operação em tempo recorde e a um baixo custo financeiro, vencendo inclusive, as barreiras burocráticas e aos entraves políticos que lhe foram impingidos por grupos de pessoas contrárias à iniciativa. Viu, com rara percepção, a importância dos transportes fluvial e ferroviário e empenhou-se pessoalmente na implantação da Companhia de Navegação e na vinda da Estrada de Ferro Ituana até Piracicaba.

Construiu a primeira ponte estruturalmente sólida e dentro das normas da engenharia, investindo somas consideráveis de sua fortuna pessoal, além de mão-de-obra de sua propriedade e foi mais além, ao assumir funções públicas como político piracicabano – nessa época não havia remuneração ou subsídio algum! –, tanto na Câmara de Vereadores como na condição de deputado e de senador.

Seu coração e sua bolsa nunca se fecharam diante das necessidades da comunidade e dos menos favorecidos. Suas propriedades foram, pouco a pouco, diminuídas, dadas as doações que fazia para o benefício da cidade, com a concordância e participação de esposa, filhos e filhas.

Monarquista consciente e leal, enfrentou os republicanos com altivez, responsabilidade e denotado patriotismo, defendendo o Imperador e os ideais filosóficos que professava, não poupando as críticas severas aos seus contemporâneos da família Moraes Barros e aos republicanos que o admoestavam.

Finalmente: cremos que há muito ainda a se escrever a respeito desse grande brasileiro Estevam Ribeiro de Souza Rezende, Barão de Rezende, para que a cidade de Piracicaba e o país lhe façam as merecidas homenagens como um dos grandes vultos da história de Piracicaba e São Paulo.

*Acervo iconográfico do IHGP**

*Organização: Vitor Pires Vencovsky***

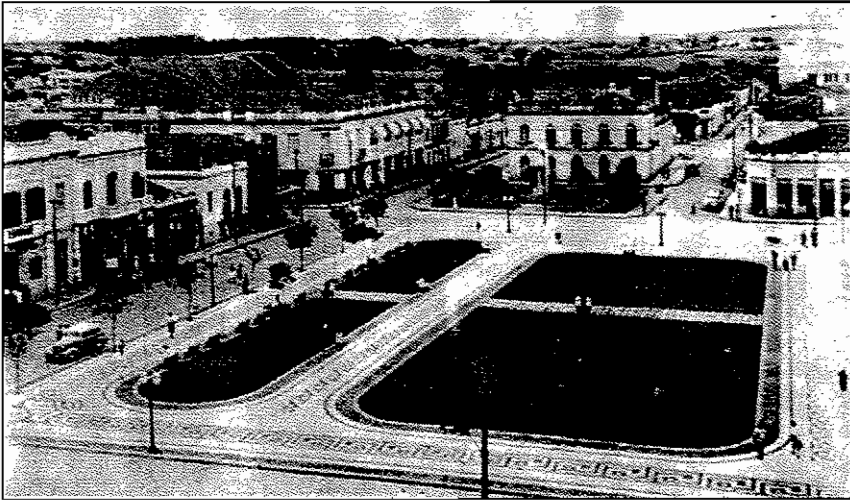
Lembranças do Teatro Santo Estêvão

Construído em 1871 pelo Barão de Rezende e demolido em 1953



* Disponível para compra na secretaria do IHGP.

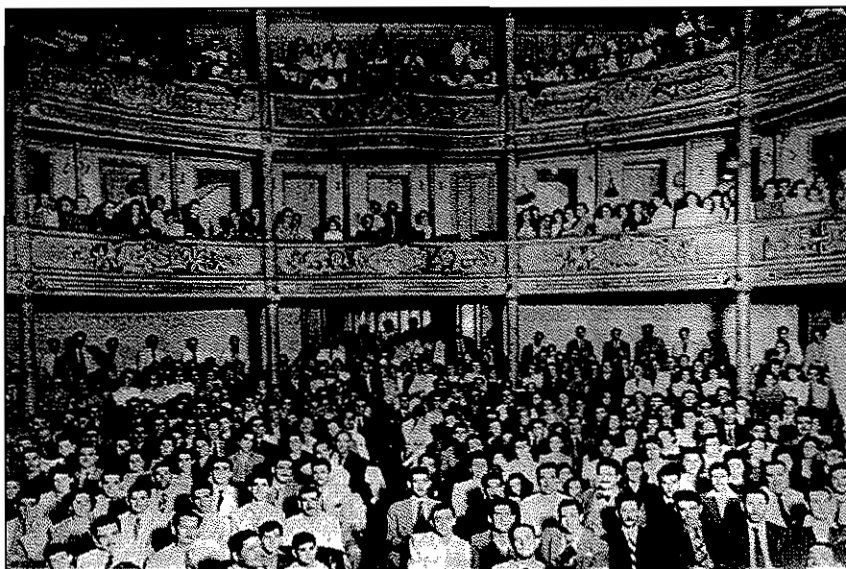
**Engenheiro, geógrafo e membro do IHGP.



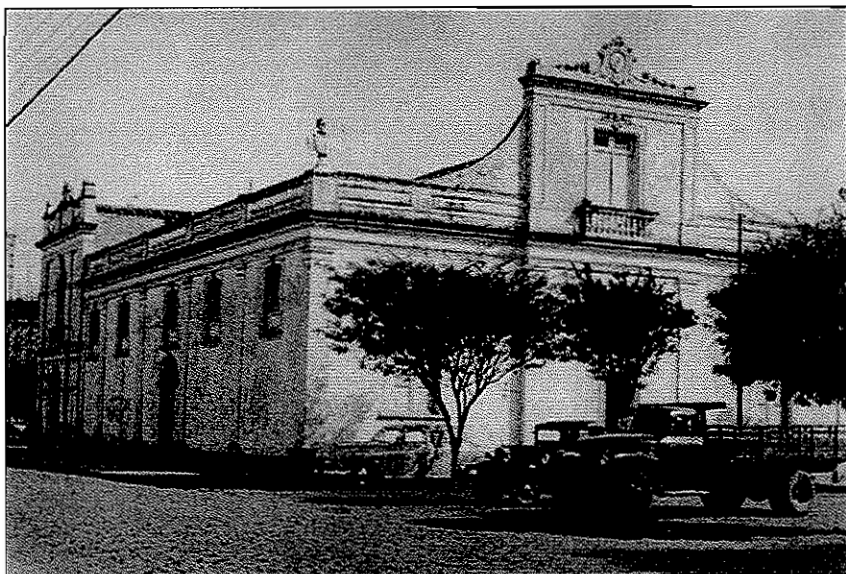
Praça José Bonifácio, com o Teatro Santo Estêvão ao fundo



Praça José Bonifácio, com o Teatro Santo Estêvão ao fundo



Interior do Teatro Santo Estêvão



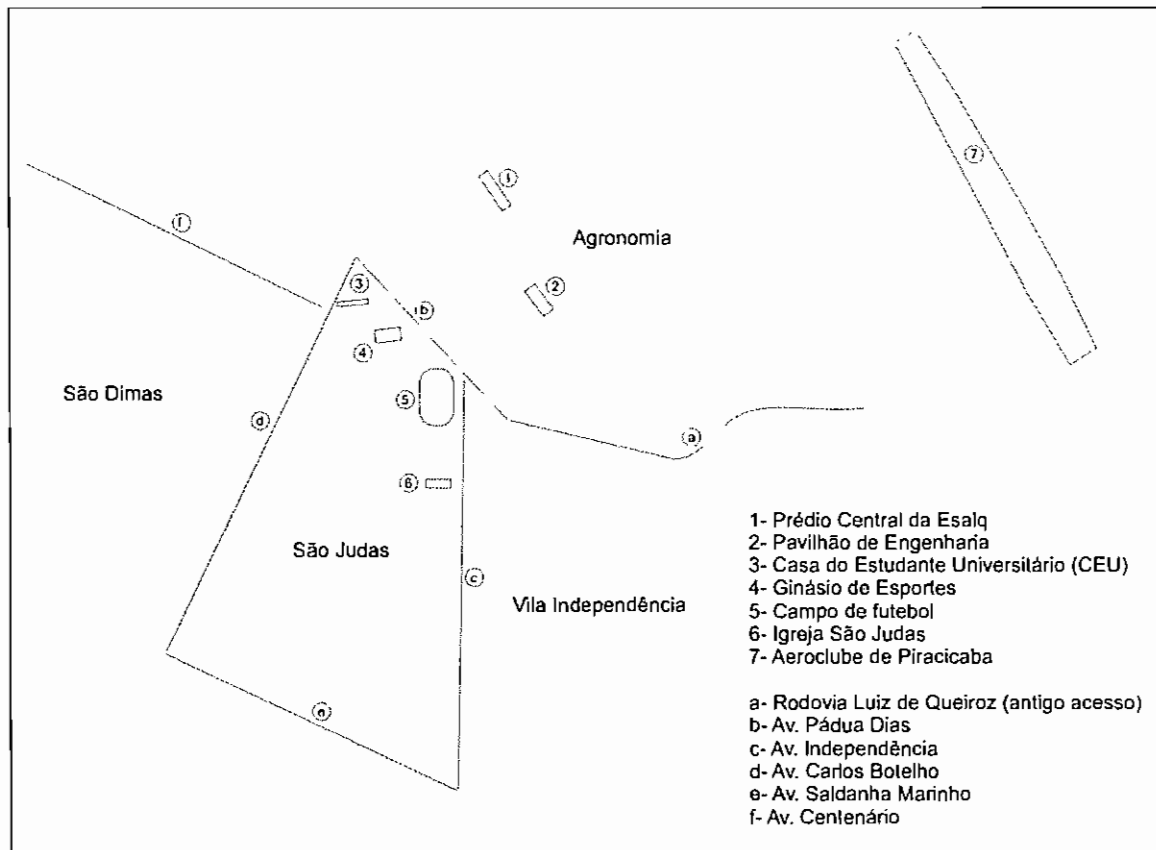
Fundos do Teatro Santo Estêvão

Piracicaba em 1962*

Agronomia, Vila Independência, São Judas e São Dimas



* Organização da Imagem: Arthur Costa Falcão Tavares.



A Igreja Sagrado Coração de Jesus - Igreja dos Frades

*João Umberto Nassif**

Frei Luiz Maria de São Tiago nasceu no norte da Itália e veio ser missionário no Brasil. Viveu apenas 48 anos, sendo que passou treze anos entre Taubaté e Piracicaba. Ele foi o fundador da Província dos Capuchinhos de São Paulo, fundador da Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria, fundador da Ordem Franciscana Secular em Piracicaba e em Taubaté, fundador do Seminário Seráfico São Fidélis, fundador da devoção ao Imaculado Coração de Maria e formador de grandes missionários trentinos.

Não fundou sozinho todas essas obras, sempre foi um dos fundadores. Em seu caminho surgiram adversários muito fortes pelos mais diversos motivos. Por motivo de doença e da ação de opositores teve de se retirar de volta para a Itália, quando tinha ainda quarenta e dois anos, onde morreu seis anos depois.

Frei Luiz Maria nasceu em 26 de abril de 1862, recebendo o nome civil Benjamin. Foi o nono dos dez filhos de Catarina e João Batista Zucali.

Nascido em San Giácomo, uma pequena aldeia dos Alpes italianos, ali freqüentou a escola de 1868 a 1870. Em 1876, foi mo-

* Jornalista, escritor e membro do IHGP.

rar com Camilo, seu irmão mais velho, que era professor, na vizinha Mezzolombardo.

Aos quinze anos de idade resolveu ser frade capuchinho. A Ordem estava em um período de plena restauração e uma das grandes bandeiras era a abertura de missões nos países estrangeiros.

Frei Bernardino de Lavallo foi pregar em sua terra, quando ele tomou a sua decisão de seguir a vocação sacerdotal.

Em 28 de setembro de 1877, Benjamin recebeu o hábito de noviço no convento de Ala. Nesse dia lhe deram o nome de Frei Luiz Maria de São Tiago. Comprometeu-se pela profissão como frade no dia 29 de setembro de 1878. Foi ordenado sacerdote no dia 21 de setembro de 1884, com apenas 22 anos completos. Tornou-se professor no convento de Ala.

Em julho de 1889, Frei Luiz Maria foi escolhido para fazer parte da primeira turma de missionários que deveria partir para o Brasil. Os capuchinhos estavam presentes no Brasil com um bonito trabalho missionário, desde o começo do século XVII. Esse grupo trentino era o primeiro mandado pelo superior geral para assumir, como Província, a implantação da Ordem dos Capuchinhos no Brasil. Posteriormente, vieram outros de outras regiões e hoje os capuchinhos têm no Brasil dez províncias, uma Vice-Província e uma custódia, totalizando mais de mil e duzentos frades.

O dia 29 de julho de 1889 ficou bem gravado na vida da Província capuchinha de Trento, na Itália, pois, nessa data quatro de seus filhos, animados pelo espírito apostólico-franciscano, deixavam irmãos, família, pátria. Eram eles: Frei Felix de Lavallo, 47 anos, superior; Frei Luiz Maria de São Tiago, 27 anos; e os irmãos leigos Frei Virgílio (alguns autores o chamam de Vigílio) de Trento, 32 anos e Frei Caetano de Pietramurata, 43 anos.

Antes de partirem, eles foram recebidos pelo papa Leão XIII, que lhes deu a benção e os presenteou com uma estampa do Coração de Jesus, que haveria de ser o padroeiro do primeiro convento fundado em Piracicaba, relíquia que se conserva até hoje. No dia 27 de agosto de 1889 embarcaram no porto de Gênova pelo "Napoli".

No início a viagem correu bem, houve a celebração da missa no navio todos os dias. Frei Virgílio começou a reclamar de dores e

febres, falecendo em 16 de setembro, às 19 horas. O navio estava na altura de Pernambuco. Para não alarmar os passageiros, às 4 horas da madrugada, depois que os frades rezaram missa de “corpo presente”, feitas as absolvições, parou o vapor. Entre os soluços dos companheiros, o seu cadáver foi lançado ao mar amarrado entre dois colchões, como era praxe nessas ocasiões. Frei Virgílio tinha morrido de tifo. Ninguém pode desembarcar no Rio de Janeiro, porque havia suspeitas de que a bordo houvesse contágio de cólera-morbo que grassava na Itália. Prosseguiram viagem até Montevidéu, onde desembarcaram em 22 de setembro.

Os missionários ficaram hospedados com os capuchinhos genoveses até embarcarem em outro navio para o Brasil no dia primeiro de outubro.

Chegaram ao Rio de Janeiro em 6 de outubro de 1889 pelo “Araucania”. Foram recebidos pelos capuchinhos do Morro do Castelo. Frei Silvério de Rabbi os esperava. Com ele puderam se exercitar um pouco na língua portuguesa. No dia 6, primeiro domingo do mês, Frei Félix e Frei Luiz puderam celebrar suas primeiras missas no Brasil. A República foi proclamada no dia 15 de novembro.

É interessante observar que outros capuchinhos, de outras Províncias, percorreram anteriormente nosso Estado, dedicando-se às missões, aldeamentos indígenas, em Campos Novos, Itaporanga, Pirajuí, ou também assumindo paróquias como Santa Isabel, Parnaíba, Santa Bárbara, Monte Mor, Capão Bonito e outras.

De 1856 a 1878, a pedido do bispo Dom Antônio Joaquim de Melo, capuchinhos franceses dirigiram o Seminário Diocesano de São Paulo, tendo como auxiliares frades de outras nacionalidades. Todos dotados de ampla cultura e raros dotes, prestaram imenso serviço na formação do clero paulista. Distinguiram-se entre outros, o primeiro Reitor Frei Eugênio de Rumilly e o primeiro vice-reitor Frei Firmino de Centelhas, famosos oradores, o matemático e astrônomo Frei Germano de Annecy. A eles se uniu Frei Vital M. Gonçalves de Oliveira, sagrado bispo de Olinda em 17 de março de 1872 com apenas 26 anos.

Seguindo as ordens do ministro geral, Frei Felix de Lavallo foi falar com o bispo de São Paulo, D. Lino Deodato Rodrigues de Car-

valho, que lhe rogou para substituir o velho pároco Valeriano Lopes, em Tietê.

Um mês e meio depois de estarem no Brasil ele já chamava seus companheiros para Tietê. Frei Luiz e Frei Caetano chegaram a Tietê em 23 de novembro. Não havendo clima para hospedar-se na casa do padre foram gentilmente acolhidos em um sítio fora da cidade de propriedade do Sr. João de Almeida Prado. O pároco local não os via com bons olhos; a resistência do vigário provocou a vinda do Internúncio Francisco Spolverini a Tietê, onde, incógnito, viu o que de fato estava ocorrendo. Após conhecer a situação, apresentou-se aos frades e com eles se congratulou. O pobre vigário faleceu dois meses depois. Outro pároco foi provisionado para Tietê. Era fim de 1889.

A partir de 19 de fevereiro de 1890, os missionários ficaram hospedados no Mosteiro da Luz, em São Paulo, acolhidos pelo capelão Monsenhor João Gomes. Em São Paulo, Frei Félix encontrara-se com o fervoroso vicentino Dr. Saladino Bruno Figueira de Aguiar, amigo do Sr. Ricardo Pinto de Almeida, seu confrade na Conferência de Piracicaba, que havia sido fundada em 16 de maio de 1888. Era composta pelos senhores: Carlos Morato de Almeida, Conrado Hebling, João Batista Sampaio de Arruda, Salvador Ferraz do Amaral, Ricardo Pinto de Almeida, Luís de Toledo, Belarmino do Canto (Nhô Belo).

Em 12 de março de 1890, Frei Felix acompanhado de Frei Silvério Rabbi fizeram uma visita “de reconhecimento” a Piracicaba. Foram recebidos festivamente pelo vigário Padre Francisco Galvão Paes de Barros. Foram hospedados em uma casa contígua à antiga Igreja da Boa Morte. A casa e a igreja destinavam-se às Irmãs de São José de Chambery, que deveriam vir de Itu. Esse oratório foi inaugurado em 1 de setembro de 1854; mais tarde seria destruído para dar lugar a igreja atual. Era zelosamente cuidado pelo piedoso artista Miguel Dutra, que além da devoção à Senhora da Boa Morte, conservava a memória de seu pai Miguel Arcanjo Benício de Assunção Dutra, construtor do mesmo. A permanência na Boa Morte era provisória.

Em 28 de fevereiro de 1891, compraram da Sra. Leopoldina Hebling um terreno e uma antiga casinha onde passaram a residir. Consta no Livro de “Actas das Sessões da Intendência Municipal

1890-1892” que, a 9 de março de 1891, tinha havido uma sessão do conselho de intendência municipal, na qual foi lido um requerimento de Manoel Morato de Carvalho e do Major Fernando Ferraz de Arruda, pedindo por aforamento ou permuta, um terreno denominado “Encosto”, pertencente à municipalidade, para nele edificarem uma escola que seria dirigida pelos reverendos capuchinhos, bem como a construção de uma capela”. O pedido foi indeferido.

O “Encosto” era o depósito de lixo da cidade. Novos requerimentos de Ricardo Pinto de Almeida, Padre Galvão e Fernando Ferraz de Arruda foram discutidos a 8 e 15 de julho de 1891 e a 3 de janeiro de 1892. Havia vereadores contrários aos frades.

A sessão de 3 de janeiro exige que a construção da igreja, casa, ou estabelecimento não impeça o prolongamento da Rua Alferes ou de qualquer outra, sob pena de anulação de qualquer concessão. A construção da igreja era planejada para abranger espaços da Rua Alferes, motivo de divergências, e isso deu origem a um antigo túnel ou passagem subterrânea que havia na mesma. Para situarmos-nos melhor com relação às construções existentes hoje, a passagem subterrânea existia apenas abaixo do que mais tarde seria o prolongamento da Rua Alferes José Cactano. A primeira pedra foi lançada em primeiro de janeiro de 1893.

Na oportunidade foi lido e assinado o seguinte documento:

“Auto de lançamento da primeira pedra nos alicerces abertos e preparados *ad hoc* para edificar-se a nova Igreja dos Missionários Capuchinhos nesta cidade de Piracicaba”.

Ao primeiro dia do Mês de Janeiro do ano do Nascimento de Nosso S. Jesus Cristo de mil oitocentos e noventa e três, imperando na Santa Igreja Católica Romana o SS Papa Leão XIII; na Igreja Paulista o mui digno Exmo. Sr. Dom Lino Deodado Rodrigues de Carvalho; com assistência de 4 a 5 mil pessoas dos dois sexos, inclusive os padrinhos, mordomos e zeladoras, no fim deste assinados, pelas doze horas do referido dia, saiu da Igreja da Boa Morte em direção dos alicerces previamente abertos da nova Igreja, que vai edificar-se, uma solene procissão oficiada pelo Ver.mo Fr. Félix de Lavalle, Comissário Provincial dos Missionários Capuchinhos, devidamente paramentado, acompanhado pelo Ver.mo Vigário desta paróquia, Francisco Galvão

de Barros, e pelos Missionários Fr. Luis de S. Tiago, Fr. Daniel de S. Maria e Frei Vigílio de Breguzzo, indo em seu centro o andor com a pedra que devia ser lançada nos alicerces.

Esta procissão chegou na melhor ordem possível, aos referidos alicerces, onde, depois, de análogo sermão, pregado pelo Ver.mo Fr. Luís, tendo sido colocada a pedra no alicerce, procedeu o Ver.mo Comissário à benção da mesma com toda a solenidade, e assim finalizou este ato imponente e majestoso, com o maior entusiasmo e alegria de todos os assistentes.

E para todo o tempo constar, se lavrou o presente auto, que será igualmente transcrito no livro tombo da Matriz.

Piracicaba, 1 de janeiro de 1893.

aa) Fr. Félix de Lavallo, Comiss. Prov.

Fr. Luis de S. Tiago, Guard. de Taubaté

Fr. Fr. Daniel de S. Maria

Fr. Vigílio de Breguzzo

Assinam também: Antônio de Almeida Rocha, Francisco Florêncio da Rocha, Major Fernando Ferraz de Arruda, Antônio Morato de Carvalho, Ricardo Pinto de Almeida, Dr. Torquato da Silva Leitão, Dr. Paulo Pinto de Almeida, Jayme Pinto de Almeida, Conrado Hebling, Jacob Wagner, Luis Augusto de Toledo, José Perches de Menezes, João Baptista de Mattos, Pedro Paulo Lagreca, Bel. Cherubim Ferraz de Andrade, Carlos Morato de Carvalho, Belarmino Leite do Canto, Ricardo Pinto César, Carlos Zanotta, Antônio Manoel de Moraes Sampaio, Eulália Pinto de Barros, João Morato de Carvalho, Natália Angélica de Mello, Antônia Perches, Rita D`Elboux da Rocha, Maria Gabriela D`Elboux”.

Houve uma enorme afluência popular, presença de autoridades, a cerimônia foi presidida pelo Padre Galvão. Às 11 horas, houve Missa solene cantada, com participação dos Tiroleses do “Banco”, que haviam se estabelecido na região em 20 de novembro de 1892.

Em 1892, Frei Luiz Maria de São Tiago foi nomeado o primeiro guardião do convento de Taubaté, onde tomou posse em 13 de janeiro de 1892. Em 1895, voltou a Piracicaba como guardião do novo convento, ainda por construir. No dia 8 de dezembro de 1895, teve a alegria de inaugurar a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, com

missa celebrada pelo Cardeal Arcoverde (Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti), que foi o nono bispo paulistano, o primeiro cardeal brasileiro e o primeiro cardeal também da América Latina. Em 1896, os frades começaram a construir o convento ao lado da igreja.

DADOS SOBRE A IGREJA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

- Em 1898 foram colocadas três estátuas no cimo da fachada: uma central, do Sagrado Coração, de 2 metros e meio; laterais, na mesma fachada, uma estátua de São Pedro e outra de São Paulo, de 1,25 metros cada, todas são obras de Antônio Fávero sob orientação do professor Luís Lacchini.
- Quanto às dimensões e estilo, citamos os dados de Frei Damião: compreendidos presbitério e coro, 45 metros de comprimento e 24 metros de largura, compreendidas as capelas laterais.
- A nave tem 25 metros de altura, 30 metros de comprimento, e 12 metros de largura.
Presbitério, 8 metros de largura, 7 metros e 70 centímetros de comprimento e 22 metros de altura. Os dois coretos laterais ao presbitério continuam as capelas e tem 9 metros de comprimento por 8 metros de largura. Acima deles há 2 tribunas, servindo uma para cantoria e outra para os religiosos.
- Os altares dos primeiros tempos eram 3: o Mor, em estilo toscano; o da Imaculada na segunda capela à esquerda de quem entra e o de São José á direita, ambos em estilo toscano.
- O coro tem 9 metros de largura e 7 metros e 20 centímetros de comprimento, por 22 metros de altura.

- A nave é em estilo toscano, não puro. O estilo geral da igreja é um misto de jônico e romano.
- Entre 1900 e 1924 a igreja teve um período de complementação. A primitiva imagem do Coração de Jesus era em madeira, obra de Pierre Carton, doação de Eudóxia e Maria Pinto de Almeida.
- O púlpito foi inaugurado em 1900, obra de Antônio Spinelli, Italiano de São Paulo, coadjuvado por Emílio Adamoli, de Piracicaba.
- A 1º de Abril de 1900, Frei Crispim de Rallo, guardião, erigia a Via-Sacra, com quadros do Redentorista bávaro Irmão Maximiliano.
- Os altares laterais em madeira são obras de Spinelli, concluídos em 1902. O estilo é misto de Romano, Toscano e Renascentista.
- Em 10 de maio de 1917, Frei Paulo de Sorocaba deu início à pintura do presbitério e do altar-mor, coadjuvado por Eriberto Frabecato, Plácido e Fausto Zenotti. Concluiu o trabalho a 6 de janeiro de 1918. Teve também a iniciativa de abrir nove “respiros” no corpo da igreja. Em 19 de março de 1924, foram concluídas as obras da pintura da capela lateral de São José, efetuadas por Frei Paulo, Ângelo Stella e Antônio de Fávero.
- Frei Paulo Maria de Sorocaba (João Batista Rodrigues de Melo)
Filho do músico-maestro e santeiro Pedro Rodrigues de Melo e Frutuosa da Rocha Pinho, João Batista nasceu em 24 de junho de 1873. Recebeu o hábito em Piracicaba a 11 de agosto de 1900, na Igreja Sagrado Coração de Jesus. Em 1903 partiu para missões de Campos Novos de Paranapanema, sob comando de Frei Boaventura de Aldeno. Doente voltou em 1906, indo exercer o ofício de sacristão e porteiro

no Convento Imaculada e no São Francisco em São Paulo. Em 1912, os superiores o enviam para a Europa a fim de aprimorar os seus dotes de pintor. Nas cidades de Trento e de Rovereto teve por mestres Camilo Bernardi e Antônio Mayer. Voltando ao Brasil em fins de 1913, passa a residir no convento em Piracicaba, onde permaneceu por 10 anos. Após residir em Santos e Botucatu, volta para nossa cidade indo morar no Seminário Seráfico em 1928. Entre seus inúmeros alunos estão artistas piracicabanos como Angelino Stella, Eugênio Nardin, Manoel Martho, Álvaro Segal. Frei Paulo faleceu em 11 de julho de 1955 no Seminário Seráfico São Fidelis. Tinha 82 anos de idade e 54 anos de vida religiosa.

Apesar das grandes obras materiais realizadas pelos frades capuchinhos, a verdadeira grandiosidade está nas obras de missões. A influência religiosa e cultural vai muito além das fronteiras de Piracicaba. Essa é a maior obra de todas. Imensurável. Quase sempre a cavalo percorriam fazendas, onde muitas vezes encontravam a oposição de administradores temerosos que os missionários viessem a conhecer as enormes injustiças cometidas contra os colonos. A barbárie cometida contra pessoas indefesas. Jovens esposas e moças, especialmente as bonitas eram ameaçadas com revólveres, e de serem expulsas com suas famílias, constrangidas a satisfazer desejos abomináveis desses administradores.

Os missionários entregaram-se de corpo e alma a um trabalho de instrução e regeneração moral, por meio de discursos acessíveis, simples, adaptados à capacidade do auditório. Pela dedicação e paciência conquistavam a admiração, a estima e a veneração do povo.

Ficaram registradas as principais cidades percorridas pelos frades nesses tempos: Indaiatuba, Santa Bárbara, Campinas, Monte-Mor, Jundiá, Capivari, Itatiba, Valinhos, Colônia Helvécia, São Pedro, Rio Claro, Santa Maria, Torrinha, Brotas, Dourados, São Carlos do Pinhal, Ribeirão Bonito, Dois Córregos, Jaú, Pederneiras, Porto Ferreira, Descalvado, Pi-

rassununga, Santa Rita do Passa Quatro, Sorocaba, Porto Feliz, Tietê, Laranjal, Botucatu, Araras, Leme. Fundaram um grande número de capelas. Em todas as capelas, do lado oposto à sacristia, nota-se o quartinho reservado para o pouso do frade. Tomavam as refeições nas casas dos fiéis, ou na casa do presidente da capela. Conforme consta nas crônicas de Fr. Damião, o registro de capelas fundadas por eles:

Chave de S.Lídia, a N.Sra. do Carmo (1900); Pompéia, a Na. Sra. do Rosário (1900); Xarqueadinha à Santa Cruz; Córrego da Onça, Corumbataí, Estrada de Limeira, todas à S.Cruz, fundadas por volta de 1900; Recreio, Recanto e Xarqueada, a Santo Antônio; Santa Fé, a Santa Fé, Esperança e Caridade, em 1902; Chave do Chicó, a S.José; Morro Grande, a S.João; Lambari de Baixo, ao Senhor Bom Jesus, Palmeiras a S.Pedro; Godinhos, a S.José; Campes-
tre, a S.Cruz; Paudalhinho, a S. Antônio; Pau Queimado, a S.Benedito; Volta Grande, a S. Luiz Gonzaga; Fazenda Conceição, a São Francisco; S.Olímpia, a Na.Sra.Assunção; Invernada, a S.Cruz; Cantinho, a Imaculada; Bairrinho, a S.Roque; Banco a Imaculada; Saltinho, ao Coração de Jesus; Água Santa, ao Coração de Maria.

Na Paróquia de Rio das Pedras: Lambari de Baixo, Lambari do Meio, Lambari de Cima.

Na Paróquia de Capivari: Laranja Azeda, a Na. Sra. do Rosário.

Na Paróquia de Santa Bárbara: Sapezal, a S.Antônio; Barbosas a S.Roque.

Na Paróquia de Limeira: Lagoa Nova, a Na. Sra. das Dores.

Na Paróquia Campinense ou diocese: Saltinho e Sete Quedas.

Na Paróquia de Jundiá: Traviú, a Na. Sra. Das Vitórias, Colônia Helvécia.

Na Paróquia de Itu: Jacuí, ao Coração de Jesus; Trateri a Na. Sra.

Na Paróquia de Tietê: Capuava, a S.Roque; Cerquillo, a Na.Sra.do Rosário; Pirapora, a S.João; Mato a Dentro, a Na.

Sra. Do Rosário; Bairro São Francisco ao mesmo; Cardoso, a S. Antônio; Vila Nova, a S. Pedro; Garcia, a Na. Sra. da Assunção; Juru Mirim, ao Bom Jesus; Palmeiras, ao Bom Jesus.

Esse relato de Frei Damião, em 1924, nos dá a idéia do atendimento dos frades às capelas.

Referências bibliográficas:

História da Fundação de Piracicaba – Mário Neme

História de Piracicaba em Quadrinhos – Leandro Guerrini

Piracicaba No Século XIX – Maria Celestina Teixeira Mendes Torres

Almanak de Piracicaba 1900 – Manoel de Camargo

Piracicaba - Documentário 1936 – Mario A. Neme

Almanaque de Piracicaba 1955 – Helio M. Krähenbühl

Jornal de Piracicaba

Gazeta de Piracicaba

De Escrava a Fidalga Francisca da Silva, a Chica que Manda

*Hugo Pedro Carradore**

Chica da Silva foi uma das criaturas mais singulares e curiosas da história de Minas Gerais, lá pelos meados do século XVIII. Viveu no arraial do Tijuco, no lugar do mundo onde mais de recolhia e traficava diamante, hoje cidade de Diamantina.

Como um mito, sob forma alegórica o racismo imortalizou Chica da Silva, como um personagem fantástico, extravagante e exótico.

Em 1959, o romancista e teatrólogo Antônio Calado escreveu a peça **“O Tesouro de Chica da Silva”**, produção literária que serviu de roteiro para o filme **“Chica da Silva”**, em 1976, sob a direção de Cacá Diegues, tendo como protagonista Zezé Mota.

Depois, a finada **“TV Manchete”** levou ao ar a novela **“Chica da Silva”**, sob a direção de Walter Avancini, tendo no elenco Zezé Mota no papel de mãe de Chica da Silva, interpretado pela jovem Taís de Araújo. Foi um sucesso tão grande que foi reprisada pelo SBT – TV.

Mas, o primeiro a dar forma lendária à história de Francisca da Silva foi o romancista e ensaísta cearense Joaquim Tomás, quando em 1940, lançou um romance histórico sobre a heroína.

* Escritor, folclorista e ex-Presidente do IHGP.

Somente em 1868, 72 anos depois de sua morte, Francisca da Silva aparece como personagem histórica.

Joaquim Felício dos Santos (Diamantina, MG, 1826-1895), escritor, historiador, jornalista e político, quando redator do jornal “O Jequitinhonha”, (1860-1866), pesquisou e publicou os primeiros artigos sobre o Tijuco, onde surge a figura de Chica da Silva.

Em 1868, aí então, vem à luz a sua grande obra, “**Memórias do Distrito de Adamantino**”, um levantamento histórico de tal importância que teve uma terceira edição em 1956. De lá para cá deve ter tido outras de que não tenho conhecimento.

Na verdade, Chica da Silva foi fotografada em revistas, livros, produções teatrais, filmes... sem embasamento memorialístico, longe da realidade. Não foi uma mulher fútil, sem juízo, mas uma figura histórica; escrava e negra que foi capaz de transpor o preconceito e a rejeição da sociedade escravocrata inflexível do século XVIII.

A História

No julgar dos nossos historiadores a descoberta e a exploração das minas *“nenhum melhoramento moral trouxe às populações da colônia e nenhum acréscimo à fortuna pública”*. (1)

Em 1719, foram criadas as casas de fundição proibindo, comerciar o ouro em pó, mas só começaram a funcionar em 1725. O ouro descoberto deveria ser fundido em barras e marcado com o selo real; um quinto deste pertencia à Coroa portuguesa e, ainda, era cobrada uma alta taxa de purificação. Assim, para cada quilo de ouro eram confiscados 250 gramas.

Em 16 de julho de 1720, Felipe dos Santos, um dos líderes da rebelião contra o escorchamento de toda a sorte de impostos, taxas e confiscos aos mineradores e à população mais abastada, é enforcado. Seu corpo é amarrado à cauda de um cavalo e arrastado pelas ruas de Vila Rica.

Em 1729, descobriram-se diamantes. Foi quando o ouro começou a escassear que Portugal voltou os olhos para as lavras de diamantes no Arraial do Tijuco, comarca de Serro Frio. Durante a

mineração do ouro descobriram as primeiras pedras. Logo a Coroa assegurou a propriedade sobre elas.

Já em 1730, crescia muito a lavra de diamantes. Com as dificuldades de recolher tributos relativos à extração de pedras e impedir o contrabando, a Coroa resolveu adotar, em 1740, o sistema de contrato. Apenas o contratador tinha o poder de explorar os diamantes, garimpados unicamente por negros escravos.

Foi, provavelmente, mais ou menos, em 1730 que nasceu Francisca, Chica da Silva, no Arraial do Milho Verde, entre o Tijuco e a Vila do Príncipe, hoje cidade do Serro (2).

Mulata clara, era filha da negra Maria, oriunda da Costa da Mina e do português Antônio Caetano de Sá, ocorrência comum naqueles tempos da escravidão, o encontro sexual de brancos das melhores condições sociais com escravas negras e mulatas, produzindo filhos espúrios, muitas vezes criados, dentro das casas grandes à sombra do liberalismo patriarcal.

Muito jovem foi vendida para Manuel Pires Sardinha, médico e proprietário de lavras de diamantes. Segundo a historiadora Júlia Furtado, no Arquivo do Bispado ele exerceu os cargos de juiz e presidente do Senado da Câmara na Vila do Príncipe.

Encantado com a graça e faceirice da escrava, ele homem maduro e ela moça, em 1751, teve o primeiro filho, Simão. No registro de batismo, o pai assumiu a paternidade e deu-lhe alforria.

Posteriormente em testamento, no ano de 1755, reconheceu Simão como um de seus herdeiros, embora já tendo outros dois filhos legítimos.

No segundo semestre de 1753, chegou ao Tijuco o desembargador João Fernandes de Oliveira, o quarto contratador de diamantes, com plenos poderes em nome da Coroa portuguesa.

João Fernandes de Oliveira nasceu em Mariana (MG), em 1727, filho do Sargento-mor de idêntico nome e de dona Maria de São José. Formou-se em cânones, na Universidade de Coimbra. O pai comprou-lhe o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

O fidalgo João Fernandes, vinte e seis anos, solteiro, conheceu Chica na casa de Manuel Pires Sardinha.

Felício dos Santos, em “**Memórias do Distrito de Adamantina**” assevera: “*Chica da Silva não possuía graça e beleza, não era dotada de atrativo algum que pudesse justificar uma forte paixão*”. Contrariamente, a tradição afirma: *Chica da Silva conhecida como Chica Parda, mulata, trigueira, airosa e formosa, despertou uma desenfreada paixão no desembargador João Fernandes.*

Segundo o testemunho de Joham Moritz Rugendas (1802-1858), que esteve no Brasil de 1821 a 1825, autor de importante documentação histórica e iconográfica “**Voyage Pittoresque au Brésil**” (3), publicada na Europa em 1835, assim fala a respeito das mulatas dos tempos Coloniais:

“As mulatas distinguem-se pela sua amabilidade e pelos dotes de corpo e espírito. As dificuldades resultantes das paixões que lhes inspiram e os obstáculos decorrentes de sua origem levam-nas muitas vezes às uniões muito especiais. Assim, quando questões de família impedem um homem de certa categoria casar-se com uma mulata pela qual se sente atraído, ele leva-a para casa. Aí fica ela anos inteiros à frente dos negócios domésticos, recebendo, de resto, visitas de senhoras casadas e distintas e pagando-as”.

Qual por imposição, Chica foi comprada de Manuel Pires Sardinha pela quantia 800 réis, e no mesmo ano, deu-lhe a alforria. Meses após, em 1754, Chica estava grávida. No ano seguinte, em abril, era batizada Francisca de Paula, a primeira filha do par João Fernandes e Francisca da Silva. Ainda que no registro da igreja contasse como de pai desconhecido, na declaração pela primeira constava o nome do amásio: Francisca da Silva de Oliveira. (4)

Inesperadamente para a época, o casal manteve uma relação estável durante 18 anos, até o seu retorno a Portugal. Tiveram treze filhos, sendo nove mulheres e quatro homens.

Em 1776, nasceu João, um ano depois Rita e, em 1759, Joaquim. Em 1761, Antônio Caetano, depois Ana, Helena e Luísa. Em 1766, nasceu Maria e em 1767 Quitéria Rita. Mariana a caçula das mulheres veio ao mundo em 1769. De dois dos filhos não foi encontrado o registro. Antônia deve ter nascido em 1765 e em 1770, José Agostinho.

Os nomes dados aos filhos, não apenas repetiram os nomes dos pais (João e Francisca), como também em honra às cinco irmãs freiras de João Fernandes, a mãe e a irmã de Chica, ainda reverenciavam alguns santos de devoção da família de acordo com testemunho expresso pelo próprio João Fernandes em seu testamento:

“Os padrinhos das crianças foram escolhidos entre residentes de destaque do Tijuco, entre eles Manuel Pires Sardinha, o Sargento-mor José da Silva Oliveira, o coronel José Velho Barreto e seu tio Ventura Fernandes de Oliveira, morador em Vila Rica, o padrinho de Joaquim, indício exqüível que a povoação homologava aquele relacionamento ilegítimo”.

O fidalgo João Fernandes sempre manteve a postura de um chefe de família apesar da sua união não ser sagrada pela Igreja, assim não teve dúvidas em legitimar os filhos e legar todo o seu patrimônio no Tijuco.

As filhas de dona Francisca da Silva de Oliveira foram educadas no melhor educandário de Minas, o recolhimento de Macaúba, onde se encontravam as jovens das famílias mais ilustres. Polidas e puras ali as meninas eram preparadas para seguir dois caminhos, ou a vida religiosa, tornando-se freiras, ou entregar a sua castidade ao matrimônio.

Entregar as filhas à vida religiosa não era o propósito de Chica. Contudo, cinco delas optaram pelo recolhimento dos conventos professando os votos. Porém, quatro delas tiveram licença de deixar o hábito para se casar.

A residência da família situava-se em lugar privilegiado do arraial, na rua do Bonfim. Era uma casa assobradada, espaçosa e bem arejada, com todo o conforto e fina mobília. Tinha ao seu serviço aias, mucamas, moças de estimação alforriadas por Dona Chica. Junto ao solar havia uma capela – poder de raras personalidades – na qual posteriormente se uniram pelos laços do matrimônio duas de suas filhas.

Usufruindo o grande poder do amásio e da sua fortuna ela sobrepujou todos os preconceitos e colocou o Tijuco aos seus pés, angariou amigos, aliciou inimigos e granjeou a alcunha **“Dona Chica que manda”**.

A senhora dona Francisca da Silva de Oliveira exerceu tal influência, prestígio e autoridade que nos salões da sua vivenda na Chá-

cara da Palha, construída nas encostas da serra São Francisco, entre jardins e cascata, com uma corte de belas “*escravas*”, reunia artistas, intelectuais e autoridades. Ali, possuía também uma capela particular e um teatro, o único daquelas plagas.

Muito religiosa, quando ia à igreja, fazia-se acompanhar por doze aias negras ricamente vestidas e ostentando suas faustosas jóias. (5)

Ela e sua prole pertenciam às irmandades, associações religiosas distintas de identificação social. Chica da Silva era irmã nas confrarias de São Francisco, da Terra Santa e do Santíssimo, privativas dos brancos.

Também pertencia a de mulatos, como a das Mercês, e da mesma maneira à Irmandade do Rosário dos Negros, onde ocupou cargos de direção.

Simão Pedro Pires Sardinha, o filho mais velho, ingressou na Irmandade de São Miguel das Almas, do Santíssimo e das Mercês. João da Silva Fernandes de Oliveira, da mesma forma fazia parte da Irmandade de São Miguel e do Rosário e Irmão da Mesa.

Em 1770, morre em Portugal o pai do qual ele herdara o próprio nome, o que provocaria uma reviravolta na história de Chica.

Ocorrido em 1748, o casamento do velho sargento-mor João Fernandes (6) em segundas núpcias, numa união arquitetada pelo governador Gomes Freire de Andrade com a milionária viúva dona Isabel Pires Monteiro. Num matrimônio de conveniências foi firmado um contrato pré-nupcial, no qual a noiva unia seus bens ao do esposo, por ocasião do falecimento dele, se não tivessem filhos, a esposa auferiria como herança apenas o total correspondente ao seu patrimônio. Contudo, alguns dias que antecederam a morte do marido, Isabel convenceu-o a mudar o testamento, outorgando-lhe a metade dos bens do finado, restando aos seus herdeiros apenas um terço do patrimônio, do qual o amásio de Chica era o sucessor.

D’outra parte, em 1770 é chamado pela Coroa a prestar contas sobre uma suposta acusação de violar algumas regras do contrato de exploração de diamantes. Segundo consta o chamamento não implicaria em penalidade, mas sim, resultado da política do Marquês de Pombal, que queria retornar ao comando do Reino as riquezas da colônia.

João Fernandes regressou prontamente a Portugal com a pretensão de tentar anular o testamento e prestar esclarecimento à Coroa. Essas foram as reais causas do retorno à corte portuguesa, levando consigo os quatro filhos homens, com a intenção de apresentá-los e introduzi-los entre os cortesãos.

O mais velho, o primeiro filho de Chica, Simão Pires Sardinha, teve o dever de aplicar a atenção ao futuro dos manos. Seu filho João converteu-se no primordial herdeiro do pai, que estabeleceu em Portugal o Morgado (7) do Grijó, consignando-lhe dois terço de seus bens. José Agostinho sagrou-se padre, recebendo do pai rendimentos para viver o presbitério. Simão recebeu a patente de tenente-coronel da cavalaria de Minas Gerais.

João Fernandes não mais retornou de Portugal, mas deixou dona Francisca da Silva de Oliveira com uma herdade em testamento, e polpuda renda. Morreu em 1779, em Lisboa e, foi enterrado no Convento de Nossa Senhora de Jesus.

“Chica que manda” soube administrar o seu prestígio e sua fortuna. Foi protetora dos pobres e oprimidos, chegou a comprar a alforria de mais de cem escravos, foi uma espécie de mecenas, protetora das artes e dos artistas.

Em torno de sua vida há histórias verdadeiras e lendárias.

Chica era senhora de suas vontades e, todos os seus caprichos satisfeitos por João Fernandes.

Seu sonho era conhecer o mar e viajar em um navio. Como em Minas não havia mar, o Contratador mandou rasgar um imenso lago aproveitando a cavidade escavada pelos mineradores, desviando para lá um riacho que corria próximo e, mandou construir uma pequena replica de uma nau com mastros e velas e tudo mais, para ela poder navegar com sua vassalagem. Será verdade, ou lenda?

Aos 70 anos, no dia 15 de fevereiro de 1796, falecia a senhora Francisca da Silva de Oliveira em sua residência, no Arraial do Tijuco.

A sua integração social ficou manifesta durante o seu sepultamento na tumba número 16, no interior da Igreja de São Francisco de Assis, cuja Irmandade era congregada pela nata da sociedade do Tijuco, lá teve ofício de corpo presente. Por disposição testamentária foram rezadas quarenta santas missas por sua intenção na Igreja das

Mercês dos pardos e mulatos. Todos os sinos dobraram pelo seu falecimento.

Lamentavelmente a historiografia, por muitos anos não teve a preocupação e o empenho de ajuizar o papel da ex-escrava Chica, uma paladina de valor, extraordinário na sua atuação na tentativa de atenuar o labéu da escravidão, pioneira manifesta contra a segregação racial, se opondo ao preconceito. Magnânima, insubmissa, antiescravocrata, nativista, chegou a ser lembrada e se propôs em subvencionar a Inconfidência Mineira. (8)

Foi mãe e deu o exemplo. Seus filhos receberam esmerada educação, mulatos respeitados pelo seu denodo, ocupando um lugar de destaque na tão fechada sociedade escravocrata, os quais se tornaram padres, freiras, bacharéis e até desembargador.

Por volta de 1925, em notas o jornalista Antônio Torres, sobre o Arraial do Tijuco, comunicou:

“Reza a tradição que o seu cadáver (de Chica) foi encontrado, muitos anos após sua morte, com a pele seca e negra”. O que pode sugerir santidade, levando em conta o triunfo sobre a morte! E daí?

A vida de Chica da Silva reproduz a tentativa de sufocar o estigma infamante da cor e da escravidão, promovendo alforrias e incentivando a ascensão social.

NOTAS

¹ Rocha Pombo in **“História do Brasil”**, pg. 258.

² Serro, município de Minas Gerais, com 19,44 habitantes. Cidade histórica com construções coloniais do ciclo da mineração, tombada pelo Sphan.

³ **“Viagem Pitoresca através do Brasil”** tradução de Sérgio Milliet.

⁴ Segundo a historiadora Júlia Furtado Silva foi adotado quando da alforria de Chica.

- ⁵ Chica rompia o convencional, entrando com o seu cortejo em igrejas freqüentadas só por brancos.
- ⁶ O contratador João Fernandes de Oliveira tinha o mesmo nome do seu pai.
- ⁷ Morgado o mesmo que filho primogênito ou herdeiro no século XVIII.
- ⁸ A Inconfidência Mineira vinha sendo preparada em 1789, quando Silvério dos Reis denunciou a conjuração. Na época Dona Chica tinha 63 anos e estava no ápice do poder e da fortuna pessoal.

BIBLIOGRAFIA

- FURTADO, Júlia. **De Escrava a Sinhá**. Nossa história, nº 2, Editada pela Biblioteca Nacional, 2003.
- POMBO, Rocha. História do Brasil. Ed. Melhoramentos, 1956.
- RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem Pitoresca através do Brasil**. Tradução Sérgio Milliet. Ed. Círculo do Livro, sd.
- SANTOS, Joaquim Felício. **Memórias do Distrito de Diamantina**. Ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1976.
- VASCONCELOS, Agripa. **Chica que manda**. Ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1966.

Memórias da Escravidão Cor da Pele: fator de Divisão de Classes

*Hugo Pedro Carradore **

“Os povos, como os rios, parecem sempre ser os mesmos, embora estejam a se renovar continuamente” (Aristóteles, Política)

No mundo antigo, os gregos jactavam-se de sua origem, afirmavam que eram homens superiores; todos os demais haviam sido criados para servi-los.

Perante os sábios de Atenas, no areópago, o apóstolo Paulo, explicou que as diferenças entre os diversos grupos étnicos não são específicas, mas puramente raciais: “... de uma só fez toda a geração dos homens, para habitar sobre a face da terra.” (Actos 17:24-26)

Quando os primeiros povoadores chegaram para colonizar a América, submeteram os aborígenes com o emprego da violência, escravizando-os e usando os métodos mais cruéis para obrigá-los à obediência, justificando que eles pertenciam a uma raça inferior...

O racismo contemporâneo se materializou com a publicação do livro do Conde Gobineau, “Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas” (Paris 1853-55). – Ele estabelece uma hierarquia de raças, colocando como superior a ariana adotando, para tal, o conceito pseudo-histórico de raças conquistadoras e raças conquistadas.

* Escritor, folclorista e Ex-Presidente do IHGP.

Gorbineau acreditava que o cruzamento entre raças diferentes prejudicava as raças consideradas superiores, não favorecendo em nada as inferiores.

As teorias de Gorbineau foram combatidas por muitos estudiosos, como Jean Finot em seu livro publicado em 1914: “O Preconceito de Raças”. De outra parte, o Gorbenismo foi abraçado por outros com Wagner, com algumas reservas e Nietzsche com fervor.

A cor da pele tornou-se um fator de divisão de classes sociais – “O mulato era melhor que o negro, o moreno melhor que o mulato, e assim por diante” – estabelecendo-se uma hierarquização. O branqueamento e a desafrikanização com a aproximação aos valores brancos, representados pelo senhor do engenho, eram os únicos meios de ascensão em busca de segurança e prestígio na pirâmide do regime escravocrata. Foi nessa perspectiva que se deu o processo de aculturação.

A primeira distinção dentro da massa escrava era feita entre o “escravo do eito” – escravo da senzala – e o “escravo doméstico” – escravo da casa-grande.

Aos primeiros era reservado o trabalho no campo ou no engenho, do amanhecer ao anoitecer, sob severa vigilância. Para o trabalho doméstico eram escolhidos negros crioulos (nascidos no Brasil), levando em conta a saúde, a beleza, a docilidade e a inteligência do escravo. Padrões que levavam a escolha recair quase sempre entre as minas e os nagôs. Estes eram conduzidos à condição de criados de quarto, cocheiros, negros de recado, amas de leite, mucamas, cozinheiras, costureiras...

Os escravos crioulos ofereciam menor resistência ao regime patriarcal da casa-grande e procuravam, usando de inúmeros artifícios, conquistar um lugar de destaque junto aos senhores.

Na consulta aos jornais do tempo do Império encontramos um farto material ilustrativo. Através dos anúncios de compra e venda de escravos, define-se bem a preferência pelas negras destinadas à casa-grande e ao sobrado: “bonitas de cara e de corpo” – “O que mostra ter havido seleção Eugênia e estética de pajens, mucamas e molecas para o serviço doméstico – as negras mais em contato com os brancos da casa-grande, as mães dos mulatinhos criados em casa,

muitos deles futuros doutores, bacharéis e até padres”, como assevera Gilberto Freyre.

Estes anúncios apresentam-se como de grande interesse no estudo da formação da família brasileira (1):

“VENDE-SE duas escravas mulatas de 13 e 17 anos boas figuras, por preço comodo, na rua do Candieiro Recife, n. 60”

“VENDE-SE Catarina do gentio Benguella, alta grossa de corpo, peito em pé, cara larga, beiços grossos, dentes abertos, bem preta, de bonita figura” – Diário de Pernambuco, 9 de outubro de 1828.

No mesmo jornal, em anúncio publicado em 23 de dezembro de 1830, constata-se que negras feias eram mercadorias pouco valorizadas no comércio:

“VENDE-SE huma escrava por preço tão favorável que será incrível no tempo presente por tal comprá-la; a mesma escrava não tem vício algum, e he quitandeira, e só tem contra si huma figura desagradável e he o motivo porque, se vende.”

O trabalho era destinado ao escravo, jamais ao homem livre. A subordinação incondicional do escravo ao senhor, e a sua posição de pária na pirâmide social, transformou o trabalho em uma atividade aviltante à dignidade. A sociedade patriarcal brasileira estabeleceu uma inversão de valores, onde a preguiça passou a ser sinônimo de prestígio e poder.

Possuir escravos tornou-se um imperativo à sobrevivência porque os homens livres, ainda que mamelucos, mulatos e mesmo negros alforriados, opunham-se a desenvolver qualquer tipo de trabalho reservado a escravos.

Firmou-se, assim, um novo conceito: o ócio tornou-se um presuposto de dignidade. Ao trabalho manual se ligaram as idéias de submissão, penúria, inferioridade e péssimos requisitos morais, com a agravante de associar-se à cor negra.

Deste modo, só quem podia desfrutar do trabalho escravo, tinha condições de conduzir qualquer tipo de atividade lucrativa.

Da mesma forma que nos engenhos havia diferenciação entre o escravo do eito e o escravo da casa-grande, também, nas vilas e nas cidades instituiu-se uma diferença entre o escravo de casa ou de sobrado e o escravo de rua, ou seja, o escravo reservado aos serviços caseiros, “de porta a dentro” e ou que trabalhava na rua para terceiros cobrando uma taxa pelo serviço, conhecidos como escravos de ganho. Havia também os de aluguel. Esses eram arrendados para tarefas específicas, por um determinado tempo.

Vejamos algum anúncio de aluguel:

“Nesta tipografia se diz quem precisa alugar uma preta ou um moleque para o serviço de casa de um homem solteiro, que além dos bons costumes, entenda um pouco de cozinhar, e que seu salário não exceda a 320 réis, dormindo em casa do alugador” (19 dezembro 1850)

“Aluga-se uma magnífica ama-de-leite parida a poucos dias, e seu cria, a quem for tão bom alugador, com ela merece, a tratar do ajusto com o abaixo-assinado. – Manuel Raimundo Gomes” (18 janeiro 1851) (1)

“Alugar a mão-de-obra escrava foi uma das formas mais comuns que o senhor adotou, nas cidades, para tirar proveito do capital empatado na aquisição. Essa classe de proprietários parece ter sido das mais numerosas, e na maioria das vezes, vivia exclusivamente da renda assim obtida, tal como hoje, nos centros urbanos, existe a classe de proprietários de imóveis...

Em 1748, um escravo avaliado em 100 mil réis rendia 300 réis (ao dia); em 1850, uma boa ama-de-leite, com cria, podia ser adquirida por 500 mil réis; rendia alugada 320 réis (ao dia).”

O crescimento da população nas cidades exigiu o desenvolvimento do comércio e, conseqüentemente, um aumento significativo de mão-de-obra para atender as necessidades de habitação, transporte e serviços públicos.

Os negros e as negras, escravos de ganho, alugados ou não, exerciam todos os tipos de encargos: carregadores de mercadorias ou de pessoas, transportadores de excrementos humanos, vendedores de água, vendedoras de quitutes, frutas e azeite. Muitos trabalhavam pesadamente e cruelmente como animais de carga, forçados a entregar no fim do dia ao seu senhor, considerável soma de moedas.

No Brasil colônia e nos primeiros tempos do Império, as ruas, quando pavimentadas, com pedras irregulares e esgoto do centro, a céu aberto, tornavam-se incômodas para se percorrer; empoçadas, escorregadias e perigosas nos dias de chuva, quando não, cheias de lama e intransitáveis... “Só as patas de resistentes mulas e de pachorrentos bois de carro eram capazes de competir com os pés descalços dos igualmente vigorosos carregadores negros de palanquins, como animais de transporte de pessoas e cargas senhoris-vigários, capitães, baronesas, pianos de cauda, sofás de jacarandá, barris com excremento dos brancos dos sobrados – através de ruas tão detestavelmente calçadas, enlameadas e sujas, como as do Rio de Janeiro ou as do Recife e mesmo de São Paulo.” (2)

A água usada nas residências para o banho, para cozinhar e beber era transportada das fontes ou dos chafarizes e vendida pelos escravos de ganho. A instalação de serviços de água e esgoto, só se deu nas principais cidades brasileiras em meados do século XIX. Assim é que os negros carregavam sobre a cabeça ou nos ombros enormes barricas de fezes dos sobrados às praias ou aos rios, onde eram esvaziados.

Em seu livro “Viagens nas Costas Oriental e Ocidental da América do Sul” (1826), o holandês Jacobus van Boelen, que morreu no Rio de Janeiro no início do Império, registrou a respeito dos negros de ganho: “convém desconfiar deles a todo instante, pois obrigados como são pelos senhores a lhe entregar uma certa quantia diária, procuram sempre arranjar-la de qualquer modo; e citam-se vários casos de terem virado, à tarde ou durante a noite, na baía, canoas tripuladas por eles, conduzindo a bordo passageiros que assim eram saqueados primeiro e depois afogados” (3).

Debret (4) e Rugendas (5) fizeram para a posteridade um retrato fiel da vida urbana no século XIX com suas negras quituteiras,

vendedoras de flores, refrescos, lavadeiras com trouxas na cabeça e aguadeiros, que povoavam as fontes e chafarizes; barbeiros, que não só cortavam cabelos e raspavam barbas, como também faziam sangrias e aplicavam sanguessugas.

Pelos registros dos cronistas, negras e mulatas de ganho tiveram um capítulo de destaque na história da prostituição no regime escravocrata.

Le Gentil de la Barbinais certificou que, até senhoras de projeção social se valiam desse abominável comércio como fonte de renda (6). Trajavam as moças com vestidos de rendas, adornavam-nas com anéis, pulseiras e correntes de ouro, e as mandavam à rua para prostituírem-se, recolhendo a fêria no fim da jornada de trabalho. A mística Rosa Maria Egípcíaca de Vera Cruz (7) foi escrava de ganho da mãe do Frei Santa Rita Durão, para quem trabalhou como prostituta.

Numa sociedade em que a mulher era fruto proibido, guardada a sete chaves até o casamento, negras e mulatas ávidas de ascensão social, valorizavam-se como amantes de europeus celibatários.

No século do ouro, a escrava Chica da Silva despertou tamanha paixão no opulento João Fernandes de Oliveira, contratador de diamantes no Tijuco Preto, hoje Diamantina, que além de dar-lhe carta de alforria, curvou-se a ela, satisfazendo-a nos seus mais absurdos desejos, chegando ao ponto de mandar escavar um grande lago e construir um navio a vela para agradar a vontade de Chica. Ela que não conhecia o mar queria navegar.

Pela pompa que ostentava, Chica da Silva ficou célebre até na corte portuguesa. Em sua imensa mansão de amplos salões revestidos de alabastro e mármore de Carrara, circulavam as mais expressivas figuras da sociedade e da política colonial.

Quando a escrava Francisca da Silva foi comprada por João Fernandes, já era mãe por duas vezes. Apesar disso, e de não ser nada graciosa, graças a fascinação, inteiramente inexplicável, exercida sobre o desembargador, entre 1761 a 1795, esbanjou uma fortuna incalculável em fantasias inomináveis.

Em meados do século XIX, as ruas do Sabão e da Alfândega eram o antro da prostituição no Rio de Janeiro. Seminusas, negrinhas e mulatinhas de dez a quinze anos expunham-se às janelas oferecendo-

se aos transeuntes, escravas, a quem os seus senhores, melhor dizendo, suas senhoras obrigavam a prostituírem-se, usando o vergonhoso comércio como fonte de renda.

Muitos escravos de ganho, com o pecúnio guardado, acabavam comprando a liberdade.

Ex-escravos, alforriados, atuando ao lado dos escravos de ganho, formavam um pecúlio, que os permitia estabelecer-se. Os mulatos que se dedicavam ao trabalho artesanal: ferreiros, carpinteiros, marceneiros, funileiros... chegavam muitas vezes à pequena burguesia.

As negras e principalmente as mulatas, hábeis e atraentes, amancebavam-se com os brancos recém-chegados do Reino, auxiliando-os com a comercialização dos produtos de tabuleiro ou como quituteiras e doceiras. Muitas delas, graças a lealdade ao companheiro, tornaram-se legítimas esposas de prósperos comerciantes e senhoras de sobrados.

Os libertos, mulatos ou quase-brancos, procuravam no geral, aproximarem-se do comportamento do branco dominador. “Supunha de ordinário o preto ou pardo livre que toda a vantagem para ele estava em vestir-se e até alimentar-se como o branco senhoril, de quem a condição de livre o aproximava. Em deixar a cachaça pelo vinho. O bredo pela carne de porco. O pé descalço ou a sandália pela botina – mesmo que lhe doesse nos pés. A casa de palha pela casa de pedra.” (8)

Não era incomum encontrar-se entre os senhores de terras, mulatos de cabelos encarapinhados, muitos deles senhores de escravaria. “Alguns celibatários tinham de portas à dentro escravas africanas ou índias, com quem reproduziram a sua espécie... E embora os brancos se retirassem ricos, dentre os pardos que ficaram na terra e herdaram parte de seus bens, vários foram se distinguindo e até adquirindo opulência.” (9) É de boa lembrança a história de Chico Rei que tornou-se senhor da Mina de Palácio Velho, onde fundou uma comunidade nos moldes do que se nomeou – a primeira tentativa de “Socialismo Cristão” (10) – Chico Rei, um rei africano, subjulgado e convertido à condição de escravo, servindo o seu senhor como negro de ganho. Com suas economias alforriou seu filho e posteriormente comprou a própria liberdade. Juntos, trabalhando, conseguiram

emancipar toda a família. Pelo mesmo processo, compraram carta de alforria para dezenas de negros, até formarem “um verdadeiro Estado”, no qual Francisco (Chico) era respeitado como autêntico rei.

Com toda a sua autoridade e prestígio, a Coroa Imperial brasileira facilitou a integração dos mulatos lúcidos e versados, trazendo-os ao Paço e nomeando-os para o serviço público. Bacharéis e deputados mulatos eram vistos nos salões da Corte. Pelos títulos de nobreza, outorgado-lhes por serviços prestados ao Império, “barões chocolate”, participavam dos bailes e das cerimônias do “beija-mão”. (11)

No entrechoque da classe branca dominante e da negra servil, a integração à civilização dos senhores foi a única forma encontrada para a mobilidade social. Essa integração tomou dois caminhos, um cultural e outro biológico. A via cultural, através da conversão ao catolicismo, a via biológica através da miscigenação.

Crioulos batizados, que abraçavam a fé católica conquistavam o nome de família dos seus senhores. À sombra do catolicismo, essa adoção de nomes ilustres contribuiu sobremaneira para a ascensão social. Muitas famílias com origem africana, ainda carregavam consigo nomes da linhagem européia como: Cavalcante, Wanderley, Viana, Carneiro, Lins...

Outro meio era o de purgar o sangue e clarear a pele, copulando com o branco, no sentido de gerar descendentes mulatos, cada vez mais claros. Aproximando-se assim do escopo de beleza do dominador, e da excelência moral dos valores cristãos sobre os dos pagãos, diminuía-se a distância social.

A mestiçagem alcançou proporções significativas nos últimos cinquenta anos do regime escravocrata. A população brasileira, sem contar os índios, era de 3.480.000 almas em 1835, assim dividida: brancos, 24,28%; mestiços, 18,62% e negros, 57,10%. Em 1890, numa população de 13.038.119 habitantes, não obstante o crescimento do tráfico de escravos, o número de mestiços aumentou expressivamente: brancos, 48,33%; mestiços, 35,57% e negros, 16,08%. (12)

Nos estatutos das confrarias de brancos estabelecia-se que era proibido o acesso de negros e mulatos. Os “católicos de cor” eram forçados a associarem-se à confraria peculiar a sua cor. A segregação

era tão inflexível, que essas comunidades religiosas passaram a denominarem-se de “igreja branca” e “igreja negra”.

“A igreja negra estava da mesma forma dividida porque o mulato não queria se deixar confundir com o negro. A rivalidade atçou assim a luta, em Diamantina, entre as confrarias do Rosário dos negros e da Misericórdia, dos mulatos”. (13)

Raymundo José de Souza Gayoso, no início do século XIX, debruçou-se sobre o processo natural de miscigenação desenvolvido no Maranhão (14), especialmente em São Luís: “Os seus habitantes se podem dividir em várias classes. A mais poderosa, e a que merece a primeira contemplação é a dos filhos do Reino” – depois, os privilégios eram distribuídos aos brasileiros natos, brancos descendentes de europeus; a seguir, os mulatos, e finalmente, os negros.

“A terceira classe dos habitantes do Maranhão é de uma geração misturada, proveniente de um europeu e uma negra, ou de um europeu e uma índia”, explicava Gayoso, “os da primeira filiação se chamavam mulatos, os da segunda filiação são chamados mestiços.”

Entre os mestiços estavam os quase brancos ou “semibrancos” como eram denominados, e que, quando livres, participavam de todos os privilégios dos brancos puros.

Essa condição de valoração não era privativa do Maranhão, mas, sim, generalizada no Brasil patriarcal e semipatriarcal.

Citando Robertson (15), Gayoso apresenta uma tabuada das graduações de cor, encontrada no Guia de Comércio da América:

TABUADA DAS MISTURAS PARA FICAR BRANCO

- 1 branco com uma negra produz mulato
Metade branco, metade preto.
- 1 branco com uma mulata produz quartão
Três quartos branco, e um quarto negro.
- 1 branco com uma quartão produz outão
7/8 branco e 1/8 negro.
- 1 branco com uma outona produz branco
Inteiraente branco.

TABUADA DAS MISTURAS PARA FICAR NEGRO

1 negro com uma branca produz mulato
Metade negro, e metade branco.

1 negro com uma mulata produz quarrão
 $3/4$ negro, e $1/4$ branco.

1 negro com uma quartão produz otão
 $7/8$ negro, e $1/8$ branco.

1 negro com uma outona produz negro
Inreiramente negro”.

A mestiça clara torna-se branca na medida em que se veste e se comporta socialmente como as filhas das casa-grandes e dos sobrados.

Folheando velhos álbuns de família, não é incomum encontrar-se fotografias de mulatos claros trajando-se burguesmente de sobrecasaca e cartola e mestiças, quase brancas, vestidas à moda europeia.

NOTAS DE CAPÍTULO E CITAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

¹ A pesquisa nos anúncios de compra e venda de escravos, na coleção do Diário de Pernambuco – o mais antigo jornal da América latina, fundado em 1825 – é deveras interessante do ponto de vista de caracterização antropológica dos negros aqui chegados. No texto encontramos informações da nação de origem e traços físicos (alto, baixo, fulo, retinto, formato de cabeça, pouca ou muita barba, formato do nariz, etc).

² Sobrados e Mocambos, op. cit.

³ Jacobus van Boelen, “Viagens nas Costas Oriental e Ocidental da América do Sul (1826), apud Gilberto Freyre in Sobrados e Mocambos.

- ⁴ Debret, Jean Baptiste, “Voyage pittoresque et Historique au Brésil...” 1816-1831, Paris, 1834-1839. Aquarelas relativas ao Brasil publicadas por Robert Heymann, Paris, 1939.
- ⁵ Rugendas, J. Maurice, “Voyage Pittoresque au Brésil”, Paris/Mulhoese, 1835. Viagens Pitorescas através do Brasil (trad.), São Paulo, 1949
- ⁶ Barbinais, Le Gentil de La, “Nouveaux Voyage Autour du Monde”, Amsterdã, 1728, apud Gilberto Freyre in “Casa-Grande e Senzala”.
- ⁷ Nascida na Costa da Mina (África), oriunda da nação Courana, com apenas seis anos de idade, a negrinha chegou ao Rio de Janeiro em 1725. No mercado de escravos foi comprada por um Azevedo, que a mandou batizar com o nome de Rosa.

Menina-moça, aos quatorze anos, seu porte gracioso e corpo bem feito, atraiu a atenção do seu senhor, que a deflorou, vendendo-a depois e levada para as Minas Gerais.

Na Vila da Inconfidência, foi comprada pela mãe de Frei Santa Rita Durão, para quem passou a trabalhar como prostituta. Foi nesse tempo em que mercadejava o próprio corpo que o “espírito maligno” se manifestou. Durante a posseção, geralmente nas igrejas, a escrava entrava em transe e caía sem sentidos.

O bispo de Mariana determinou que ela fosse examinada por uma equipe de teólogos para verificar se as possessões eram demoníacas ou embusteiras e simuladas.

Seus transe foram considerados heréticos e Rosa condenada ao açoite em praça pública. O castigo foi tão violento que ela ficou parálitica de um dos braços.

A infeliz foi exorcizada pelo padre Gonçalves Lopes, que acreditando na sua sinceridade deu-lhe alforria, levando-a para o Rio de Janeiro.

No Rio foi fundado o “Recolhimento de Nossa Senhora do Parto”, onde foram recolhidas uma dezena de mulhe-

res desamparadas, na maioria negras. Ali, sob a guarda dos franciscanos, Rosa foi alfabetizada e passou a escrever o livro “Sagrada Teologia de Amor de Deus Luz Brilhante das Almas Peregrinas” onde narrava suas visões e experiências sobrenaturais.

O “Recolhimento” se transformou em sítio de peregrinação. Por “injunção celestial”, Rosa passou a adotar o nome de Rosa Maria Egípcíaca de Vera Cruz, em analogia com a santa oriental que de meretriz se transformou em anacoreta.

Por ordem do bispo do Rio de Janeiro, sob suspeição de sortilégio foi, em companhia de seu confessor, enviada para Portugal, para responder ao Tribunal do Santo Ofício.

Em Lisboa, presa pela Inquisição, foi acusada de bruxaria. Interrogada, Rosa declarou várias vezes ter visões e êxtases. Contudo, o processo não chegou à conclusão final, a negra morreu no cárcere.

⁸ Sobrados e Mocambos, ob. cit.

⁹ Cunha, Matos, “Corografia Histórica da província de Goiás”, Revista Inst. Hist. Geog. Br. T. XXXVIII, p.I, Rio de Janeiro, 1874.

¹⁰ A. Teixeira Duarte em seu trabalho sobre as origens do cooperativismo em Minas Gerais vê na organização de Chico Rei o prenúncio do cooperativismo ou do socialismo cristão no Brasil.

¹¹ Bastide, Roger, “Les Religions Africaines au Brésil”, Paris, 1960. (trad.) Maria Elvira Capellato e Olívia Krahenbul, liv. Pioneira Ed.

¹² Roger, Bastide, ob. cit.

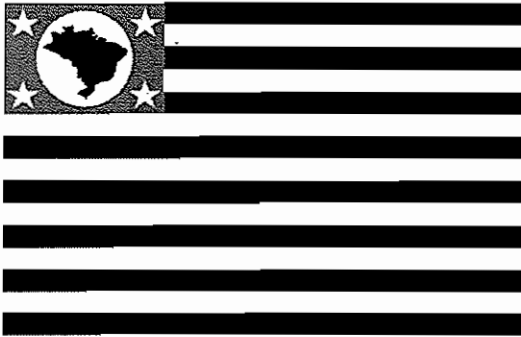
¹³ Roger, Bastide, ob. cit.

- ¹⁴ Gayoso, Raymundo José de Souza, “Compendio Histórico-político dos princípios da Loucura no Maranhão, Paris, 1818. Apud Gilberto Freyre in *Sobrados e Mocambos*.
- ¹⁵ W.R. Robertson na sua *História da América* diz que: “na Quinta geração a cor do negro se desvaneceu de tal sorte, que o nacional proveniente desta mistura, já se não distingue do Europeu, e participa de todos os privilégios deste.” Freyre, *op. Cit.*

A história dos símbolos paulistas

*Tiago José Berg**

Você já se perguntou sobre a origem de nossos símbolos? Foi a partir da Constituição Republicana de 1891 que as províncias foram transformadas em Estados federados por lei e ganharam oficialmente o direito de ter bandeira, escudo e hino, independentemente dos símbolos nacionais. São Paulo, que nas primeiras décadas do século 20 se convertera na vanguarda da economia, cultura e política no Brasil, foi



por ironia o último a adorá-los. Apenas durante a Revolução Constitucionalista de 1932, é que o Estado oficializou um brasão de armas e passou a desfraldar arduamente uma bandeira proposta pela primeira

* Professor, geógrafo e autor do livro *Hinos de Todos os Países do Mundo* (São Paulo: Panda Books, 2008). E-mail: tiago_berg@yahoo.com.br.

vez em 16 de julho de 1888 pelo escritor mineiro Júlio César Ribeiro Vaughan (1845-1890).

Bandeira

Republicano fervoroso, ele publicou naquela data um artigo no jornal *O Rebate*, do qual era fundador, propondo a criação de uma bandeira com 15 faixas horizontais - as burelas - nas cores preta e branca. No canto superior esquerdo de quem a contempla, havia um retângulo vermelho com círculo branco continha um mapa do Brasil em azul - com as fronteiras da época, ainda sem o Acre - e quatro estrelas amarelas.

Escreveu Júlio Ribeiro: “Esta bandeira preenche tudo o que se possa desejar, simboliza de modo perfeito a gênese do povo brasileiro, as três raças de que se compõe - branca, preta e vermelha. As quatro estrelas a rodear o globo, em que se vê o perfil geográfico do país, representam o Cruzeiro do Sul, constelação indicadora de nossa latitude austral. Assim, pois, erga-se firme, palpíte glorioso o Alvo-Negro Pendão do Cruzeiro!”

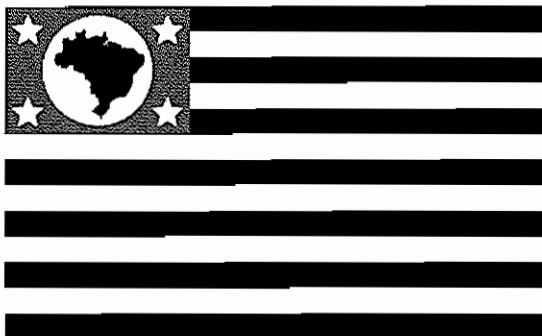


Júlio ainda chegou a criar um projeto de brasão, composto de um escudo em estilo samnítico com o mesmo campo da bandeira; era ladeado por ramos de café à sinistra, cana-de-açúcar e uva à destra, encimado por um barrete frígio com um tope militar em preto e branco. O projeto, com o tempo, caiu no esquecimento.

Em relação à bandeira, seu plano era criar não o símbolo do “Estado bandeirante”, mas o novo pavilhão brasileiro. Nos últimos anos do Império, haviam surgido entre os republicanos propostas para mudar o pavilhão nacional. Incluindo a dele. Dias após a Proclamação da República, a bandeira de Júlio Ribeiro chegou a ser hasteada no palácio do governo provincial de São Paulo. Os republicanos no Rio de Janeiro usaram modelo parecido, com as cores verde e amarela, mas acabariam por consagrar em novembro de 1889 o atual modelo da bandeira nacional.

Nos anos 10, o modelo paulista tornara-se apenas a “bandeira escolar” do Estado, portanto, ainda de uso restrito. Em meio ao ardor patriótico e bélico paulista na Revolução de 1932, ela ressurgiu com força nos eventos cívicos. Até que, em 1937, a Constituição do regime de Getúlio Vargas proibiu o uso de símbolos municipais e estaduais. Segundo Hilton Federici, “por quase um decênio, tempo de duração do Estado Novo, esses símbolos ficaram sepultados, não na memória e no coração dos paulistas, mas nas sombras das imposições ditatoriais”.

Com a queda de Vargas e a Constituição democrática de 1946, a bandeira paulista foi restaurada pelo Decreto-lei 16.349 e, posteriormente, com a Lei 145, de 3 de setembro de 1948, ganhou na disposição legal um cunho nacionalista: “A bandeira de São Paulo significa que noite e dia (campo burelado de preto e branco) nosso povo está pronto para verter o seu sangue (cantão vermelho) em defesa do Brasil (círculo branco e silhueta geográfica) nos quatro pontos cardeais (estrelas de ouro).”



Com o tempo, o pavilhão passou a contar com 13 listras, em vez das 15 originais. O motivo é controverso, uma hipótese apontada por Hilton Federici é que as burelas em número de 13 se ajustavam melhor heraldicamente às proporções da bandeira; outra é que se procurou adequá-la ao modelo da bandeira americana, que tem o mesmo número de faixas. Mesmo nos cartazes da Revolução de 32, a bandeira às vezes figurava com 13, às vezes com 15 listras. Em 1934, a primeira estrofe do poema Nossa Bandeira, de Guilherme de Almeida, consagraria seu atual número: “Bandeira de minha terra,/ Bandeira das treze listras:/ São treze lanças de guerra/ Cercando o chão dos Paulistas!”



Brasão de Armas

São Paulo também foi o último Estado a oficialmente adotar brasão de armas na época. Até 1932, além do brasão da República, era famoso entre os paulistas o brasão da cidade de São Paulo, que trazia sobre um campo vermelho um braço armado de prata empunhando a bandeira farpada com a cruz da Ordem de Cristo. Projeto de Guilherme de Almeida com desenho de José Wash Rodrigues (1891-1957), foi adotado pela Câmara Municipal em 1917 e ganhou tanta influência que d. Francisco de Aquino Corrêa, governador de Mato Grosso, adotou o braço armado como símbolo bandeirante no brasão do Estado em 1918.

Durante a Revolução Constitucionalista, com a Campanha do Ouro para o Bem de São Paulo, um primeiro emblema serviu de base à criação do brasão do Estado. Cunhado em medalhas, diplomas, anéis, trazia “uma espada em posição vertical ornada de ramos de louro e de carvalho que se cruzavam”. Tinha ainda um listel circular, com a legenda em latim *PRO SÃO PAULO FIANTE EXIMIA* (Por São Paulo façam-se grandes coisas), proposta por José Maria Whitaker e Gastão Liberal Pinto. Notando a falta de um brasão, uma comissão foi encarregada de criar o emblema heráldico, elaborado pelo pintor e desenhista José Wasth Rodrigues com ajuda de Francisco Pati e Clóvis Ribeiro. O projeto foi levado ao então governador Pedro Manuel de Toledo, que o aceitou com uma ressalva: a de que fosse mudada a legenda para *PRO BRASÍLIA FIANTE EXIMIA* (Pelo Brasil façam-se grandes coisas).

O decreto 5.565, de 29 de agosto de 1932, dizia num trecho: “O Estado de São Paulo, ao contrário dos demais Estados da Federação, não possui, ainda, brasão de armas. Vai possuí-lo agora, em hora oportuna como poucas. Como tudo o que é seu, como tudo o que se acha incorporado ao seu patrimônio moral e material, este brasão de armas será, também, uma conquista do seu povo. Em vez de consagrar unicamente glórias antigas, consagrará, também, glórias presentes. Os símbolos que no mesmo figuram viverão pelo que dizem do passado e pelo que confirmam no presente.”

Graficamente, o brasão é composto por um escudo vermelho em estilo português, sobre o qual se assenta uma espada romana, representando São Paulo apóstolo - cujo nome batizou nosso Estado. Simboliza ainda a figura de Amador Bueno da Ribeira, que em 1641 mostrou fidelidade ao rei de Portugal, d. João IV, frente à primeira onda de separatismo na colônia e o próprio bandeirantismo, bem como o Grito do Ipiranga, com d. Pedro I puxando sua espada. Finalmente, relembra o próprio Movimento de 1932 em sua luta pela igualdade, pois a espada é também símbolo da Justiça.



Sobre o punho da espada, aparecem dois ramos entrecruzados - um de louro, símbolo da vitória, à destra, e outro de carvalho, à sinistra, cujo significado remete à força. Evocam no brasão “as tradições de bravura cívica e militar do povo paulista”. No terço superior do escudo, aparecem as letras SP, cuja sigla significa, além do próprio nome do Estado, a evocação de seu valor e suas glórias. A estrela de prata, que na bandeira nacional é chamada de “Alfa”, da constelação do Cruzeiro do Sul, representa São Paulo como membro da federação. Ornamentam o escudo dois ramos de café entrecruzados e frutificados - a principal riqueza agrícola paulista na época. E, do mesmo modo que a bandeira, abolida pela Constituição de 1937, o brasão foi retomado e oficializado em 1948, durante o governo de Adhemar de Barros.

Não é raro que símbolos se descaracterizem ao longo do tempo, seja por divergências na interpretação da lei, versões artísticas ou mesmo erros de reprodução. Em muitos Estados, encontramos ainda hoje brasões fora do modelo original. No caso de São Paulo, há pequena falha a ser comentada. Segundo a Lei 145, de 1948, ele deveria conter “um ramo de louro à destra e de carvalho à sinistra”. Mas o que se vê em muitos casos é a repetição dos ramos de louro dos dois lados da espada. Outro detalhe são os frutos de café. Embora não haja determinação legal sobre sua cor, eles aparecem em amarelo ou marrom, em vez do vermelho, conforme uma versão original do desenho, feita por José Wasth Rodrigues.

Hino

Embora na época da Revolução de 32 tenham sido criadas canções e marchas em homenagem a São Paulo e, mesmo depois, a Constituição de 1946 tenha retomado o uso de símbolos estaduais, só em 1967 a Lei 9.854 assinalou a necessidade de se instituir um hino. As origens do “Hino dos Bandeirantes” remontam àquele mesmo ano, quando foi composto pelo advogado, jornalista, poeta e tradutor Guilherme de Andrade e Almeida (1890-1969) em 18 de setembro de 1967, sob o título original de Aquarela Bandeirante.

Natural de Campinas, o “príncipe dos poetas brasileiros” entrou para a Academia Brasileira de Letras em 1930 e foi um dos promotores da Semana de Arte Moderna (1922). Também participou ativamente da Revolução de 1932, sobre a qual produziu várias obras. Ainda se destacou na confecção do brasão da cidade de São Paulo (1917) e da bandeira e brasão de Brasília (1960/1969).

Em 10 de julho de 1974, estabeleceu-se definitivamente o Hino dos Bandeirantes como o canto do povo paulista por meio da Lei 337 e os direitos autorais foram cedidos pela viúva do poeta, Beikiss Barrozo de Almeida. Mas ainda faltava a música, que seria adotada em 1975, escolhida por concurso público vencido pelo maestro paulistano Spartaco Rossi (1910-1993). Após estudar na Escola Americana e no Conservatório Dramático e Musical, ele atuou em rádios e ajudou a fundar a Orquestra Municipal de São Paulo. Em 1944, também fez com Guilherme de Almeida a Canção do Expedicionário, em homenagem aos pracinhas brasileiros na Segunda Guerra Mundial.

Hino dos Bandeirantes

Paulista, para um só instante
Dos teus quatro séculos ante
A tua terra sem fronteiras,
O teu São Paulo das “bandeiras”!
Deixa atrás o presente:
Olha o passado à frente!

Vem com Martim Afonso a São Vicente!

Galga a Serra do Mar! Além, lá no alto,
Bartira sonha sossegadamente
Na sua rede virgem do Planalto.
Espreita-a entre a folhagem de esmeralda;
Beija-lhe a Cruz de Estrelas da grinalda!
Agora, escuta! Aí vem, moendo o cascalho,
Botas-de-nove-léguas, João Ramalho.

Serra acima, dos baixos da restinga,
Vem subindo a roupeta
De Nóbrega e de Anchieta.
Contempla os campos de Piratininga!
Este é o Colégio. Adiante está o sertão.
Vai! Segue a entrada!
Enfrenta! Avança! Investe!
Norte - Sul - Este - Oeste,
Em “bandeira” ou “monção”,
Doma os índios bravios.

Rompe a selva, abre minas, vara rios;
No leito da jazida
Acorda a pedraria adormecida;
Retorce os braços rijos
E tira o ouro dos seus esconderijos!
Bateia, escorre a ganga,
Lavra, planta, povoa.
Depois volta à garoa!

E adivinha através dessa cortina,
Na tardinha enfeitada de miçanga,
A sagrada Colina
Ao Grito do Ipiranga!
Entreabre agora os véus!
Do cafezal, Senhor dos Horizontes,

Verás fluir por plainos, vales, montes,
Usinas, gares, silos, cais, arranha-céus!

Bibliografia

FEDERICI, Hilton. Símbolos Paulistas: Estudo histórico-heráldico. São Paulo: Secretaria de Cultura, Comissão de Geografia e História, 1981.

FREITAS, A. A. Bandeira Paulista. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo, 51: 211-214, 1953.

LUZ, Milton. A história dos símbolos nacionais: a bandeira, o brasão, o selo, o hino. Brasília: Senado Federal, 1999.

RIBEIRO, Clóvis. Brazões e bandeiras do Brasil. São Paulo: Editora São Paulo Ltda., 1933.

Sites: <<http://flagspot.net/flags/>>, <<http://pt.wikipedia.org/>>, <<http://www.sp.gov.br/>>

O Oeste Paulista e a Guerra do Açúcar (1842)

*Dedicado ao Prof. Dr. Odilon Nogueira de Mattos USP/PUC,
grande nome da Historiografia Brasileira.*

*Marly Therezinha Germano Percin**

Resumo

A Teoria Liberal de John Locke converteu-se em referência ao movimento revolucionário de 1842, mais conhecido por Guerra de Sorocaba. Foi paradigma ao processo reformista da Regência que levou ao Código do Processo Criminal e à emenda da Carta, conhecida por Ato Adicional. A reação conservadora, mediante as leis de novembro e dezembro de 1841, conhecidas por Leis do Cabresto, não somente anulava as conquistas liberais como veio a suscitar o espírito revolucionário do empresariado da agroindústria do Oeste Paulista, os seus agrossenhores, voltados para a exportação, portanto, reivindicantes da liberdade do comércio. A notícia de que Rafael Tobias de Aguiar se constituía Presidente revolucionário da Província de São Paulo despertou as lideranças liberais das Vilas para o movimento e

* Professora doutora em História, PUC-São Paulo, e USP-São Paulo, escritora, ex-presidente e atual vice-presidente do IHGP.

sua proclamação pelas Câmaras Municipais. As autoridades liberais compuseram o novo governo municipal e arregimentaram homens para integrar a Coluna Libertadora que deveria depor o Presidente provincial Costa Carvalho, no pressuposto de que a ação intimidatória viesse a sobrestar as Leis do Cabresto. A chegada de Caxias e seu exército a São Paulo estrangulou o movimento e levou ao desastre o projeto dos chimangos (liberais) ou farrapos paulistas. Em Campinas, antiga Vila de São Carlos, ocorreu a investida do Cel. Vicente do Amorim Bezerra. Na batalha de Venda Grande combateram piracicabanos, campinenses, capivarianos, ituanos e limeirenses com forte desvantagem frente ao inimigo treinado e armado à moderna. O desastre foi completo, abrangendo mortos, feridos, perseguições, confiscos e prisões; a produção se desorganizou, perdeu-se o melhor da safra e as famílias liberais foram submetidas a pesadas humilhações. A principal liderança de Constituição (Piracicaba), o Pe. José Manoel de França, foi alvo de prisão e confisco dos bens. Outros agrossenhores do Oeste Paulista tiveram o mesmo destino. Com justificadas razões, o movimento passa a ser renomeado por Guerra do Açúcar.

Palavras Chave

Liberalismo- Leis do Cabresto-Chimangos-Pe.Feijó-Rafael Tobias de Aguiar-Sorocaba-Itu-Constituição (Piracicaba)- Pe. França-Caxias-Imperador-Repressão-Anistia.

II Parte*

A Guerra de Piracicaba (12/05 a 16/05 de 1842)

Desde a sua inserção nos quadros coletivos do Estado Brasileiro, evidenciou-se que a Monarquia seria um longo e exótico experimento, uma vez que o país tornou-se campo de enfrentamento de dois poderosos blocos políticos egressos dos tempos coloniais. Os

* Observamos que a I parte deste trabalho consta do número anterior da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (R nº 15/2008, p. 157-189).

“progressistas”, empolgados pela ideologia liberal que infundia dois movimentos de expressão mundial, a Revolução Francesa e a Independência dos EEUU, e os seus adversários naturais, aqueles que, por serem “pouco progressistas”, preferiam “mamar nas tetas do poder”, fosse o Brasil colônia, reino ou nação. Estes, com justa causa, foram apelidados de “corcundas”, de tanto abaixarem a cerviz aos prepostos do poder Imperial. Em meados do século XIX serão sucedidos pelos conservadores, intransigentes defensores da Carta outorgada em 1824.

Portanto, na raiz do conflito ideológico que separou as duas vertentes políticas, os liberais e os corcundas, em todos os seus diversos graus de manifestações, permanecia o questionamento dos princípios institucionais afixados na Constituição de 1824, imposta pelo primeiro Imperador. Era tamanho o hibridismo da Teoria de Estado vigente na 1ª Carta Magna brasileira que, à questão essencialmente definidora: “A quem pertencia a Nação brasileira, ao Povo ou ao Rei?” --, obteríamos por resposta o cínico aforismo do Visconde de Itaboraí: “_ Neste país o Rei reina, governa e administra”. O hiper-Leviatã brasileiro, cada vez mais insaciável de poderes constitucionais, dispunha-se a varar o século XIX tutelando os representantes do poder, desde os mais inexpressivos assessores até o Primeiro Ministro, inviabilizando qualquer forma de representação cidadã, apenas mitigando a sede participativa de uma elite proveniente do estrato dominante.

O voto censitário eliminou a participação do Povo (1º Estado), nas representações do Poder. _ A quem recorrer?

Desde os primeiros tempos, observa-se que no conflito estabelecido em nível dos grupos dominantes, entre corcundas e liberais, o povo, quando necessário e inevitável, preferia recorrer a estes últimos. Era assim em quase todas as Províncias brasileiras e em todas as Vilas paulistas; foi assim no Vale Médio do Tietê, muito particularmente em Piracicaba, nascida como Vila no mesmíssimo ano da Independência do Brasil, debaixo da encarniçada disputa entre independentistas e colonialistas, liberais e corcundas.

A oposição ao absolutismo implantado em 1824, manifesta por liberais de todos os matizes, desde os monarquistas até os republicanos, experimentou um momento de ascendência por ocasião da

renúncia do primeiro Imperador (1831), mas não foi forte o suficiente para corrigir a fatídica Carta e adequá-la às necessidades brasileiras. Os primeiros anos da Regência permitiram o avanço dos liberais de centro (os moderados) e alguns avançados (proto-republicanos e republicanos) no rumo de duas vitórias jurídicas, o Código do Processo Criminal (1832) e a emenda constitucional, mais conhecida por Ato Adicional (1834).

Vigente a perseguição sistemática aos “republicanos”, durante todo o primeiro reinado, inviabilizou-se a sua prática, a ponto que estes, por mecanismo de autopreservação, convergiram para os liberais monarquistas, reforçando-os com uma oposição de centro-esquerda bastante atilada. Era, sem dúvida, o posicionamento do Dr. Nicolau de Campos Vergueiro, sempre tido com enorme desconfiança, mas acomodado entre os liberais do Vale Médio do Tietê. A única forma de oposição que se consentia era a dos liberais discretamente assumidos, proprietários rurais, exportadores de açúcar para o mercado internacional ou comerciantes bem sucedidos, empenhados na abertura dos mercados e da Carta de 1824. As circunstâncias os converteram em acérrimos adversários dos corcundas, depois dos conservadores.

Piracicaba viveu este antagonismo à saciedade, durante o século XIX.

Diz-se, com certa propriedade, que os chimangos (os liberais moderados) herdaram o “Sete de Abril” (1831). A abdicação do primeiro Imperador veio a lhes proporcionar chances de governo do país, infelizmente desperdiçadas. Basta lembrar que uma das suas maiores lideranças, o Pe. Diogo Antônio Feijó, jamais conseguiu impor o seu projeto político, acabando sempre por renunciar das suas legítimas funções, em virtude de incompatibilizar-se com as oposições, fosse quando Ministro da Justiça, na Regência Trina Permanente (1832), ou quando Regente Único (1837). Em menos de uma década, sob as Regências, o poder liberal não conseguiu consolidar as suas postulações, ao passo que os seus adversários se recuperaram, prepararam a reação, objetivando o poder e o desmonte das vitórias liberais.

No final da Regência de Araújo Lima (2ª Regência Una), favorecidos pelo próprio poder regencial, os regressistas (oposição) começaram a vencer com grande vantagem, obtendo a lei batizada como

“Interpretação do Ato Adicional” que lhes antecipava as pretendidas reformas. Os liberais reagiram, tentando com algum êxito, o “golpe da Maioridade” (1841), que lhes resguardou o Código do Processo e o Ato Adicional, procrastinando o avanço conservador. Porém, dentro de alguns meses, caiu o Gabinete Liberal, ascendendo imediatamente os adversários, sob o Gabinete de 23 de Março (1841).

A perda do Ministério correspondeu à aprovação das apelidadas “Leis do Cabresto”, a de 23 de novembro e a de 02 de dezembro daquele ano de 1841. A primeira, restaurava o temido Conselho de Estado, era parte do projeto de Interpretação do Ato Adicional e a grosso modo, equivalia a entregar o monarca de quinze anos às mãos das raposas áulicas. A segunda, reformava o Código do Processo, impondo duríssimo golpe ao Municipalismo Judiciário, ferrenhamente defendido pelos liberais paulistas, particularmente pelo Pe. Diogo Antônio Feijó. Por intermédio da lei de 02 de dezembro, retiravam-se a Justiça e a Polícia eletivas, da esfera das Câmaras Municipais, o poder local, em proveito dos agentes da centralização absolutista, que se operava nos três níveis: Município, Província e Nação. Em suma, preteriam-se as figuras consagradas do Juiz Municipal e do Juiz de Paz, provenientes da eleição local, necessárias ao poder das Câmaras porque desempenhavam funções de Justiça e de Polícia, à figura do Delegado, transformado em principal agente de um esquema geral, repressivo e controlador das eleições, conquanto a ele era entregue o poder de classificar os eleitores e a polícia.

As “Leis do Cabresto” anulavam as conquistas liberais, enfraqueciam tremendamente o poder das Câmaras Municipais e retiravam aos representantes políticos do Vale Médio do Tietê as suas bases eleitorais. Itu, sede da Comarca e capital cultural do Oeste Antigo. Sorocaba, sede da colossal feira de muares e capital financeira, São Carlos (Campinas) e Constituição (Piracicaba), grandes centros agrícolas, estremeceram nas bases, repercutindo a crise em todas as vilas onde os liberais, sendo maioria ou minoria opositora, detinham os arreganhos do absolutismo.

Em Piracicaba a notícia caiu como um raio. As lideranças liberais, em luta há vinte anos, contra os corcundas pela disputa interna

da Câmara Municipal, sentiram evadirem-se as últimas chances de chegar ao poder.

Nas províncias, a grita liberal taxava estas duas medidas legislativas (as Leis do Cabresto, 1841) de inconstitucionais, porém as lideranças julgavam, com certo otimismo, que nem tudo estava perdido. Detinham um último trunfo: a maioria parlamentar, obtida, a duríssimas penas, na acirrada disputa eleitoral travada no primeiro semestre de 1841, batizada por “eleições do cacete”. Aquele pleito havia sido dos mais violentos e em Piracicaba dizia-se que muita gente amanheceu “tocaiada”, pelas bandas do Morro do Enxofre ou no caminho do Areão, impedidos de votar. O duelo eleitoral agudizava os conflitos acelerando as disposições adversárias, fossem constitucionais ou não.

Nos pleitos promovidos em âmbito dos distritos das Câmaras Municipais, o poder era disputado nas tocaias dos caminhos e nos becos mortícios, no duelo verbal e nas assuadas da capangagem, como partes do pesadíssimo jogo de influências dos políticos locais. As Câmaras eram o primeiro degrau na escalada rumo às Assembléias Provinciais e ao Congresso bicameral (Senado e Assembléia Legislativa), de onde deveriam sair as leis e os Gabinetes (Ministérios). Porém, estes eram verdadeiramente extraídos do colete imperial, por influência dos áulicos e situacionistas. Contrariando os interesses centrados nas figuras-chaves das eleições municipais, o Juiz Municipal e o Juiz de Paz, as “Leis do Cabresto” retiravam, em definitivo, das mãos dos liberais, as suas chances de vencerem quaisquer pleitos.

Outros ingredientes fermentavam os ânimos. A substituição do Gabinete Liberal pelo de 23 de Março, implicava na derrubada de todos os ocupantes dos cargos de nomeação, inclusive do Presidente (governador) da Província, Rafael Tobias de Aguiar. Este era paulista à antiga, respeitadíssimo em todos os grupos políticos; já governara São Paulo anteriormente, realizando excelente trabalho e era tido como o chefe político natural dos liberais em toda a Província. Ocorre que os paulistas sempre gostaram de ser governados por paulistas de nascimento e a substituição de Rafael Tobias por qualquer preposto dos conservadores, vindo de fora, era recalcitrar sobre o seu regionalismo.

A Câmara Municipal de São Paulo recorreu ao Imperador solicitando-lhe que mantivesse Rafael Tobias de Aguiar à frente do governo paulista. A Assembléia Provincial Paulista enviou uma representação de políticos com a missão de conseguir sobrestar as “Leis do Cabresto”, até que a futura Câmara Liberal, ao empossar-se, pudessem revogá-las. Estes recursos paulistas que tiveram por mentor o Pe. Feijó, o principal ideólogo chimango e grande voz liberal em todo o Brasil; geraram tensas expectativas, logo transformadas em decepção e revolta.

O forte descontentamento proveniente das “Leis de Cabresto” juntou-se à irritação provocada pela imposição de um ex-Regente, o Barão de Monte Alegre (Costa Carvalho), baiano de origem; ex-corcuanda e procer liberal por conveniência, quando do seu casamento na família ituana dos Paes de Barros. No momento o passara-se a conservador, também por conveniência. Parecia insuportável aos liberais a figura daquele viúvo enriquecido de Da. Genebra Paes e “trânsfuga do partido chimango” à frente da Presidência da Província de São Paulo.

As leis taxadas de inconstitucionais acenderam o estopim, no final de 1841, primeiramente, no interior das sociedades secretas e para-maçônicas. A Sociedade dos Patriarcas Invisíveis deitava ramificações em cada vila, preparando um movimento de amplitude nacional, gerado a partir do Rio de Janeiro. Nos primeiros dias de maio, a decepção dos liberais atingiu o ponto máximo entre os proprietários rurais de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Ceará, Bahia, Pernambuco.

Atendendo à pressão dos conservadores, o monarca adolescente consentiu numa manobra parlamentar de grande efeito, “sem arranhar sequer a Constituição”. Fazendo uso meramente das prerrogativas do Poder Moderador, o seu Poder Pessoal, dissolveu, em 01/05/1842, a Assembléia Legislativa, anulando a futura Câmara Liberal, ainda não empossada, e convocou novas eleições gerais para novembro daquele ano.

Julgando esgotadas todas as possibilidades de reverter o quadro por métodos legais, os chefes liberais convenceram-se de participar de um movimento revolucionário de efeito rápido, sem grandes derramamentos de sangue, meramente intimidador. A ocasião parecia

propícia para compelir ao afastamento de Costa Carvalho do governo de São Paulo, forçar o monarca a demitir o Gabinete de 23 de março e a suspender as Leis do Cabresto. No Sul, ainda grassava, sinistra, a guerra civil separatista dos Farrapos.

No Vale Médio do Tietê, os chefes liberais aguardaram o sinal para se porem a galope, sob o comando do Coronel Rafael Tobias de Aguiar. Porém as condições logo se revelaram impropícias. Em 11/05/42, tentou-se um golpe ao Quartel de São Paulo, mas a conspiração vazara e Costa Carvalho tomou providências para se sustentar no poder. Rafael Tobias de Aguiar retirou-se para o interior, e, ao passar por Itu, foi novamente envolvido pelos liberais, decidindo-se reencetar o plano longe da capital. Em 17/05, ao encerrar-se a feira dos muares de Sorocaba, foi aclamado à revelia, Presidente interino dos paulistas. Estava deflagrada a Revolução Liberal de 1842 !

A Igreja Católica sempre foi coerente na proposta canônica de manter intacta a ortodoxia da sua fé teológica, durante os tempos históricos. Entretanto, os seus pastores, envolvidos na continentalidade da América e na demanda estabelecida entre as proposituras do colonialismo, manifesto sob todas as expressões do imperialismo ocidental, e a justa aspiração dos povos à auto-determinação, ao estabelecimento de um Estado de Direito, nem sempre se mantiveram isentos da participação política, ativa e direta. Muitos se fizeram revolucionários e marcharam para o martírio. Já se chamou a Inconfidência Mineira (1789) de “a conspiração dos padres”, enquanto a tentativa republicano-separatista, mais conhecida por Confederação do Equador (1824), teve em Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca o seu jurista, o intelectual defensor das liberdades democráticas e do constitucionalismo. Padres teólogos, guerrilheiros e revolucionários são um fenômeno das Américas.

No século XIX, o grande mentor dos liberais na Província de São Paulo era o Pe. Diogo Antônio Feijó, sacerdote secular da Igreja Católica e político de carreira por vocação, excepcionalmente ativo desde o momento em que se elegeu representante paulista às Cortes de Lisboa e para lá se dirigiu em 1821. Era maçom e chimango (este era o apelido dos liberais naquela época), inteiramente dedicado ao projeto político liberal de colocar o Brasil na trilha do desenvolvi-

mento e do progresso cujo modelo se materializava nos EEUU. O ideário liberal e a formação de sacerdote, dele fizeram um progressista enérgico, seja como parlamentar, como Ministro da Justiça ou como Regente. O seu projeto para o Brasil teria colocado o país na trilha das sociedades democráticas e em níveis de prosperidade, com o seu plano de ferrovias, escolaridade, abertura para o comércio internacional e alargamento do direito do voto.

Outros sacerdotes se converteram em paradigmas desta escola de pensamento avançado para o Brasil naquela época. Um destes, viveu muitos anos em Piracicaba, aqui suportou o calvário de ser reformador dentro da prática liberal e tornar-se alvo da oposição mesquinha dos corcundas locais.

Era o Pe. Manoel José de França, aqui chegado em 1836 para suceder o antigo Vigário Colado à Igreja Matriz, o famoso Pe. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel. Este era liberal de linha branda, revelara-se muitíssimo hábil na contenda estabelecida entre liberais e corcundas, seriamente engalinhados, desde 1816, momento em que se pretendeu erigir a Freguesia de Santo Antônio de Piracicaba em Vila, sob a denominação de Vila Joanina -- o cúmulo da bajulação! Mas, aqueles tempos eram passados, e, no presente, o Vigário que o sucedia e os liberais, em minoria, enfrentavam a tremenda carga da oposição corcunda, cujo máximo representante era o camarista Antônio Fiuza de Almeida, seu arquiinimigo.

O Pe. França era chimango legítimo, trazia na sua retórica e na sua postura de cidadão aquele arejamento de idéias, próprias da convivência com as grandes lideranças do Vale Médio do Tietê: Rafael Tobias de Aguiar, Cândido José da Mota, Paula Sousa e o Pe. Feijó. Veio para ficar, era o novo Vigário Encomendado da Paróquia da Igreja Matriz de Piracicaba. Ao seu lado, os liberais piracicabanos criaram alma nova convertendo-se em agentes dinâmicos de transformações numa expansiva fronteira agrícola, cuja sociedade atrasara-se por asfixia da mentalidade corcunda.

São muito escassos os dados biográficos do Pe. Manoel José de França. Sabemos que era sorocabano, filho do Capitão Manoel José de França e de dona Isabel de Oliveira França, que trouxe um irmão, também sacerdote, para residir com ele, aqui em Piracicaba, o

Pe. Serafim de Oliveira França. Ao contrário do Pe. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, que residia em excelente morada, atrás da Matriz (daí a resultante de se chamar um pequeno trecho da rua XV de Novembro de Rua de Trás da Matriz ou Rua do Vigário), preferiu os arredores da rua da Praia (do Porto), o mais antigo reduto dos liberais de Piracicaba.

Aos que gostam de exercitar a memória, basta descer a rua Prudente de Moraes, quase na esquina com a Avenida Beirarrio, local abandonado e sem muros, onde ainda sobrevivem as velhas jaqueiras. Aquele logradouro foi palco das homéricas rixas entre seu Maneco Liberal (Manuel Dias Ribeiro) e os descendentes de “vilão” Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho, por causa das necessidades do tráfego direcionado para a primeira ponte -- construída por aquele sobre o rio Piracicaba (1823-1824), a mando da Câmara Municipal. Com justa causa, chamava-se a “rua da Ponte Velha” e a bica d’água, que por ali vertia, chamava-se “bica de nhô Maneco da Ponte”.

Foi ali, perto da esquina da Rua da Praia, que o Pe. Manuel José de França passou a residir com alguns servidores, entre eles a escrava velha, Josefa, e, numa casinha anexa, o irmão, Pe. Serafim. O local logo se converteu na meca dos chimangos de Piracicaba, ainda, daqueles que procuravam assistência espiritual e, até, dos políticos mais esclarecidos da oposição.

A experiência vivida em Piracicaba pôs à prova a resistência, a fé e o valor daquele sacerdote, a começar pelas questões relativas à própria Igreja Matriz de Piracicaba. É que o pequeno templo, construído à duras penas na esplanada da Matriz, durante a primeira década do século XIX, caíra em ruínas em 1833, tamanho o descaso da Câmara, dilacerada pelas rivalidades entre liberais e corcundas, a confessar-se incompetente para o pagamento das cômputas dos sacerdotes e para a realização dos serviços públicos. Os ofícios religiosos se realizavam em uma sala, piedosamente cedida por particular, enquanto não se construía novo templo. Por azar, o fabriqueiro da Matriz (o responsável pelas obras) era o famigerado corcundão, vereador e comerciante, manda-chuva na Vila e na Câmara, Antônio Fiuza de Almeida, portanto, seu inimigo natural.

A Câmara confessava-se sem recursos para construir o novo templo, o povo parecia depauperado e os grandes proprietários rurais, ressabiados, frente à ganância do fabricanteiro que não levantava o edifício, dentre o monte de escombros em que se convertera o Largo da Matriz. Espetáculo de horror para aqueles que chegavam à Piracicaba, vindos dos centros civilizados do Vale Médio do Tietê pela Estrada do Picadão (ou de Itu). O estado da paróquia também era lamentável. Pedia-se, inutilmente, socorro pecuniário à Assembléia Provincial e ao Governo de São Paulo.

Duros conflitos aconteceram naqueles primeiros anos do seu paroquiato em Piracicaba, tricas e futricas de aldeia, terrivelmente desgastantes para os que trabalham sério e não buscam vantagens pessoais. Datado de 1838, um abaixo-assinado do povo dirigido ao Bispo, refletia este estado de espírito, ao pedir que o Pe. França fosse mantido no posto, “visto ser homem probo e capaz de ser Colado”. Assim, passados os dois primeiros anos críticos, eis que, em 1839, a própria Câmara oficiava ao Governo declarando que a obra da Matriz se achava em perfeito andamento, graças aos esforços do Vigário, às verbas da Assembléia Provincial e aos fiéis. Certamente, o famoso fabricanteiro fora afastado, pois era a própria Câmara quem afirmava ser o Vigário o próprio administrador e zelador das obras da Matriz “sacrificando-se em ditas obras, tempo e mesmo parcelas de dinheiros e bens que, talvez, lhe façam em seu mister”...

Em 1842, a Matriz ainda se achava inacabada, apesar do adiantado dos trabalhos. A revolução dos chimangos deflagrada naquele ano, no final de maio, viria a afastar o Pe. França de Piracicaba por quase dois anos. Foram meses de ansiedade, marcados por muita ira e sórdidas vinganças contra os liberais, período que a Vila de Constituição (Piracicaba) muito se ressentiu em virtude da ausência forçada do sacerdote.

O clima de antagonismo vivenciado em Constituição (Piracicaba), não só dividia os fiéis entre aqueles favoráveis ao Pe. França e desfavoráveis ao fabricanteiro, o corcundão Fiuza, como vice-versa. Ainda radicalizavam posições políticas, em nível dos grupos dominantes, aqueles que disputavam o poder local (o governo da Vila)

exercido pelos vereadores e os proprietários rurais que os elegiam, ou sejam os conservadores, contra os liberais de todos os matizes.

Piracicaba era fronteira agrícola, desde o final do século XVIII. Adentrara o século XIX assistindo ao assentamento de uma poderosa elite constituída de engenheiros, provenientes do Vale Médio do Tietê, particularmente de Itu, os quais transportaram as suas diferenças ideológicas e aqui também fizeram rinha das suas aspirações políticas. Na década dos anos quarenta, os proprietários rurais se achavam divididos entre as duas principais lideranças políticas, dois poderosíssimos latifundiários: Costa Carvalho (Monte Alegre e Santa Bárbara) e Vergueiro (Ibicaba e Morro Azul), ambos rivais e representantes das duas facções políticas, os liberais e os conservadores. A terceira poderosa influência advinha de Cândido José da Mota, camarista e chefe liberal ituano, porta-voz do Pe. Feijó no Oeste Paulista. A bem dizer, os dois antigos Regentes do Império mantinham-se atívisimos em Piracicaba.

Dois vereadores liberais integravam esta sociedade. Melchior de Mello Castanho, ituano de nascimento, ligava-se à linha do Pe. Feijó, enquanto Antônio José da Silva, apelidado Boava Gordo, pertencia à linha de Dr. Vergueiro; era administrador e o seu preposto em Piracicaba. Convém lembrar que estas lideranças políticas também estendiam a sua influência junto aos Corpos Militares da Guarda Nacional e da Guarda Policial, as duas milícias urbanas, integradas pelos representantes graduados da classe dominante, os proprietários rurais. Na comunidade, militares, civis e camaristas, eram geralmente proprietários rurais e engenheiros ou comerciantes abastados, igualmente divididos entre liberais e corcundas (corcundas), inviabilizando-se qualquer forma de neutralidade.

Parte do militariado era liberal. Por conseguinte, tomaram parte ativa nos acontecimentos de 1842 o Tenente de Cavalaria Afonso Agostinho Gentil, os Capitães de Infantaria João Francisco de Oliveira Leme e Inácio José de Siqueira, além de outros cujos nomes aparecem nas Atas da Câmara Rebelde. Todos eram íntimos amigos e habituais frequentadores da casa do Pe. Manuel José de França, o mentor dos liberais em Piracicaba.

Conspirava-se desde que as “Leis do Cabresto” inviabilizaram a prática política dos liberais no Congresso. O Fechamento da Câmara, em 01/05/1842, por ordem do Imperador, era o golpe que liquidava as últimas pretensões de revogar aquelas leis e preservar as conquistas liberais contidas no Código do Processo Criminal e no Ato Adicional. Relembrando que a Revolução eclodiu em 17 de maio em Sorocaba, sendo aclamado Presidente interino da Província de São Paulo, o comandante chimango, Coronel Rafael Tobias de Aguiar.

As notícias custavam a chegar em Piracicaba. A velocidade das comunicações naquela época limitava-se à andadura dos cavalos e à precariedade dos caminhos. Enquanto os liberais realizavam a última sessão conspiratória, a 19 de maio em casa do Pe. França, já à noite, atravessava a Vila em agitado galope, o Tenente Afonso Agostinho Gentil, principal articulador entre Piracicaba e os liberais do Vale Médio do Tietê. Batendo a poeira da estrada de Itu, trazia as notícias frescas sobre o movimento -- a aclamação de Rafael Tobias de Aguiar em Sorocaba, a necessidade de promover recrutamento para a Coluna Libertadora, que se dirigia a São Paulo para depor o governo de Costa Carvalho --, pedindo a tomada das providências revolucionárias em Piracicaba.

Da correspondência revolucionária, trazida pelo Tenente Afonso Agostinho Gentil, depositada em mãos do Pe. França, salvou-se uma carta do Dr. Viegas Muniz, chefe liberal de Capivari, confirmando as novidades e acrescentando outras. Rafael Tobias de Aguiar era o Presidente revolucionário, os voluntários de Itapetininga conduzidos pelo Coronel Paulino Aires de Aguirre haviam chegado à Sorocaba, o comando da Coluna Libertadora fora entregue ao brilhante oficial das guerras do Brasil no Sul do continente, o ituano Major Francisco Galvão de Barros França. A carta também dava conta das articulações revolucionárias com São Paulo, São Bernardo do Campo, Serra do Mar, Atibaia e Vale do Paraíba, mas, o conteúdo principal dizia respeito às providências ordenadas pelo Presidente junto às Câmaras Municipais, no caso específico de Piracicaba.

Quais eram as ordens passadas? Primeiro: a Câmara devia imediatamente reconhecer a nova autoridade presidencial. Segundo: passar a obedecer ao governo revolucionário. Terceiro: as autoridades

liberais depostas, o Juiz Municipal e o Juiz de Paz, deviam ser reintegradas em suas antigas funções. Quarto: na hipótese de ser encontrada resistência por parte da oposição e a Câmara não ser favorável ao movimento, o reconhecimento do Presidente Revolucionário podia ser feito por iniciativa do Juiz de Paz. Em tal caso, caberia a esta autoridade aclamar Rafael Tobias de Aguiar perante a força militar e o povo. Quinto: havendo aceitação do governo revolucionário por parte da Câmara, era indispensável que a mesma estivesse escudada pela força militar local para o definitivo rompimento.

O Dr. João Viegas Muniz não se saía mal como missivista da revolução, a missiva era objetiva e não deixava dúvidas quanto às intenções dos liberais. Traiu-o a insegurança nas palavras finais, a maneira como se dirigiu ao Pe. França, aqui em Piracicaba, uma Vila tão pequenina, tão cheia de corcundas. _ “V. Rdma. é nossa esperança nessa, e por isso não nos deixará mal” ...

A adesão entusiasta do Pe. França à causa revolucionária não desapontou os seus amigos liberais. Dele partiu a voz de comando para todas as demais lideranças, bem como a orientação sobre as providências indispensáveis à tomada do Paço no dia seguinte, perante a Tropa e o Povo.

O Tenente Afonso Agostinho Gentil mantinha-se como o principal articulador, seu loco-tenente e homem da mais absoluta confiança. Nesta mesma noite, foram convocados todos os comandantes e patentes da Guarda Nacional, da Guarda Policial e do Corpo da Guarda Permanente, perfeitamente avisados para se apresentarem no dia seguinte, diante do Paço Municipal.

Salvou-se a relação de algumas destas altas patentes de Piracicaba: Capitão João Francisco de Oliveira Leme, comandante da 1ª Cia. de Infantaria da Guarda Nacional, Capitão Inácio José de Almeida, comandante da 2ª Cia. de Infantaria da Guarda Nacional, Capitão Elias de Almeida Prado, comandante da Cia. de Cavalaria da Guarda Nacional; Capitão José da Cunha Raposo, comandante da 1ª Cia. da Guarda Policial e o Capitão Caetano da Cunha Caldeira, comandante da 2ª Cia. da Guarda Policial.

Tomadas as últimas providências para o dia seguinte, o Pe. França deu continuidade à prática revolucionária, colocando a sua

pena e o seu discurso a serviço de novas articulações com as vilas distantes. Só deve haver fechado o seu livro de orações altas horas daquela noite de 19 de maio, vencidas as piores inquietações, ao embalo da itaipava do Vaivém e do bufar do Salto de Piracicaba.

A Vila de Constituição amanheceu sob o inusitado. Cavaleiros apressados: começaram a se concentrar no pátio de Santo Antônio, o canteiro de obras da Igreja Matriz e da futura sede da Câmara Municipal. O aviso chimango comunicado na véspera valeu para que as tropas integrantes das diversas Companhias da Guarda Nacional se colocassem em insubordinação contra o seu comandante superior, o Tenente-Coronel Antônio Fiuza de Almeida, o célebre corcundão que já vinha acumulando todos os postos-chaves da Vila. Os Permanentes e os Guardas Policiais também aderiram.

As vilas paulistas ainda mantinham aquele aspecto urbano-rural de que falavam os viajantes do começo do século XIX. Fazendo jus à antiga fama de fronteira agrícola Piracicaba concentrava o forte da sua população na zona rural, enquanto a comunidade desenvolvida ao longo da Rua da Praia (do Porto) e em torno da esplanada da Matriz, pouco podia oferecer, além de becos e ruas mortíferas, casas fechadas durante a maior parte da semana, animais soltos nas ruas e poucos escravos. Movimento, só mesmo nos fins de semana, nos dias santos feriadados, particularmente na Semana Santa. Tropas cargueiras e carros de bois chiadores sempre cortavam a vila em direção à ponte de madeira (a terceira delas, na altura da rua São José), ou subiam, lentamente, a rua Direita (antigo Picadão de Mato Grosso, hoje Moraes Barros), buscando o caminho de Itu ou de Campinas.

No mais, era a pasmaceira. Vendas e botequins, raros sobrados, casas acachapadas, fraca densidade populacional. A sonhada Igreja se achava inacabada. A Câmara Municipal não tinha sede própria e o seu Paço não passava de “um casinholo” erguido na rua de São José, fronteiro ao jardim público, este, verdadeiro matagal. Triste figura, a da Vila de Constituição. Antecipamos aos leitores que na década dos anos cinquenta do século XIX, este visual haverá de melhorar, estando prontas a Igreja Matriz, a Casa da Câmara (que também se prestava para a Escola e a Cadeia), o Teatro, e Piracicaba ostentará

aquela configuração barroca, tão agradável de se ver nas antigas vilas do Oeste Paulista.

O contingente populacional urbano era bastante fraco, talvez nem 10% da população de todo o distrito. Considerando-se que já haviam sido desmembradas as freguesias de Araraquara, Limeira, Rio Claro e Pirassununga, restando a Capela de Santa Bárbara e a região de São Pedro, talvez residissem na área do rossio cerca de mil e quinhentas pessoas, incluindo-se os poucos escravos urbanos, os artesãos, os comerciantes, alguns proprietários. Nos dias especiais a população podia dobrar e até triplicar.

O dia 20 de maio, sexta-feira, amanhecia incomum. Muitas famílias anteciparam o retorno das propriedades rurais, acompanhando os seus chefes, fossem políticos chamados à Câmara, fossem parentes dos corpos das Guardas. De todas as direções afluíram banguês carregados de crianças e senhoras, lotinhos de animais amansados para o transporte doméstico, carros de bois, escravos e mucamas. O inconfundível clima de festa repassava-se de certa ansiedade pelos acontecimentos ainda por vir, mas a Vila devia tingir-se de vermelho, a cor dos chimangos, espalhada em laços e bandeirinhas colocados nos chapéus ou nas pontas das armas dos cavaleiros.

A manhã já ia a meio. A parada dos militares uniformizados pelas ruas principais da Vila, acompanhada de muito foguetório a estrugir no ar, aliciou a “multidão” para o Largo da Matriz. Todas as providências já haviam sido tomadas, a Banda de música postada diante do Paço executava os seus belos números. No momento em que o Pe. Manuel José de França deixou a Matriz (em construção) e atravessou solenemente o Largo, já se percebia que algo importante estava por acontecer, não apenas na história de vida dos chimangos, mas de todos os paulistas.

O que dizem as Atas da Câmara Municipal de Piracicaba, nossas principais fontes, a respeito daqueles acontecimentos?

Primeiro: - que a sessão camarária daquele 20 de maio, convocada extraordinariamente, foi aberta com seis membros ausentes, três deles por não terem sido avisados (talvez, pela premência do tempo): os vereadores Antônio José da Conceição e Manuel de Toledo Silva (oposição) e Antônio José da Silva, o Boava Gordo (liberal).

Havia um vereador que não comparecia nunca às convocações da Câmara, Felipe Xavier da Rocha; outro, que devia estar de prontidão no comando da Cia. de Cavalaria, Elias de Almeida Prado. O presidente da Câmara, o chefe corcunda, comandante da Guarda Nacional, Antônio Fiuza de Almeida, este deu parte de “doente” e não compareceu.

Segundo: - a retirada da velha raposa e seus pares, deixava o governo municipal em mãos dos chimangos. Eram dois os vereadores liberais: Antônio José da Silva, o Boava Gordo, ausente porque administrava as vastas propriedades do Dr. Vergueiro, em Limeira. Não pôde chegar a tempo, simplesmente, mas, deu prova da sua fidelidade aos princípios revolucionários e foi um dos que mais se arriscou na empreitada. A responsabilidade da convocação da Câmara e a sua Presidência foram assumidas pelo outro vereador, Melchior de Mello Castanho. Quem era ele? Era o Major Melchior, bravo oficial brasileiro que se batera nas Guerras do Sul do continente contra os castelhanos; era ituano de nascimento e se achava estabelecido com a família em Piracicaba como proprietário rural. A política fazia parte do seu ideário liberal e, como vereador, defendia os princípios dos chimangos. Presidiu aos trabalhos camaristas naquele dia e assumiu todas as responsabilidades, na paz e na guerra.

Terceiro: - faltando seis vereadores, Melchior de Mello Castanho assumiu a iniciativa de convocar dois suplentes liberais, o Tenente Afonso Agostinho Gentil, o eficiente articulador das comunicações entre os chimangos de Piracicaba com os centros avançados do liberalismo no Vale Médio do Tietê, e o Alferes Pedro Ferraz Castanho, seu irmão carnal. Igualmente convocou dois cidadãos qualificados (Homens Bons), o Sr. Francisco de Camargo Penteado e o Alferes Inácio de Vasconcelos Cunha Caldeira. A Câmara Rebelde de Piracicaba passou a compor-se de cinco chimangos convictos.

Quarto: - reunidos os camaristas, os Guardas Nacionais e o Povo no Paço da Câmara, o Presidente declarou o motivo da Assembléia. Tratava-se de proceder à comunicação de um ofício de Rafael Tobias de Aguiar, trazido de Capivari, onde aquele chefe chimango participava a sua aclamação em Sorocaba (17/05) como Presidente Interino da Província de São Paulo. Diante deste fato, a Câmara Mu-

nicipal da Vila de Constituição (Piracicaba), declarava reconhecer o novo Presidente Provincial e tornava sem efeito as “Leis do Cabresto”: definia-se, portanto, em estado insurrecional perante o Império do Brasil, abertamente chimanga e liberal-revolucionária. Baseada em que poder? No poder legítimo do pronunciamento popular diante da inconstitucionalidade daquelas leis e da arbitrariedade do Poder Pessoal de um Monarca de 16 anos de idade tutelado pelos regressistas e corcundas! Não obstante, repetia-se que o movimento revolucionário não era contra o Monarca e sim contra o Ministério. Rafael Tobias de Aguiar, ao ser aclamado em Sorocaba Presidente Revolucionário de São Paulo, deu vivas à Santa Religião, a S. M. o Imperador e à Constituição brasileira.

A Ata de 20 de maio de 1842 refere que todas as propostas foram unanimemente aprovadas pelo Povo e Tropa. A pequena vila do Oeste Paulista fazia-se revolucionária, em nome do Pacto Social e da teoria de John Locke.

Um aparte do Tenente Gentil lembrava a urgência de se nomear Juiz de Orfãos e Juiz Municipal interinos para a Vila. Por lembrança do Presidente da Câmara, os Juizes de Paz e o Juiz Ordinário deviam ser reintegrados em suas antigas funções, aos Distritos Norte e Sul da Vila, restabelecendo-se o status quo ante bellum. Tudo consoante o Código do Processo Criminal e a Carta Interpretada pelo Ato Adicional. Discutida e posta em votação, a medida foi aprovada, nomeando-se os cidadãos João da Cunha Raposo para Juiz Municipal e Teodoro Luís de Godoi para Juiz de Órfãos, os quais prestaram o juramento e foram empossados.

Executadas as medidas de impacto, o Povo e a Tropa dispersaram-se, enquanto apressado cavaleiro partia para Araraquara com a missão de comunicar os acontecimentos revolucionários. Possibilitava-se uma forte reação em cadeia, a exemplo do que solicitava Rafael Tobias de Aguiar, o Presidente revolucionário.

No dia seguinte, 21 de maio, os mesmos vereadores integrantes da Câmara Revolucionária de Piracicaba promoveram nova Sessão Extraordinária. O Secretário que procedeu à lavratura da Ata registrou a ausência dos mesmos políticos da véspera, acrescentando que o chefe corcundão continuava a dar parte de doente. O motivo da

convocação era a chegada da correspondência de Sorocaba. Uma Portaria do Presidente demitia Antônio Fiuza de Almeida do comando da Guarda Nacional, nomeando em seu lugar Luís Teixeira de Barros. Um ofício datado de 17 p.p., continha a sua Proclamação aos Paulistas, documento este que procuramos resumir ao leitor:

“Paulistas! Os fidelíssimos sorocabanos, vendo o estado de coação em que se acha reduzido o nosso Augusto Imperador, o senhor Dom Pedro II, por esta oligarquia sedenta de mando e de riquezas, acabam de levantar a voz. Elegeram-me Presidente Interino da Província para debelar esta hidra de trinta cabeças, que por mais de uma vez tem levado o Brasil à borda do abismo, e libertar a Província desse Proconsul que, postergando os decretos mais sagrados, veio comissionado para reduzi-la ao estado dos míseros Ceará e Paraíba. Paulistas! O vosso patriotismo já deu o primeiro passo, o vosso valor e firmeza farão o resto. União, e a Pátria será salva!”

Lembramos que Rafael Tobias de Aguiar se referia aos concundas estabelecidos em “sedenta oligarquia”, que o “Proconsul” era Costa Carvalho e os “decretos sagrados” eram o Código do Processo Criminal e o Ato Adicional.

Assinaram a Ata de 21 de maio os cinco camaristas revolucionários: Melchior de Mello Castanho, Pedro Ferraz Castanho, Afonso Agostinho Gentil, Francisco de Camargo Penteado e Inácio de Vasconcelos Cunha Caldeira. No dia imediato à tomada de posição da Câmara, as suas lideranças ainda permaneciam em Piracicaba, mas, tudo indica que, a partir desta data, começaram a se organizar os grupos de cavaleiros que, muito civicamente, faziam-se de partida, na direção de Itu, para juntar-se às forças revolucionárias e à Coluna Libertadora. Provavelmente, os primeiros a partir foram o Tenente Afonso Agostinbo Gentil e o Alferes Inácio de Vasconcelos Cunha Caldeira, porque os seus nomes não constam da Ata lavrada para a Sessão Extraordinária de quinta-feira, 26 de maio.. Esta sessão foi convocada para dar conhecimento das novas determinações de Rafael Tobias de Aguiar, particularmente, a nomeação do Capitão Inácio José de Siqueira para o posto de Comandante Militar da Vila.

É sabido que o Capitão José Inácio de Siqueira permaneceu pouco tempo no posto de Comandante da Vila, pois, logo decidiu-se

a partir, como tantos outros, para a Coluna Libertadora, que tomava o caminho de São Paulo, para depor Costa Carvalho. Na véspera, endereçou ofício à Câmara delegando o cargo ao Vigário Manuel José de França e, na falta deste, ao Sargento-mor Joaquim Antônio da Silva. É o que registra a Ata da Sessão Extraordinária de sábado, 04 de junho, assegurando que ambos os indicados estavam presentes e proferiram o juramento. Os mais expressivos liberais tomavam a direção da Coluna. Nesta mesma Ata consta que o vereador Francisco de Camargo Penteadado confirmava que o próprio Juiz de Paz, reintegrado recentemente, se achava comandando a Cia. de Cavalaria, devendo-se chamar outro para substituí-lo; no caso, o seu imediato em votos, Teotônio José de Melo. Este, sendo chamado, não se encontrou na Vila.

Os chimangos partiam, cavalgando a ideologia liberal compartilhada no Oeste Paulista. Na Sessão Extraordinária de quatro de junho, o Major Melchior de Melo Castanho também se fez ausente; partira para Itu, atendendo a uma solicitação do Presidente revolucionário. Nos primeiros dias de junho, Piracicaba esvaziava-se; a tal ponto que o vereador Antônio José da Conceição, um corcunda moderado, prestou-se para presidir aquela sessão.

O historiador Aluísio de Almeida (Pe. Luís Castanho de Almeida), em sua história da Revolução Liberal de 1842, afirmou que Constituição (Piracicaba) tomou parte assinalada no movimento através das forças voluntárias que enviou à Campinas e à Pirajussara (São Paulo). Era corroborado por uma testemunha da época, o Pe. Diogo Antônio Feijó que, na edição nº 4 do "Paulista", o jornal da Revolução Liberal, datada de 06/06/1842, redigiu: "Da Constituição, pedindo-se instantemente partilhar a glória de ter parte na libertação da Capital, estando reunidos mais de quatrocentos cidadãos armados, ordenou-se que marchassem duzentos ou mais, se quisessem".

Ressalvando-se algum exagero em número, compreensível como arma de propaganda, é certo que os voluntários foram deixando Piracicaba aos lotes de cavaleiros, a partir do dia 21 de maio. As lideranças liberais e suas parentelas, agregados e amigos formavam pequenos bandos comandados, dispostos à coadjuvação da Coluna Libertadora, o pretenso "exército revolucionário" destinado a marchar sobre São Paulo e depor Costa Carvalho. Teriam partido em muito

maior número se a revolução não os colhesse em plena safra da cana. Em três meses, a produção açucareira do Vale Médio do Tietê devia ser posta serra abaixo, a caminho do porto de Santos, para ser exportada para o mercado internacional. Atraso no calendário resultava em expor o produto às chuvas de setembro-outubro e à deterioração da sua qualidade.

Nelson Camponez do Brasil em seu excelente estudo sobre os chimangos de Piracicaba afirma que o destacamento de 43 homens citados pelo liberal ituano, Tristão de Abreu Rangel, em sua célebre carta a Rafael Tobias, era comandado pelo Capitão Inácio José de Siqueira. Se, em 06 de junho, estes piracicabanos se achavam em Itu, devem ter partido em 04/06, dia em que se convocou apressadamente uma Sessão Extraordinária na Câmara Municipal, decidindo-se transferir o comando militar da Vila ao Pe. França e, na falta dele, ao Sargento-mor Joaquim Antônio da Silva. O próprio Presidente da Câmara, Melchior de Melo Castanho, se achava ausente; não há vereadores para assinar a Ata e o corcunda moderado, Antônio José da Conceição era chamado para presidí-la. Tudo indica que Piracicaba estava se esvaziando de chimangos, confirmando-se o entusiasmo de que foi testemunha o Pe. Feijó.

No segundo parágrafo de sua carta a Rafael Tobias, Tristão escrevia: "Aqui chegaram os de Piracicaba em número de 48, é gente boa, e eu os faço demorar até que V. Exa. dê suas ordens que espero..." Esta referência textual, datando de 06 de junho, às vésperas do combate de Venda Grande, dá conta de apenas um dos grupos partidos de Piracicaba. Adiantamos ao leitor que este grupo incorporou-se às forças de Rafael Tobias de Aguiar, quando o mesmo retornando de Campinas para Itu, decidiu reforçar a Coluna Libertadora em Barueri. Não enfrentou os periquitos (soldados do exército) de Caxias.

Além desses cavaleiros, outros se dirigiram a Itu para engrossar o exército revolucionário comandado pelo Major Francisco José Galvão de Barros França. O próprio Pe. França tentou uma ação em Tatuí, mas, desistiu, reconhecendo que aquela vila se achava sob o controle do Coronel Freitas, chefe corcunda. Detendo-se em Itu, mandou um bilhete a Piracicaba, provavelmente escrito entre os dias seis e sete de junho: "Cesar. Não mandai minha gente enquanto não

vos escrever, pois já volto..... Minha gente no sítio que esteja pronta, que não tenha medo nem cuidado.”

O Boava Gordo, este sim, levou muita gente de Piracicaba e Limeira para Campinas. Desde o final de maio, arregimentava-se chimangos por todo o Oeste para se desferir uma ação libertadora sobre Campinas, conquistada pelos corcundas. Premidos por essas circunstâncias, o Capitão Antônio Manuel Teixeira e o Sargento-mor Reginaldo de Moraes Sales buscaram socorros desesperados em Itu e nas Vilas próximas. Atendendo ao seu apelo, o próprio Rafael Tobias de Aguiar dirigiu à Piracicaba sugestivo pedido de ajuda, datado de 04 de junho. Enquanto agradecia os voluntários enviados, desde os primeiros dias da revolução, à Coluna Libertadora, pedia ao comandante militar de Piracicaba que dispensasse os efetivos da guarnição da Vila para que os mesmos pudessem se reunir às forças que deixariam Itu com destino à Campinas.

Os acontecimentos revolucionários foram se precipitando entre os dias vinte de maio e dezesseis de junho, a princípio, em clima de grande otimismo. A Coluna Libertadora, saída de Sorocaba, em 21 de maio, tinha o seu parque de artilharia e levava a fina flor daquela sociedade de cavaleiros chimangos, muito confiantes. A cidade de São Paulo parecia prestes a ser “libertada” e a safra corria a contento, deixada nas mãos dos feitores de escravos e capatazes.

Uma carta do Pe. França, escrita em Constituição (Piracicaba), em 29 de maio, dá conta do clima de otimismo daqueles primeiros dias: “A pouco chegou o Afonso (o vereador Tenente Afonso Agostinho Gentil), trazendo officios do Presidente (Rafael Tobias de Aguiar) e notícias das operações militares da Coluna que foi atacar a Capital. A cidade de São Paulo está sitiada por 1.400 homens dos nossos bravos paulistas de Sorocaba, de Itu e Atibaia; o Costa Carvalho consta que se retirou e não se sabe para onde; a Serra está guarnecida pela gente do Bonilha (de São Bernardo) e por duzentos lanceiros hábeis enviados de Curitiba, da Faxina (- a cidade de Itapeva), os quais escaparam-se. por um lado da cidade e foram se ligar ao Bonilha. A Coluna encontrou uma guarda avançada nos Pinheiros, ao princípio pretendeu vadear o rio, visto ser pequeno - mas, ao depois, cortou-a e está senhora dos Pinheiros. Nossa gente está desesperada por avan-

çar e atacar a residência do Pro-consul (- Costa Carvalho), mas o comandante em chefe julga que não convém, pelo derramamento de sangue, esperando conseguir tudo sem esse mal” --Observamos que assim pensava o comandante da Coluna, o Major Francisco Galvão de Barros França, logo saberemos por que. Continuando a carta... --. “Participe as ocorrências; e quanta notícia tiver desse lado, principalmente os passos do inimigo, para dar-se as providências precisas. Seu amigo velho. O Pe. França.”

A carta ainda continha um Post scriptum. _”Em Tatuí nossos inimigos reuniram uma força, o Vigário de lá não deu informações precisas e exatas, Tobias mandou 20 homens, os quais foram presos e desarmados pelos inimigos. Que temeridade! Tatuí querer erguer-se à frente da Província!”

Nesta expressiva carta dirigida, provavelmente ao Boava Gordo, o Pe. França, enquanto desenvolvia a sua prática revolucionária, como hábil comunicador e agente promotor de entusiasmo à causa, admirava-se da resistência oferecida por Tatuí, onde os corcundas, havendo dominado os chimangos, puseram-se contra a Presidência de Rafael Tobias de Aguiar. As divisões internas dos paulistas começavam a aparecer. Logo entrariam Jundiaí, Mogi Mirim, até a distante Franca. Em Campinas, o equilíbrio entre chimangos e corcundas gerou perigoso impasse, agravado por outras diferenças políticas mais antigas. Expulsos da vila, os chimangos passaram a se concentrar nos seus arredores. Embora fracos, achavam-se dispostos a libertar Campinas e a enxotar os conservadores, que ali promoviam as maiores arbitrariedades.

As periferias do Vale Médio do Tietê, excetuando-se Campinas, revelavam-se nitidamente conservadoras. Em Jundiaí, Antônio de Queirós Teles comandava os corcundas, em Mogi Mirim, era o Pe. João José Vieira Ramalho, em Tatuí, Antônio Xavier de Freitas. Lideranças menos ligadas às exportações para o mercado internacional, infensas à correção do Tratado de 1827 e à abertura do mercado, mais fechadas no latifúndio, menos arejadas de idéias, mais propensas ao absolutismo, favoráveis às Leis do Cabresto e ao Estado Policial. Agrossenhores que diziam opor-se ao feudo de Rafael Tobias, mas “enfeudavam-se” com clientela e vasta escravaria; gente que não co-

mungava das idéias do Pe. Feijó sobre a escolarização, o progresso e a ampliação do direito do voto; porém temia a abolição muito mais do que o diabo à cruz. Corcundas!

A cidade de Itu e as vilas de Porto Feliz, Capivari, Constituição (Piracicaba), Faxina e Itapetininga, imediatamente, acolheram o movimento revolucionário desencadeado a partir de Sorocaba, em 17/05/1842. No Vale do Paraíba a revolução já se achava em andamento, enquanto nas Províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro a causa estava depositada em mãos do Coronel José Feliciano Pinto Coelho da Cunha e do fazendeiro Joaquim de Sousa Breves.

Aluísio de Almeida, em sua versão sobre a Revolução Liberal de 1842, conta que no sítio do Teodoro, cercanias de Campinas, achavam-se aquartelados os chimangos daquela vila, comandados por Antônio Manuel Teixeira e Luciano Teixeira Nogueira. Nos primeiros dias de junho, o acampamento fora reforçado pelo Capitão Boaventura Soares do Amaral com cinquenta homens trazidos de Itu e Sorocaba, e por uma centena de homens de Piracicaba e Limeira, trazidos por Antônio José da Silva, o Boava Gordo, homem da confiança do Dr. Vergueiro.

Esta nova referência à Piracicaba nos impele à anteriormente citada carta de Tristão de Abreu Rangel a Rafael Tobias de Aguiar, datada de 06/06, às vésperas do combate de Venda Grande: “Não me lembro se já comuniquei a V. Exa. que da Limeira foram para Campinas 50 e poucas praças, tendo saído de Piracicaba 70, e foram de muita má vontade preferindo ir para a Coluna, para isso foi preciso ir com eles o Antônio José da Silva conhecido por Antônio Gordo, o Reginaldo depois de chegar a Venda Grande ponto de parada, pretendia seguir para Constituição, Limeira e Ribeirão Claro.”

O missivista tinha razão ao afirmar que todos preferiam incorporar-se à Coluna Libertadora, a exemplo do que fizeram os primeiros voluntários. Só foram a Campinas coagidos, de má vontade, se bem que acompanhados pelo Boava Gordo, cujo espírito, reconhecidamente pilhérico e zombador, punha à prova toda a resistência, despertando a camaradagem. Parecia difícil compreender o que se passava em Campinas. Somente ali os liberais corriam perigo, tentando desesperadamente aliciar voluntários em Itu e nas vilas do

Oeste Paulista (Limeira, Piracicaba). Assim, dois reforços substanciais partiram de Itu e Piracicaba. Entre os piracicabanos que se dirigiram à Campinas, via Itu, estava Melchior de Melo Castanho. Outros, teimosamente, permaneciam em Itu, levando Tristão a consultar Rafael Tobias de Aguiar: _ “A vista de tudo isto, delibere V. Exa. se a Força vinda da Constituição marcha para a Coluna para (ou por) aqui ou vai para Campinas, é gente boa, e que fez o melhor”. Mais adiante, ainda o missivista esclarece: _ “O comandante de Piracicaba (devia ser Inácio José de Siqueira) sabe que a força que dali veio não segue sem sua ordem”.

Tudo indica que os 48 “insistentes” devem ter acompanhado Rafael Tobias para Campinas a retrocedido com ele no mesmo dia (entre 06 e 07 de maio) e, depois, rumado em sua companhia para Barueri, no dia 08, quando o Presidente decidiu-se a Alcançar a Coluna. Somados estes quarenta e oito aos setenta, que partiram para Campinas, teríamos o cálculo aproximado de Aluísio de Almeida, a centena de piracicabanos. Certamente o número era maior, outros já se haviam antecipado. Não obstante, as lideranças chimangas mais expressivas não devem ter passado de vinte. Lembremos que, até esta época as “guerras” eram feitas por bandos e por suas lideranças comandantes. No Brasil, o conceito moderno de guerra estava sendo introduzido e praticado por Caxias, dentro do exército, com profissionais adestrados e competentemente municiados, muito longe do romantismo daquela sociedade de cavaleiros.

Os setenta e poucos homens de Piracicaba é que receberam o batismo de fogo. Infelizmente, só conhecemos dois nomes: Melchior de Melo Castanho e Antônio José da Silva, o Boava Gordo, e, ainda temos que lembrar, que neste grupo incluíam-se chimangos de outras procedências.

A esta altura, as Vilas e as Freguesias do Vale Médio do Tietê, particularmente, aquelas incluídas no “Quadrilátero do Açúcar”, se achavam esvaziadas da sua população. Tristão de Abreu Rangel dizia em carta, datada de 31/05, que em Itu só ficaram velhos e doentes. Idêntico fenômeno ocorria em Soracaba, Itapetininga, Faxina, Capivari, Porto Feliz, Piracicaba, Limeira.

Os historiadores João Batista de Moraes, Aluísio de Almeida, Jolumá Brito e Celso Maria de Mello Pupo têm as suas versões sobre os acontecimentos de Campinas. Todos concordam que o ataque foi desfechado pelos 120 caçadores-fuzileiros do Batalhão 12, comandados pelo Tenente Coronel José Vicente de Amorim Bezerra com reforço dos absolutistas de Campinas e da cavalaria do Pe. Ramalho de Mogi Mirim; que foi um ataque desferido de surpresa, fulminante, não deixando chance para estabelecer qualquer defesa; que a resistência foi mais um fruto da irracionalidade ou do heroísmo de um punhado de liberais que lutou, até as últimas conseqüências, ao lado do Capitão Boaventura Soares do Amaral.

Tanto Jolumá Brito quanto Celso Pupo, apoiaram-se nas memórias de Amador Bueno Machado Florence, que, por ser filho de Hércules Florence, participou, ainda menino, diretamente, dos acontecimentos em Sorocaba, pois o seu famoso pai acompanhou o Pe. Feijó para quem editava o jornal "O Paulista". Estas memórias foram publicadas em 1882, quarenta anos posteriormente, na "Gazeta de Campinas" e relatam os fatos ocorridos em Venda Grande, mediante depoimentos colhidos dos sobreviventes, entre eles o chefe chimango Antônio Manuel Teixeira, de quem era íntimo amigo.

Tentaremos sintetizar o que aconteceu. Naquele dia 07 de junho de 1842, os chimangos se achavam concentrados em Venda Grande ou Engenho da Lagoa, antigo sítio do Teodoro, nas proximidades da fazenda Chapadão. Descansavam, enquanto aguardavam ordens superiores. Cerca das 14 horas, a força inimiga saíra do pátio da Cadeia da vila de São Carlos (hoje, largo do Carmo, Campinas), e já adentrava a alta macega formada pelo "capim barba de bode", o mesmo que ainda cobre os campos da fazenda Chapadão. De repente, a cavalaria inimiga assomou no pasto em frente de Venda Grande, colhendo os chimangos de surpresa, atraindo-os com alguns tiros para forçar o contra-ataque.

Foi total surpresa entre os que estavam nas imediações, cada qual buscando às pressas suas armas dentro do casarão, Boaventura tentando acionar os canhõeziños do século XVIII, ainda do tempo das monções! Envolvidos no contra-ataque, eis que foram novamente surpreendidos: "atacando pelo flanco, todo em capoeira, até quase a

retaguarda”, eram os periquitos do Tenente Coronel Bezerra (os soldados do exército eram trajados de verde). “Quando demos por eles, foi já pelo relampejar das baionetas e pelas cerradas descargas sobre o grupo dos nossos”—confessou o Teixeira.

Os chimangos tentaram responder debaixo do fogo intenso, balas caindo feito granizo, ferindo e matando. Impossível resistir aos fuzis de 1.300 metros de alcance, havendo unicamente por recurso as armas velhas reiúnas, espingardas de caça ou espadas. Antônio Manuel Teixeira ordenou a retirada, mas um grupo de doidos insistiu em combater ao lado do Capitão Boaventura, que, por sua vez, se recusava a retirar-se para não manchar a sua honra de soldado vitorioso nas guerras do Brasil no Prata.

Os periquitos executavam as suas manobras com grande precisão: a cada descarga, deitavam-se para recarregar as armas, erguiam-se, davam poucos passos, atiravam e repetiam a manobra. O grupo chimango concentrava-se em torno do Capitão Boaventura e as duas pecinhas de artilharia. Segundo Amador Florense, “não excedendo de uns 60, diminuía, ora de um, ora de outro, até resumir por fim, no punhado de bravos, que loucamente parecia querer morrer”...

A resistência diminuindo, os periquitos avançando, o final foi à baioneta. Os que restaram vivos foram transportados, gravemente feridos, para a Cadeia de Campinas. O Capitão Boaventura, também ferido, foi levado para o interior do casarão e consta que morreu sob tortura. Isto era comentado em voz baixa, até o final do Império.

A notícia do desastre chegou naquela madrugada a Itu; logo mais, a Sorocaba, comunicada por cavaleiros em louca disparada, alguns, morrendo pelo caminho. Quantos retornaram? Tornou-se impossível realizar qualquer cadastramento, passados 150 anos, sobretudo porque era preciso “esquecer”. Toda a documentação foi confiscada em nome da segurança do Império, restando pouquíssimos papéis no Depto. de Arquivo do Estado de São Paulo (DAESP).

Lembremos que, debaixo de grande entusiasmo, conduzida pela elite dos chimangos, a Coluna Libertadora havia partido de Sorocaba, em 21 de maio, rumo a São Paulo e foi engrossando pelo caminho. A estratégia era concentrar-se em Pirajussara, cerca de uma

légua da ponte do rio dos Pinheiros, e, atacar a cidade de São Paulo, depondo Costa Carvalho do governo da Província.

Quando a Coluna chegou ao referido ponto (24/05), já era tarde demais, porque, desde a véspera, Caxias havia ocupado a ponte do rio dos Pinheiros (23/05). Como foi possível?

Costa Carvalho mantinha infalível rede de espionagem em São Paulo, antes que o movimento eclodisse, já mandara buscar tropas no Rio de Janeiro. Em 16 de maio, aquelas desembarcavam em Santos. O Brigadeiro Barão de Caxias chegara no dia 21/05; a 22 já se encontrava na cidade de São Paulo e, a 23, tomava posição junto à ponte. Quando os guardas avançados da Coluna Libertadora alcançaram os arredores da capital, no dia 24, a situação já estava definida. É Vilhena de Moraes quem analisa as duas estratégias, acrescentando que da parte dos chimangos pouco restava a fazer.

Os dois comandantes chefes se cartearam cortezmente. O Major Francisco Galvão de Barros França, descendente de velho clã de bandeirantes e oficial do Brasil no Prata, respondeu com dignidade e sem arrogância a Caxias, quando este tentou dissuadí-lo da sua missão. Durante muitos dias, Caxias e Galvão mantiveram-se em estado passivo de enfrentamento, ambos decididos a sustentar as respectivas posições políticas e estratégicas. Concentrados nos arredores da cidade de São Paulo, de um lado os pacificadores (assim eram chamados os soldados de Caxias) e de outro os farrapos (como passavam a chamar-se os chimangos de São Paulo, por analogia aos liberais do Rio Grande do Sul), não se definia o combate, tampouco a rendição.

Caxias respeitava o adversário. Por que este não se definiu?

Resistindo até o fim à pressão dos chimangos, o Major Galvão não ofereceu combate, usou a tática de pressionar pela aparência e contemporizar pela prudência. Sabia o que estava fazendo e esfriava os ânimos dos mais açodados. Desde 24 de maio, sabia que a causa estava perdida, ele e Rafael Tobias de Aguiar. Bater de frente com as forças militares que foram acionadas do Rio de Janeiro se lhe afigurava loucura Também reconhecia ser indispensável tirar partido da situação, sem arriscar os paulistas. No primeiro momento, Costa Carvalho e o Ministério 23 de Março haviam estremecido nas bases diante da reação liberal de São Paulo e da revolta armada no quadri-

látero do açúcar. Isolar os possíveis focos noutras províncias e acelerar a contra-revolução foram as suas providências imediatas. Cientes da reação, os chimangos, mantiveram a pressão intimidadora dos primeiros momentos na esperança de conseguir a derrubada de ambos, juntamente com as “Leis do Cabresto”. Posteriormente verificou-se que certas lideranças liberais preferiram não se envolver diretamente, por descrença nos resultados práticos, enquanto outras de natureza conservadora aproveitaram o ensejo de intervir nas retaguardas do Oeste Paulista (Mogi Mirim e Tietê).

A intervenção de Caxias foi mais rápida do que o esperado, vindo a alterar desfavoravelmente o quadro do otimismo chimango. A princípio, barrou a entrada da cidade de São Paulo, buscou inutilmente afugentar o adversário; houve pequenas sortidas, alguns tiros avançados, de parte a parte. A saída desta indefinição foi tentada com êxito ao se estabelecer segunda frente, em Campinas, ao enviar-se o Tenente José Vicente de Amorim Bezerra, o qual apoiado pelos Guardas Nacionais do Coronel Quirino e a cavalaria do Pe. Ramalho, derrotou os chimangos na localidade conhecida por Venda Grande, em 07 de junho. Em 24 horas, a notícia do desastre ameaçou desbaratar a Coluna, animando Caxias a novas operações militares. Durante os dias 11/06 e 12/06, tornaram-se concomitantes, o avanço de Caxias e a retirada dos chimangos em direção às suas comunidades de origem.

Rafael Tobias de Aguiar ainda tentou deter e concentrar as forças retirantes em Barueri, mas os chefes liberais reconheciam que a bela causa estava perdida. Urgia-lhes voltar e cuidar da safra que se prejudicava com o movimento desencadeado. Essa parecia-lhes a melhor das hipóteses - se os deixassem ! Em condições menos favoráveis, restava-lhes o afundar-se no mato com pesados sacrifícios ou assumir a culpa, sujeitos a julgamentos e prisões

Em 14 de junho, numa cerimônia íntima, Rafael Tobias de Aguiar casou-se com a Marquesa de Santos, Maria Domitila de Castro, e partiu para o Sul, com diversos companheiros, a fim de colocar a sua espada a serviço dos Farrapos. O Pe. Feijó ficou sozinho à frente da revolução fracassada, sustentando o desastre: Vice-Presidente em

exercício, mentor dos chimangos, agora Presidente e curador, da tragédia liberal. Não era homem de fugir nem de torcer.

Cinco dias mais tarde, Caxias acampou nos arredores de Sorocaba, no Passa-Três, hoje Brigadeiro Tobias e, no dia seguinte, entrou na cidade, encontrando-a quase deserta. Pe. Feijó estava lá, aguardando-o. A revolução findava-se, trinta e quatro dias, após haver irrompido naquele mesmo lugar. O Presidente revolucionário em exercício foi aprisionado e Caxias se dirigiu com ele para Itu.

Desde 16 de junho, as comunidades do Vale Médio do Tietê passavam para as mãos dos corcundas, agora chamados de conservadores. Em Piracicaba, Antônio Fiuza de Almeida irá se revelar o “anjo da vingança corcunda”. Foi ele quem acudiu, pressuroso e restabelecido da “enfermidade” que o acometera, para convocar extraordinariamente a Câmara Municipal de Constituição. Lemos com certo humor as palavras que ele mandou afixar em Ata da sessão camarária de 17/06/1842: -- “...esta Vila se acha livre dos sediciosos...”

O primeiro documento pós-revolucionário de Piracicaba é essa Ata da Sessão Extraordinária de 17 de junho, nascida sob a chancela do revanchismo. O que teria acontecido na Vila entre os dias oito, o *day after* e 16 de junho?

Um ofício de Porto Feliz, dirigido a Rafael Tobias de Aguiar, logo após o nefasto episódio de Venda Grande (07/06), dava conta da dispersão dos chimangos e das calamidades que se abatiam sobre as vilas do Vale Médio do Tietê, ameaçadas de invasão pelas tropas de Caxias e pelos repressores de Campinas, particularmente, a capangada do Pe. Ramalho. A perseguição desfechada pelos corcundas enchia de terror as famílias dos liberais. Naquele ofício, dizia-se que “Itu se achava deserta e que Piracicaba fora atacada pelas forças de Campinas, fato de que resultara a retirada da Vila por parte do comandante militar interino, dos oficiais da Guarda Nacional e dos camaristas, contando com a causa perdida”.

Este ofício deve ser anterior a 14/06, mas, a Ata de 17/06 o confirma, indiretamente, quanto à retirada das forças liberais em 16/06. Também era verdadeiro que o Tenente Butiá, pertencente ao destacamento do Coronel Vicente do Amorim Bezerra, percorria o Oeste Paulista “limpando as áreas rebeldes”, ajudado por um grupo

de 90 homens, a “fina flor” da cavalaria do Pe. Ramalho. O truculento Butiá esteve em Piracicaba, varejando as moradas dos liberais, assustando os inocentes, apreendendo bens e propriedades, em tudo facilitado pelo chefe conservador Antônio Fiuza de Almeida.

Algumas personalidades liberais eram particularmente visadas: o Dr. Vergueiro, o Boava Gordo, seu administrador, o Pe. França, Vigário da Paróquia, o vereador Major Melchior de Melo Castanho, o Tenente Afonso Agostinho Gentil O historiador Nelson Camponez do Brasil conta, em seu excelente estudo sobre os chimangos de Piracicaba, que conseguir colheu alguns detalhes sobre o cerco que se fazia aos liberais, pois no começo do século XX, muita coisa, ainda, era viva na memória da comunidade. O episódio envolvendo a odiosa escolta do Tenente Butiá no cerco que impôs ao Capitão João Francisco de Oliveira Leme, em pleno centro da Vila, na rua da Quitanda (XV de Novembro, atrás da Catedral), era o modelo que se repetia em todo o Vale Médio do Tietê. Total desrespeito aos direitos constitucionais! As notícias corriam, aterradoras!

A Sessão Extraordinária de 17/06/1842 era convocada pelo líder corcunda Antônio Fiuza de Almeida, achando-se presentes os vereadores Manuel de Toledo Silva e Francisco Florêncio do Amaral, ausentes os vereadores Afonso Agostinho Gentil, Antônio José da Silva e Melchior de Melo Castanho. Decidiu-se em plenário comunicar ao Presidente da Província (Costa Carvalho), que a Vila se achava “livre dos sediciosos que haviam se apoderado dela, desde o dia 20 de março p.p, até o dia 16 do corrente, dia em que os mesmos sediciosos e suas autoridades criadas desampararam a mesma vila dando lugar às autoridades legitimamente constituídas exercerem seus cargos”. Era tanta a ênfase em se ajuntar ao poder, que até se errou na data da revolução: 20 de maio e não 20 de março!

Também se resolvia comunicar ao Presidente Provincial sobre “o procedimento de alguns Vereadores e Juizes de Paz que tiveram ingerência e exerceram suas funções durante a época da sedição, cumprindo ordens do Coronel Rafael Tobias de Aguiar”. Nestas linhas e entre-linhas entendemos claramente que se desencadeava a fase das denúncias e da repressão, das vinganças, perseguições e mesquinha-

rias, a partir da própria Câmara, tão logo os corcundas retornaram ao poder.

A alegria daqueles não seria completa, se não se registrasse a nomeação de Antônio Fiúza de Almeida (certamente em atenção aos serviços prestados na contra-revolução, apesar de enfermo), para o honroso posto de Tenente-Coronel da Guarda Nacional de Constituição. A mesma Ata lembra que o chefe corcunda já havia sido empossado pelo Comandante da Legião da Comarca em Itu. Faltava mais o quê?

Como historiadora, estaria faltando à verdade se não comunicasse ao leitor que, no penúltimo parágrafo da Ata, foi registrada a suspensão do Pe. Manuel José de França do cargo de Vigário da Vila.

A revolução liberal de 1842 não se extinguiu prontamente. Ela reacendeu no Vale do Paraíba, onde, em 12 de julho, ocorreu a pior e mais sangrenta das batalhas, a de Silveiras. Estalou, tardiamente, em Minas Gerais, onde o combate de Santa Luzia selou a sorte dos chimangos daquela Província. Em todas as circunstâncias verificava-se impossível oferecer qualquer resistência diante do exército profissional de Caxias, bem treinado e equipado com armas modernas. O pior acontecia depois, manifesto no revanchismo, nas mesquinhas e no esquema repressor dos corcundas. Em Minas, o sofrimento e a humilhação atingiram níveis tão dramáticos que os liberais passaram a ser identificados por “luzias” (a batalha de Santa Luzia).

Em todo o Brasil, os liberais aceitaram o desastre sem renunciar as suas pretensões ideológicas. Os Farrapos do Sul buscaram a aliança dos paulistas, mas, estes velhos chimangos do Sudeste, ainda, perseveravam em sua fidelidade monárquica, não eram separatistas como os gaúchos. Enquanto uns evadiam-se, outros caíam prisioneiros, iniciando-se a fase das denúncias para a listagem dos réus e apuração das responsabilidades. Havia um prévio esquema montado para se incriminar certos chefes chimangos, nomes que a muito tempo incomodavam os conservadores. Aqui na região de Piracicaba os dois mais visados eram o Dr. Vergueiro e o Pe. França.

A Portaria do governo de 02 de julho previa o confisco dos bens móveis e imóveis dos réus pronunciados. Aqui em Piracicaba, o Pe. França foi denunciado pelo Juiz Municipal e Delegado, o Dr.

Vicente Ferreira da Silva Bueno. Antônio Fiuza de Almeida deitou mãos à obra ! Em curtíssimo prazo, eram devassadas todas as suas propriedades; arrolados todos os seus bens móveis e imóveis, todos os seus pertences, não escapando sequer os livros de oração e o rústico caixotinho de madeira utilizado para o descanso dos pés. Confiscos em nome da lei.

A lista dos réus da Comarca de Iguatu era encabeçada por Rafael Tobias de Aguiar e pelo Pe. Feijó. O único réu pronunciado em Piracicaba era o Pe. Manuel José de França, Vigário de Piracicaba. Por que faltaram tantos nomes? Primeiro: houve listas anteriores que, por injunções políticas, foram alteradas. Segundo: o afastamento de Costa Carvalho da Presidência de São Paulo abrandou o furor persecutório. Terceiro: havia cabeças escolhidas sobre as quais o Estado queria deitar as mãos.

O ano de 1842 terminou em clima de perseguições, muitos liberais se escondendo feito criminosos, outros atirados às enxovias, as famílias perecendo, as safras perdidas. Em 1843 começaram os julgamentos, dramáticos. Em novembro, veio a falecer aquele que era tido como o maior inimigo dos corcundas, o Pe. Feijó. Foi só naquele momento que os velhos chimangos “entregaram os pontos”, parecendo perdidos sem o seu grande mentor. A fim de evitar represálias, Rafael Tobias de Aguiar ocultou o local do sepultamento do grande seu amigo, patrono dos liberais paulistas. Verificou-se instantaneamente um abrandamento na pressão conservadora; muitas condenações foram perdoadas. Sentia-se qualquer novidade no ar, durante o mês de janeiro de 1844, a prenunciar a troca do fatídico Ministério de 23 de Março e não tardou a Anistia, decretada em 14/03/1844. O temor do governo, diante do perigo de um novo enfrentamento chimango, parecia vencido após a perda do seu maior líder.

Em janeiro daquele ano, desafiando a prudência, apareceu em Piracicaba o Pe. Manuel José de França, com aquele seu jeito bondoso, como quem chegava de um fim de semana no sítio. Trazia uma provisão da Igreja para reintegrar-se as antigas funções. Era o primeiro rebelde a retornar.

Os corcundas instruídos por Fiuza antepuseram-lhe todos os obstáculos, recusaram-se a pagar-lhe as cômputas vencidas, tentaram afastar os fiéis do templo. É sabido que provocativamente, durante a

celebração da Missa, um coronel da Guarda Nacional fazia-se acompanhar de um pobre escravo portador de um lenço vermelho chimango amarrado ao pescoço. Tudo em vão.

Quando em março, os chimangos do Oeste começaram a retornar das prisões ou dos esconderijos aos seus lares, a Vila de Constituição ferveu. Fiuza novamente investiu, tentando impedir a posse dos vereadores liberais na Câmara; mas não houve como. A comunidade reintegrava-se à aparente normalidade, embora os profundos ressentimentos jamais fossem esquecidos. Alguns liberais preferiram transferir-se com as suas famílias para outras localidades, principalmente São Pedro. O chefe chimango de Porto Feliz, o famoso Zuza, José Rodrigues Leite, também sofria toda a sorte de provocações. Certa feita, ao sair de casa deparou-se com um Judas, pescoço amarrado com farto lenço vermelho. “Nem Judas pode ser liberal, hoje em dia”—teria desabafado.

Em 1846, S.M. o Imperador Dom Pedro II visitou as vilas revolucionárias do Vale Médio do Tietê, aproximando-se politicamente dos liberais, prestigiando-lhes as famílias, tentando reparações sociais. Choveram comendas, títulos e medalhas! As lideranças mais comprometidas com a revolução em Itu, Porto Feliz, Capivari, Sorocaba, Campinas, foram contempladas, não faltando sequer o Pe. França, Vigário de Piracicaba, agraciado com o título de Oficial da Ordem da Rosa. É confirmado que vários chimangos se recusaram a aceitar as honrarias, mas prevaleceu a pacificação.

Em meio à crise política, surgiram prioridades econômicas uma vez que a produção açucareira se desorganizara parcialmente e o mercado parecia aberto para a nova riqueza agrícola, o café. Decorridas três décadas, os velhos chimangos da Coluna Libertadora e de Venda Grande estavam mortos. Durante esse período, a revisão crítica ao regime, dentro e fora do Partido Liberal, bem como as transformações materiais do país, não deixavam dúvidas quanto ao futuro da Monarquia. Reunidos em Itu, ainda capital e berço do velho liberalismo paulista, os filhos e os netos daqueles chimangos, agora exportadores cafezistas, embora senhores escravistas, prepararam sob inspiração das novas lideranças a célebre Convenção Republicana que precedeu à fundação do Partido Republicano Paulista.

Fontes-Parte II

Brito, Jolumá. Combate de Venda Grande. In Revista do Arquivo (São Paulo), vol. CXLV, p.5-33.

_____ Idem _____ Memória da Cidade de Campinas. In Revista do Arquivo (São Paulo), p.5-34 e 112-145.

Cartas de Caxias ao Barão de Monte Alegre. DAESP, nº de Ordem 2404.

Confissões de rebeldes ao Sub-delegado da Freguesia do Ó. DAEP, nº de Ordem 884.

Fala do Presidente de S. Paulo em 07/01/1843. In Anais da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo. (1842-1843).

Inquirição de Testemunhas. In Eugênio Egas. Diogo Antônio Feijó (Documentos), p216-219.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Piracicaba (28/07/1840 a 13/07/1843). Vol. 06. Arquivo da Câmara.

Cartas dos Sub-delegados de Cotia, Freguesia do Ó, Freguesia do Juqueri, ao Barão de Monte Alegre dando parte do movimento rebelde chimango Carta do Sub-delegado da Freguesia de Santa Ifigênia ao Juiz Municipal e Delegado de Polícia de São Paulo sobre o mesmo assunto. In DAESP, Ofícios Diversos, nº 884

Proclamação de Rafael Tobias de Aguiar (17/05/1842). In O Paulista de Sorocaba, datado de 31/05/1842. Eugênio Egas, op. ct., p.201-202.

Carta de João Viegas Muniz ao Vigário de Piracicaba, o Pe. França (José Manoel de França), expedida de Capivari em 17/05/1842. In RIHG-SP vol.XII,p.545-546.

Carta de Rafael Tobias de Aguiar a José Rodrigues Leite, o Zuza de Porto Feliz, expedida de Sorocaba em 17/05/1842. In RIHG-SP, vol.XII, p.546.

- Carta do Pe. França ao Boava Gordo, expedida de Constituição (Piracicaba), em 29/05/1842. In Luiz Leandro. Subsídios à História da cidade de Piracicaba.
- Carta de Rafael Tobias de Aguiar ao Comandante Militar de Constituição, expedida em Itu, em 04/05/1842. In RIHG-SP, vol.XII, p.562.
- Carta de Tristão de Abreu Rangel a Rafael Tobias de Aguiar, expedida em Itu, em 06/05/1842. In RIHG-SP, vol XII, p.563-564.
- Carta de Caxias ao Barão de Monte Alegre, expedida junto à ponte dos Pinheiros, em 11/06/1842. DAESP. Ofícios do Comandante Geral das Armas de São Paulo. Caixas. Nº de Ordem 2404. 1842.
- Cartas do Pe. Feijó a Caxias, expedidas em Sorocaba, em 14/06 e 18/06 de 1842. In RIHG-SP, vol. XII, p. 579-582.
- Inquirição de Testemunhas. In Eugênio Egas. Diogo Antônio Feijó (Documentos), p 216-219.

Bibliografia Geral (Partes I e II)

- Aleixo Irmão, José. Rafael Tobias de Aguiar, o Homem, o Político. Sorocaba, FUA, 1992.
- Almeida, Aluísio de. A Revolução Liberal de 1842. R. Janeiro. Ed. J. Olímpio, 1944. Col. Doc. Bras.
- _____. Idem. _____ Sorocaba, 1842 (Documentação local). São Paulo, Ed. Cupolo, 1938.
- Azevedo, Victor. Feijó (Vida, Paixão e Morte de um Chimango). São Paulo, ed Anchieta, 1942.
- Brito, Jolumá. Combate de Venda Grande. S. Paulo, Depto Cultura, 1952. Separata da Revista do Arquivo de S. Paulo, vol. CXLV.

- _____ Idem _____ História da Cidade de Campinas São Paulo, Ed. Saraiva, 1963, vol.06, 16 e 17.
- Camponez de Brasil, Nelson. Chimangos Piracicabanos de 1842. In "De Piracicaba para Piracicaba (Subsídios para a História da Cidade). Piracicaba, Ed. Jornal de Piracicaba, 1961.
- Egas, Eugênio. Diogo Feijó (Estudo). São Paulo, Levi, 1912.
- _____ Idem _____ Diogo Feijó (Documentos). São Paulo, Levi, 1912.
- Leandro, Luiz. De Piracicaba para Piracicaba (Subsídios à História da Cidade). Piracicaba, ed JP, 1961
- Moraes, João Baptista . A Revolução de 1842 (Memória). In Revista do IHG. de S. Paulo, 1908. Vol XII.
- Nardy Fo., Francisco. A Cidade de Itu. S. Paulo, Ed. Salesianas, 1930. Vol II.
- Novelli Jr. Feijó, Um Paulista Velho. Rio de Janeiro, ed. GRD, 1963.
- Perecin, Marly Therezinha Germano. Candeias em Espelho D'Água. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1988.
- Petrone, Maria Teresa Schorer. A Lavoura Canavieira em São Paulo. São Paulo, Dif. E. do Livro, 1969.
- Pupo, Celso Maria de Mello. Campinas, seu Berço e sua Juventude. Campinas. Ac. Campinense de Letras, 1969.
- Revistas do IHG de Sorocaba, nº 04 (1960), nº 05 (1960) e nº 06 (1965).
- Sousa, Octávio Tarquínio . Diogo Antônio Feijó.(1784-1643). RJ, Ed. José Olímpio, 1942.
- Torres, João Camilo de Oliveira. A Democracia Coroada. R. Janeiro, Ed. Vozes, 1964.
- Vilhena de Moraes, E. Caxias em S. Paulo. A Revolução de Sorocaba. R. Janeiro, Calvino Fo. Ed., 1933.

O Primeiro Construtor do Teatro Santo Estevam

*Guilherme Vitti**

O 1º Teatro Santo Estevam era de 1858, o 2º de 1903. O 1º foi construído por Ricardo Leão Sabino, o 2º por Bonfiglio Campagnolli.

Ricardo foi aventureiro, ex-capitão das tropas libertadoras de Caxias, voluntário do exército de D. Pedro IV (nosso Pedro I), no cerco do Porto, talentoso, professor de Gonçalves Dias e Paulo Eiró, mestre de Francês e Latim, em 1852, na Vila da Constituição.

O terreno era o Largo da Força (não Forca), onde se construía o telheiro para o Miguel Arcanjo Benício D' Assunção Dutra, destinado à Irmandade da Boa Morte.

Ricardo era maranhense. Foi enviado a Portugal, onde completou os seus estudos. Forante o cerco do Porto esteve em Évora do Monte, com uma entrada triunfal em Lisboa.

Veio casado para o nosso país, residindo em Caxias, no Maranhão, onde ensinou Gonçalves Dias.

Esteve na Revolução Farrroupilha; na Revolução de Sorocaba, em 1842; no avanço sobre Caxias, pelos balaios, no qual se tornou capitão, recebendo a dignidade de cavaleiro da Ordem do Cruzeiro, no II Império.

* Ex-Presidente e sócio fundador do IHGP.

Morou em Sto. Amaro, SP. Escreveu na Vila da Constituição um livreto, que se não foi encontrado pelo descaso oficial em arquivar-se as nossas coisas, como hoje, ainda dá-se.

Homem impetuoso, deve ter-se dado mal aqui, porque um burgo hermético e sem nenhuma estrada mesmo carroçável para SP. Segurava o local um escravagismo sem tamanho e sem quantia. Daí os escravos não fugirem.

É lógico que esses dados são encontráveis em **O Santo Amaro de Paulo Eiró**, de E. Zenha, na **Revista do Arquivo Municipal**; da Prefeitura do Município de S.P., CLIII, p. 54; também, nas atas da Câmara Municipal, vol. III, 122, 140 e, por fim, no **Almanaque de Piracicaba de 1955**, de Hélio Morato Krähenbühl, p. 77 e 78.

O TEATRO EM NOSSA HISTÓRIA

Capítulo I

É bastante um burgo entrar na senda do crescimento, para logo surgir, entre seus habitantes, a idéia de uma casa de divertimento público. Outrora era o teatro a entrar na linha da preferência, desejo que só com esforço constante passava à realidade. Hoje, a primeira escolha recaí sobre uma sala de cinema, preferência que, aos poucos está sofrendo sério desgaste.

Piracicaba de outrora também embalou a idéia de ter o seu teatro, tentativa que só surge em 1852, como revela a ata de 29 de fevereiro desse ano:

“Foi lido um requerimento do Capitão Ricardo Leão Sabino, pedindo a proteção da Câmara para lhe conceder um terreno no Largo da Força, ficava o terreno ao lado da Rua Moraes Barros, entre a Rua José Pinto de Almeida e Itapeva, para levantar um teatro. Posto em discussão, foi adiado”.

Cidadão de idéias um tanto avançadas para aquela época esse senhor Sabino. Foi o primeiro professor de latim da então vilazinha da Constituição. Esquisitão como era, não se deu bem com seus morigerados moradores, além de ser impontual em seu ofício, mantendo-se o mais que podia na Vila de São Carlos, hoje Campinas.

Seu pedido foi atendido prontamente, como se infere da ata de 7 de março daquele ano. O projeto, contudo, ficou só no desejo e no papel.

As atas voltaram ao assunto em 20 de julho de 1853, da forma que segue:

Indicou mais o Sr. Ferraz que, não havendo nesta Vila nenhum divertimento público que sirva de recreio aos seus habitantes e, sendo o teatro o único que aqui se pode ter, é porisso de parecer que esta Câmara represente ao Exmo. Presidente da Província a este respeito, pedindo a suspensão interine do artigo de Posturas que condena com a pena de multa aos que dão espetáculos, ficando sujeitos só os estrangeiros que quiseram dar, até que se reúna a Assemblêia Provincial, única que pode revogar esse artigo. Posto em discussão, passou.

Percebe o leitor a eterna dependência do município aos Poderes Superiores, quando se trata de realizar obras de maior fôlego, em razão de suas diminutas rendas. Não se encontra, no livro próprio, o ofício em referência.

O assunto tratado pelos vereadores já deveria ter sido agitado na vila, naqueles dias, e com solução já engatilhada, tanto é verdade que, na ata do dia seguinte, aparece um requerimento apresentado por uma Sociedade Fundadora de um Teatro, pedindo terreno à Câmara,... *Que frente à Rua dos Pescadores (atual Prudente de Moraes) e atrás a cadeia desta Vila, para ali fazer-se uma casa para teatro. Posto em discussão, a Câmara deliberou que informa o suplicante ou marque o terreno que precisa para edificar essa obra.*

Um dia após o secretário da Sociedade dava os informes exigidos pelos vereadores, sobre o lugar e o tamanho da área,... *cujos tamanho é de cento e cinqüenta palmos de fundo, com setenta de largura.* A decisão foi adiada para outra sessão, e a ata desse dia 23 reza:

Quanto ao requerimento da Sociedade do Teatro, que ontem ficou sobre a Mesa, entrando em discussão, teve o seguinte despacho: - Deferido, debaixo das condições seguintes: *Ficando a Sociedade, por seu representante, sujeita ao pagamento dos emolumentos que forem devidos, como se pagam as datas, e estas sirvam de termo de proporção, e quando, por ventura, se extinguir a Sociedade, o terreno ocupado pelo teatro ficará pertencendo à Câmara, e a Sociedade só poderá dispor das*

benfeitorias, ficando igualmente a Sociedade sujeita ao arto 2º das Posturas de 15 de março de 1844, ficando igualmente a cargo do arrumador e fiscal da Câmara, demarcar o terreno pedido.

Resolvido o problema do terreno, a Sociedade entrou em brios, e um prédio modesto, no formato de um casarão com duas águas, surgiu logo atrás do prédio da cadeia pública, prédio este assobradado, onde se abrigavam a Câmara, a escola e a cadeia. A porta principal do teatro frontava com a Rua Prudente de Moraes.

Felizmente há um desenho do teatro, de autoria do Padre Francisco Assis Pinto de Castro, morador desta cidade em 1858, que ele remeteu a um seu amigo de São Paulo, seguido dos informes devidos: "Casa do teatro, atrás da cadeia, com frente para o norte, na Rua dos Pescadores, com 3 ordens de camarotes; não é forrado e nem assoalhado; os bancos são táboas toscas, sobrepostas em pedaços de vigas". Descrição clara, simples e precisa do teatro de que nossos antepassados dispunham para seus divertimentos artísticos. Além da porta principal, a parte da frente apresentava cinco janelas bem altas e uma pequena rosácea. Nas paredes laterais, quatro janelinhas.

O citado padre, além de sua específica função de sacerdote, era professor de latim e francês, conforme se lê nas atas de janeiro de 1856.

No ano de 1856, há uma referência indireta sobre o teatro, porém, interessante, pois a Câmara determina que, encostadas a uma de suas paredes, fossem levantadas casinhas provisórias, destinadas aos lavradores que quisessem vender seus produtos diretamente ao povo. Essa medida cessou em dezembro do ano seguinte, visto ter-se normalizada a oferta dos frutos da lavoura, voltando, porém a ser reativada em 1862. (At. 8/10/1862)

Como se vê, nada de novo sob o sol, referente à venda de produtos ao povo, com a finalidade de seu barateamento.

Capítulo II

Mal se tinham passado 10 anos, e a obra, com paredes de taipas, já apresentava perigo para os seus freqüentadores, merecendo por isso, o seu responsável, intimação da Edilidade para demoli-la, no

prazo de sessenta dias. Caso a ordem não fosse executada, fa-lo-ia a Câmara, ficando as despesas por conta do proprietário ou responsável. (At. 11/1/1865)

Na sessão do dia 11, mandou a Câmara que os detritos provenientes da demolição fossem colocados numa cova, formadora de um pantanal, existente diante da casa de um tal Francisco Lobo. Pela ata do dia 12, conhece-se o responsável pelo teatro. Era Miguel Arcanjo da Assunção Dutra, famoso artista polimorfo, que Piracicaba honrosamente hospedou, adotou e guardou, a quem foi dirigido o ofício da intimação. A ordem foi cumprida, ficando a Vila novamente sem casa de diversão pública.

Como o divertimento está entranhado no ser humano, é claro que os piracicabanos procuravam outros meios e lugares para satisfazê-lo. Em razão disso, representações eram levadas a efeito em casas de particulares. Deduz-se o aludido do constante da ata de 2 de dezembro de 1866, que, por ser interessante em seu aspecto social e cultural da época, vai transcrita abaixo, em sua totalidade:

“Indicação

O Sr. Vereador Pinto de Almeida fez a seguinte observação – Contra a expressa disposição do artº 109 do Código de Posturas desta Câmara, os dois irmãos Francos, músicos franceses, deram, nesta cidade, há poucos dias, duas noites de espetáculos, cobrando a entrada de cada pessoa 2\$000 rs., não estando munidos da precisa licença da Câmara. Por este fato foram justamente multados pelo Fiscal. No entanto, publicamente se diz que estes artistas foram aliviados não só da multa, como também dispensados de tirar a licença.

A ser isto verdade, eu protesto contra o procedimento do camarista ou empregado da Câmara que, ilegalmente, usou de uma atribuição que só competia à própria Câmara, o que levou ao conhecimento dos srs. Vereadores, a fim de cobrarem o que entenderem de justiça.

A Câmara exigindo informações do Sr. Fiscal, o qual se achava presente, a respeito do ocorrido, respondeu este o seguinte: Que entendendo cumprir com seu dever, procurou logo pelos artistas aludidos e, encontrando-os, sem a competente licença, os multou como infratores do artº 109 do Código de Posturas, ao que responderam

que não pagavam a multa, alegando que o espetáculo não foi público e que era apenas um concerto particular entre famílias para tal fim convidadas, tanto assim que, na porta de entrada onde executaram o concerto, não venderam bilhetes, mas que, apesar disso, iam consultar ao Dr. Prudente se estavam ou não obrigados a qualquer multa; então lhes respondeu o Fiscal que ficava muito satisfeito com o que resolvesse o Dr. Prudente.

Dirigiram-se, então, os dois artistas a consultar com aquele doutor acerca do ocorrido e, voltando, disseram que o Sr. Dr. Prudente lhes tinha dito – que em nada estavam comprometidos e que a multa, neste caso, não era admissível. O Fiscal, para mais bem se tirar da dúvida, foi também à casa daquele doutor, o qual lhe respondeu, dizendo que – aqueles artistas eram seus recomendados a que, por isso, se tornava suspeito, podendo o Sr. Fiscal consultar a algum outro advogado, mas que, apesar disso, entendia que os artistas não deviam ser multados.

O Fiscal que já tinha dito que ficava satisfeito com a decisão do Dr. Prudente, retirou, então, qualquer pretensão que antes tinha.

O Sr. Vereador Pinto de Almeida, obtendo a palavra, disse que considerava o espetáculo, público, porisso que, como já disse, os artistas cobravam 2\$000 por pessoa, e que o fato de ter sido o espetáculo em casa particular, entendia ser por falta de outro público, como a de teatro, e que porisso, era de parecer que o Fiscal fizesse efetiva a multa, a fim de os nossos munícipes não terem o direito de dizerem que a Câmara é para com eles, severa, ao passo que, para os estrangeiros é por demais indulgente.

A Câmara mandou que subsistisse a multa imposta pelo Fiscal aos dois artistas irmãos”. (At. 2/12/1866)

Capítulo III

Somente em 1890 reaparecem notícias sobre o teatro, na ata do dia 10 de março, e desta forma:

“Foi lida uma representação assinada por grande número de cidadãos desta cidade, chamando a atenção da Intendência Municipal

para o Teatro Santo Estevão, cujo estado vergonhoso e ruinoso está pedindo a execução do artº 22 do Código de Posturas.

Na brilhante exposição que fazem os distintos cidadãos que formaram essa representação, do estado daquele edifício em completo abandono, lembram, ao menos, a execução do artº 29 do mesmo Código de Posturas, que aos signatários parece ter bem aplicação ao caso.

À Comissão de Obras Públicas para dar parecer.

A representação não consta da ata, mas felizmente é um dos poucos papéis dos expedientes da Câmara desse ano, guardados na caixa nº 2 do arquivo camarário. Ei-la:

“Cidadãos Dr. Presidente e mais Membros do Conselho de Intendência Municipal

Os abaixo assinados, residentes e estabelecidos nesta cidade, usando do direito que assiste a todos de concorrerem com o seu contingente para o bem-estar de seus concidadãos, e para o adiantamento da terra onde residem, vêm representar-vos sobre o seguinte, fundados no artº 22 do Código de Posturas em vigor:

Há muitos anos que o edifício, conhecido nesta cidade pela denominação de – TEATRO SANTO ESTEVÃO – acha-se em estado de ruína, com as paredes fendidas e abaladas, ameaçando perigo, sem que os poderes competentes, anteriores, providência alguma dessem, no sentido de evitar os transeuntes, em lugar central como aquele, de grande concorrência pública.

Improficuamente a imprensa local se tem cansado em demonstrar a necessidade, cada dia mais urgente, de arrasar esse casarão que nos ameaça com seu desabamento e que tão mal nos recomenda aos nossos visitantes, para, no terreno, levantar-se um teatro digno deste nome, ou proceder-se à sua conclusão, o que, entretanto, já se tornou impossível, por sua emprestabilidade.

Os abaixo-assinados, fundados na opinião de profissionais insuspeitos, podem assegurar-vos que o edifício, em questão, ameaça ruína, dando-se, portanto, o caso previsto pelo citado artigo 22 do Código de Posturas, porém, assim não fosse, aí temos, na legislação municipal, o artº 29 que, se fosse observado, outro seria o aspecto do denominado – teatro.

Sem embargo do serviço que, ao tempo de sua construção, embora sob uma arquitetura *sui generis*, manifestaram os respectivos proprietários, desejar prestar ao desenvolvimento do gosto pelo palco em nossa terra e às artes constitutivas do belo, que num edifício desse gênero podem ter execução, os abaixo assinados, parte da sociedade piracicabana, que se levanta cheia de vida, compreendendo o desejo de caminhar sempre, a que tendem os povos e notadamente a moderna geração de nossa pátria, ordenareis ao funcionário competente que torne, sem demora, efetiva a disposição do artº 22 da lei municipal, em relação ao edifício de que se trata, seguindo-se os ulteriores termos do processo respectivo, até o final.

Sabeis, cidadãos Intendentes, que o teatro é um dos padrões por que se mede a civilização da localidade que o possui. Esse, porém, que Piracicaba infelizmente ainda vê de pé, ofuscando a sua invejável beleza, não é, não pode, por forma alguma, ser padrão do adiantamento e civilização desta cidade que tão dignamente representais, como legisladores que sois, a prol de seu progredir.

Fala-se que o mencionado prédio pertence a uma sociedade anônima, entretanto, por mais que o primeiro dos abaixo assinados se esforçasse, não lhe foi possível descobrir a lei que devia existir como base dessa associação.

Há, porém, pessoas que têm funcionado como proprietários ou usufrutuários desse edifício ruinoso, destacando-se o cidadão Clarindo José da Silva, que auferes os proventos do mesmo, cobrando o excessivo preço de 50\$000 rs., por noite, às companhias ou grupos particulares que se sujeitam a ali exhibir-se como artistas ou como simples amadores, mesmo sendo estes sempre em benefício de instituições pias e de caridade.

Os signatários abaixo, dirigindo-vos a presente, esperam de Vosso amor a esta terra tão querida e tão merecedora, que fareis cumprir o artº 22 do vosso Código, em relação ao edifício apontado, com o que prestareis relevante serviço às artes e ao público, por promoverdes a resolução do problema que, até hoje, tem sido um obstáculo à prova completa de nossa civilização, isto é, a construção de um bom teatro, em Piracicaba, podendo ser no mesmo terreno, uma vez verificado pertencer ao município.

Suprimido o atual, que é uma aberração do gênero e que provoca as mais ridículas apreciações, não faltarão iniciativa e capitais para o levantamento, em prazo relativamente curto, de outro teatro digno ao nome de nossa terra e dos artistas que ilustram o palco brasileiro.

Os abaixo assinados pedem-vos que façais a costumada justiça.

Piracicaba, 23 fevereiro de 1890

Seguem-se 66 assinaturas.

Capítulo IV

A ata do dia 18 de março de 1890 desse ano traz o parecer da comissão encarregada de pronunciar-se sobre a representação. Está assim lavrado:

“A comissão encarregada de estudar a matéria da representação, em referência ao Teatro Santo Estevão, deu seu parecer do modo seguinte: A comissão, desarmada de conhecimentos técnicos que a habilitassem a expender, só por si, juízo seguro sobre os fundamentos da representação solicitou, para o desempenho da tarefa que lhe foi confiada, as luzes de profissionais. O parecer destes pode ser resumido nos seguintes termos: Tão precárias são as condições de solidez do Teatro Santo Estevão, que a não se tratar de sua demolição completa, em prazo breve, urge que sejam adotadas providências no sentido de se substituir parte de suas paredes.

Subscrevendo, sem reservas, este modo de pensar, entende a comissão da necessidade que, em primeiro se averigüe quais os cidadãos que têm interesses ligados aquele ofício, e qual a natureza desses vínculos, para, munida desses elementos, a Intendência resolver sobre seu procedimento ulterior.

Piracicaba, 18 de março de 1890.

Joaquim Fernandes de Sampaio

Joaquim Moreira Machado de Oliveira.

Publique-se editais lembrando os artigos 22 e 23 do Código de Posturas”.

Como era de se esperar, o dono do teatro apareceu e, nada mais nada menos que o Barão de Rezende que o mandara construir, tanto que o prédio levava o seu nome. Cientificou ao Presidente da Câmara que ia encetar imediatamente os reparos de que carecia (At. 31/3/1890).

Apesar do exposto acima, a ata do dia 17 de junho traz o seguinte:

“Terminado o expediente, o cidadão Dr. Paulo Pinto, Presidente, tomando a palavra, dirigiu-se aos cidadãos intendentess mais ou menos nos seguintes termos:

Ainda há poucos dias, deram-se fatos, com os quais se relaciona uma resolução adotada pela Intendência, motivo pelo qual cumpro o dever de vir expô-lo a esta corporação.

Tendo chegado ao meu conhecimento que a Companhia Silbon tencionava exhibir-se ao público, no Teatro Santo Estevão, tomei as providências atinentes a impedir os espetáculos, visto como uma comissão de membros da Intendência, encarregada de dar parecer sobre as condições de solidez do teatro, e tinha declarado em estado de ruínas, parecer em respeito ao qual já, anteriormente, me tinha oposto a que um concerto musical se efetuasse no teatro.

Preveni ao funcionário a quem eu incubira de tornar efetiva aquela proibição, de que pedisse à autoridade policial o apoio que, porventura, se tornasse necessário, para que não fosse desrespeitada a intimação. A polícia asseverou que seria mantida a resolução tomada pelo Presidente da Intendência.

Efetivamente, no dia designado para a primeira exibição da companhia, tendo os representantes solicitado do cidadão Dr. Delegado autorização para o espetáculo, foi-lhes negada, e o teatro não foi aberto ao público.

Horas depois desta recusa, a autoridade policial conferenciou sobre o fato com o Presidente da Intendência, a quem comunicou que a companhia estava disposta a requerer fosse feito novo exame no Teatro, consultando ao mesmo tempo se considerar-me-ia desautorado,

sendo dada permissão para o espetáculo, caso o resultado desse exame fosse favorável à pretensão dos artistas.

Respondi, imediatamente, que de modo algum sentir-se-ia desprestigiado o Presidente da Intendência se, nas condições expostas, fosse concedida a licença para o espetáculo.

A comissão de peritos que, após este acordo, foi nomeada pela Polícia, declarou que o Teatro não apresentava perigo iminente, à vista do que, os espetáculos tiveram lugar.

Entendi do meu dever comunicar-vos estas ocorrências porque, se as ignorásseis, poderíeis supor que suscitou-se um conflito entre a autoridade policial e o Presidente da Intendência, tendo como resultado o sacrifício deste e, portanto, o desprestígio desta corporação.

O cidadão Intendente, João Augusto de Brito, disse que, depois da exposição sucinta e clara que acabava de fazer o Presidente, tomava a palavra para estranhar que a autoridade policial tivesse tido, nessas ocorrências, outro proceder que não o de sustentar a resolução correta que havia tomado o Presidente da Intendência.

O Sr. Paulo Pinto insistiu em que, se a companhia obteve a licença para trabalhar, obteve-se depois de um acordo pela maneira exposta, entre o representante da polícia e o da administração municipal.

O cidadão Brito redargüiu que era em virtude desse mesmo acordo que ele se limitava a estranhar o procedimento da polícia.

O Dr. Paulo Pinto respondendo disse que, uma vez que o procedimento da polícia teve por base esse acordo com o Presidente desta casa, a este e não aquela cabe a censura, se neste incidente cabe a censura a alguém, acrescentando que, se desprezando a resolução do Presidente da Intendência, o cidadão o Dr. Delegado houvesse facultado os espetáculos, seria o Presidente da Intendência o primeiro a convocar uma reunião de seus colegas, para propor-lhes a exoneração coletiva dos membros desta corporação”.

Retorna o assunto na ata do dia 13 de setembro desse ano de 1890.

Capítulo V

Cidadãos Dor. Presidente e mais Membros do Conselho da Intendência Municipal.

Os abaixo-assinados, residentes e estabelecidos nesta cidade, usando do direito que assiste a todos, de concorrerem com o seu contingente para o bem-estar de seus cidadãos e para o adiantamento da terra onde residem, vêm representar-vos sobre o seguinte, fundados no art. 22 do Cód. De Posturas em vigor.

Há muitos anos que o edifício conhecido nesta cidade pela denominação de – Teatro Santo Estevão – acha-se em estado de ruína, com as paredes fendidas e abaladas, ameaçando perigo, sem que os poderes competentes anteriores providência alguma dessem no sentido de evitar o desastre iminente a que, por esse edifício assim em ruína, se acham expostos os transeuntes, em lugar central como aquele, de grande concorrência pública.

Improficamente a imprensa local se tem cansado em demonstrar a necessidade, cada dia mais urgente, de arrasar-se esse casarão que nos ameaça com seu desabamento e que tão mal nos recomenda aos nossos visitantes, para no terreno levantar-se um teatro digno deste nome, ou proceder-se a sua conclusão, o que, entretanto, já se torna impossível por sua imprestabilidade.

Os abaixo-assinados, fundados na opinião de profissionais insuspeitos, podem assegurar-vos que o edifício em questão ameaça ruína, dando-se, portanto, o caso previsto pelo citado art. 22 do Cód. De Posturas. Quando, porém, assim não fosse, ali temos na legislação municipal o art. 29 que, se fosse observado, outro seria o aspecto do denominado – Teatro.

Sem embargo do serviço que ao tempo de sua construção embora sob uma arquitetura sui generis, manifestavam os respectivos proprietários desejar prestar ao desenvolvimento do gosto pelo palco em nossa terra e às demais artes constitutivas do belo, que em edifício desse gênero podem ter execução, os abaixo-assinados, parte da sociedade piracicabana, acreditam que vós, representantes legítimos dessa sociedade que se levanta cheia de vida, compreendendo o desejo de

caminhar sempre, a que tendem os povos e notadamente a moderna geração de nossa pátria, ordenareis ao funcionário competente que torne sem demora efetiva a disposição do artigo 22 da lei municipal em relação ao edifício de que se trata, seguindo-se os ulteriores termos do processo respectivo, até o final.

Sabeis cidadãos Intendentes, que o Teatro é um dos padrões por que se mede a civilização da localidade que o possui. Esse, porém, que Piracicaba infelizmente ainda vê de pé, ofuscando a sua invejável beleza, não é, não pode por forma alguma ser padrão de adiantamento e civilização desta cidade, que tão dignamente representais como legisladores que sois a prol de seu progredir.

Fala-se que o mencionado prédio pertence a uma associação anônima, entretanto, por mais que o 1º dos abaixo-assinados se esforçasse, não lhe foi possível descobrir a lei que devia existir como base dessa associação.

Há, pessoas, porém, que têm funcionado como proprietários ou uso-fructuários desse edifício ruinoso, destacando —se o cidadão Clarindo José da Silva, que auferes os proventos do mesmo, cobrando o excessivo preço de 50\$000 rs. por noite às companhias ou grupos particulares que se sujeitam a ali exhibirem-se como artistas ou como simples amadores, mesmo sendo estes em benefício de instituições pias e de caridade.

Os signatários abaixo, dirigindo-vos a presente, esperam de vosso amor a esta terra querida e tão merecedora, que fareis cumprir o art. 22 do nosso Cod. Em relação edifício apontado, com o que prestareis relevante serviço às artes e ao público, por promoverdes a resolução do problema que até hoje tem sido obstáculo à prova completa da nossa civilização — isto é, a construção de um bom Teatro em Piracicaba, podendo ser no mesmo terreno, uma vez verificado pertencer este ao município.

Suprimido o atual, que é uma aberração do gênero e que provoca as mais ridículas apreciações, não faltarão iniciativas e capitais para o levantamento, em prazo relativamente curto, de outro Teatro digno do nome de nossa terra e dos artistas que ilustram o palco brasileiro.

Os abaixo-assinados pedem-vos que façais a costumada JUSTIÇA.

Piracicaba, 23 de fevereiro de 1890.

José Lorero”

(Seguem-se 65 assinaturas)

Parecer

A Comissão, desarmada de conhecimentos técnicos que a habilitassem a expender, só por si, juízo seguro os julgamentos da representação, solicitou para o desempenho da tarefa que lhe foi dada, as luzes de profissionais. O parecer destes pode ser resumido nos seguintes termos:

Tão precária são as condições de solidez do Teatro Santo Estevão que, a se não tratar de sua demolição completa, em prazo breve, urge que sejam adotadas providências no sentido de se substituir parte de suas paredes.

Subcrevendo, sem reservas, este modo de pensar, entende a comissão da necessidade que, em primeiro lugar se averigúe quais os cidadãos que têm interesses vinculados àquele edifício, e qual a natureza desses vínculos; para, munida desses elementos, a Intendência, resolva sobre o procedimento ulterior.

Piracicaba, 18 de março de 1890.

Joaquim Fernando Sampaio

Joaquim Moreira Machado de Oliveira”

Capítulo VI

Usando ainda da palavra, o cidadão Dr. Presidente dirigiu-se aos cidadãos Intendentes, nestes termos: Em sessão da Intendência, efetuada há aproximadamente três meses, tratou-se do fato ter sido aberto ao público o Teatro Santo Estevão, depois de haver esta corporação adotado um parecer, declarando-o em ruínas. Por essa ocasião julguei-me obrigado a vir expor aquela ocorrência e explicá-la, por achar-me convencido que o prestígio desta casa era parte interessada

na questão, e declarei-vos que, se a autoridade policial, desprezando a nossa resolução, houvesse permitido espetáculos no Teatro por nós interdito, viria eu propor-vos o abandono coletivo destas cadeiras.

Ultimamente, durante a estada aqui, do prestidigitador Kif, julgando verificada a nossa desautorização, e procurando estudar melhor, para vô-los expor os fundamentos da atitude que parecia-me devermos assumir, foi que capacitei-me da sem razão da doutrina em que, até então, me inspirasse.

Na hipótese, a ação da polícia, sei-o agora, e o da autoridade municipal, giram em esferas completamente diferentes. Àquela, e a ela só, compete, sob sua responsabilidade exclusiva, dar, ou negar licença para os espetáculos públicos, e se, usando dessa atribuição, abre ao público as portas de um edifício que a administração municipal entende ruínosa, é que discorde da opinião desta, e nada... mais. Mas essa discordância, por mais pronunciada que possa ser, de modo algum poderá neutralizar os efeitos que esta corporação teve em vista, com o parecer que adotou e mantém.

Folgo ter-se-me proporcionado ocasião para, assim, retificar o que vai de errôneo nos conceitos por mim externados, por ocasião em que aqui nos ocupamos com o incidente suscitado pelos espetáculos da Companhia Silbon”.

Posta em discussão, foi aprovada a retificação feita pelo Dr. Presidente.

Num ofício da Câmara ao Poder Legislativo do Estado, com data de março de 1893, dando informes sobre os bens da Santa Casa, há este tópico: - “O teatro, único da cidade, por acabar, doação do Barão de Rezende, ainda não legalizada”.

O Dr. Moraes Barros indicou, na sessão do dia 2 de abril de 1893, que os espetáculos, dados no Teatro Santo Estevão, ficassem isentos de impostos, a fim de que a Santa Casa de Misericórdia, a quem pertence, confira do mesmo todo o rendimento que puder dar. Aprovada.

A ata do dia 1o de setembro do ano anterior traz esta notícia sobre o teatro. Vereadores requereram que a municipalidade concorresse com 1:000\$000 para a reconstrução do mesmo, numa subscrição popular, lançada para isso. Aprovada para o próximo orçamento.

Em junho de 1893, há uma indicação propondo o acréscimo de mais 4 contos à verba de um conto que já constava do orçamento, porém, com uma alteração profunda na destinação, pois a verba passava para a Santa Casa, que era a proprietária do teatro. A proposição foi aprovada no dia 6 de julho.

É também desse ano a autorização para a abertura de portas laterais. Em 1904, foi cogitada a construção de calçadas em volta do teatro, assim com a arborização de seu largo. Um bebedouro foi instalado atrás do prédio em 1908, e em 1911 aparece pedido para retirada do mitório existente ao lado do teatro, composto de quatro bacias.

Eis o que consta da ata de 5 de maio de 1913:

“Constando que o edifício, ora em construção no Largo do Jardim, é destinado a ser um teatro, e, não estando nessas condições, de acordo com as Posturas Municipais e Código Sanitário do Estado, indico que a Câmara tome disso conhecimento, certificando-se do caso, para fazer cumprir a lei.

Que prédio seria esse? é a nossa indagação.

Lê-se, na ata do dia 15 de janeiro de 1914, que o mitório ainda não fora removido, conforme resolução havida em 1911.

Informe interessante traz a ata de 7 de fevereiro de 1916, onde se lê que havia campainhas nos teatros, não podendo tocar mais de 3 vezes no espaço de cinco minutos.

Capítulo VII

O Teatro Santo Estevão, nas suas condições atuais, não pode servir às exigências do teatro moderno, notadamente na parte referente à sua caixa, sem falar nas acomodações do público, que são relativamente exíguas.

Ao adquiri-lo, a Câmara Municipal deverá promover as suas urgentes reformas, a fim de que a cidade seja dotada de uma boa casa de espetáculos. Adquirido, certo, fica de nenhum efeito a cessão que o Município fez à Santa Casa, de terreno no Largo do Teatro, necessária a seu projetado aumento. Ao Prefeito incumbirá resolver sobre a melhor forma de ocupação dessa casa de espetáculos, por particulares

ou empresas, mediante as cautelas recomendáveis a essa espécie de contrato, fazendo-os por concorrência pública.

De acordo com o presente parecer, a Comissão de Finanças apresenta o seguinte projeto de lei nº 18:

Artº 1º – Fica o Prefeito Municipal autorizado a adquirir da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia desta cidade, pelo preço de 80:000\$000, o Teatro Santo Estevão, com todos os seus acessórios e mobiliários, incorporando-o ao patrimônio municipal.

Artº 2º – O preço da aquisição ficará em depósito permanente nos cofres municipais, escriturado sob o título – Depósito Barão de Rezende – vencendo juros anuais de 6%, pagáveis trimestralmente.

Artº 3º – Para a execução desta lei, no presente exercício, a Prefeitura Municipal fará as necessárias operações de crédito, devendo, nos orçamentos vindouros, consignar verba especial para o pagamento de juros estipulados no artigo anterior.

Artº 4º – O Prefeito fica igualmente autorizado a reformar o Teatro Santo Estevão, mediante planta e orçamento da aprovação da Câmara Municipal.

Artº 5º – A ocupação do teatro, por particulares ou empresas teatrais, por aluguel diário ou mensal, fica a critério da Prefeitura, enquanto que o seu arrendamento anual será feito por concorrência pública. Em qualquer hipótese, o teatro será administrado de forma a render não só os juros a que o Município fica obrigado, como, sendo possível, os do capital empregado na sua reforma.

Artº 6º – fica de nenhum efeito a cessão de terreno no Largo do Teatro, feita pela Câmara à Santa Casa de Misericórdia, a que se refere a Lei nº 272, de 16 de agosto de 1921.

Artº 7º – Revogam-se as disposições contrárias.

Sala de Sessões, 29 de maio de 1922”.

Aprovado em primeira discussão nesse dia e em Segunda, no dia 19 de junho, indo imediatamente à sanção e publicação, sob o nº 299, com data desse mesmo dia

A planta para a reforma do teatro e proposta de arrendamento foram apresentadas pelo Executivo somente em fevereiro de 1923. Sobre essa matéria manifestou-se a Comissão de Finanças no mês de

março, concluindo, preliminarmente, que o assunto fosse estudado por um técnico.

Informa a ata de 16 de abril que uma Sociedade intentava construir um teatro moderno, porém pedia à Câmara que designasse alguns vereadores para a mesma entrar em contato com eles. Resolveu a Câmara que ela se entende-se, antes de mais nada, com o Prefeito.

Pela ata desse mesmo dia, sabe-se que o bebedouro de animais que até pouco tempo estava no Largo da Estação da Paulista, estivera, em outros tempos, no Largo do Teatro.

A tal sociedade acima citada voltou à carga com os vereadores. O pedido, encaminhado às comissões competentes, foi assim apreciado, como relata a ata de 6 de agosto:

“As Comissões de Finanças, Polícia e Higiene, tomando conhecimento do que foi requerido pelos Drs. João do Canto, Júlio César de Mattos, Srs. Eduardo C. Sampaio, José B. Ferraz, e Dr. Otávio Mendes, referentes à construção e exploração de uma teatro moderno, nesta cidade, observaram que o fim principal do pedido é referente ao Teatro Santo Estevão, que é hoje, um próprio municipal.

As comissões, antes de tudo, louvam o propósito dos peticionários. Mas para poderem dar o seu parecer definitivo, têm de aguardar a solução do arredamento do referido teatro, cujas propostas recebidas em concorrência pública, estão dependendo de estudos da Prefeitura, como foi resolvido pela Câmara.

Até que isso se resolva e tome forma jurídica a sociedade anônima de que falam os peticionários em requerimento anterior, as comissões, oportunamente, darão seu parecer.

Capítulo VIII

A Santa Casa de Misericórdia, proprietária do teatro, solicitou à Câmara área de terreno para ampliação dele (At. 18/7/1921)

Sobre esse pedido a comissão deu este parecer constante da ata de 10 de agosto de 1921:

“A Santa Casa de Misericórdia desta cidade é proprietária do Teatro Santo Estevão, situado no Largo do Teatro. Essa casa de espe-

táculo, porém, não tem correspondido aos fins artísticos a que foi destinada, exclusivamente, por serem exíguas as suas acomodações, quer na parte referente ao público, quer no que se refere à caixa do teatro. Por esse motivo a proprietária do teatro Santo Estevão acredita que vem daí a insignificante renda que o mesmo lhe dá. Uma reforma do teatro, pensa a Santa Casa de Misericórdia, e pensa muito bem, que vise o aumento das suas acomodações, trará conseqüentemente, não só vantagens para seus cofres, tão sobrecarregados de despesas, como também proporcionará à cidade de Piracicaba a posse de um teatro que esteja à altura do seu progresso e civilização. Para o aumento projetado faz-se necessário uma faixa de terreno nos fundos do teatro, com a largura total do edifício a cerca de dez metros no sentido do comprimento, em prolongamento do prédio.

Esse terreno, que é de propriedade do Município, a Santa Casa vem de pedir à Câmara Municipal nos termos do requerimento de 16 de julho do corrente, que lhe foi dirigido, e sobre o qual a Comissão das Finanças vem dar seu parecer.

A Câmara deve atender o pedido da Santa Casa de Misericórdia. Assim entende a Comissão, caso a Câmara não queira dar ao mesmo outra solução qualquer. O Sr. Prefeito Municipal, ouvido sobre o assunto, deu a sua informação favorável, declarando que o aumento do Teatro Santo Estevão, projetado pela Santa Casa de Misericórdia não prejudica o logradouro público, onde está situada essa casa de espetáculos.

A Comissão de Finanças, por isso, apresenta o seguinte projeto nº 22:

Artº 1º – A Câmara Municipal de Piracicaba cede, a título gratuito, à Santa Casa de Misericórdia desta cidade, proprietária do Teatro Santo Estevão, situado no Largo do Teatro, uma faixa de terreno nos fundos do mesmo, correspondente às dimensões de frente do edifício, por dez metros de fundo, necessária à reforma dessa casa de espetáculos.

Artº 2º – A Santa Casa de Misericórdia entrará na posse do terreno, somente depois de aprovado o projeto de reforma do teatro, e quando se iniciarem as respectivas obras.

Artº 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de julho de 1921.”

Aprovado em primeira discussão e votação nesse dia, e, em Segunda, no dia 3 de agosto.

A Mesa Administrativa da Santa Casa agradeceu a doação, conforme consta da ata de 19 de setembro.

O entusiasmo da entidade, todavia, ficou no papel, pois, no ano seguinte, a ata de 20 de fevereiro, traz a notícia de que a Santa Casa estava publicando editais na imprensa local, para a venda do teatro. Não convindo à Prefeitura que o prédio caísse em mãos de particulares, entrou a mesma em contato com a Mesa Administrativa da entidade, para a sua aquisição.

Revela a ata de 5 de junho de 1922, ter o Prefeito conversado com a direção do nosocômio sobre o assunto. Por ofício de 19 de abril, fez a Santa Casa a proposta abaixo:

1º – Vender o imóvel, com todos os acessórios e imobiliários, pelo preço e quantia de 80:000\$000;

2º – O produto dessa venda será depositado na própria Câmara, sob o nome de – Depósito Barão de Rezende – como justa memória ao benemérito doador do aludido imóvel à Santa Casa;

3º – A referida quantia, vencerá juro anual de 6%, pago trimestralmente.

Relatado assim o objeto em pauta, a Comissão de Finanças é de parecer que a Câmara adquira o Teatro Santo Estevão, nos termos de proposta feita. Essa aquisição, sobre ser feita em condições financeiras muito vantajosas para o Município, é, além disso, um gesto feliz em prol da conservação da arte em Piracicaba, concorrendo ao mesmo tempo, para a conservação do patrimônio da Santa Casa, em moeda corrente, de giro rendimentos mais prontos e eficientes.

Passou-se o tempo e somente na ata de 28 de dezembro de 1925 aparece notícia sobre o teatro. O Prefeito assim se manifestou:

“Não tendo sido possível arrendar-se o nosso teatro a quem se propusesse reformá-lo, de acordo com os editais publicados e projeto apresentado pela Câmara, estando ele até hoje, fechado, tendo sido poucas vezes ocupado e ainda assim, quase sempre gratuitamente, a Prefeitura acha que a proposta de arrendamento apresentada pelos Srs. A. Campo & Cia., por ser vantajosa e equivalente aos juros que

a Câmara paga mensalmente à Santa Casa, deve ser aceita, pelo prazo estipulado, até que a Câmara possa fazer, em ocasião oportuna, as reformas projetadas, pedindo, por isso, à Câmara a aprovação do seu ato, por ter assinado o referido contrato de arrendamento. Piracicaba, 21 de dezembro de 1925. Fernando Febeliano da Costa, Prefeito Municipal.”

Em razão, todavia, de profunda alteração na direção administrativa do Município, por ter sido derrotado o partido situacionista, esse projeto parece ter morrido em seu nascedouro.

Em 1930, setembro, a Câmara autorizou a construção de um posto de gasolina na pequena área atrás do teatro, sendo proprietário o Sr. Esmeraldo Müller.

Relata-se na ata de julho de 1933, que os vereadores autorizaram concorrência para aluguel dos altos do teatro. Apareceram duas propostas: uma do Sindicato de Operários do Engenho Central, oferecendo a quantia de 120\$000 mensais, com o fito de instalar no local, a sede da entidade; a outra do Sindicato de Fiação e Tecelagem, com a oferta de 160\$000 por mês. Foi esta última a preferida.

No expediente da sessão de 24 de outubro de 1935, uma proposta para a pintura do salão do teatro foi feita pelo Centro do Professorado. A Câmara negou-a.

Suprimindo o funcionamento das Câmaras pelo poder ditatorial, desapareceu o assunto – teatro – do arquivo camarário, retornando somente em 1948, com a reabertura política. Em dezembro desse ano, criou a Câmara uma taxa de aluguel do teatro, conforme a ata de 20 do mês.

Projeto de importância surge em junho de 1951, propondo a doação, por concorrência pública, do prédio e terreno do teatro, em troca da construção nesse lugar, de edifício com mais de cinco andares. Depois de muitos debates foi a matéria aprovada. Tornou-se, todavia, inócua pela ausência de interessados.

Em 1952, setembro, um vereador levantou a idéia da demolição do prédio, construindo-se outro teatro na parte ampliada da praça. Aprovada a sugestão que também ficou só no papel.

Em maio do ano seguinte, renasce despona a idéia de um teatro municipal, conjugado, porém, com prédio para o paço da Pre-

feitura. No mês seguinte, requerimento de vereador solicita formalmente a demolição do teatro, assunto discutido em todas as reuniões do referido mês. A idéia vingou, sendo o prédio demolido, conforme se lê na ata de 10 de agosto de 1953, após o mesmo ter sido vistoriado por comissão adrede nomeada.

A necessidade de se construir prédio para espetáculos público, tornou-se obsessão. Deu-se início, então, a batalha para a sua localização, ficando a solução indefinida por muito tempo.

Novidade traz a ata de 7 de setembro de 1953. Um vereador apresentou a vantagem de se comprar o Teatro São José, propriedade particular. A lembrança não vingou em razão de forte oposição, resurgindo, contudo, em 1957 e em 1959.

Como o Município não se decidisse, a Câmara tentou ajuda, recorrendo à Assembléia Estadual. Projeto do Executivo desse ano, desapropriando o Teatro São José, foi rejeitado pelos vereadores em dezembro desse ano.

A ata de 17 de fevereiro de 1964, informa que o Município firmara um acordo com a Comissão Estadual de Teatro para a construção de um teatro nesta cidade.

Em setembro de 1965 tratou-se da aquisição do terreno apropriado, pertencente ao Lar das Meninas, situado na confluência da Avenida Armando de Salles Oliveira com a Avenida Independência. Projeto respectivo foi aprovado em outubro desse ano. O crédito para pagamento do terreno só foi aprovado em 1967.

A construção do prédio é obra de várias administrações seguidas, caminhando lentamente em razão das exíguas verbas municipais. Créditos para a cobertura foram aprovados em 1970.

Um convênio para conclusão das obras, foi aprovado em 1975, com a Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo.

Finalmente a ata de 4 de dezembro de 1978, assinala que a Câmara autorizou o Município a receber do Estado, em doação, um piano para o teatro municipal.

A cana-de-açúcar e as crises

*Pedro Caldari**

Resumo:

O tema desenvolvido em dezessete artigos é de atual interesse não apenas brasileiro mas também do mundo por envolver a questão do biocombustível e do meio ambiente, hoje em especial evidência dadas as suas repercussões sociais – meio ambiente, combustíveis, alimentos, aquecimento global – e cuidar-se de sintetizar a evolução da cana-de-açúcar desde o princípio da colonização portuguesa até o presente momento sucroalcooleiro no País.

Palavras chaves:

Cana-de-açúcar, açúcar, álcool e aguardente, engenhos e usinas, álcool carburante, política energética.

A cultura da cana-de-açúcar no Brasil foi introduzida no ano de 1532, com as primeiras mudas vindas na bagagem de Martim Afonso de Souza, como parte de seu plano de colonização do novo mundo. De São Vicente a gramínea migraria às regiões costeiras e, à medida que os domínios portugueses adentravam-se pelos interiores do imenso território ainda desconhecido, a fácil cultura e a fertilidade dos solos virgens, encarregar-se-iam de sua proliferação extraordinária.

* Presidente do IHGP – 2008/2010.

O açúcar derivado da cana, por vários fatores favoráveis, ocuparia o seu ponto alto face ao valor que o produto alcançava no mercado do velho mundo. São Paulo e Pernambuco se destacavam como pólos produtores e manteriam suas posições continuamente, desenvolvendo uma grandiosa atividade agroindustrial geradora de riqueza e de fixação do homem no campo.

Piracicaba se inscreveria no cenário açucareiro, primeiramente dadas as circunstâncias já citadas, e a seguir, por interesses despertados pela lucratividade que o tipo de cultura possibilitava. A vastidão territorial e generosidade do rico solo praticamente virgem em termos de exploração agrícola, as condições climáticas favoráveis, ou seja, as mais propícias que poder-se-iam desejar, a cidade e quase a totalidade do interior paulista adeririam à monocultura da cana-de-açúcar.

A análise da palpitante atividade econômica-social no contexto histórico da cidade e da região merece cuidado e aprofundamento especiais para não se perder de vista importantes aspectos que caracterizaram o desenvolvimento e o crescimento de ambas – a cidade e a região.

Teríamos algumas questões a levantar: 1. Quando se deu a introdução da cana-de-açúcar na cidade de Piracicaba e quem a fez e em que circunstâncias? Ao acaso, propositalmente ou apenas para uso próprio e sem conhecer o seu valor como produto? 2. Como se comportaram no princípio e quais os fatores que possam ter influenciado na decisão de usá-la como cultura de algum sentido econômico? 3. Como evoluíra dentro dos limites da província e quais as razões de sua expansão territorial?

Dentre as muitas formuláveis, as acima já seriam suficientes para um longo trabalho de pesquisa, não é mesmo? Mas podemos acrescentar outras, de cunho mais recente face às discussões abertas sobre o bio-combustível e à polêmica que se instalou entre as nações ricas no claro propósito de se torpedear a alternativa energética proposta pela comunidade economicamente pobre e subdesenvolvida, como por exemplo: 4. A produção de álcool carburante, a partir da cana-de-açúcar, coloca um risco a produção de alimentos? 5. A expansão da fronteira agrícola nos países pobres tropicais é possível e seria a mais recomendável para tais áreas territoriais? 6. A tecnologia do álcool

carburante está adequadamente equacionada, inclusive com relação à tecnologia agrícola?

Nasci e me criei no ponto central da agroindústria açucareira e militei profissionalmente na instituição privada que desenvolveu a atividade sucroalcoóleira no Brasil, respectivamente Piracicaba e Grupo Dedini, justo no período de tempo que assinala os acontecimentos mais significativos do setor, ou seja, as fases crucial e exponencial da cana-de-açúcar no Brasil como fonte geradora de alimentos, de combustível automotivo, de energia alternativa – energia elétrica a partir de vapor excedentes de bagaço –, de derivados dos resíduos – papel da celulose do bagaço, conglomerados para fabricação de móveis e demais utilidades à construção civil e, também, a partir do vinhoto (restilo), aplicação à lavoura na forma de fertilizante líquido. Essas e outras mais aplicações conhecidas atualmente viabilizam a plena exploração da extraordinária gramínea.

As colocações acima propõem-nos a elaboração de um interessante trabalho de pesquisa e de avaliação social e econômica da região de Piracicaba e do País, além de ser, evidentemente, objeto da atenção mundial em meio à crise econômica que está em plena efervescência por todo lado, a afetar ricos e pobres, indistintamente. É o que pretendemos fazer.

2 – 2º Império

No cenário econômico, crises significam fenômenos anômalos capazes de abalar e de até desmoronar estruturas, à semelhança dos sísmicos em relação às edificações urbanas e ao próprio meio ambiente. Elas ocorrem e se vão, deixando atrás de si variadas conseqüências econômicas e sociais.

A cana-de-açúcar e os produtos dela derivados – açúcar, álcoois, aguardente, extratos químicos, celulose, fertilizantes – passaram e passam por crises de várias naturezas – ocasionais, conjunturais, cíclicas, ambientais – e cunhos – setoriais e nacionais, internacionais, políticos e econômicos. Quais forem as causas, sempre significam-lhes

prejuízos, e por serem de um segmento primário formador da riqueza, os efeitos negativos repercutem-lhes mais intensamente.

O açúcar é parte da dieta da alimentação humana por excelência e não é apenas obtido da gramínea "*Saccharum officinarum*", originária da Ásia Meridional, que no Brasil iria se desenvolver magnificamente e evoluir a passos largos graças ao domínio das técnicas agrônômicas e aos avanços nas pesquisas genéticas – Piracicaba, através da ESALQ-USP, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" e de seus institutos especializados em estudos e pesquisas avançadas, ocupa hoje o ponto mais alto dentre os centros mundiais de engenharia agrícola – demonstrando-nos que o mercado sofre as influências de ofertas de produtos diversificados para a mesma finalidade, cada qual com argumentações sanitárias e nutricionais que objetivam a conquista do consumidor final e nem sempre de modo leal ou honesto.

O Brasil colonial teve o seu ciclo do açúcar já nos primórdios da ocupação portuguesa e em paralelo às explorações extrativistas primárias, tais como o comércio de madeiras, tendo o pau-brasil como principal produto, seguido de outras espécies de valor comercial, e os frutos originais de fácil conservação para resistir ao longo e demorado transporte marítimo, e, obviamente, o ouro e as pedras preciosas à medida que as suas descobertas iam acontecendo. A cana-de-açúcar foi se espalhando por todo o território ocupado pelos colonos e intensificando na produção para o consumo doméstico e para atender as necessidades do reino. É fácil entender-se essa fase da incipiente indústria açucareira se levarmos em conta o estágio da industrialização mundial à época, prestes a dar os primeiros passos no sentido literal do desenvolvimento. Os engenhos de açúcar não passavam de rústicos aglomerados de componentes que possibilitavam a extração do caldo de cana por esmagamento mecânico, a sua coleta e condução a tachos para o cozimento a fogo direto a fim de concentrar o açúcar por evaporação da água contida no caldo. O processamento obedecia uma seqüência demorada de etapas bastante simples e de baixíssima produtividade e qualidade ainda pior – um açúcar batido ou mascavo, de cor marrom escuro, cheio de impurezas e de fácil deterioração.

O mercado europeu absorvia o açúcar e o Brasil viria a desperatar as ambições expansionistas das nações dominantes de então, apesar dos parentescos que ligavam as famílias reais governantes. Franceses, ingleses, holandeses, espanhóis, principalmente, direcionavam as proas de seus navios fortemente armados e com contingentes de soldados e colonos para as terras do novo mundo, cada qual com objetivos bem definidos de ocupá-las pela força de suas tropas, desafiando atrevidamente a Coroa portuguesa e desdenhando do perigo representado pelos índios. Martim Afonso de Souza, em 1532, deu combate aos franceses antes de fundar a primeira vila do país – São Vicente. Em 1550 teria chegado a primeira partida de escravos negros africanos em Salvador, mas o negro já estava aqui em 1539-1542 com Duarte Coelho (1) e em 1559, 29 de março, o Alvará de Lisboa autorizava cada senhor-de-engenho a adquirir até 120 escravos, acelerando-se a entrada dessa mão-de-obra sem a qual a monocultura não se desenvolveria. “Antoniél, em 1711, afirmou que os escravos negros eram às mãos e os pés do senhor-de-engenho, porque no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente”. A escravidão do índio não lograra êxito, promovendo intensas quão sangrentas lutas armadas (Confederação dos Tamoios – na realidade índios tupinambás, goitacases e aimorés, significando a palavra tamoio “tamuya” o mais velho do lugar). Essa confederação representou a primeira resistência brasileira à ocupação colonizadora portuguesa. (1)

(1) Nadai, e Neves. História do Brasil – Colonização à República.

3 – República

Desde o princípio da montagem da agroindústria a operação era considerada “custosa”. Para a concessão gratuita das terras bastava ao beneficiado professar o catolicismo e prover todo o investimento requerido. É bastante antiga portanto, a dificuldade do setor, que pouco ou nada mudaria nos quase cinco séculos de existência. A figura do “senhor-de-engenho” ganharia poder e prestígio econômico, social e político representaria não apenas um segmento empresarial

mas principalmente um conjugação de alguém capaz de reunir sob seu mando a propriedade da terra, a riqueza gerada da agroindústria que explorava, a influência política e social e o poder que exercia sobre a massa de trabalhadores (quase toda negra e escrava) e também na sua própria família pelo patriarcalismo imperante. O capitalismo se manifestaria a partir do poder que ele exercia sobre os lavradores de terras próprias ou arrendadas, obrigados a sujeitarem-se a sua vontade sem nenhuma segurança ou respeito. Enfim, um estado de total dependência econômica pouco diferente da escravatura negra.

Os senhores-de-engenho, figuras patriarcais todo-poderosas que imperaram por séculos na vida econômica-social do Brasil, foram os precursores dos poderosos usineiros que adentraram na era republicana e permanecem fortes até os dias de hoje, em pleno século XXI. Nenhum outro ciclo econômico-social havido no País perdurara ou sequer chegara tão longe no tempo como esse dos senhores do “açúcar”. Pau-brasil, produtos derivados da terra e da floresta, ouro, diamantes e outras pedras preciosas, mais tarde o café, a borracha, algodão e o cacau. A supremacia de seus poderes só seria ultrapassada com a industrialização cujo surto se desencadeou com a Revolução Industrial (século XVIII) e com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889.

O processo industrial que se operava no velho mundo daria contornos nítidos na economia mundial e o perfil do capitalista seria o destaque central dessa nova ordem econômica. A divisão internacional do trabalho foi, por certo, o marco inicial e definitivo da globalização dos negócios, hoje responsável pela distribuição e consolidação dos poderes das potências mundiais – econômicas, sociais, políticas e, não esqueçemo-las, também bélicas.

A produção de máquinas e equipamentos básicos – bens de capital – industriais e agrícolas daria origem e encetaria o desenvolvimento de setores industriais diversificados quão importantes – mineração, siderúrgicos, petroquímicos, automobilísticos, naval, energia, alimentício, nuclear, bélico e, objeto desta série, dos associados à cana-de-açúcar e hoje enfeixados no título “sucroalcooleiro”.

O usineiro passeia nas páginas da História do Brasil entre 1532 – 2008: coronealismo, latifúndio, escravagismo, uso e abuso do poder

econômico, patriarcalismo; expansão territorial, fixação do homem no campo, desenvolvimento, enriquecimento. Períodos áureos seguidos de quedas, regressão, estagnação. A propósito: com a expulsão dos holandeses após a ocupação ocorrida entre 1624/1630 – Companhia das Índias Ocidentais – 25/04/1654 – o Nordeste propiciou-lhes experiência na produção de açúcar que, ao saírem iriam levar o cultivo da cana-de-açúcar para as Antilhas, implementando-a com aprimoramentos que adquiriram tecnicamente e com a sua melhor capacidade empreendedora. Logo uma associação de fatores inclusive geográfico, infringiram grandes prejuízos comerciais aos portugueses pela concorrência e perda do monopólio do açúcar que exerciam. Nascia Cuba no cenário açucareiro mundial.

A presença holandesa no Nordeste, com Maurício de Nassau, seria marcada por atuações grandiosas no âmbito econômico-social da região. O nível social e intelectual dos “invasores” era diferenciado – Conde João Maurício de Nassau, de perfil moldado à liderança e às práticas da governança, se fez acompanhar de grupo seleto de pessoas composto de pintores renomados, de cientistas de várias áreas, engenheiros e técnicos e também de estudos das doenças que atribulam a população. Angariou amigos e simpatizantes, capitalizando a recuperação das plantações e das terras decadentes e, em especial, o reaparelhamento dos engenhos abandonados e vendidos em leilão.

4 – Contemporâneo

Sob a tutela da Companhia das Índias Ocidentais, a agroindústria açucareira prosperou, contando com a proteção militar e o apoio creditício, ambos necessários à primazia no comércio exportador. Como dito anteriormente, a ilha de Cuba como pólo açucareiro, só foi possível com a transferência dos holandeses do Brasil às Antilhas, posição essa só desbancada séculos depois pelo Brasil a partir de 1990. Podemos sentir, pelo retrospecto histórico do açúcar, como o produtor de cana-de-açúcar, o agricultor propriamente dito sempre esteve na ponta frágil do processo econômico do setor agroindustrial. As oscilações de mercado, quando para baixo, são nele descarregadas

e, quando para o alto (os ganhos financeiros) são capitalizados pelos usineiros, a ponta forte e que simbolizam os “senhores-de-engenho.”

De pequenos engenhos para pequenas usinas, a transição dar-se-ia a passos relativamente lentos e só efetivar-se-ia à medida que os senhores-de-engenho foram adquirindo os recursos financeiros exigidos para a ampliação de seus respectivos empreendimentos. Espalhados pelo vasto território, mas quase todos ao longo da costa, as unidades produtivas viram-se forçadas à mudança a fim de não perecerem por obsolescência e pela conseqüente baixa rentabilidade que alcançavam. O processo empírico precisava adaptar-se rapidamente às novas regras empresariais do mercado internacional.

Os engenhos viriam a ser sucedidos pelas usinas, com o emprego de equipamentos concebidos pela tecnologia européia em consonância com a evolução dos processos científicos que as universidades e os centros de pesquisas iam desenvolvendo para as suas próprias agroindústrias açucareiras e também por necessidade das suas indústrias de bebidas e de perfumarias, as alcoólicas e de demais produtos fermentados/destilados como o whiskey, a vodka, o conhaque, as aguardentes e alguns sub-produtos de valor econômico. A matéria-prima dos europeus é basicamente a beterraba e a cana-de-açúcar é a provedora de todos países tropicais, assim como o milho é de quase todo os Estados Unidos da América do Norte (a cana-de-açúcar é explorada na faixa dentre a Flórida e a Lusiana, dadas as suas condições climáticas).

Do Brasil Colônia ao Brasil República, a economia canavieira consubstanciou-se nos conglomerados regionais heterogêneos, podemos assim definí-los sem erro ou exagero, compostos de proprietários de terras, produtores de cana-de-açúcar próprias ou arrendatárias-meieiras, engenhos e usinas de pequeno e médios portes, pequenas cooperativas de plantadores de cana, uma central açucareira precursora do cooperativismo no Brasil. Foi concebida e instalada aqui em Piracicaba pelo Barão de Rezende, Estevam Ribeiro de Souza Rezende, companhia Engenho Central, em 1881, com equipamentos importados da Brissanow Freres, congregando dezenas de pequenos engenhos de plantadores de cana, sucedida mais tarde pela Sociéte de Sucrieries Brésiliennes (Engenho Central) de capital francês; Piracicaba, nesse

período, foi considerada “o maior centro açucareiro paulista”. Como parte também dessa economia, encontrar-se-iam os engenhos produtores de aguardente e, como anexas às usinas de açúcar, as destilarias produtoras de álcoois (industriais e para bebidas).

Apesar da má geração de riqueza que é peculiar do setor primário do sistema produtivo que caracteriza as nações pobres e subdesenvolvidas, distante, portanto, daquelas industrializadas e detentoras das tecnologias que dominam os mais diversificados campos da atividade econômica, a cana-de-açúcar simboliza a produção agroindustrial que mais divisas estrangeiras carregou para o País, dando-lhe a sustentação econômica necessária para o desenvolvimento das atividades privadas e públicas. Do açúcar exportado, seguido depois pelos álcoois e aguardentes e, recentemente, também pelo papel e celulose derivados do bagaço da cana, obteve-se os recursos financeiros para formar-se o capital interno propulsor dos investimentos industriais, tecnológicos e científicos exigidos para os processos de crescimento e de desenvolvimento do sistema produtivo nacional. A exportação de manufaturados – típica nas pautas de exportações dos países ricos – assumiria dimensão significativa, em termos históricos, apenas no passado recente com a entrada do Brasil na exploração do petróleo, na química dele derivada, incluídos os fertilizantes, nas energias hidroelétrica e nuclear, na siderurgia, nos automóveis, e, nas mais jovens ainda, indústrias farmacêuticas, aeronáuticas, navais, bélicas, bioquímicas e uma série de segmentos econômicos de maior sofisticação e complexidade.

Afastamos-nos do tema chave propositalmente a fim de se salientar a importância para o nosso País do açúcar, hoje com a denominação mundial “sucroalcooleira” a fazer-lhe justa colocação na ordem das riquezas naturais mundiais e com a sua exclusiva classificação de “produtos renováveis e totalmente não poluentes ao meio ambiente”. Nenhum outro produto (salvo o petróleo na atualidade) brasileiro gerou tamanha riqueza consecutivamente ao longo dos cinco séculos de vida política nacional.

Piracicaba, continuamente, manteve-se integrada à cana-de-açúcar, do plantio à pesquisa agrocientífica da preciosa gramínea, da industrialização ao comércio dos açúcares, álcoois (anidro carbu-

rante, hidratado carburante, hidratados finos industriais e de bebida), de aguardentes, de papel e celulose, de conglomerados e de outros inúmeros derivados dos sub-produtos, inclusive do resíduo final para fins de fertilização dos solos agriculturáveis. Também se postaria na vanguarda como centro de desenvolvimento industrial e tecnológico do País, sobrepunhando a concorrência internacional (tradicionalmente provedores de bens de capital, de processos tecnológicos de fabricação), estabelecendo aqui um sólido parque industrial capaz de produzir verticalmente todos os maquinários e equipamentos com elevado nível de qualidade.

A nossa atenção neste modesto trabalho volta-se no sentido das discussões que estão sendo feitas sobre o combustível alternativo automotivo, o etanol, em substituição parcial e total do petróleo, cuja prática efetiva e viável economicamente só não pertence de modo pioneiro ao Brasil pelo fato dela ter se valido os Estados Unidos, em grande escala, no desenrolar da Segunda Guerra Mundial, ao empregar o etanol de milho. O biodiesel, no caso brasileiro, não encontra paralelo anterior.

O mundo foi sacudido violentamente ao ser anunciada uma reviravolta no comércio do petróleo por decisão unilateral dos países produtores do óleo bruto, dominado pelos árabes, de elevar o preço e de reduzir a oferta do produto no mercado internacional. Estabeleceu-se, subitamente, o caos total no planeta e, pela primeira vez, a humanidade se deu conta da fragilidade e da extrema vulnerabilidade da economia mundial e, pior, do enorme risco que ela corria por depender fundamentalmente de um produto escasso e de finita existência por não ser renovável pela natureza; dar-se-ia conta, também, do erro que o homem cometera ao estabelecer extremada dependência, a um único produto e pior, sobre o qual não tinha absoluto controle ou alternativa imediata de substituição.

Bem, suspendamos um pouco essa questão do petróleo e vamos prosseguir com a cana-de-açúcar.

Os estados brasileiros potencialmente produtores de açúcar resumiam-se nos seguintes: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Paraná, Bahia, em maior escala, e incipientemente, Santa Catarina, Sergipe, Piauí, Ceará, Maranhão, Espírito

Santo; nos demais, as usinas demoraram por se instalarem. Esse parque açucareiro foi instalado com o emprego de máquinas e equipamentos importados da Europa, detentora das tecnologias mecânicas e de processamento. Com a ocorrência da Segunda Guerra Mundial, por pura necessidade de suprir a demanda interna através de seus próprios meios e recursos – financeiros, econômicos e tecnológicos – o Brasil viu-se contingencialmente obrigado a acelerar o seu processo de industrialização e de desenvolver o conhecimento técnico que assimilara dos técnicos, que aqui estiveram para a instalação e a operação das unidades industriais e, dentre elas, as usinas açucareiras e suas poucas destilarias de álcool, anexas, ou sejam, unidades processadoras do mel residual do açúcar que, em vez de serem reprocessados para açúcar, eram fermentados e destilados para álcool.

O consumo mundial de açúcar cresce junto com o acréscimo vegetativo da população do planeta. No entanto, a proporcionalidade não é mantida pura e simplesmente. Outros sucedâneos do obtido da ana-de-açúcar – beterraba, milho, sorgo e outras fontes naturais de sacarose – naturais industrializados e também artificialmente produzidos em laboratório, com o objetivo de atender aos crescentes apelos das dietas alimentícias decorrentes de um sem número de motivos, razões, argumentos e justificativas médicas, modísticas etc., contribuem fortemente para a desaceleração do uso do açúcar tradicional. Os processos da indústria de alimentos também evoluíram nas últimas décadas, chegando a provocar verdadeira revolução nos usos e costumes da população mundial, afetando-lhes inclusive os seus manequins até então predominantes. Os quadros estatísticos acusam oscilações anômalas e a linearidade inexistente, o que dizer-se, pois, da exponencialidade?

A indústria de refrigerantes cresceu assombrosamente por toda parte e é ela, sem dúvida, a grande consumidora de açúcares e, como é fácil de se constatar, há uma forte tendência de expansão das marcas que “zeram” a presença do açúcar nos seus produtos âncoras a fim de ganhar a preferência do consumidor. Há, portanto, toda uma orquestração mercadológica sob a regência da batuta “calórica”, ou seja, a “tabela de calorias” tem hoje a palavra final na ordem do dia em matéria de consumo alimentar para uma humanidade obesa e pre-

dominantemente sedentária e teimosamente usuária intransigente do automóvel.

Efeito estufa, camada de ozônio, crédito de carbono, fim das calotas polares, elevação do nível dos oceanos e elevação da temperatura climática mundial etc. são os tópicos destacados pela mídia diariamente. A poluição ambiental é, nos últimos anos, a grande preocupação dos povos nos cinco continentes, mas não no nível dos mandatários das maiores potências que comandam os destinos da humanidade, infelizmente, as conhecidas lideranças dos grupos G-8 e G-20, senhores absolutos das finanças, das economias, das políticas sociais e, claro, do poderio bélico-militar – a força das armas ainda não foi abolida da face da terra. Por tocarmos no tema poluição, apesar da consciente divulgação apoiadora do Jornal de Piracicaba, baluarte das boas causas piracicabanas, a condenada prática das queimadas da cana-de-açúcar pelos prejuízos irreparáveis que causa à saúde pública e ao meio ambiente, ela continua firme e forte e é exemplo da truculência, que afirmamos nessa série, ser uma das características prevaletentes dos “senhores-de-engenho”.

O tema sucroalcooleiro é palpante e nos permite estudar e analisar aspectos da história brasileira e, além do diagnóstico, leva-nos ao prognóstico, objetivo maior de nosso modesto trabalho.

O presidente do SIMESP, Sindicato da Indústria Metalúrgica de Piracicaba, Dr. Tarcisio Ângelo Mascarim, com quem tive a honra de conviver na infância e juventude – rua e bancos escolares – e profissionalmente, por meio século, ininterrupto, no mesmo grupo empresarial sucroalcooleiro, proferiu no dia 12/11/2008, naquela instituição, palestra com muita propriedade sobre o tema da nossa dissertação – a cana-de-açúcar.

Definiu ele, em resumo, que a atividade sucroalcooleira no Brasil se divide em quatro momentos ao longo de seu dinâmico desenvolvimento, excluindo-se o período histórico de mais de quatro séculos, portanto, referindo-se tão-somente às últimas quatro décadas. O número quatro, como se denota, é “cabalístico” em relação ao “açúcar” pela sua freqüência. E quais seriam esses momentos? O estudioso e o mais envolvido na questão, por certo, ou concorda ou opina ser outra a seqüência desse processo.

Antes de enumerá-los, lembramo-nos da criação de um importante órgão governamental que muito contribuiu para o engrandecimento do setor sucroalcooleiro no Brasil – o IAA, Instituto do Açúcar e do Alcool, criado em 01/06/1933 pelo Decreto nº 22.789. Sediada na cidade do Rio de Janeiro, a instituição congregava uma plêiade de especialistas de renome e de comprovada competência técnica e administrativa, capaz de atender perfeitamente as necessidades do País e de estabelecer normas e regras de interesse às finalidades tanto dos empresários do setor como da sociedade.

Os momentos ou fases referidos pelo prezado companheiro não seriam estanques entre si e, dadas à cronologia, estão quase que interdependentes ou conseqüentes. O primeiro, na década de 70, refere-se ao programa do açúcar – PRÓAÇÚCAR – com o envolvimento governamental via IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool e Banco do Brasil S/A. O primeiro, com a responsabilidade de ordenar a reformulação técnica das usinas então existentes levando em consideração o estado físico de seus equipamentos e as reais situações agrícolas que ostentavam – quantidade e qualidade de terras próprias e de terceiros responsáveis pela produção agrícola, capacitação técnica do pessoal empregado, localização geográfica e infra-estrutura disponibilizada, enfim, um completo inventário da empresa; o segundo, como órgão financeiro, a completa análise da situação sócio-econômica da empresa e de seus proprietários gestores. Do conjunto de análises e de avaliações, determinar-se-ia o reaparelhamento da usina em termos de equipamentos, sua nova cota de produção de açúcar e o volume de recursos financeiros a serem-lhe aportados para consolidação do investimento – recursos próprios dos usineiros e recursos financiados pelo Fundo Pró-Açúcar.

Seria interessante citar outros fatos de relevada importância que estavam ocorrendo no cenário brasileiro nesse período pós-guerra e sem nos preocuparmos com a exata ordenação seqüencial, mas sim com os seus destaques e breve comentário. Similar ao IAA, criou-se o IBC, Instituto Brasileiro do Café, voltado à defesa do valioso produto comercial e fonte de riqueza do País. Sob o governo Getúlio Vargas, nasceram a CSN, Companhia Siderúrgica Nacional, usina siderúrgica que colocou o Brasil dentre os produtores mundiais de ferro e

ação manufaturados a partir do minério bruto e disponibilizando, às demais indústrias nacionais, os perfis de aço e ferro para estruturas metálicas, equipamentos e construção civil, trilhos de aço ferroviários e as placas e chapas de ferro laminadas indispensáveis às caldeirarias fabricantes de máquinas e equipamentos industriais e a uma gama enorme de manufaturados ferrosos de largo consumo final; a Petrobrás, Petróleo Brasileiro S/A, esta com a finalidade de estabelecer o monopólio nacional da prospecção e exploração comercial do petróleo e seus derivados. Ambas as empresas estatais de importantes segmentos econômicos, embora viessem abrir seus capitais para acolher acionistas minoritários, acumularam resultados positivos e negativos naturais quando se confrontam interesses estatais e privados muito diferentes daquela onde predomina a iniciativa privada em regime de livre concorrência.

Ainda sob a égide do Estado, criaram-se organismos regionais de desenvolvimento sócio-econômico como: Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, com sede no Recife, Pernambuco; Sudam – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, com sede em Manaus, Amazônia; Sudepe – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, com sede em Florianópolis, Santa Catarina. Essas instituições foram idealizadas para estudo, avaliação, aprovação e fiscalização de projetos de implantação e de operacionalização de empresas a serem instaladas nas áreas geográficas do Nordeste e do Norte e nas regiões de pesca. As superintendências de desenvolvimento econômico ganharam adeptos e defensores de renome, acadêmicos e políticos, como o do economista Celso Furtado. O governo federal, assim influenciado, viria a permitir o uso e o abuso do “incentivo fiscal”, por meio do Imposto de Renda, de pessoas jurídicas e físicas, criando mecanismos para a destinação de parte dos impostos devidos às aplicações em projetos industriais próprios ou de terceiros (sob a forma de participações acionária). Muita coisa aconteceria em torno dessas superintendências, nas décadas seguintes.

A presença do Estado na economia, como agente produtor de bens e de serviços, geralmente costuma ser desastrosa dada a sua pouca afinidade com as atividades que são próprias para os agentes privados, senhores proprietários dos meios de produção e que, por

conseqüência de seus interesses de ganho e de acumulação de riqueza, buscam incessantemente otimizar os resultados de suas atividades com o lucro, mola propulsora de todo e qualquer sistema econômico capitalista. As empresas estatais perderam a razão de suas existências no mundo todo diante da necessidade imperante de se produzir bem e melhor e preferencialmente, a custo menor e lucro maior. A onda de privatização varreu o planeta e fez sucumbir, inexoravelmente, a prática socialista-comunista e com ela todas as teorias estatais intervencionista.

As superintendências de desenvolvimento econômico fracassaram no País e, depois de décadas, seriam finalmente extintas. Poucas empresas ou empreendimentos por elas patrocinadas prosperaram e quase nenhuma chegou até os nossos dias. Houve toda sorte de descertos e o sistema de captação – distribuição – aplicação de recursos financeiros fiscais (incentivos geridos pelo governo federal) propiciou o florescimento de uma verdadeira “indústria intermediadora de projetos empresariais” pulverizando os recursos financeiros sem nenhum êxito nas respectivas regiões incentivadas.

O IAA, à época dos programas Pró-Açúcar e Pró-Álcool, teve uma atuação digna dos maiores elogios e total respeito, pautando pela aprovação e fiscalização dos projetos que se beneficiaram dos planos de financiamento criados e patrocinados pelo governo federal. Nos dois programas citados, a convergência dos recursos a serem investidos (com financiamentos a custo subsidiado) foi exclusiva para o setor sucroalcooleiro.

Como citado por Mascarim, o fator preço internacional do açúcar, sob forte elevação, estimularia o reaparelhamento urgente do parque açucareiro nacional, tanto na ampliação de sua capacidade produtiva instalada como na qualidade do seu produto final exportável, da qual o mercado doméstico também se beneficiaria. O volume de açúcar produzido anualmente atingiria significativo avanço e o País capitalizaria extraordinário ganho de preciosas divisas monetárias que, por sua vez, alavancariam a nossa economia como um todo. Mais uma vez, o açúcar irradiaria a sua pujança financeira para o desenvolvimento econômico-social das regiões circunvizinhas e, através de

sua demanda por equipamentos, máquinas e mão-de-obra, irrigaria os pólos industriais e as comunidades de trabalhadores.

Piracicaba teria papel importante nessa etapa do Pró-Açúcar em função de seu parque fabril, que se desenvolvera e se especializara na área do açúcar, tendo por principal empresário o pioneiro Mário Dedini, de origem italiana e que optou por esta cidade para sediar todos os seus negócios e consolidar sua própria família. Graças ao desprendimento de Dedini, o sucateamento das usinas do Nordeste não era maior, e até total, pelo fato de alguns anos antes de 1970 ele ter bancado com os seus próprios recursos financeiros as reformas mais prementes que necessitavam para poder funcionar e, conseqüentemente, não falir. Nós, Mascarim e eu, testemunhamos essa atitude ímpar do grande empresário e as manifestadas gratidões que os usineiros pernambucanos e alagoanos lhe devotavam.

Com o reaparelhamento industrial das usinas e, conseqüentemente, de todo o segmento industrial ligado à atividade sucroalcooleira, este desenvolver-se-ia dando origem inclusive a novas empresas e a ampliação dos produtos ofertados, como, por exemplo, as colhedeiças de cana-de-açúcar, os novos implementos agrícolas, as melhorias no transporte da matéria-prima do campo até as usinas, as aparelhagens que revolucionariam o sistema de pagamento da cana-de-açúcar ao canavieiro, passando do velho procedimento de pesagem para a moderna remuneração pelo teor de sacarose com a medição nas amostras colhidas em cada carga de cana entregue às usinas.

Piracicaba sentiu o sabor do progresso açucareiro de imediato, da mesma forma que se ressentira nas cíclicas crises que a atingiram ao longo da história. A cidade, curiosamente, não cresceria populacionalmente, como é comum ocorrer paralelamente a um surto de crescimento econômico circunscrito a uma cidade ou região. O número de empregos não saltou estatisticamente e isso encontraria justificativa na base da evolução industrial, que se responsabilizou pela reaparelhagem e pela modernização das usinas açucareiras: a tecnologia. A partir da década de setenta, o avanço tecnológico piracicabano, no segmento econômico sucroalcooleiro, teve contornos que o moldariam aos centros de primeiro mundo, registrando ainda uma característica singular – incorporou tecnologias importadas com base em acordos

internacionais, às tecnologias desenvolvidas pelas suas próprias engenharias, tanto mecânicas como de processos.

Da associação de tecnologias e de capacitação empresarial, explica-se a modernidade das usinas açucareiras, a expansão industrial da cidade e a não explosão demográfica registrada.

Ao lado da indústria pesada e das suas satélites, Piracicaba orgulhava-se de seus codinomes – “Maior parque açucareiro da América Latina” e “Atenas Paulista” – assim como os seus filhos naturais e adotivos, indistintamente, orgulhavam-se de seus títulos de piracicabanos e de chamar a cidade, carinhosamente, de “A Noiva da Colina”. E nessa linha de “ismos”, sempre gostamos de enfatizarmos a pujança econômica – social – cultural da cidade – agricultura, indústria, comércio, serviços, escolas, faculdades, institutos educacionais avançados, centros culturais e, principalmente, dos centros de pesquisas voltados à agricultura no topo dos quais está a consagrada ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, que honra o nome de um dos maiores vultos da história da agricultura brasileira e seu fundador benemérito.

O homem piracicabano soube representar o cidadão brasileiro, tanto politicamente quanto profissionalmente, quando solicitado a participar do desenvolvimento econômico-social do País. Na hora de romper com os grilhões da escravatura, do colonialismo e da monarquia, se fez presente, contribuindo inclusive com o primeiro presidente civil da República, Prudente José de Moraes Barros; na hora da “revolução industrial açucareira” deu provas de sua capacitação industrial para a produção de bens de capital, ou seja, de indústria produtora de indústrias; depois da fase do açúcar, viria a ser promotora do salto tecnológico necessário para implementação da atividade econômica sucroalcooleira, colocando o Brasil na vanguarda mundial de produtor de etanol e de biodiesel e, afirme-se, não tão-somente desses combustíveis automotivos, mas principal e fundamentalmente de usinas e de suas respectivas tecnologias industriais e de processo, muito acima, portanto, de outros centros industriais do mundo.

E muito desse aprendizado todo começara com os engenhos primitivos de açúcar mascavo, com os primeiros técnicos e engenheiros europeus trazidos junto com as máquinas importadas por Estevam

Ribeiro de Souza Rezende, Barão de Rezende, com os engenheiros franceses da Société de Sucreries Brésiliennes, Engenho Central, com os italianos, alemães, ingleses, austríacos, espanhóis, holandeses, portugueses que, aos modos e tempos, contribuíram para formar uma cultura técnica – empresarial açucareira.

Como já dissemos, o IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool – foi marcante agente propiciador da agroindústria sucroalcooleira, chegando a responsabilizar-se diretamente na criação, instalação e operação de destilarias de álcool – as primeiras destilarias autônomas de álcool do País – como pólos centrais produtores de álcoois a partir de álcool retificado e de aguardente (que é um álcool de baixa graduação por conter maior quantidade de água e de subprodutos ainda não destilados, com cerca de 54° G.L.).

A Dedini cresceu e expandiu-se, formando um grande grupo de empresas praticamente verticalizado na área sucroalcooleira, contando, dentre elas, várias usinas de açúcar e álcool de elevado porte além de participar acionariamente de considerável número de outras usinas, participações essas assumidas, muitas vezes, como necessárias para dar suporte econômico aos respectivos empreendimentos novos, notoriamente no momento do Pró-Álcool, iniciado nos anos 1978/1980.

Antes de adentrarmos na fase dos combustíveis automotivos renováveis, que consideramos os de maior avanço já empreendida pela humanidade no sentido da produção de combustíveis naturais (não entraremos no mérito da energia nuclear por razões óbvias), cumpre-nos enaltecer as figuras dos cientistas e dos engenheiros que se envolveram intimamente nos estudos e pesquisas científicas e nos projetos de criação e de aperfeiçoamento de máquinas, equipamentos e instrumentações que, associados aos trabalhos silenciosos quão anônimos dos homens da lavoura canavieira, viriam propiciar o progresso e a consolidação do setor sucroalcooleiro. Piracicaba orgulha-se de seu passado, do seu presente e de seu futuro como centro e referência desse processo de desenvolvimento agroindustrial de profunda repercussão econômica e social do País.

5 - Nova era

Nas considerações de Mascarim, o Pró-álcool ocupa o segundo momento sucroalcooleiro, sendo o “terceiro” representado pelas significativas marcas atingidas pelas exportações de açúcar entre 1990 e 2000 – quando o Brasil voltaria a ser o maior produtor e exportador. Isso nos faz reportar ao longínquo momento inicial de nossa história açucareira e a rever toda a trajetória dessa monocultura principiada com as primeiras mudas de cana-de-açúcar plantadas em São Vicente, por Martim Afonso de Souza, no ano de 1532. A partir dessa data, ocorreram incontáveis crises setoriais e conjunturais, econômicas e sociais, políticas e até religiosas, que abalariam e comprometeriam a produção e o comércio do açúcar.

Holandeses, franceses, portugueses, escravos, índios de várias etnias, brasilíndios, sucessivamente substituídos como mão-de-obra por escravos africanos e, finalmente, pelos imigrantes europeus (italianos, em grande número) para o duro trabalho nas lavouras de cana de praticamente, semi-escavidão.

Com a expulsão dos holandeses do Nordeste perderíamos o monopólio no comércio internacional do açúcar para o produto antilhano, então fabricado com a experiência e a competência governamental-administrativa que eles, os holandeses, haviam desenvolvido no Brasil e eficientemente implantadas em seus novos domínios. E os efeitos seriam duradouros chegando até as décadas de 70-80, com a ilha de Cuba, a nos fazer frente, ocupando a posição de maior produtora mundial e, verdade ou não, com a fama de dona da melhor tecnologia sucroalcooleira. No início do Pró-álcool, tivemos o ensejo de desmistificar esse conceito muito difundido nos países tropicais (todos os de língua espanhola) ao participarmos de concorrências internacionais para implantação das primeiras usinas autônomas de álcool carburante, fora do Brasil, nas quais a Dedini, consorciada com a Petrobrás Internacional – Interbrás, saiu-se vencedora, infringindo sonoras derrotas às técnicas cubanas.

O Brasil, graças a Piracicaba, ao firmar-se como produtor de bens de capital – capacitado, portanto, nas complexas áreas de mecânicas pesadas e finas e de caldeirarias pesadas e médias – todas em aço

e aço carbono, passa a competir em pé de igualdade com os tradicionais fabricantes europeus, desbancado-os de um monopólio centenário. A partir de então, o Brasil passa a ser o supridor de máquinas e equipamentos sucroalcooleiro de âmbito mundial.

As primeiras usinas completas para produção de açúcar e as primeiras unidades refinadoras de açúcar (o Brasil é o pioneiro na tecnologia da produção de açúcar refinado e de alto índice de pureza) começavam a ser exportadas para os países vizinhos e logo se estenderiam à América Central e Caribe, atravessando inclusive o Atlântico para ganhar o mercado africano, começando a incomodar, também, nos domínios asiáticos e árabes.

As primeiras destilarias de álcool e de aguardente também seguiram o rumo das primeiras usinas de açúcar. E mais uma vez, Piracicaba era responsável pelo notável feito técnico-industrial, na árdua conceituação empresarial e na mais difícil ainda afirmação tecnológica a nível de credibilidade e de respeitabilidade internacional. E, nessa linha de realizações progressistas, de criação de novas oportunidades no mundo dos negócios e de prosperarem-se os planos mais ambiciosos, por muitos anos mantidos em uma espécie de laboratório de idéias, que, de repente, com a enorme crise mundial do petróleo, o País todo é conclamado a participar de uma “cruzada nacional” em prol da superação do grave problema dos combustíveis derivados do petróleo. Brasília agita-se. Ministérios da Indústria e Comércio, das Minas e Energia, da Fazenda e do Interior, principalmente, são acionados e, por suas vezes, acionam os setores sob suas tutelas e áreas de influências diretas, e, nessa ordem, as ações seriam desencadeadas em cascata. E os empresários piracicabanos, ligados à cana-de-açúcar, literalmente, vitiam a ser convocados, pelas autoridades governamentais-ministeriais, para colaborar subsidiariamente com a alinhavada proposta de elaboração de um plano emergencial visando ao aumento da produção de álcool anidro carburante. Portanto, estávamos na ante-sala da maternidade onde viria à luz o Pró-Álcool.

Como já foi dito, o uso do álcool como combustível automotivo vinha sendo praticado no país desde longa data, via IAA, Petrobrás e usineiros proprietários de destilarias anexas; o IAA, com suas desidratadoras e estrutura técnico-administrativa e institucional – no

açúcar e no álcool –; a Petrobrás, com o seu monopólio nacional, processava a mistura do álcool anidro à gasolina na proporção de até 25% (vinte e cinco por cento).

6 – Sucroalcooleira

Os governos militares, durante a contemporizada “ditadura militar” de vinte e um anos, imprimiram suas marcas pessoais de presidentes da República eleitos por processo de exceção, ou seja, os generais se sucediam no comando geral da nação de acordo com as decisões de caserna. Apesar disso, ou seja, da supressão de parte de direitos constitucionais, não podemos deixar de reconhecer-lhes as acertadas medidas colocadas em prática para o bem geral do País. Tiveram razões de sobra para apelar do poder um significativo número de maus brasileiros, embora resultassem, também, alguns exageros e algumas perdas lamentáveis de vidas humanas. Isso tudo faz parte da evolução política e social de um povo e de uma nação.

O general Ernesto Geisel foi um líder militar da linha dura, sem dúvida, por formação militar e por possuir um caráter forte e uma personalidade que se moldara frente à realidade do mundo em que vivera. Sob o seu mandato, criou-se o Pró-álcool, para a direção do qual guindaria homens de sua inteira confiança e simpatia pessoal. Por acompanharmos de perto esse processo, como dissemos aqui, a convite desse governo, suas escolhas pautaram-se nos critérios de competência e de idoneidade profissional e moral. A nossa simpatia aos chefes militares, à época éramos acadêmicos de economia e dirigentes de um dos poucos centros acadêmicos que não se sujeitou à determinação de adaptar-se a grêmios estudantis simplesmente, encontrava amparo na seriedade de propósito que nutriram a fim de restabelecer no país a paz e a ordem e de coibir os avanços do comunismo e da corrupção, principalmente nos meios políticos, na maior parte parlamentares, e claro, de promover a retomada do desenvolvimento econômico nacional.

Recapitulando: as transições dos momentos açucareiros no Brasil aconteceram no espaço de cinco séculos, a começar com a vin-

da de Martim Afonso de Souza em 1532 e o plantio das primeiras mudas de cana-de-açúcar nas terras de São Vicente; a migração dela à Capitania de Pernambuco com Duarte Coelho e posteriormente às demais regiões costeiras, dando origem aos engenhos de açúcar – a agromanufatura do açúcar – quando ocorreriam as concessões das Capitanias e Sesmarias pela Coroa portuguesa, no esforço de ocupar e de colonizar o novo território de sua recente “descoberta” e dominação política. Os momentos seguintes, só para encurtarmos a dissertação, que nem de longe pretende ser uma peça histórica, teríamos a expulsão dos holandeses que nos retiraria o monopólio do mercado de açúcar e criaria a concorrência das Antilhas – Cuba na era moderna; a libertação dos escravos encerrando um triste episódio da história brasileira e instaurando uma nova ordem no regime de trabalho assalariado com a entrada de imigrantes europeus; a revolução industrial, que instituiria a divisão racional dos mercados mundiais e que seria, de fato, o nascimento do processo da “globalização da economia mundial”; as duas grandes guerras mundiais, pelas suas implicações políticas, econômicas e sociais, resultando em profundas transformações na história da humanidade; os avanços industriais e tecnológicos de pós-guerras, que trariam grandes mudanças nas áreas do conhecimento humano e nos limites até então existentes nas capacitações técnico-industriais; os confrontos da “guerra-fria”, colocando em xeque as ideologias e as práticas comunistas-socialistas-capitalistas e, dentro ainda desse contexto mundial, a “corrida aeroespacial” pelas conquistas tecnológicas e científicas que se irradiariam às atividades humanas; e, dando outro salto nessa enumeração ou cronologia, atemo-nos ao tema sucroalcooleiro, aos momentos de maior preço mundial do açúcar e de suas bruscas oscilações, e também, fenômenos econômicos inevitáveis que afetaram sensivelmente toda a estrutura dos agronegócios, e que, como em todo regime capitalista, a fixação do lucro é o fator determinante nos procedimentos empresariais; a crise mundial do petróleo, obrigando as nações a repensarem as suas políticas energéticas e, pela primeira vez na história, a buscarem soluções alternativas; e, por último, os atuais temas mundiais da poluição ambiental, do efeito estufa, dos recursos naturais finitos, da explosão demográfica mundial, das recentes crises econômicas que estão sacu-

dindo violentamente todas as nações, ricas e pobres indistintamente e sobre as quais nenhum economista se atreve a afirmar a extensão de seus efeitos na face da Terra.

O Pró-álcool, Programa Nacional do Álcool, criado em 1975 pelo governo militar sob a presidência do General Ernesto Geisel, na tutela do Ministério da Indústria e do Comércio, instituiu também a Comissão Nacional do Álcool (CNAI) com funções e poderes executivos e de características colegiadas, a fim de congregar representantes dos ministérios, da classe empresarial e das próprias instituições como o IAA, Petrobrás e Banco do Brasil. O novo organismo consubstanciou-se, então, na CNAI.

É evidente que, pelas perspectivas projetadas pelo programa brasileiro, interesses estrangeiros fossem despertados e ensejadas incursões comerciais e diplomáticas no claro propósito de também participarem do novo “bolo” de negócios expressivos. Afinal, algo capaz de substituir o petróleo não poderia ser desprezível, principalmente na situação caótica dos países árabes fornecedores de petróleo.

De Piracicaba para o Brasil e para o Mundo! Não causaria espanto e não fugiria da verdade se passássemos à expressão espalhafatosa, como ofertantes de tecnologia e de usinas completas para açúcar e álcool, não só a partir de cana-de-açúcar, mas também do milho, de madeira e quaisquer outras matérias-primas. Como se diz popularmente: “deitávamos e rolávamos” na crista sucroalcooleira.

Na tomada de uma ampla e minuciosa gama de informações e de comprovações técnicas, uma análise radiográfica de nossa capacitação técnica e econômica, Piracicaba contribuiu com todo o embasamento necessário para fomentar e oficializar o lançamento do Programa Nacional do Álcool e, diga-se, com completa isenção, isto é, sem insinuação alguma à “reserva de mercado” ou outra forma de mecanismo protecionista. E a verdade disso se estabeleceria, no curso do programa, ao receber o aval do Banco Mundial, com aporte de recursos financeiros para o financiamento das destilarias de álcool anexas e autônomas mediante a realização de concorrência internacional.

A meta do Pró-álcool, ao ser lançado, foi atingir a produção de quinze bilhões de litros de álcool anualmente, a partir de cana-de-açúcar e de mel residual. Das fábricas piracicabanas saíam a quase

totalidade das novas usinas e destilarias e a Dedini confirmaria a sua condição de maior fabricante mundial e o conceito de provedora das mais avançadas tecnologias sucroalcooleiras, muito acima de outros centros industriais.

O Brasil orgulhar-se-ia de sua agroindústria açucareira e dos órgãos e instituições que se desenvolveram em torno dela, públicas e privadas, tais como: IAA, Planalsucar, CNAI, ESALQ, ITAL, CENA, FEALQ, cooperativas regionais e produtoras de cana-de-açúcar, de álcool e de açúcar e uma série de entidades que dedicar-se-iam às pesquisas e ao apoio técnico-científico para o êxito do audacioso programa, teve, e ainda têm, sérias restrições e contestações internacionais por questões óbvias. O Pró-álcool, genuinamente brasileiro, constituiu-se, desde o seu nascedouro, no mais importante e sério passo na oferta de uma fonte de energia limpa e, de modo exclusivo, renovável, contrariando conseqüentemente os interesses econômicos e políticos de um sem número de empresas, de instituições e até de países.

O álcool brasileiro teria pela frente enormes barreiras e profundos desafios, internos e externos, públicos e privados.

O petróleo, embora escasso e finito, não foi e não seria desbancado no mundo movido a óleo negro, mesmo diante da instabilidade político-religiosa irradiada pelas nações árabes pseudas proprietárias das maiores reservas mundiais desse produto bruto. Toda uma complexa dependência se criou e se consolidou à sua volta, cuja ramificação maior e mais difusamente conhecida está na área automotiva, ou seja, no consumo de combustíveis até então exclusivos (ou quase) empregados para moverem toda série de veículos utilizados pelo homem para se locomover e para transportar a produção mundial de um ponto para outro do planeta.

A larga utilização do petróleo é algo extraordinário e há afirmações científicas no sentido de qualificá-lo como demasiado nobre para fins automotivos, e que deveria, portanto, ser reservado às finalidades condizentes com suas qualidades físicas e químicas. Isso significaria que o homem deveria buscar outras fontes energéticas para os usos automotivos, termoeletrônicos e de aquecimentos domésticos e industriais através da queima de óleo, da utilização dos gases "in natura".

Esse uso histórico do petróleo como fonte de energia se deveu ao baixo preço mantido inalterado por muito tempo, por certo dado o seu custo de produção ser baixíssimo e, preponderantemente, em função do consumo global não ter apresentado um crescimento vertiginoso, coisa que só se acentuaria na última metade do século XX, com a expansão populacional associada ao fenômeno do consumismo mundial.

Com a elevação do preço do açúcar no mercado mundial, o empresariado brasileiro reassume a sua velha característica de senhor-de-engenho e simplesmente redireciona a cana-de-açúcar para o açúcar, deixando de produzir o álcool carburante – anidro e retificado – sem se importar com as conseqüências dessa sua atitude. O anidro é o álcool desidratado, próprio à mistura com a gasolina, na proporção de até 25% sem a necessidade de alteração nos motores dos veículos; o retificado é o álcool hidratado, com 96,6° GL, e destina-se à queima nos motores projetados para esse combustível ou em motores tradicionais adaptados. Claro que, com a alternância entre álcool e açúcar, sem critério, toda uma política energética se vê prejudicada e, pior, desacreditada perante os usuários dos veículos movidos a álcool.

Nesse contexto, há outros fatores importantes a serem ponderados: a) a influência dos produtores de petróleo no esforço de desacreditar as ofertas de alternativas energéticas; b) a instabilidade do mercado sucroalcooleiro do País; c) o País permanece sem solução alternativa para o consumo de óleo diesel, bem maior que o da gasolina, e responsável pelo funcionamento da frota nacional de veículos de carga e de transporte coletivo, bem como de embarcações fluviais e marítimas e de aeronaves; d) as montadoras de veículos – a indústria automobilística brasileira – embora solicitada a colaborar com o Pró-álcool, na verdade, por serem multinacionais e capitalistas por excelência, jamais se empenharam eficazmente na produção de veículos projetados exclusivamente para o emprego do álcool – totalmente ou misturado à gasolina; e) o próprio governo brasileiro não se mostrava coeso na política inovadora do Pró-álcool.

Esses e outros pontos propomo-nos a comentar à guisa de breve estudo dos assuntos contemporâneos de relevância sócio-econômica.

7 – Bóias-frias

Diz-se, na matemática, que a “ordem dos fatores não altera o produto” e, como ela é uma ciência exata, deve estar absolutamente certa. Vamos, pois, falar do canavieiro, este, sem dúvida, o valente homem da terra especializado na cultura da cana-de-açúcar, o popularmente denominado “bóia fria”. Ele, homem, ela, mulher, ambos de modo único, envolvidos de corpo e alma na atividade agroindustrial que hoje ganha o ostentoso nome de “sucroalcooleira”, a fim de designar um complexo conjunto de fatores de produção combinados entre si com o objetivo de oferecer ao mundo as alternativas que lhe faltavam para solucionar definitivamente sérios problemas que o atormentam desde o princípio da civilização: alimentação, energia, preservação da mãe natureza, sobrevivência da humanidade.

O “bóia fria” é “o fator que altera o produto se mudada a sua ordem” no equacionamento do problema da cana-de-açúcar, na história brasileira em quaisquer direções.

O primeiro “bóia fria” teria sido um “brasilíndio”, pego “na marra” para trabalhar na lavoura de cana nas terras de São Vicente, pioneiro reduto açucareiro registrado no País; não submetendo-se à escravidão, dera lugar ao negro africano que seria vergonhosamente explorado em todos os sentidos por um tempo demasiado longo, que atravessaria o período de 1550 (vindo de Guiné) até chegar praticamente às barbas da República, com a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888 pela Princesa Isabel, depois de intenso movimento abolicionista que teria em Prudente José de Moraes Barros um fervoroso defensor, aqui em Piracicaba e nas lides políticas nacionais. Com o fim da escravatura negra, o branco imigrante e os mestiços, conseqüentemente, seriam incorporados ao trabalho nas lavouras de cana e no funcionamento dos engenhos de açúcar.

A exploração do homem pelo homem é bastante velha e a escravidão a sua forma mais brutal e repudiada, não se findando nunca apesar de todos os avanços e transformações sociais ocorridos nem sempre de modo pacífico e racional. A luta por melhores condições sociais perdura em pleno século XXI e não há, infelizmente, perspectiva de um equacionamento de consenso, longe, portanto, da solução

final. Agora mesmo, os Estados Unidos da América elegeram o seu primeiro presidente negro da República, depois de cinco séculos de existência como nação. Oxalá venha a ser o marco de uma nova era para o mundo civilizado.

O “bóia fria” brasileiro continua sob o estigma da exploração humana e, vira e mexe, o vemos como notícia de jornais, estampando exemplos de trabalho semi-escravo, completamente desassistidos pelos remanescentes dos “senhores-de-engenho”, a resistir a tudo com extraordinária resignação.

A imagem que temos dele, desde a época de menino, é altiva... vestido com roupas longas e folgadas, da cabeça aos pés, com chapéu de palha de abas largas e botas de meio cano, às vezes calçando grossas luvas e portando o característico podão de aço de lâmina larga e afiadíssima, capaz de decepar de um só golpe as vigorosas canas e, ao mesmo tempo, de limpá-las das palhas quando não queimadas na absurda prática tão prejudicial ao meio ambiente e à saúde pública. Não seria demasiado pedir às autoridades constituídas um pouco mais de proteção trabalhista ao operário do campo, esses anônimos cidadãos que respondem por uma sofrida jornada diária a céu aberto ou dentro das usinas de açúcar e álcool em ambientes compactados e saturados de vapores e gases, e às vezes, também insalubres.

8 – Exportação – mercado internacional

Nas exportações brasileiras, à medida que o desenvolvimento verticalizava-se por todo o sistema produtivo nacional, os manufaturados dariam-lhe valores por tonelada métrica muito mais elevados daqueles obtidos com as vendas puras e simples de produtos primários, in-natura ou semi-elaborados, características de países pobres e subdesenvolvidos. A América Latina e também boa parte do mundo enfrentam essa desvantagem crônica, e o Brasil, nesse contexto, pode se dar ao luxo de afirmar que dispõe de uma pauta de exportações privilegiada.

O açúcar e o álcool estão dentre os itens que carregam divisas para a boa performance da nossa balança comercial, capitalizando

“superavits” significativos. A indústria automobilística consolidou-se e ultrapassou as fronteiras do País para concorrer em pé de igualdade com as suas matrizes exteriores – sim, todas são fábricas de empresas internacionais – e contribuir assim, com suas parcelas de divisas cambiais. A diversificação de nosso comércio externo é significativa, colocando a economia brasileira em um patamar muito superior ao das demais nações do continente americano, só abaixo da dos Estados Unidos. Isso evidentemente desperta um certo ressentimento na vizinhança, mas é uma realidade inofismável.

Outro momento sucroalcooleiro, que é o atual, ora vivenciado, não será o último como também está longe de chegarmos a um ponto final na questão energética mundial e de equacionamento do angustiante problema que flagela a mãe Natureza. O mundo todo agita-se face aos malefícios que as sociedades reclamam existir em seus meios, próprios ou conseqüentes, frutos das poluições ambientais, principalmente as que afetam a atmosfera e as suas camadas superiores.

Com o Pró-álcool o desejo de se produzir o automóvel movido exclusivamente a álcool encontraria o respaldo governamental, dada a forte influência dos militares sabidamente mais nacionalistas que os civis capitalistas, naturalmente propensos aos lucros menos difíceis de serem realizados enquanto que os de uma nova empreita, pioneira, são sempre demorados e incertos.

Ora, no caso das exportações, os produtos primários, matérias-primas brutas ou semi-elaboradas, com exceção do petróleo bruto e as que se destinam à indústria nuclear, os preços por tonelada métrica são vis e jamais enriqueceram alguma nação produtora-exportadora. Mesmo no caso do açúcar, os ganhos só foram significativos quando da carência do produto no mercado internacional por quebra das safras nos demais centros produtores por razões climáticas graves.

Enfim, o desafio do carro a álcool estava feito e os primeiros passos se deram com as adaptações de porta-de-garagem feitas nos velhos motores a gasolina já meio “batizados” alcoolicamente com a mistura álcool-gasolina praticada pela Petrobrás e concessionárias multinacionais, na proporção de até 3x1, ou seja, de até 25% de álcool desidratado 99,9º G.L. (álcool anidro). O objetivo contido nesse desafio era o de produzir-se motores para o uso do álcool integral, sem

a gasolina ou outro aditivo substancial qualquer – álcool carburante hidratado (retificado industrial de 96,6° G.L.), e, mais adiante, de substituir o uso do óleo diesel, cujas quantidades e empregos eram e continuam sendo até hoje muitas vezes maiores que a gasolina.

Tal desafio tinham alguns sérios entraves, como por exemplo: os interesses das empresas automobilísticas internacionais, que antecediam-se ao fenômeno da globalização econômica em termos de comércio mundial; o não pagamento de “royalties” das montadoras automobilísticas brasileiras uma vez que passassem a empregar motores com a nova tecnologia do álcool; a perda de mercado dos veículos tradicionais movidos à gasolina; a adesão e o comprometimento dos usineiros tradicionais em destinar suas capacidades produtivas agroindustriais ao atendimento da demanda automotiva, questão essa de maior importância para o êxito do ambicioso programa.

A meta do Pró-álcool era produzir 15 bilhões de litros de álcool – anidro e retificado – carburantes anuais. Atualmente, a produção brasileira está em 26 bilhões de litros anuais, compreendendo a exportação de 4,5 bilhões de litros – volumes estes extraídos da industrialização de uma única matéria-prima, a cana-de-açúcar.

9 – Novo momento

O Brasil enfrentou e continua enfrentando poderosas resistências mundiais a esses seus intentos pioneiros, apesar de seus sucessos incontestáveis na verticalidade da produção e emprego de energia alternativas renováveis fora da energia elétrica gerada pelas suas usinas hidroelétricas. O biocombustível é uma realidade. O automóvel, o ônibus, a motocicleta, o caminhão e toda uma série enorme de veículos automotivos e máquinas empregam-no eficazmente, inclusive na revolucionária tecnologia “flex”, que permite o uso alternativo-otativo do álcool ou da gasolina sem quaisquer problemas e à decisão única do proprietário-consumidor de tal veículo na hora de abastecê-lo.

A favor do álcool e dos biocombustíveis, em geral capazes de substituir o óleo diesel, está a mãe Natureza e o protocolo de Kioto

que visa à redução de carbono lançado na atmosfera no mundo todo, a fim de salvá-lo da fatal destruição.

Diante da ofensiva brasileira sem precedentes no cenário mundial, que contraria mais uma vez os mais altos interesses comerciais e políticos – declarados e também os velados – que não querem perder as suas supremacias tanto políticas como econômicas, se valem das pressões de toda ordem, principalmente da mídia tão poderosa no ápice dos meios de comunicações, capaz de operar incríveis efeitos na opinião pública mundial, como por exemplo, o de propagar-se à idéia de ser o biocombustível o grande inimigo da humanidade por disputar o lugar dos alimentos na ordem de grandeza na produção agrícola mundial. E o Brasil, de herói, passa a ser o grande vilão por desviar o uso das terras agriculturáveis para fins energéticos ao invés de alimentos, como se isso fosse realmente verdade.

Nós somos um país de dimensões continentais e um dos poucos privilegiados com uma gama de recursos naturais invejáveis – terras excelentes, topografias predominantemente ótimas à agricultura, bacias hidrográficas incomparáveis, clima extraordinário, costa marítima de uma extensão imensa e acessível na sua totalidade, territorialmente livre de desastres da natureza como atividades vulcânicas, furacões, tornados, nevascas intensas e quedas de neves durante o inverno sobre pequeníssimas regiões do sul, e áreas de seca bem circunscritas ao seu nordeste. Essas considerações sobre nossa geografia e características climáticas, dentre outras análises das riquezas e das pobreza naturais brasileiras, devem ser levadas em conta antes de se emitirem opiniões e juízos de valor a respeito das nossas ações, às quais, antes de mais nada, nos são soberanas e de total responsabilidade.

Os agrônomos e cientistas militantes da complexa área abrangida pela agricultura afirmam que, para atender-se as atividades sucroalcooleiras patrocinadas pelo Brasil, tão-somente dois por cento de suas terras agriculturáveis seriam necessárias efetivamente, sem comprometer um centímetro quadrado sequer das terras destinadas à produção de alimentos.

É um cenário de contínuos confrontos de interesses no qual, evidentemente, a velha lei “da oferta e procura” jamais será abolida, embora muita coisa seja feita no sentido de outros fatores de influên-

cia virem a pesar no complexo mecanismo do mercado internacional, desde o político, da coação econômica e até o da própria força das armas. Exagero nosso? Creio que não, se olharmos no passado recente o que desencadeou a crise mundial do petróleo e as subseqüentes guerras no Oriente Médio.

A disputa internacional pelo domínio das fontes de energias está longe de ser resolvida serena e pacificamente. Os argumentos contrários ao álcool e ao biodiesel serão continuamente alimentados por diversas correntes e ganharão adeptos, por certo. No entanto, há e haverá fortes partidários prontos a defendê-los como alternativas não apenas válidas, mas principalmente como sendo necessidades imperiosas para o bem da humanidade. Não temos a menor dúvida neste sentido último, desde o alto grau que a degradação do meio ambiente vem registrando por todo o planeta e, pior, a um ritmo de crescimento alarmantemente acentuado.

O problema da degradação ambiental é diretamente armado sobre as variáveis que formam as matrizes energéticas de cada uma das nações, ricas e pobres, sendo que as das economias ricas e desenvolvidas são as que maiores índices de poluição emitem dentro de seus respectivos sistemas produtivos e hábitos de consumo de suas sociedades.

O governo federal brasileiro, oficialmente, abraçou a causa dos combustíveis automotivos renováveis e do desenvolvimento das atividades sucroalcooleira e de produção de biodiesel, ensejando, também, o prosseguimento dos estudos e pesquisas que embasaram essas iniciativas brasileiras efetivamente consagradas.

Ao referirmo-nos à crise econômica-financeira mundial, que começou nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos e se estendeu pelos cinco continentes, o fazemos com muita cautela e sem condição de atinar com os rumos que ela irá ainda tomar. Os mecanismos acionados para contê-la, via Bancos Centrais dos países ricos e até dos “remediados” como o nosso, injetaram bilhões de dólares nos seus mercados financeiros sem o sucesso esperado, ou seja, não foram capazes de reduzir os impactos econômicos nas Bolsas de Valores, nos bancos, nas seguradoras e, por último, nas empresas privadas de seus respectivos sistemas produtivos.

Estamos vivendo no clima de profunda incerteza e de prenúncio de pânico geral na economia mundial, pois todas as nações já acusam fortes sintomas de recessão, com a retração de seus mercados consumidores, a diminuição de crédito, a elevação das taxas de juros, a falência de seus sistemas bancários e, pior, o encalhe de seus estoques de imóveis e de bens de consumo duráveis e supérfluos, conseqüentemente, a elevação sem precedente do número de pessoas desempregadas.

O petróleo bruto atingiu, em setembro de 2008, a cifra de US\$150/160 o barril para logo a seguir baixar para US\$40/50 o barril.

O álcool carburante automotivo rende setenta por cento da gasolina, fator este determinante para fixação da paridade entre os dois combustíveis. Essa paridade serve de parâmetro para os preços por litro do álcool do consumidor final, usineiro produtor, assim como do plantador de cana-de-açúcar, e todos os outros agentes intermediadores – transportadores, distribuidoras-misturadoras de combustíveis e postos de abastecimentos de veículos automotivos. Elevando-se o preço do petróleo, a viabilidade e a rentabilidade econômicas do álcool otimizam-se e lucram também os plantadores de cana-de-açúcar (usineiros e não usineiros, ou sejam, os simples agricultores); o inverso, desastrosamente, desestimula a atividade sucroalcooleira e, se o barril de petróleo tiver o seu preço abaixo de US\$30, todo o programa alternativo perderá a razão de ser, economicamente, para viabilizar-se estritamente na importância ecológica do biocombustível, pelas suas exclusivas características de energia alternativa renovável não poluente.

Oxalá o mundo todo assuma os compromissos de não agressão ao meio ambiente e da adoção de uma política energética inteiramente limpa e renovável. Amém!

Referências Bibliográficas

Netto, Cecílio Elias. “Almanaque 2000 – Século XX”.

Antônio Galdi Filho

*Marcos Galdi**

*Francisco de Assis Ferraz de Mello***

Antônio Galdi Filho, mais conhecido por Bisteca, nasceu em Piracicaba, no dia 7 de outubro de 1911, e faleceu na mesma cidade em 28 março de 1987, estando sepultado no Cemitério da Saudade local.

Filho de imigrantes, sendo o pai, Antônio Galdi, italiano e a mãe, Francisca Moreno Galdi, espanhola. Bisteca teve por esposa a senhora Margarida Zurk Galdi com quem teve sete filhos, todos piracicabanos, casados e residentes nesta cidade.

O filho mais novo, Marcos Galdi, um dos autores deste trabalho, estima em 34 pessoas a descendência deixada por seus pais.

Bisteca, homem simples e bom, muito conhecido pelos autores deste artigo, tinha duas paixões: a família e a música.

A primeira lição de música obteve do pai que, na ocasião era músico profissional.

Em continuação, teve aulas com o maestro e regente da Corporação Musical Capitão Lorena, senhor Genaro Donadio, que o preparou até o profissionalismo, tornando-se integrante da Banda Capitão Lorena, regida pelo referido senhor Donadio.

Essas coisas ocorreram na década de 1920.

* Artista plástico piracicabano, residindo atualmente em Charqueada.

** Artista plástico piracicabano, professor doutor em Engenharia Agrônoma pela Esalq-USP, membro do IHGP e escritor.

Por essa época, já havia em Piracicaba, a Corporação Musical União Operária, que existe até hoje, com mais de 100 anos de tradição.

Com o correr do tempo, Galdi Filho passou a participar da União Operária, como membro efetivo, tomando parte em desfiles, procissões, comemorações cívicas, festas carnavalescas e de clubes como Coronel Barbosa, Ítalo Brasileiro, Clube de Regatas de Piracicaba, Clube de Campo e em outros clubes da região.

Não se deve esquecer das participações da banda em apreço nas apresentações no coreto da praça central da cidade, eventos muito apreciados pelo povo piracicabano de antanho, sessenta anos e mais.

O feito mais memorável da Corporação Musical União Operária, no julgar dos autores desta nota, foi a sua apresentação, por convite, no Festival de Bandas em Barcelona, Espanha, no ano de 1968, ocasião em que o piracicabano parco de recursos financeiros, humilde, mas extremamente honesto e bom se esmerou para elevar o nome de sua terra natal.

Além dos grupos musicais anteriormente mencionados, Galdi Filho participou dos seguintes:

1. Grupo Musical "Fortunato e seu Conjunto", do qual foi um dos fundadores;
2. Grupo "Silvino e sua Orquestra", que se apresentava em festas particulares e em clubes recreativos;
3. Grupo musical "Jaz Band Chic" que comumente se apresentava em festas populares.

Bisteca foi sapateiro de profissão e, depois, operário do Grupo Ultra, onde se aposentou.

Resta dizer que, para complementar o salário, fabricava artesanalmente um "molho de pimenta" muito apreciado, cuja composição era sua. Esposa e filhos se encarregavam da entrega em bons restaurantes e casas particulares.

Eis aí um rápido esboço da vida de um homem simples que acaba de emprestar o seu nome a uma rua do bairro Terra Rica III em Piracicaba.

A Instalação das Instituições da Justiça do Reino em Piracicaba: Câmara, Cadeia e Pelourinho

*Fábio Ferreira Coelho Bragança **

Resumo:

Este artigo aborda o surgimento dos Concelhos em Portugal, futuras Câmaras Municipais, e a sua instalação em Piracicaba (Vila Nova da Constituição) em 1822, destacando suas principais funções, os primeiros vereadores e sua primeira postura com força de lei.

Palavra – Chave:

Câmaras Municipais, História do Municipalismo, Piracicaba

O Brasil seguiu de perto o padrão da metrópole portuguesa na questão da administração municipal. Resultado da experiência bem sucedida de uma instituição de administração municipal na metrópole, as Câmaras Municipais, junto com as irmandades de caridade

* Historiador da Câmara de Vereadores de Piracicaba, responsável pelo Arquivo Histórico, membro do IHGP.

constituíram, “com algum exagero”, os pilares da organização local em todo território da monarquia portuguesa ultramarina. De grande importância estratégica para a formação de um Estado forte, povoado, militarizado e servindo de apoio para a monarquia, que buscava a consolidação e a centralização do poder¹.

Após a Independência de Portugal, por volta do ano de 1140, durante a dinastia de D. Afonso Henriques, surgem os primeiros Concelhos², futuras Assembléias e Câmaras Municipais, como uma divisão administrativa das vilas e cidades.

Nos primeiros anos da luta pela reconquista do território Ibérico, a monarquia e seu exército estavam em estado de permanente campanha militar. Com a consolidação da reconquista, as duas maiores preocupações do recém formado Estado Português tornaram-se o povoamento e a agricultura:

“Preocupado em atrair novos moradores, os reis freqüentemente concediam certos favores e isenções aos que dispusessem a cultivar a terra e estabeleciam, nas cartas de privilégio, os direitos e deveres que a eles cabiam em função da extensão da terra distribuída e dos frutos colhidos. Dentre as cartas de privilégio destacavam-se as *cartas do foral* ou simplesmente *forais* que concediam aos habitantes de determinada vila pré-existente ou a fundar determinadas regalias, principalmente de caráter fiscal e administrativo”³.

Apesar da vigência do Código Visigótico em todo o território da Península Ibérica, as vilas e cidades vão estabelecendo as normas pelas quais se regularão. Assiste-se, desse modo, um florescimento do direito consuetudinário⁴. Os costumes, de origem variada, são progressivamente reunidos nos *foros municipais*⁵.

A carta foral era um documento jurídico, geralmente outorgado pelo rei, destinado a regular a vida social de qualquer povoação, vila ou cidade nova ou já existente. O primeiro foral recebido pela localidade era o chamado Original. No entanto, a mesma localidade pode ter recebido mais de um foral, o primeiro dos quais é o fundamental, e o posterior ou posteriores vêm a seguir confirmar, completar ou ampliar⁶. Os forais, sem exagero, podem ser considerados a

primeira “Lei Orgânica” de uma vila ou cidade, ou seja, o conjunto de normas básicas para a organização administrativa municipal.

Nos primeiros anos do reinado de D. Afonso Henriques, o território português foi dividido em áreas administrativas. Uma porção de terra era cedida a um rico homem representante do rei. Este homem intervinha no governo da localidade através das cartas forenses enviadas pelo rei e organizava e presidia as reuniões das Assembléias da localidade. Nas reuniões, o representante do rei e os representantes da comunidade tratavam de assuntos de interesse comum. No início, os concelhos foram criados para se discutir e deliberar soluções para os problemas econômicos – pastos, águas comuns, esforço coletivo em favor da lavoura, conservação de pontes e estradas – e posteriormente, para infligir penas aos infratores e, em ritmo crescente, para julgar as lides⁷ e manter a disciplina da povoação⁸.

Aos poucos os Concelhos foram ganhando “personalidade jurídica” devido sua atuação e das relações estabelecidas com Concelhos de outras localidades, outras entidades e com o rei. Segundo Madeira:

“O prestígio dos primeiros Concelhos que obtiveram vantagens na negociação com o rei e com os seus senhores estimulou o fortalecimento ou nascimento de outros. Por meio deles, populações conquistaram uma relativa autonomia, após lutas com o seu senhor ou com o próprio rei. Todavia, não faltavam casos em que as conquistas eram na verdade concessões dos reis ou senhores em razão da política de povoamento e aumento da riqueza pública.”

Assim, os Concelhos se fortaleceram como instituição municipal representante da população e de grande importância estratégica para a formação de um Estado forte, povoado, militarizado e servindo de apoio para a monarquia, que buscava a consolidação dos diversos tipos de leis existentes em todo território português e a centralização do poder.

As Ordenações

No período da reconquista, a preocupação da recém formada monarquia estava na organização dos povoados e da produção agrícola. No reinado de D. Afonso III (1248 – 1279), Portugal alcança sua definitiva extensão territorial e inicia-se o período de consolidação das leis através das Ordenações. A multiplicidade de normas jurídicas (representada pelos foros e cartas de foral, pelas disposições do direito consuetudinário e canônico, pelos capítulos de Cortes, leis régias, etc.), e as contradições originadas dessa multiplicidade (dificultando sobremaneira a administração da Justiça), foram as causas imediatas das Ordenações Portuguesas¹⁰.

Um legítimo exemplo do esforço do Reino de Portugal que, no século XV, demonstrou pioneirismo ao apresentar a primeira consolidação de leis da época moderna.

As Ordenações eram o conjunto de leis que se seguiam no final da Idade Média, baseadas no *Direito Romano*, *Direito Canônico* e nos *Forais*, que foram pela primeira vez consolidadas por D. Afonso V com o fim de se organizar um conjunto único de normas para todo o território português. A organização das primeiras Ordenações foi concluída em 1446 e recebeu o nome de *Ordenações Afonsinas*.

O território português, no final da Idade Média, era muito fragmentado. Cada localidade seguia seus próprios forais, fazendo com que regras e costumes fossem diferentes de uma vila para outra. Embora os Concelhos das vilas e cidades já existissem nessa época, não havia uma regulamentação que organizasse de forma igualitária o seu funcionamento e as suas funções. É através das Ordenações Afonsinas que aparece pela primeira vez um capítulo destinado aos Vereadores e aos Concelhos, no Livro I, Título XXVII – “*Dos Vereadores das Cidades, e Villas, e cousas que a seus officios pertencem*”¹¹.

De acordo com as Ordenações (Afonsinas, Manuelinas e Filipinas¹²), era dos vereadores a obrigação de garantir o recolhimento das rendas do Concelho e para isso deveriam ter bons arrecadadores e requeridores. Dentre as funções que os Concelhos já desempenhavam, de cuidar da povoação e de seus interesses, os vereadores deveriam ze-

lar pelos caminhos, pontes, fontes, chafarizes, calçadas e proverem a vila ou cidade de novas posturas para o bom regimento da Terra.

Eram as Ordenações que determinavam, por exemplo, quando uma localidade deveria possuir uma Câmara: a instalação de uma Câmara só era autorizada quando a localidade fosse ou tivesse “status” de vila. Ou seja, seguindo uma linha de evolução de povoado, freguesia, vila e cidade, somente poderia possuir uma Câmara a localidade que fosse elevada à condição de vila, adquirindo autonomia administrativa. Seguindo os padrões da metrópole, no Brasil, as Câmaras surgiram inicialmente nas localidades com tal condição.

As Câmaras Municipais no Brasil

Durante o Primeiro Império, as Câmaras Municipais e as irmandades de caridade constituíram, “com algum exagero”, os pilares da organização local em todo o território da monarquia portuguesa ultramarina. Segundo o grande historiador e estudioso da sociedade portuguesa, Charles Ralph Boxer¹³:

“Entre as instituições características do império marítimo português, e que ajudaram a manter unidas suas diversas colônias, havia o Senado da Câmara e as irmandades de caridade e confrarias laicas, das quais a mais importante foi a Santa Casa da Misericórdia. A Câmara e a Misericórdia [...] garantiram uma continuidade que os governadores, os bispos e os magistrados transitórios não podiam assegurar. Seus membros provinham de estratos sociais idênticos ou semelhantes e constituíam, até certo ponto, elites coloniais”.

Em 1530, D. João III mandou ao Brasil uma expedição sob o comando de Martim Afonso de Souza. A expedição que partiu de Lisboa no dia 3 de dezembro chegou primariamente à costa de Pernambuco e, seguindo, posteriormente para o sul do Brasil. Nesta época eram comuns as expedições que se organizavam a mando do rei que enviava, através do comandante, instruções escritas para diversos fins. “Foram sempre minuciosos, abundantes e longuíssimos

os regimentos organizados pelo governo português para todas as suas empresas¹⁴”. A Martim Afonso de Souza foram confiadas três Cartas Régias¹⁵, que davam poderes restritos: o nomeava capitão da esquadra e determinava

“que não só todos que iam na armada, como também todas as pessoas, de qualquer qualidade, que nas ditas terras que eles descobrissem, nelas estivessem, nelas ficassem ou a elas fossem ter por qualquer maneira, obedecessem a Martim Afonso, por capitão - mor da dita armada e das terras que descobrisse e cumprissem as suas ordens, como se fossem dadas por ele próprio rei¹⁶”.

Nenhuma das três cartas régias nomeava ou indicava Martim Afonso como Governador do Brasil, ou seja, o capitão - mor da expedição não possuía uma carta de doação com plenos poderes. Suas ações deveriam ser pautadas de acordo com o direito e com as Ordenações.

Com relação à administração das terras da colônia, segundo Sérgio Buarque de Holanda, foi ordenado que o capitão - mor da armada nomeasse governador das terras que descobrisse uma pessoa de confiança e que fosse competente. A relação de amizade e confiança que mantinha com o rei D. João III garantiu-lhe a autoridade para a distribuição de lotes de terra para o cultivo e a nomeação de tabeliães e oficiais de justiça, o que indica o interesse de se povoar o território brasileiro. Dessa forma, em 1532, Martim Afonso de Souza instalou na Vila de São Vicente a Justiça do Reino, que incluía o pelourinho, a casa da Câmara e a Cadeia. Em 22 de agosto de 1532, ocorreram em São Vicente, sob coordenação de Martim Afonso, as primeiras Eleições Populares do Brasil e das Américas.

Entre os Concelhos ou Câmaras mais antigas do Brasil estão: o Concelho de Santos, instalado em 1547; a Câmara Municipal de Salvador, com suas atividades iniciadas em 1549; a Câmara Municipal de São Paulo, instalada em 1560 e a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, que foi instalada em 1565¹⁷.

A Instalação da Justiça do Reino em Piracicaba

A elevação da Freguesia de Piracicaba à Vila Nova da Constituição ocorreu em 1821; e recebeu este nome em homenagem à Constituição Portuguesa recém promulgada. A ereção da Freguesia de Piracicaba à Vila foi justificada através do desenvolvimento pelo qual a região passava: economia açucareira, com grande número de engenhos e solo fértil. Com suas atividades ligadas à cana, Piracicaba acompanhava a principal atividade econômica do país durante a primeira metade do século XIX.

Segue transcrição de alguns documentos que marcam a elevação de Freguesia à Vila, assim como a instalação da Câmara Municipal.

Representação dos moradores de Piracicaba, em 17 de junho de 1816, solicitando a elevação de Freguesia a Vila¹⁹.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor - Dizem os moradores da freguesia de Piracicaba que, tendo a felicidade de ocuparem o terreno mais fértil conhecido e de verem cada dia aumentar o número dos cultivadores, achando-se já levantados dezoito engenhos de cana de açúcar e mais 12 em disposição de se levantarem, com vinte e duas fazendas de criar, das quais há cinco anos só existia uma e dos engenhos mui poucos; lhes é sumamente doloroso verem que a população não pode crescer ao ponto que prometem suas favoráveis circunstâncias nem com aquela disciplina que convém à boa ordem social e serviço de Sua Majestade, enquanto não houver naquela freguesia justiça que façam observar as benéficas leis e mantenham sossego público, o que jamais se poderá obter sem que seja erigida em vila. A atestação junta mostra que o numero dos habitantes excede já a dois mil e duzentos, que metade da freguesia pertence a Vila de Porto Feliz, donde dista doze léguas, e a outra metade, a Itu, donde dista catorze, sem contar a distância de quarenta léguas em que para outro lado estão espalhados os moradores. Estas distâncias e a mistura das duas jurisdições (que também ocasionam graves inconvenientes) mostram com evidência a necessidade de vila para a qual já basta o número dos habitantes.

A criação desta vila terá também grande influência nos interesses gerais desta capitania de Goiaz a Cuiabá porque facilitando o roteamento do sertão desconhecido entre as três capitanias, fará um dia, e não muito tarde, mais curtas as suas comunicações para o que já se tem avançado muito no roteamento dos campos de Araraquara. É por tão ponderosos motivos que os suplicantes desejam implorar a Sua Magestade a mercê de mandar erigir em vila a dita freguesia, suplicando ao mesmo tempo a mercê de a denominarem - Joanina - por derivação do augusto nome de Sua Magestade e em sua perpétua memória. Sendo, porém, de tanta justiça e de tanto interesse público a causa dos suplicantes, eles se encontram sem meios de levá-la à augusta presença de Sua Magestade em razão da grande distancia e da falta de relações na corte: felizmente conhecem os suplicantes o constante e ativado zelo com que Vossa Excelência serve a Sua Magestade e promove os interesses dessa capitania e por isso, nas circunstâncias ponderadas, não duvidam merecer a mediação de Vossa Excelência em objeto que toca a tantos interesses dignos de atenção: é nestes sentimentos que os suplicantes recorrem e pedem a Vossa Excelência sirva-se levar à Augusta presença de Sua Magestade a petição dos suplicantes, parecendo-lhe digna da mercê que imploram. – E receberão mercê²⁰.

Atestação

Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, vigário colado²¹ da Freguesia de Piracicaba, e Domingos Soares de Barros, capitão-comandante da mesma, atestamos o seguinte:

A Freguesia de Piracicaba está situada em uma planície elevada, sobre o rio do mesmo nome, onde este faz um grande e formoso salto, do qual facilmente se conduz água para banhar um lado da freguesia e tocar todas as máquinas possíveis. Seu território está parte no distrito da Vila de Itu, donde dista 14 léguas, e parte no da Vila de Porto Feliz, donde dista 12 léguas, ficando estas vilas ao sul. A leste confina com a Vila de S. Carlos, que dista 10 léguas. Ao norte tem moradores até sete dias de viagem e segue adiante o sertão desconhecido que confina com Goiás e Cuiabá²². A oeste tem moradores até

cinco léguas pelo rio abaixo e segue o sertão do mesmo rio Tietê e Paraná. O terreno é fertilíssimo, abunda muito em massapé roxo, o marne²³, o mais próprio para produção de cana-de-açúcar.

Ao norte tem os campos de Araraquara, de que ainda se não conhece a extensão, muito próprios para a criação de gados. Tem no presente mais de duas mil e duzentas almas, não tendo há cinco anos talvez a metade, e está crescendo de dia a dia com povoadores que vêm de fora, atraídos pela fertilidade do terreno. Tem no presente quatorze engenhos de açúcar, a maior parte fabricados de novo, quatro de aguardente e estão se dispondo mais doze, tendo capacidade para um número incomparavelmente maior. Tem vinte e duas fazendas de criar, de que há oito anos só existia uma. No meio de circunstâncias tão favoráveis, que prometem o rápido crescimento desta povoação, sentem os moradores pacíficos grande incômodo e vexação na grande distância a que precisam recorrer a procurar a proteção das leis por meio dos magistrados; e por isso nos parece de grande necessidade erigir-se em vila. Por ser verdade todo o referido, passamos a presente atestação por um de nós escrita e por ambos assinada.

Piracicaba, 17 de Junho de 1816 - Manoel Joaquim do Amaral Gurgel - Domingos Soares de Barros²⁴.

Registro do edital para a ereção da Vila Nova da Constituição e da portaria do Excelentíssimo Governo Provisório e documentos que acompanharão²⁵ a mesma portaria para a dita ereção

Edital

O Desembargador João de Medeiros Gomes, Cavaleiro Professor da Ordem de Cristo do Desembargo de Sua Majestade Fidelíssima, seu Desembargador da Relação da Bahia, Ouvidor Geral Corregedor da Comarca de Itu com alçada no Cível e Crime, Provedor dos Bens e Fazenda dos Defuntos e Ausentes, Capelas, Resíduos, Cativos e Órfãos, Comissário Intendente de Polícia, Superintendente das Terras e Águas Mínerais e suas repartições, Juiz das Justificações de Índia e Mina, Juiz Conservador da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema etc.

Faço saber aos povos da Freguesia de Santo Antônio de Piracicaba, a todos em geral e a cada um em particular que sendo-me determinado pelo Excelentíssimo Governo Provisório desta província, por portaria de 31 de outubro do ano próximo passado de 1821, o passar-me a essa povoação para a erigir em vila com a denominação de “Vila Nova da Constituição”, em atenção às representações dos povos da mesma freguesia, feitas ao Excelentíssimo Governo em 1816. Por isso, pelo presente edital, convoco a todos os referidos povos acima declarados e os aviso para que, no dia 4 de agosto próximo futuro, se achem no lugar da dita freguesia para assistirem à referida ereção, erguendo-se pelourinho como sinal de jurisdição, alçada e respeito da Justiça, procedendo-se à eleição de juizes, oficiais da Câmara e mais justiças e pessoas da governança da República que há de servir na dita vila. E, para que chegue a notícia a todos, mandei passar o presente que será publicado na mesma Freguesia e afixado no lugar mais público dela.

Dado e passado nesta Vila de Itu sob meu sinal e selo das Reais Armas, aos 28 de julho de 1822. Eu, José Manoel Lobo, Escrivão da Ouvidoria Geral e Correição, o escrevi. = João de Medeiros Gomes = lugar do Selo das Reais Armas = Medeiros = Edital pelo qual Vossa Senhoria há por bem avisar aos povos da Freguesia de Santo Antônio de Piracicaba a ereção que vai fazer, e levantamento da mesma Freguesia em Vila, com a denominação de = VILLA NOVA DA CONSTITUIÇÃO, como no mesmo se declara = Para Vossa Senhoria ver =²⁶.

Auto da Ereção da Vila Nova da Constituição²⁷

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1822, aos dez dias do mês de agosto do dito ano, nesta Freguesia de Santo Antônio de Piracicaba da Comarca de Itu onde foi vindo o Ministro Desembargador João de Medeiros Gomes, Ouvidor Geral Corregedor da mesma comarca, comigo escrivão de seu cargo adiante nomeado, para efeito de erigir em vila esta povoação em consequência da portaria do Excelentíssimo Governo Provisório desta província de 31 de outubro do ano próximo passado, transcrita neste livro à folha 3;

e sendo aí, tendo concorrido nas casas da residência do dito Ministro as pessoas mais qualificadas da mesma freguesia e povo dela para isso convocado por edital, foi pelo mesmo Ministro declarado às pessoas presentes que erigia esta povoação em vila com a denominação de = Vila Nova da Constituição = como era declarado na mesma portaria; o que sendo ouvido pelas pessoas presentes, que neste ato mostraram a maior alegria e satisfação pela ereção da vila e sua denominação: houve ele Ministro a vila por ereta debaixo da denominação de Vila Nova da Constituição. E para constar mandou fazer este auto de ereção em que se assina com as pessoas presentes, e eu, José Manoel Lobo, escrivão da Ouvidoria Geral e Correição o escrevi.

João de Medeiros Gomes; o Vigário *Manoel Joaquim do Amaral Gurgel*; o Capitão Domingos Soares de Barros; o padre Miguel Joaquim do Amaral Gurgel; seguem mais 44 assignaturas²⁸.

Com isso, foi demarcada na praça central a área destinada à futura Casa da Câmara, Cadeia e Casinhas, ficando no centro o pelourinho. Porém, até que a construção da Casa da Câmara fosse concluída, as primeiras reuniões da vereança foram realizadas na residência do Juiz – Presidente da Câmara, conforme ocorria nas demais localidades sob instrução da metrópole. O arruamento do rossio, a instalação do pelourinho e a construção de uma Casa para a Câmara e Cadeia iniciaram a configuração do núcleo urbano da Vila. Nessa época, Alferes José Caetano recebeu orientações do Senador Vergueiro para realizar o processo de arruamento. Apesar da maioria da população residir na zona rural, a população urbana passou a crescer e se estabelecer próximo à Matriz²⁹ (Cachioni, 2002).

Demarcação do Rossio³⁰ desta Vila Nova da Constituição

Aos treze dias do mês de agosto de 1822 anos nesta Vila Nova da Constituição da Comarca de Itu onde se acha o Ministro Desembargador João de Medeiros Gomes, Ouvidor Geral Corregedor da mesma comarca, comigo escrivão de seu cargo adiante nomeado, e sendo aí tendo ele Ministro erigido a mesma vila e dado posse à nova Câmara da mesma, fez ele Ministro com a mesma Câmara a demar-

cação do rossio dela na forma das ordens para a ereção da mesma vila pela maneira seguinte: feito o ponto no lugar do pelourinho fez correr o rumo de um quarto de légua ao vento leste, quarto de sueste, para o lado da estrada de Itu onde se fincou um marco de pedra com três palmos, abrangendo este rumo parte das terras do Alferes Manoel Joaquim Pinto de Arruda e do Padre Miguel Joaquim do Amaral Gorgel. E principiando do ponto assinalado no lugar do pelourinho, correndo o rumo para outro quarto de légua, seguindo o vento oeste, quarto de noroeste, atravessando o Rio Piracicaba além do mesmo rio na distância de trezentos e vinte braças pelo mesmo rumo e vento, completou o quarto do rossio onde se fincou um marco de pedra, atravessando este rumo as terras do mesmo Alferes Manoel Joaquim Pinto de Arruda ou de sua mãe, Dona Maria de Meira Siqueira, até o potto, e do rio para as trezentas e vinte braças pelas terras do engenho de Dona Maria de Arruda Amaral; tornando ao mesmo ponto principal, seguindo o rumo de outro quarto ao vento norte, quarta de nordeste, findo o quarto de légua se fincou outro marco de pedra na estrada do rio acima, atravessando este rumo pelas terras da dita Dona Maria de Meira; voltando ao primeiro ponto do pelourinho, correu o rumo do último quarto de légua pelo vento sul, quarta de sudoeste, onde findando o quarto de légua, se fincou o último marco de pedra, ficando por este lado compreendidas as terras pertencentes à freguesia, e duzentas braças mais ou menos pelas terras do Tenente-coronel Theobaldo da Fonseca e Sousa, ficando o padrão na estrada que segue ao Pau Queimado. E por esta forma ficou demarcado o rossio desta vila, tendo de um marco a outro a distância de meia légua. Compareceu neste ato o Alferes Manoel Joaquim Pinto de Arruda, requerendo que a propriedade de sua mãe, Dona Maria de Meira Siqueira, ficava sem ataque algum para a conservação de seus animais e evitar danos dos de fora, por causa do rossio demarcado que compreendeu grande parte das terras do engenho: requereu a permissão de poder fechar as terras, deixando franca a servidão pública no terreno demarcado para o rossio, obrigando-se como procurador de sua mãe e por si a fechar pelo lugar que fosse destinado e a deixar porteiras francas em todos aqueles pontos que fosse mais cômodo para a servidão dos povos habitantes desta vila. O que sendo atendido pelo Ministro e Câmara, foi

concedido que na distância de noventa e seis braças do lugar do pelourinho ao centro das terras que compreende o rossio poderia fechar, deixando franca toda a servidão das matas para lenhas e cipós e outras serventias para a comodidade pública, pondo em diferentes pontos as porteiras necessárias para facilitar a servidão dos moradores: do que prometeu cumprir não só por si, como procurador da mãe. E para constar mandou ele Ministro fazer este termo de demarcação no qual se assina com a Câmara presente e o dito Alferes Manoel Joaquim pela obrigação do fecho que requereu, eu, José Manoel Lobo, escrivão da Ouvidoria o escrevi.

João de Medeiros Gomes; João José da Silva; Xisto de Quadros Aranha; Miguel Antônio Gonçalves; Garcia José Bueno; Pedro Leme de Oliveira

Como procurador de minha mãe e por mim, Manoel Joaquim Pinto de Arruda³¹.

Auto do levantamento do pelourinho Demarcação do terreno para as casas da Câmara, cadeia, casinhas³² e açougue

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1822, aos dez dias do mês de agosto do dito ano nesta Vila Nova da Constituição há pouco ereta onde se achava presente o Ministro Desembargador João de Medeiros Gomes, Ouvidor Geral Corregedor, comigo escrivão de seu cargo adiante nomeado, e sendo aí em um terreno fronteiro ao Pátio da Matriz, entre a Rua Direita e as casas de João Vicente, e para os fundos com a Rua Nova do Conselho, foi demarcada uma praça de cento e oitenta e seis palmos de frente com quatrocentos de fundo que vai contestar na dita Rua Nova do Conselho, cuja frente foi destinada por ele Ministro para futura da casa da Câmara, cadeia e casinhas, ficando no centro do pelourinho, o qual achando-se já preparado, lavrado e oitavado de madeira de cabréuva grossa, e composto com quatro braços de ferro com seus argolões nas quatro faces, tendo em cima do capitel uma astia [haste] de ferro sustentando um braço com um cutelo e uma bandeirinha no cimo, havendo-se

preparado todo o terreno e o mais necessário para o levantamento do dito pelourinho, com a assistência de grande parte da nobreza e povo desra vila e seu termo, assim pessoas eclesiásticas, como seculares, mandou ele Ministro a mim, escrivão, ler em alta voz o Auto da Ereção desta vila, e depois da dita leitura, foi por ele Ministro proclamado vivas à sua Alteza Real, às cortes do Brasil e à constituição, mandando levantar ao alto o dito pelourinho que ficou posto no centro da praça; ficando esta demarcada com quatro marcos de pau de peroba lavrada nas quatro faces, e em cada uma delas impressa a letra = C = em significação do nome Constituição - com que é denominada esta vila. Concluindo-se todo este ato com demonstrações de júbilo e contentamento pelos repetidos vivas e aclamações que naquele ato se deram. E de tudo, para constar, mandou ele Ministro fazer este auto em que se assinou com as pessoas presentes, e eu, José Manoel Lobo, escrivão da Ouvidoria Geral e Correição o escrevi.

João de Medeiros Gomes; o Vigário Manoel Joaquim do Amaral Gorgel; o Pe. Miguel; Joaquim do Amaral Gorgel; o Capm. Domingos Soares de Barros; seguem-se mais 52 assinaturas³³.

Câmara: funcionamento e seus oficiais

O modelo de administração municipal aplicado nas colônias ultramarinas era o mesmo que Portugal utilizava na sua organização local. Dessa forma, o Concelho Municipal era formado de dois a seis vereadores, conforme o tamanho e a importância da localidade, dois juizes ordinários (magistrados ou juizes de paz sem formação em direito) e o procurador. Nas reuniões do Concelho (que na época das Ordenações Filipinas já era comum chamar de Câmara), vereadores, juizes e procurador eram conhecidos coletivamente como oficiais da Câmara. O escrivão, tesoureiro, almotacéis, juiz de órfãos e das viúvas, o alferes e o carcereiro formavam o corpo de funcionários da Câmara. O escrivão era encarregado de redigir as atas e outros instrumentos de fé pública. A função de tesoureiro, muitas vezes, era assumida pelos próprios vereadores e a estes cabia o cumprimento da administração orçamentária. Os almotacéis ou inspetores dos mercados eram en-

carregados de inspecionar a aplicação de pesos e medidas, taxaço e distribuição dos gêneros alimentícios. O juiz dos órfãos e das viúvas era aquele que velava pelos interesses de órfãos e viúvas. O alferes ou porta-bandeira era, na hierarquia dos oficiais, aquele que se confiava o estandarte real, o oficial aspirante a tenente; este cargo, muitas vezes, poderia acumular-se com o do escrivão. O carcereiro zelava pela casa da cadeia. Havia ainda o porteiro, que muitas vezes trabalhava como arquivista. Os oficiais da Câmara, conforme Charles Boxer, eram indivíduos privilegiados:

“Não podiam ser presos arbitrariamente, nem sujeitos à tortura judicial, nem acorrentados, a não ser em casos (como os de alta traição) que envolvessem pena de morte e em relação aos quais nem fidalgos eram isentos. Estavam também dispensados do serviço militar, salvo se sua cidade fosse diretamente atacada. Além disso, seus cavalos, carroças etc. não podiam ser requisitados para utilização a serviço da Coroa³⁴⁷”.

Como a Câmara exercia a função de tribunal de primeira instância e, ainda, responsáveis pelo policiamento da vila, junto às futuras instalações da Casa da Câmara deveriam estar a cadeia e o pelourinho. Este, em Piracicaba (Vila Nova da Constituição), não serviu apenas como símbolo da autonomia administrativa e da justiça do reino, ficou também conhecido como ponto de referência ao indicar o centro do rossio, isto é, da área pública comum.

A Sessão de Instalação da Câmara Municipal da Vila Nova da Constituição (Piracicaba) foi realizada no dia 11 de Agosto de 1822, cuja transcrição da Primeira Ata da Reunião da Vereança segue abaixo:

Aos onze de Agosto de mil oitocentos e vinte e dois nesta Villa Nova da Constituição e cazas de residência do Juiz Presidente o Capitão João José da Silva onde se juntarão os Vereadores, Xisto Quadro Aranha, Garcia Rodrigues Bueno, Miguel Antonio Gonçalves e o Procurador Pedro Leme de Oliveira, e ahí em Acto de Vereança abrirão um Officio pela Secretaria de Estado e Negocios do Reino, varios Decretos, e Exemplares sobre a nomeação de hum procurador para hir representar na Assembleia Geral os Negocios do Brazil e o que for a bem do mesmo Brazil;

ao que passão a dar as providencias necessarias sobre este objecto, e na mesma receberão dosi Offcios da Camara de Itu Cabeça desta Comarca hum convidando a esta Camara para unirse aquella e defender ao Nosso Augusto Principe e a cauza publica e de não darem obediencia ao Governo actual de São Paulo, e pedindo huma porção de homens para fortalecer aquella Villa no caso de haver alguma tentação daquelle dito Governo de São Paulo, pela cauza que fica dito, e outro de participação, em que acompanhou o termo de Vereança extraordinaria que naquella mesma fizeram em o dia qatro deste mês em que derão cumprimento hum Decreto de Sua Alteza Real de vinte cinco de Junho proximo passado: E neste mesmo Acto de comum acordo nomearão para alcaide a Ignacio de Almeida Lara, para Porteiro a Manoel Roza, para Carcereiro João de Passos: Neste mesmo Acto elegerão para servir de Thezoureiro da Decima a Francisco Fernandes de Sampaio e para Thezoureiro do Sello a João da Fé do Amaral Gorgel cujos Thezoureiros prestarão fiança idonea para entrarem no exercicio de suas occupaçoens, e na mesma mandarão lavrar hum Edital em que assignarão o dia dezoito do corrente mes para procederem nas Eleições do Eleitores da Parochia na forma que exige a deligencia das Instruções que para o mesmo fim nos fois remettido: e digo e nada mais ouve e mandarão lavrar este termo em que assignarão eu Francisco José Machado Escrivão da Camara o escrevi. Declaro que o Thezoureiro do Sello João da Fé deo por seo fiador a Manoel Duarte Novaes, que obrigava sua peçoa e bens a satisfação dos reditos do dito Sello, na falta disinfiado, e pelo Thezoureiro da Decima Francisco Fernandes de Sampaio assignou o seo Fiador Alferes Miguel Antonio Gonçalves por cuja satisfação Obriga sua peçoa e bens e por isso abaixo assignarão eu Escrivão acima declaro e escrevi.

Silva. Aranha. Gonçalves. Garcia. Bueno. Oliveira
João da Fé do Amaral Gorgel como fiador Manoel Duarte Novaes
Francisco Fernandes Sampaio como fiador Miguel Antônio
Gonçalves³⁵

Através da Ata de Instalação da Câmara, tem-se formado o primeiro quadro de Oficiais da Câmara: o Capitão João José da Silva, Juiz - Presidente; os Vereadores Xisto Quadro Aranha, Garcia Rodrigues Bueno, Miguel Antônio Gonçalves; o Procurador Pedro Leme de Oliveira; e o Escrivão, Francisco José Machado. Para alcaide foi nomeado Ignácio de Almeida Lara; para porteiro, Manoel Roza; para carcereiro, João de Passos; e tesoureiros Francisco Fernandes de Sampaio e João da Fé Amaral Gorgel.

As reuniões da Câmara realizavam-se, em geral, duas vezes por semana. Embora, se necessário, pudessem se reunir com mais frequência. No início, na falta de um local sede próprio para as reuniões, as mesmas poderiam ser realizadas na residência do Juiz Ordinário – Presidente da Câmara.

A primeira eleição da Vila Nova da Constituição, que resultou na posse dos Oficiais da Câmara, ocorreu de forma indireta. Os eleitores paroquiais, em número de 354, elegeram seis membros para a formação da Câmara e seus oficiais, e os membros eleitos é que decidiram, entre si, os vereadores, juiz e procurador. Nessa época, a população da Vila não chegava a 2.200 pessoas.

O processo eleitoral para a vereança, tanto em terras portuguesas como em terras brasileiras, era um tanto complicado. Formavam o corpo de eleitores todos os homens adultos, válidos, brancos, livres, com residência fixa e sem passado criminoso. Estes homens-bons poderiam figurar na lista de candidatos a oficial da Câmara. Estavam excluídos do processo e não podiam votar: negros, trabalhadores braçais, estrangeiros, judeus e mulheres. Charles Boxer nos propicia um esboço sobre esse sistema de votação:

“Os oficiais da Câmara eram eleitos por meio de um complicado sistema de votação anual a partir de listas de votantes que eram elaboradas de três em três anos sob a superintendência de um juiz da Coroa. A votação anual realizava-se em geral no dia ou na véspera do Ano-Novo; a seguir, dentre os transeuntes da rua, escolhia-se ao acaso um menino para retirar o nome dos eleitos, depositados em um saco ou uma urna. A lista de votação trienais eram compiladas confidencialmente por seis representantes eleitos, para esse fim, por uma assembléia de to-

dos os chefes de família abastados e responsáveis habilitados a votar. Esses indivíduos de reconhecida posição social eram coletivamente chamados de *homens bons*³⁶, ou, mais vagamente, *povo*. O juiz da Coroa fazia o escrutínio das listas de votação para se certificar de que nenhum dos nomes para o cargo em determinado ano estivesse intimamente ligado a outros por laços de sangue ou de interesse³⁷.

Naquela época, compreendendo do século XV ao século XVIII, não havia a separação dos três poderes. Assim, cabia à Câmara o exercício do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. O presidente da Câmara Municipal era também o Juiz Ordinário das Comunidades. O poder dos Vereadores era tal que as “Casas do Concelho” serviam também como tribunal de primeira instância e prisões. A própria instalação das Instituições da Justiça do Reino era composta pela Câmara, Cadeia e Pelourinho. Essa organização permaneceu até 1828, quando foi criado o Supremo Tribunal de Justiça, repassando as funções judiciais e carcerárias desempenhadas pela Câmara. Nessa época surgiram as “casas de correição³⁸”, as penitenciárias, as delegacias de polícia e as milícias provincianas.

No Brasil Colônia, as Câmaras Municipais, desde o início de seus trabalhos, se preocupavam em organizar e fiscalizar a vida da cidade:

“A Câmara supervisionava a distribuição e o arrendamento das terras municipais e comunais; lançava e coletava impostos municipais; fixava o preço de muitas mercadorias e provisões; concedia licenças a vendedores ambulantes, mascates etc., verificava a qualidade do que era vendido; concedia licenças para construção; assegurava a manutenção de estradas, pontes, fontes, cadeias e outras obras públicas; regulamentava os feriados públicos. A arrecadação da Câmara provinha diretamente das rendas da propriedade municipal, incluindo as casas que eram alugadas como lojas, e dos impostos com que se tributava ampla variedade de produtos alimentícios postos à venda³⁹”.

A primeira Casa da Câmara que se tem notícia foi construída onde atualmente está localizada a Praça José Bonifácio (Praça da

Matriz). Ali, foi instalada a Justiça do Reino na seguinte disposição: a Casa da Câmara foi construída na Praça José Bonifácio com sua face principal voltada para a igreja matriz, ao lado e anexo à Câmara estava a Cadeia e no centro, entre a Câmara e a Igreja Matriz foi instalado o Pelourinho.

A Câmara e a Cadeia funcionaram neste imóvel (um sobrado), construído na Praça da Matriz, até 1879. Além da Câmara e da Cadeia, o prédio abrigava também o Tribunal do Júri. Devido o péssimo estado de conservação do imóvel, que oferecia riscos de desabamento, as atividades da vereança foram transferidas para um edifício na Praça Tibiriçá e o velho sobrado da Câmara foi demolido em 1884, pois não oferecia condições de ocupação, apesar da tentativa dos vereadores em dar um destino de uso para o prédio. Na Praça Tibiriçá – “local do antigo cemitério católico⁴⁰” - foi projetado e construído o novo edifício da Câmara e da Cadeia pelo arquiteto Guilherme Krug⁴¹. Não há registros iconográficos do prédio, que foi construído de maneira isolada no meio da Praça Tibiriçá. Considerado um dos melhores prédios da cidade, o Jornal Gazeta de Piracicaba, em matéria de 1º de Outubro de 1884, fez uma descrição detalhada do local:

“O Edifício da Cadeia pública desta cidade, onde actualmente celebra a Câmara Municipal as suas sessões, contém em resumo, os seguintes commodos: Pavimento térreo: ao lado direito, pequena sala onde funcionava a colletoria tendo duas janellas na frente e uma ao lado; pequena sala que serve de escriptório ao commandante da guarda, contendo um quarto onde se depositam armas e outros objetos apprehendidos á criminosos. Ao lado direito, na frente, outra pequena sala com 3 janelas, onde dão audiências o juiz de paz, o delegado de policia; a salla regular servindo de dormitórios aos guardas da cadeia, sendo todos estes commodos bem acondicionados e empapelados. No segundo lanço estão as prisões dividias por um espaçoso corredor em quatro compartimentos regulares, neste corredor existe uma banheira competentemente vedada. Pavimento Superior – ao lado direito uma espaçosa sala onde primitivamente funcionava o Tribunal do Juri contendo annexo um bom quarto, á esquerda

outra sala de regular dimensão que serviu para as audiências do Juízo Municipal. No segundo lanço está o vasto salão onde celebra-se as sessões do Tribunal do Juri que actualmente também serve para as audiências dos Juizes superiores; contíguo á este salão há um excellento quarto para as conferências do Conselho de Jurados. Não tomamos as dimensões do edificio e de seus diversos commodos por ser dispensável este trabalho para se conhecer que offerece soberbas accomodações, nottando-se ainda que no presente pelo menos duas boas salas não se occupam. É evidente pois que ficarão todas as autoridades muito bem accomodadas podendo os Juizes Municipal e de Direito terem as suas salas reservadas e a Commara municipal igualmente a sua, com grande espaço para um auditório nummeroso com commodo separado para o arquivo. Esta noticia vem em abono ao nosso editorial de hoje para o qual pedimos a attenção de nossa edilidade” (Gazeta de Piracicaba, 1º/10/1884)

A partir de 1900, a Câmara passou a ocupar um edifício alugado na esquina das Ruas 13 de Maio com Santo Antônio. A partir desse momento, o tribunal e a cadeia passaram a funcionar em edifício distinto ao da Câmara (Cachioni, 2002).

Em 11 de novembro de 1930, Getúlio Vargas, através do Decreto n.º 1938, assume o poder dando início à chamada Era Vargas com o Governo Provisório. O golpe que implantou o novo regime determinou a dissolução do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas Estaduais e das Câmaras Municipais. O Poder Legislativo só voltou a funcionar após 1947, com a redemocratização do país e a realização das eleições municipais.

A Câmara Municipal de Piracicaba retornou com suas atividades em 1948, instalando-se em novo endereço, um prédio, anexo ao da Prefeitura de Piracicaba, localizado na Rua Alferes José Caetano, num ponto entre as ruas São José e Prudente de Moraes (antiga residência do Barão de Rezende). Este foi o local sede do Poder Legislativo até a década de 1970.

Com o crescimento da cidade e também dos trabalhos da Administração Pública, tanto a Câmara Municipal quanto a Prefeitura

necessitavam de um espaço maior. Assim, ainda na década de 70, o prédio foi desocupado. No ano de 1975, a Câmara mudou-se para o edifício que ficava ao lado, onde funciona atualmente, e a casa que serviu de sede para a Administração Pública, de 1948 à 1975, foi demolida.

Inicialmente, o expediente da Câmara consistia na resolução dos problemas relacionados ao arruamento, construções, limpeza e ordem pública, taxas e impostos, divisão e posse de terras, bem como heranças. Poucas eram as atividades legislativas propriamente ditas, ou seja, um número muito pequeno de Posturas e Normas foi criado, de maneira que, a palavra “Lei” não aparece nas primeiras Atas de Reunião da Câmara.

Isso não significa que os vereadores da época não tinham a preocupação de criação de normas. Ocorre que, para a novata Câmara, outros assuntos estavam em primeira ordem; e as Posturas, em geral, vinham do Governo da Província de São Paulo. O poder de legislar era restrito, pois, as posturas elaboradas pelos vereadores tinham de ser confirmadas pela Assembléia Provincial.

Contudo, a primeira Postura criada pela vereança da Villa Nova da Constituição encontra-se registrada no Livro I de Atas da Câmara, p.3:

Aos doze dias do mês de Agosto de mil oitocentos e vinte e dois, nesta Villa Nova da Constituição, Comarca de Itu Provincia de São Paulo e Casas da aposentadoria do Meretissimo Dezembargador Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca João de Medeiros Gomes, onde se convocarão o juiz Ordinario, Presidente da Camara, Vereadores e Procurador abaixo assignados e ahi foi proposto por elle Ministro, que em virtude da Portaria do Governo Provizorio de São Paulo de trinta e hum de Outubro do anno passado, pela qual mandou erigir esta Povoação em Villa, se fazia necessario estabelecer huma fnnta de acordo com a Camara para as Obras Publicas dos Passos do Concelho, Cadea e Cazinhas, que se devem construir no lugar já demarcado no Acto do Levantamento da Villa, e foi por todos unanimemente acordado que para as despezas da construção da Nova Casa da

Camara, Cadea e Cazinhas se lançasse hua finta de quatrocentos reis por cabeça de escravo deste Distrito, que compreende as duas Freguezias da Villa e de Araraquara e os moradores da Capella de Santa Barbara, que pertencem a este Distrito com a Declaração, que deverão os Proprietários e Senhores dos Escravos pagar somente os quatrocentos reis por cada escravo macho de sette annos de idade para cima, ficando obrigados os ditos Senhores a pagar este primeiro anno adiantado, e os mais annos em quanto senão concluirem as ditas Obras, de seis em seis mezes; e esta finta durará até que se concluão aquellas ditas Obras com a devida segurança e capacidade, ficando o Procurador desta Comarca encarregado desta cobrança nos tempos devidos, e quando pela Camara lhe for determinado, não podendo eximir-se desta finta nenhuma pessoa que tenha escravo neste Distrito, por mais qualificada que seja, e deverá o Procurador da Camara requerer executivo contra qualquer pessoa que no devido tempo, não pagar a finta, sendo avizada, para se fazer publico este Acordão da Camara, se deverá publicar por hum Edital esta imposição aqui determinada; e nada mais acordarão e mandarão lavrar este termo em que assignou o dito Ministro com a Camara eu Francisco José Machado Escrivão da Camara escrevi.

Medeiros. Silva. Aranha. Gonçalves. Bueno. Oliveira.

Observa-se que a primeira Postura criada pela Câmara foi a cobrança de uma finta para a construção de sua Casa Sede, Cadeia e Casinhas. O recolhimento da finta de quatrocentos reis era cobrado por cabeça de escravo (do sexo masculino e acima dos sete anos de idade) dentro do território distrital da Villa Nova da Constituição, o que incluía desde Santa Bárbara D’oeste (Capella de Santa Bárbara) até Araraquara. Os senhores e proprietários de escravos estavam obrigados a pagar os quatrocentos reis por cada escravo até a conclusão das obras, ficando o Procurador da Comarca encarregado da cobrança da finta.

Notas

- ¹ BRAGANÇA, Fábio Ferreira Coelho. As Câmaras Municipais no Brasil. IN: **Consolidação das Leis Municipais de Piracicaba: Aspectos Históricos**. Piracicaba: Gr. Editora, 2008, p 55-56.
- ² Concelhos (Concílio) – Reunião de Líderes com objetivo de discutir, debater e deliberar sobre questões de interesses locais. Os concílios podem ser ecumênicos, plenários, nacionais, provinciais ou diocesanos.
- ³ VELASCO, Ignácio. M. Poveda. Ordenações do Reino de Portugal. **Revista da Faculdade de USP**. São Paulo, 1994, p.11-67, v.89.
- ⁴ Modalidade de direito que surge a partir dos costumes de uma sociedade, sem escrita, sem que haja o processo legislativo de criação da lei pelo poder legislativo ou executivo.
- ⁵ Cf. VELASCO, Ignácio M. Poveda. p. 11-67.
- ⁶ MADEIRA, Hércio Maciel França. O Estado Português e seu Direito. Apostila de História do Direito. Faculdade de Direito da USP. 2006. Características dos forais: lei escrita, orgânica, local e relativa. Segundo o conteúdo, origem e alcance, os forais se classificam em:
 - a) **Cartas de Povoação** – são os forais mais rudimentares, que contém apenas certo número de disposições respeitantes ao início ou incrementação da povoação, para defesa ou exploração agrícola estável de uma terra erma e a habitar para cultivos;
 - b) **Foro Breve** – documento legal em que se inserem normas de conduta local quer originais, quer extraídas, mais ou menos livremente, de outros paradigmas de agregados habitacionais já existentes, mais evoluídos e destinados a criar ou

melhorar a organização coletiva do núcleo de moradores a que se destina;

c) **Foros Extensos** – são os mais desenvolvidos e pormenorizados. Seu conteúdo envolve dois elementos primordiais. O primeiro refere-se à garantia de propriedade plena de terras e casas, possuídas pelos membros da coletividade local, com direito de livre alienação, em vida ou em morte, embora, em muitos casos, com encargos ou restrições. O segundo diz respeito à determinação explícita dos tributos ou prestações que os vizinhos terão de fazer à entidade outorgante, de modo a evitar qualquer arbitrariedade ou abusos.

⁷ Termo jurídico. Questão de cunho judicial pelo qual uma das partes faz um pedido e a outra resiste. O Concelho se reunia para resolver tal pendência, litígio.

⁸ MADEIRA, Hécio Maciel França. *Origem e Formação dos Municípios Luso-Brasileiros. Apostila de História do Direito*. Faculdade de Direito. USP. 2006. p. 4-5.

⁹ Cf. Madeira. p. 5.

¹⁰ Cf. Madeira. IN: *O Estado Português e seu Direito*. p. 6.

¹¹ O Instituto de História e Teoria das idéias da Faculdade de Letras de Coimbra disponibiliza a consulta on-line dos textos fac-símile das Ordenações pelo endereço eletrônico: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>.

¹² As Ordenações Afonsinas foram a primeira coletânea de leis consolidadas do Reino de Portugal. Em 1521, D. Manuel I organizou uma nova coletânea, na qual incluiu algumas alterações, conhecida como Ordenações Manuelinas. Um dos motivos para se organizar uma nova coletânea foi a utilização da imprensa (inovação da época), o que possibilitou maior difusão das Ordenações. Em 1603, na Dinastia de Filipe II, as Ordenações Manuelinas passaram por novas reformas sendo substituídas pelas chamadas Ordenações Filipinas.

- ¹³ BOXER, Charles Ralph. **O Império Marítimo Português 1415 – 1825**. Tradução: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.286.
- ¹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Bertrand Brasil. Volume 1. 1971. p. 33.
- ¹⁵ As cartas régias foram publicadas na íntegra na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol.24, p. 74 a 78.
- ¹⁶ Holanda. Op. Cit. p 35.
- ¹⁷ Relação de Câmaras e Concelhos de acordo com sua data de instalação e importância para administração colonial.
- ¹⁸ A Freguesia de Piracicaba recebeu a denominação de Vila Nova da Constituição por ter sido a primeira localidade a ser elevada à condição de Vila após a promulgação da Constituição Monárquica Portuguesa de 1822.
- ¹⁹ Em todos documentos foram preservadas as características originais de escrita do texto.
- ²⁰ BARROS, Antônio da Costa (Coord.). **Piracicaba, Noiva da Colina**. Piracicaba: Aloisi. 1975. P. 41 a 43.
- ²¹ Vigário colado: Padre que recebeu benefício eclesiástico. Cf. Código de Direito Canônico, cc. 147, 157 e 523.
- ²² O território pertencente a Piracicaba compreendia a maior parte de Rio Claro, Charqueada, Ipeúna, Limeira, Araraquara, São Carlos do Pinhal, Jau e outros municípios.
- ²³ Marna = tipo de rocha com proporções variáveis de argila e cascalho.
- ²⁴ ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA. Registro do Edital para a erecção da Villa Nova da

Constituição e da Portaria do Excellentíssimo Governo Provisório, e Documentos que acompanharão a mesma Portaria para a dita erecção. (Vol. da Fundação da Cidade de Piracicaba, cópia datilografada, 1989), p. 5.

²⁵ Leia-se: acompanharam.

²⁶ ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA. Registro do Edital para a Erecção da Villa Nova da Constituição. e da Portaria do Excellentíssimo Governo Provisório, e Documentos que acompanharão a mesma Portaria para dita erecção. 1822-1828. (Volume da Fundação da Cidade de Piracicaba, cópia datilografada, 1989), p. 2.

²⁷ Ordena-a fazer o Desor. João de Medeiros Gomes, Ouvor. Corregedor da Comca. de Itu, em conformidade com a Portaria do Exmo. Governo desta província.

²⁸ ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA. Registro do Edital para a Erecção da Vila Nova da Constituição. e da Portaria do Excellentíssimo Governo Provisório, e Documentos que acompanharão a mesma Portaria para dita erecção. 1822-1828. (Volume da Fundação da Cidade de Piracicaba, cópia datilografada, 1989), p. 9-11.

²⁹ CACHIONI, Marcelo. Arquitetura Eclética na Cidade de Piracicaba. Dissertação de Mestrado. Campinas: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. 2002.

³⁰ No original: rocio = grande praça pública.

³¹ ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA. Registro do Edital para a Erecção da Villa Nova da Constituição. e da Portaria do Excellentíssimo Governo Provisório, e Documentos que acompanharão a mesma Portaria para dita erecção. 1822-1828. (Volume da Fundação da Cidade de Piracicaba, cópia datilografada, 1989), p. 113-114.

- ³² Casinhas: mercado.
- ³³ ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA. Registro do Edital para a Ereção da Villa Nova da Constituição. e da Portaria do Excellentissimo Governo Provisório, e Documentos que acompanharão a mesma Portaria para dita ereção. 1822-1828. (Volume da Fundação da Cidade de Piracicaba, cópia datilografada, 1989), p. 11-13.
- ³⁴ Cf. Boxer. p.291.
- ³⁵ Transcrição fiel, preservando as características de escrita, da Primeira Ata de Reunião da Câmara Municipal da Vila Nova da Constituição. Livro I. Atas da Câmara Municipal de Piracicaba (1822-1827). p.2-3. Arquivo Histórico da Câmara de Vereadores de Piracicaba
- ³⁶ Essa expressão designava pessoas ordeiras, cidadãos que tinham exercido cargos públicos ou depositários de fé pública e em grande maioria proprietários de terras.
- ³⁷ Op. Cit. Boxer. p.287.
- ³⁸ Local onde ficava o corregedor, representando do rei, designado à fiscalizar a administração da justiça na localidade assim como a ação dos juizes do concelho.
- ³⁹ Cf. Boxer. p.289.
- ⁴⁰ CACHIONI, Marcelo. Arquitetura Eclética na Cidade de Piracicaba. Dissertação de Mestrado. Campinas: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. 2002. p. 63.
- ⁴¹ Guilherme Krug – arquiteto de nacionalidade alemã, com formação profissional acadêmica na Universidade da Pensilvânia, Estados Unidos. Sua família foi uma das primeiras de nacionalidade alemã a se instalar na cidade de Campinas, onde exerceram grande influência. Através do prestígio que o arquiteto alcançara em Campinas, Krug foi contratado pela Câmara para projetar o novo prédio.

Bibliografia

ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA.

Registro do Edital para a Ereção da Villa Nova da Constituição. e da Portaria do Excellentissimo Governo Provisório, e Documentos que acompanharão a mesma Portaria para dita ereção. 1822-1828. (Volume da Fundação da Cidade de Piracicaba, cópia datilografada, 1989).

BARROS, Antônio da Costa (Coord.). **Piracicaba, Noiva da Colina.** Piracicaba: Aloisi. 1975.

BRAGANÇA, Fábio Ferreira Coelho. As Câmaras Municipais no Brasil. IN: **Consolidação das Leis Municipais de Piracicaba: Aspectos Históricos.** Piracicaba: Gr. Editora, 2008, p 55-56.

BICALHO, Maria Fernanda B. **A cidade e o Império: O Rio de Janeiro na dinâmica colonial portuguesa. Séculos XVII e XVIII.** São Paulo: Tese de doutorado apresentada à FFLCH da USP. 1997.

_____. *As câmaras municipais no Império português: O exemplo do Rio de Janeiro.* IN: **Revista Brasileira de História**, vol. 18, n.º 36. São Paulo: p. 254-280.1998.

_____. **As representações da câmara do Rio de Janeiro ao monarca e as demonstrações de lealdade dos súditos coloniais. Séculos XVII – XVIII.** IN: Vieira, Alberto (coord.). *O município no mundo português.* Funchal: CEHA/Secretaria Regional do Turismo e Cultura, p 523-544. 1998.

BOXER, Charles Ralph. **A Idade de Ouro do Brasil/Dores de crescimento de uma sociedade colonial.** São Paulo. 1969.

_____. **A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770).** Lisboa. Edição 70. 1978.

- _____. **O Império Marítimo Português 1415 – 1825**. Tradução: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II**. 2 vols. Lisboa: Martins Fontes, 1983.
- CACHIONI, Marcelo. **Arquitetura Eclética na Cidade de Piracicaba**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2002.
- CAETANO, Marcelo. **História do Direito Português (1140 – 1495)**. Verbo. Lisboa, 1981.
- CAMBIAGHI, Oswaldo. **Medicina em Piracicaba (Contribuição à sua história)**. Piracicaba: Degáspari, 1984.
- CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA. **Livro Ata das Sessões da Câmara Municipal de Piracicaba. Livro I. 1822-1827**. Arquivo Histórico da Câmara de Vereadores de Piracicaba.
- CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA. **Legislação Municipal. Vol. 1, 1948**. Arquivo Histórico da Câmara de Vereadores de Piracicaba.
- CAMARGO, Manoel de A. **Almanak de Piracicaba para 1900**. São Paulo: Tipografia Hennies Irmãos, 1989.
- CANABRAVA, Alice P. **O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia / São Paulo: Edusp, 1984.
- COSTA, Mário Júlio de Almedina. **História do Direito Português**. Almedina. Coimbra, 1996.
- FERNANDES, Pablo J. *A organização municipal em Lisboa*. IN: Oliveira, César (dir.). **História dos municípios e do poder local**. Lisboa: Temas e Debates, 1996.

- _____. **As faces do Proteu. Elites urbanas e poder municipal em Lisboa de finais do século XVIII a 1851.** Lisboa: Câmara Municipal. 1999.
- FRAGOSO, João Org. **Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).** Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2001.
- GUERRINI, Leandro. **História de Piracicaba em Quadrinhos.** Vol. I e II. Piracicaba. 1970.
- HESPANHA, Antonio Manuel. *Para uma teoria da história político - institucional do Antigo Regime.* IN: **Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime.** Lisboa: Gulbenkian. 1984.
- _____. **As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal século XVII.** Coimbra: Livraria Almedina. 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira.** São Paulo: Bertrand Brasil. Volume 1 e 2. 1971.
- _____. **Caminhos e Fronteiras.** São Paulo: Cia das Letras. 1995.
- IPPLAP. Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba. Disponível em: <<http://www.ipplap.com.br/acervoin.php?id=202>>. 20/08/2009.
- _____. Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba. Estimativa Populacional do Município (1872 – 2007) (IBGE). Disponível em: <<http://www.ipplap.com.br/acervoin.php?id=202>>. 20/08/2009.
- _____. Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba. Estimativa da População Urbana e Rural (1980 – 2007) (SEADE). Disponível em: <<http://www.ipplap.com.br/acervoin.php?id=202>>. 20/08/2009.
- _____. Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba. Dados Demográficos (2000). Disponível em: <<http://www.ipplap.com.br/acervoin.php?id=202>>. 20/08/2009.

_____. Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba. Taxa Censitária de Crescimento Populacional (1980 – 2000) (IBGE). Disponível em: <<http://www.ipplap.com.br/acer-voim.php?id=202>>. 20/08/2009.

MADEIRA, Hécio Maciel França. *Origem e Formação dos Municípios Luso-Brasileiros. Apostila de História do Direito*. Faculdade de Direito – USP. 2006.

_____. O Estado Português e seu Direito. **Apostila de História do Direito. Faculdade de Direito – USP**. 2006.

NEME, Mario A. (Org.). **Piracicaba: Documentário**. Piracicaba: Editado por João M. Fonseca, 1936. p. 71.

NETO, Cecílio Elias. **Almanaque 2000. Memorial de Piracicaba Século XX**. Piracicaba: Editora Unimep, 2000.

PERECIN, Marly T. G. **A Síntese Urbana (1882 – 1930)**. Piracicaba: Shekinah, 1989.

IHPG. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba**. Ano III. Número 3. 1994.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos. Engenhos e escritos na sociedade colonial**. São Paulo: Cia das Letras/CNPq. 1988.

VELASCO, Ignácio. M. Poveda. *Ordenações do Reino de Portugal*. **Revista da Faculdade de Direito da USP**. São Paulo, v. 89, p. 11-67, 1994.

Indústrias Anexas

*José Stipp Netto**

Introdução

Primeiramente, desejamos esclarecer que, nestes meus escritos, não apresentamos datas e outras tantas informações envolvendo o nascimento e o início das atividades das “Indústrias Anexas”.

Somente os fatos ocorridos durante minha estada profissional nessa indústria são relatados, com plena e total veracidade, a ponto de nos levar a uma idéia e noção do que foi essa “pequena-grande indústria”.

Em estímulos e incentivos recebidos da diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, e, após necessária e completa pesquisa, poderemos contar, numa próxima oportunidade, o começo da história das “Indústrias Anexas”, a que completará ora apresentado.

1 – Preliminares

Havia um trecho, no final da Avenida Rui Barbosa (Vila Rezende), que, até os meus 20 ou 21 anos, eu não conhecia inteiramente.

* Aposentado, com longa carreira profissional na empresa “SSB – Indústrias Anexas”, objeto do presente trabalho, que se incorpora às informações históricas das indústrias piracicabanas.

Apenas a Estação da Sorocabana e o ponto final do bonde – Vila, durante um tempo, usei-os nas viagens de trem ao sítio do meu “padrinho” Francisco Malusá, que ficava pelas bandas da Fazenda Santa Lídia do “Engenho Central”, como também, para as minhas esticadas de bonde até o final da linha ali perto da estação.

Mas, na parte mais próxima ao rio, onde começavam as estradas para o Porto João Alfredo (Ártemis), Águas de São Pedro, São Pedro, Água Santa, Santa Terezinha, Iracemápolis, Limeira e Rio Claro, não conhecia nada.

No miolo desse último trecho, escondidinha, ali na Avenida Conde do Pinhal, 116, ficava uma pequena indústria, que, de vez em quando, ouvíamos alguém chamá-la de “Fábrica de Rum” ou “Fábrica de Ração”.

Eram as “Indústrias Anexas”!

De qualquer jeito, todos esses “apelidos” me soaram estranhos, até 22 de abril de 1960, quando ao ser contratado por essa indústria soube que ela fazia parte do grande grupo francês do setor sucro-alcooleiro e canavieiro, “Société de Sucreries Brésiliennes”, a famosa SSB, com três grandes usinas no Estado de São Paulo, em Piracicaba, Rafard e Porto Feliz; outras duas no Estado do Rio de Janeiro, em Campos, denominadas “Cupim” e “Tócos” (Paraíso), o Horto Florestal Vila Nova, também em Porto Feliz, e, finalmente, as “Indústrias Anexas” em Piracicaba, objeto deste nosso artigo.

A sede da empresa francesa, no Brasil, ficava em São Paulo. Na época, o Escritório Central estava estabelecido numa bela residência da Avenida Angélica, 2504. Antigamente, em salas de um prédio, na Rua Barão de Itapetininga. No Rio de Janeiro, havia outro escritório administrativo de apoio e suporte às suas usinas naquele Estado.

Em São Paulo, ficava o Representante Geral no Brasil, o francês, Dr. Gerard Valentin, e no Rio de Janeiro, outro francês, o Dr. Jacques Boudhors.

Apesar de conhecidas até hoje como “Engenhos Centrais”, essas unidades eram identificadas, na razão social, ou melhor, após dela, pelos nomes: Usina Piracicaba, Usina Rafard, Indústrias Anexas, etc.

Com isso, deixei de ficar “encucado” e fui me acostumando com a idéia de que “Indústrias Anexas” era o nome ante o fato de usar dois sistemas diferentes de produção: um para as bebidas, tendo como matéria prima o álcool, e outro para as rações de gados e aves, o melaço, embora ambas venham da mesma matéria prima, a sempre doce cana-de-açúcar. Tanto o álcool como o melaço eram produzidos pelo seu grande co-irmão e vizinho próximo “Engenho Central – Usina Piracicaba”.

Esses produtos eram trazidos diretamente da Usina Piracicaba em vagões-tanque especiais e puxados por locomotivas da própria SSB (que existiam, com uma extensa malha ferroviária, principalmente para o transporte das canas de suas fazendas para a moenda da usina).

Essas operações também podiam ser consideradas como motivos característicos para tipificar, como “Anexas”, a unidade menor, Indústrias Anexas, que recebia da unidade maior, Usina Piracicaba, as matérias primas (álcool e melaço) para fabricação e transformação em produtos derivados, secundários.

2 – Produtos e Equipos de Produção

Se no porte a “Indústrias Anexas” era de certa forma, pequena, nas vendas e faturamento era grande. Eu que o diga! Como faturista, minha função inicial, recebia cópia das notas fiscais de todos os vendedores e representantes de todos os depósitos de vendas de rações e bebidas. Sempre me espantava com o volume das vendas, incluindo aquelas realizadas pela fábrica.

Para melhor explicação e apresentação, vamos separar todas essas atividades e demais correlatas em dois grupos: Rações e Bebidas.

I – Rações

Para as vendas e distribuição, existia uma rede de depósitos e representantes de vendas nas cidades de Piracicaba, Campinas, Capivari, Porto Feliz, Mococa, Itápolis, Tabatinga e Ibitinga. O nome das marcas das rações era, para mim, engraçado e simples, apesar de sua

irrefutável qualidade e imensa procura pelos criadores de gado e aves das regiões das cidades mencionadas.

Embaladas em sacaria de 60 quilos e retiradas desses depósitos, eram rações para bovinos, eqüinos, suínos, ovinos e muares que levavam nomes como: Mela-Mula, Mela-Vaca, Mela-Suíno etc.

Tínhamos também as rações para aves chamadas de: Poedeiras, Inicial, Crescimento, Engorda etc.

Na produção, o acompanhamento de formulação de ingredientes secundários e de consolidação do produto final a última palavra era dada pelo Dr. Paul Baudon, sempre assessorado pelo Dr. Cássio Franco Bueno. Na fabricação propriamente dita, lá estava o Sr. Payão. Nesse setor, como também no de bebidas, tomava parte ativa o Sr. Renato Galhardo, ligado à parte da expedição e transporte, bem como no relacionamento com os clientes.

II - Bebidas

Essas eram conhecidas pelo Brasil todo, nos bares, boates, clubes, nos supermercados etc., embora na época não houvesse tantos supermercados como nos dias de hoje. O Supermercado Peg-Pag S.A., em São Paulo, é o que se destacava em volume de compras.

Também naquela época, não havia muitos concorrentes para os produtos da SSB, porque esses concorrentes se concentravam mais na camada dos consumidores da classe dita popular.

Além do mais, a qualidade era o forte de suas bebidas. Até as embalagens e sua apresentação eram de um bom gosto total. Já as essências em extratos concentrados para fabricação dos licores Napoléon, Cherry Brandy, Café, Curaçao Orange, Curaçao Triple Séc, Anisette, Menta e o Anis para o Pernod-45 eram importados.

Reinavam absolutos, então, na categoria de bebidas finas as marcas Napoléon (os deliciosos licores e o conhaque), Cazanove (Rum Black Head Rum – preto e o branco, bem como o Captain's Gin), o Pernod (da marca Pernod-45), o uísque Park Lane e a vodca.

As três primeiras marcas eram francesas e, por isso, se fazia necessário pagar a cada mês os devidos “royalties”, remetidos em dinheiro dinheiro à França, para poder fazer uso comercial delas aqui no Brasil.

Dos que viveram àquela época, quem não se lembra dos drinques chamados “Hi-Fi” e o “Cuba-Libre” que não faltavam nos bailes de gala, de formatura, dos clubes, etc? O primeiro era feito com gelo picado, Pernod-45 e o Crush, de laranja. O segundo, com o Rum Ca-zanove, Coca-Cola, limão em fatias e gelo. Depois deles, só o uísque é que marcava presença nessas ocasiões.

As fórmulas dessas bebidas eram guardadas a “sete-chaves” pelo Gerente e Diretor francês, Dr. Jean Paul Baudon, assessorado na produção pelo Sr. “Dide” Bottene.

As vendas eram controladas e supervisionadas na própria “Indústrias Anexas”, a partir de 1962, pelo Departamento de Vendas do Escritório de São Paulo, sob o comando do Sr. Flávio Daniel, assessorado pelos senhores Waldimir Luiz Sálvio, Tarcisio Pedro Libardi, Abenir Coletti, todos de Piracicaba.

O contato direto com as indústrias e com todos os clientes, era feito pelo Sr. Antonio Módolo, inesquecível de todos nós, o amigo “Bolero”, como era mais conhecido.

Além de Gerente Geral das Indústrias Anexas, o Dr. Jean Paul Baudon também assumiu, no novo escritório Central em São Paulo, o alto cargo de Diretor de Vendas da SSB, abrangendo inclusive os produtos das usinas, ou seja, o açúcar e o álcool.

Dos inúmeros franceses no comando da empresa, além do Dr. Baudon, somente conhecia outro, o Dr. Lucien Kahn, que era o Inspetor de Vendas em São Paulo, no setor de bebidas. Senhor já de idade, rechonchudo, cabelos brancos, sempre trabalhando de terno, com sua inseparável gravata borboleta, com seu sorriso simpático e com suas palavras sábias de estímulo aos demais jovens funcionários, mais parecia um dos nossos queridos “avôs” daqueles dos filmes de cinema.

III - Cestas de Natal e Estojos de Luxo

Ah! Não podia me esquecer...

A nossa querida “Indústrias Anexas”, para as festas de final de ano, também produzia as finíssimas cestas de natal (de vime) e os luxuosos estojos (de madeira) com interior forrado de cetim, ambos

recheados de suas bebidas finas, acompanhadas das taças e copos especiais, apropriados para a correta degustação dessas bebidas.

Eram os produtos mais procurados pelas grandes empresas de Piracicaba e São Paulo (capital) para presentear, retribuindo o trabalho, carinho e atenção que durante o ano todo haviam recebido dos seus clientes e colaboradores. Assim sendo, compravam esses brindes da “Indústrias Anexas” e esta, de posse do rol dos agraciados, efetuava as entregas diretamente aos mesmos em suas residências ou locais de trabalho.

Fiquei muito contente quando fui convidado para auxiliar nessas entregas, lá em São Paulo. Topei na hora o convite e me senti mais do que compensado, por ter realizado esses serviços.

Saíamos de Kombi, completamente lotada, do depósito da rua Frederico Steidl, ali no largo do Arouche (Santa Cecília), e tomávamos rumo a um determinado bairro, para entrega.

Entregávamos, casa por casa (e que casas!), os presentes ofertados, e os felizardos destinatários, invariavelmente, nos brindavam com uma boa gratificação.

As vezes que lá estive ajudando nesse mister, os bairros a mim determinados foram o Pacaembu e a zona central de São Paulo. Imaginem o quanto ganhei nesses dias!

Porém, o mais gostoso, disso tudo, era a reunião de todos, “à noitinha”, no Restaurante do Papai, que ficava próximo do depósito, ali na, São João, esquina com a Avenida Duque de Caxias, onde tomávamos um belo jantar oferecido pela empresa.

Mas não era somente a fome e o bom restaurante que me punham contente. Uma paulistana, jovem, morena, de nome Sônia, Auxiliar Administrativa do referido depósito, também participava desses jantares, e, por ela, acabei me apaixonando.

Além do depósito de São Paulo, para as vendas de bebidas, existiam ainda os depósitos de Santos, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife, todos com seus respectivos representantes e vendedores.

3 – Período de 22/04/60 a 01/08/62

O meu primeiro ano de trabalho, a partir de 22 de abril de 1960, foi desenvolvido na função de Faturista e Serviços Correlatos. Ali chegavam, mês a mês, todas as notas fiscais de vendas de rações e de bebidas, dos já mencionados depósitos, para as quais emitíamos as devidas faturas. As duplicatas eram relacionadas em borderôs, e remetidos aos bancos para a respectiva cobrança.

No segundo período de trabalho, entre 1º de maio de 1961 e 31 de julho de 1962, exerci a função de Auxiliar de Contabilidade. Nessa função, efetuava a preparação de toda a documentação contábil da “Indústrias Anexas” para serem remetidas ao Escritório Central em São Paulo, onde eram escrituradas e consolidadas com as contabilidades das outras unidades do Grupo SSB, num balancete mensal, que, por sua vez, depois de datilografado em papel de seda, era enviado à sede desse Grupo na França.

Esses dois anos iniciais foram muito importantes na minha trajetória profissional. Tornaram-se a base e a alavanca que me impulsionaram para uma carreira de vitória, nos 36 anos seguintes.

Foi nesse período que aprendi o verdadeiro significado de vida, trabalho, amizade, harmonia, coleguismo, comunhão de serviços no sentido de coletividade, comportamento, educação, da formação do caráter e personalidade e da responsabilidade. Daí, a consequência de uma maioria plena de luta e labuta, perseverança e destemor.

4 – Amigos e Colegas de Trabalho

No início, eu me deslocava para a “Indústrias Anexas” tomando o bonde em movimento, na curva da esquina da Rua do Rosário com a Rua Campos Sales, em frente de casa, descendo no final dessa linha.

Depois, passei a fazer esse percurso de carona. O Sr. Natalim Bertinato, Chefe do Almojarifado e de Compras, ofereceu-nos, a mim e à senhorita Maria Luiza Viliotti, nossa colega de trabalho, minha vizinha e querida amiga, desde a nossa infância, a sua bondosa

companhia, nas idas e vindas ao nosso local de trabalho, em seu lindo automóvel, um Ford V-8. Prontamente aceitamos e agradecemos, na condição dele também aceitar nossa contribuição para a gasolina.

Mais tarde, comprei uma bela bicicleta e lá ia eu, subindo e descendo a Avenida Rui Barbosa, fazendo alarde de minha perícia, que às vezes, era contestada, quando as rodas se enfiavam nos trilhos do bonde. Dessas, nem sempre me saía bem e, quando levava os tombos, os transeuntes me ovacionavam.

Lembro-me, como se fosse hoje, outra façanha com a minha “magrela”. Um dia, depois de uma dessas gostosas comemorações de funcionários aniversariantes, que fazíamos depois do expediente, dirigi-me um tanto quanto apressado para casa, a fim de não me atrasar para o curso noturno do Colégio “O Piracicabano”. Ao chegar próximo à “ponte do mirante”, sentido Vila Rezende-Cidade, deparei-me com um grande grupo de pessoas que participavam da reinauguração do mirante, depois da bela reforma feita, em toda sua extensão. Ali presentes estavam o Prefeito Municipal, Dr. Salgot Castillon, autoridades, personalidades e convidados. Aquela descida forte, o trânsito fechado, as pessoas ocupando toda a rua, e eu, pilotando com apenas uma das mãos (a outra estava ocupada com uma garrafa do delicioso licor Napoléon), não podia frear. Só podia dar no que deu!

Tive apelar para um pedido de licença, que, na verdade, souu mais como um “sáí da frente”!

Com o susto que levei, acelerei ainda mais a magrela e, sem olhar para trás, só fui parar em casa.

Desculpem-me!

Bem, continuando... No escritório, além do meu amigo João Damatrize, Encarregado do Departamento Pessoal, que foi quem me apresentou como candidato a funcionário essa empresa, lembro-me do Sr. Flávio Daniel, Getente Administrativo, do Sr. Airton, Chefe do Escritório, do Sr. Natalim Bertinato, já citado anteriormente como Encarregado do Almoxarifado e Compras, do Sr. Tarcisio Pedro Libardi, Encarregado de Vendas, do Dr. Cássio Franco Bueno, Inspetor de Vendas – Rações, da Srta. Luzia Payão, do Sr. Renato Galhardo, Encarregado de Distribuição de Produtos, que eram os mais antigos.

Depois dos veteranos, lembramo-nos também dos nossos amigos Abenir Coletti, Encarregado da Contabilidade, e Valdemir A. Pizinatto, Encarregado da Escrita Fiscal. Eu era o Encarregado do Faturamento e Serviços Correlatos. Os senhores Flávio, Tarcisio e Abenir foram transferidos para o Escritório Central de São Paulo para formarem o novo Departamento de Vendas da SSB, que havia se desligado da Copersucar, como associada. E eu, diante dessas transferências, obtive minha primeira promoção, pois passei a assumir as funções do Sr. Abenir.

Entre os mais jovens funcionários do Escritório, estavam os Auxiliares Administrativos, Sr. Cobra, Sr. Gumercindo, Sr. Darryl Tremocoldi e as jovens Maria Luiza Viliotti e Iraides Zanin.

Do setor industrial não é possível esquecer dos funcionários, Sr. "Dide" Bottene, Sr. Ambrozano, Sr. Payão, Sr. Joaquim Esteves e seus dois filhos, Tarcisio e Irineu, o Sr. Moacir Bissi, os nossos grandes craques, Baiano e Vermelho. Na área de transportes, o Sr. José Fusato era o Encarregado, ajudado pelo Sr. José Silveira de Mello (despachos) e Ernesto Voltani (motorista de caminhão). E as jovens Lourdes, Sônia e Cristina, no setor de embalagens de bebidas, davam aquele toque especial no acabamento.

O Depósito Central em São Paulo era comandado pelo Gerente, Sr. Valdemir Luiz Sálvio, auxiliado por um motorista e duas Kombis, mais a auxiliar administrativa, senhorita Sônia, a bela morena.

Por fim, o nosso amigo "Zé Poita". Assim era por nós chamado, devido ao seu jeitão pacato, paciente, gentil e amigo. Mas o José Erller era um competente, e exímio e motorista de confiança da família do Dr. Baudon. Os carros, cuidados por ele, eram dois Simcas, daquele tipo mais luxuoso, o Alvorada ou o Chambord, ambos de duas cores e novíssimos. Um deles, para uso do Dr. Baudon. O outro, cujo motorista era o José, para uso da Madame Baudon e seus dois filhos.

Meus trabalhos, na segunda função, a de Encarregado da Contabilidade, prosseguiram normalmente, como também a rotina de funcionamento de toda a "Indústrias Anexas". Porém, em julho de 1962, fui chamado pelo próprio Dr. Baudon para saber se eu concordava em ser transferido para o Escritório Central, a fim de fazer

parte da nova equipe de Contabilidade que a empresa SSB lá decidira montar.

Topei a oferta e “prá capitá” eu parti, no dia 1º de agosto de 1962! Foi a segunda promoção da minha curta carreira. Fiquei muito feliz com essa oportunidade, porém me preocupava a saudade que poderia ter dos amigos, da família, da nossa “terrinhá” e da própria “Indústrias Anexas”.

5 – Nova fase da minha carreira na SSB – entre 1962 e 1967.

Tudo novo! Tudo novo, mesmo!

O novo e moderno Escritório na Avenida Angélica, a 100 metros das Avenidas Paulista e Consolação; os colegas de trabalho, todos desconhecidos; alguns conhecidos unicamente por telefonemas de trabalho. Somente o Flávio Daniel, o Tarcisio e o Abenir, no Setor de Vendas, e o Dr. Baudon, Diretor de Vendas, eram meus conhecidos, que para lá haviam se transferido, um ano antes.

O Departamento de Contabilidade, onde passei a exercer minhas novas funções, era composto por quase 30 funcionários e o Gerente. O Contador Geral era o Sr. Mário Mosca. Ainda no primeiro escalão do Setor, tínhamos os Sr. Élcio, Sr. Miranda e o Sr. Luiz Mazucatto, todos interioranos: os três primeiros porto-felicenses e o último rafardense.

6 – Transferência para o Escritório Central em São Paulo, mas os contatos com a “Indústrias Anexas” continuaram.

Por sorte, para ficar durante a semana em São Paulo, consegui um lugar no apartamento dos amigos e colegas de trabalho, Abenir Coletti e Tarcisio Pedro Libardi, que tinham sido transferidos para São Paulo dez meses antes do que eu. Ficava ali, entre os bairros Santa Cecília e Arouche – na Rua Dr. Fortunato esquina com a Rua Jaguá-ribe. No mesmo prédio moravam, também, duas famílias piracicabanas, a do nosso amigo Valdimir Luiz Sálvio, chefe do depósito de

bebidas em São Paulo, da “Anexas”, e a do Sr. Galesi, que trabalhava em outra empresa, no segundo e quarto andar, respectivamente.

Depois do trabalho, quase que toda noite, enquanto o Tarcísio ia à escola, para concluir o seu curso de contabilidade e vendas, o Abenir e eu descíamos para um dos apartamentos para jogar “buraço”, regado com pipoca e um cafezinho, feitos por suas gentis esposas, e assistir televisão, que ainda para nós era uma interessante novidade.

Mas, ainda que longe, não deixei de manter os contatos com a “Indústrias Anexas”, pois, além dos serviços contábeis relativos às Usinas, era também o responsável pela contabilidade dessa minha inesquecível indústria. Tinha muita experiência com a “Indústrias Anexas” e todas as suas atividades.

Mesmo com todos outros diversos serviços contábeis, relativos a outras unidades de produção de açúcar e álcool, que eu também exercia, o acompanhamento, a contabilização, o fechamento e os balancetes mensais, da “Indústrias Anexas”, até o encerramento do exercício fisco-contábil, com a elaboração do Balanço Anual de “lucros e perdas”, era tarefa de minha responsabilidade, por ordem de meus superiores.

E agora, vamos à lição de casa? Tam, tam, tam, tam!

Abro aqui um parêntesis para colocar uma dúvida que tinha a respeito desse tal Exercícios Contábeis, adotados pela SSB.

Iniciava-se em 1º de junho de cada ano com a safra, que se estendia até o final de dezembro, e com a entressafra, que se iniciava em janeiro do ano seguinte e se estendia até o dia 31 de maio, abrangendo, portanto, o período de 1º de junho de um ano até 31 de maio do ano seguinte.

Mas aí, ficava a pergunta: O que vem primeiro? O que vem depois? A safra ou a entressafra? E aí, José?!

Relativamente à “Indústrias Anexas”, essa questão não trazia qualquer problema, por que o seu sistema produtivo era contínuo. Já com relação às usinas, sim, mesmo por que a SSB não separava, em empresas diferentes, o setor industrial do setor agrícola. Era uma só empresa, uma só razão social. Além disso, a produção de açúcar e álcool era interrompida em dezembro.

Por conseguinte, outras dúvidas mais apareciam.

Primeiramente, na entressafra, de janeiro a maio, todas as atividades executadas de reforma, manutenção e conservação tinham a finalidade de deixarem as usinas prontas para a próxima safra?

Mas, por outro lado, todo o trabalho acima dito não era executado para reparar o desgaste provocado pela safra anterior, nas moinhas, caldeiras e demais maquinarias da usina, no setor de tratores e veículos e na conservação das estradas do setor agrícola?

E, como seriam transferidos os custos da entressafra, que finalizava em maio, para o próximo exercício contábil, que se iniciava em junho, considerando o entendimento da primeira pergunta acima?

E a tradicional identificação que a usina aplicava para determinar a safra de produção de cada saca de açúcar, por exemplo, a safra 2006/07, não estaria praticamente insinuando que os custos da entressafra de 2007 seriam despesas do açúcar produzido em 2006? E assim, nos indicando também que esses custos foram praticados por conta de um reparo do desgaste dos equipamentos indústrias da safra anterior e não como preparação da usina para a próxima safra?

Bem... Deixa pra lá!

Era muita petulância da minha parte, sendo um calouro na profissão e função, incomodar meus superiores hierárquicos com essa questão. Mesmo por que, alguns anos depois, o período dos exercícios fiscais da SSB foram alterados para o período de 1º de janeiro à 31 de dezembro, acompanhando assim o nosso calendário.

Deixemos a critério de cada um a conclusão da lição de casa e voltemos ao tema deste capítulo.

Em São Paulo, após os encerramentos normais dos trabalhos, em 31 de maio de cada final de exercício, eu voltava todo contente e orgulhoso para Piracicaba e ficava aproximadamente 15 dias trabalhando na “Indústrias Anexas”, para o fechamento do Balanço de Apuração de Lucros e Perdas dessa unidade fabril. Em seguida, levava os resultados de volta a São Paulo para a devida participação com as demais unidades do Grupo e consolidação geral.

Nessa ocasião, aproveitava para matar a saudade dos meus amigos e colegas de trabalho, que aqui deixei em 1962, e lógico, dos nossos familiares e demais amigos da nossa querida Noiva da Colina.

Outros contatos aconteciam nas voltas, às sextas feiras, à “terrinha”, para passarmos o fim de semana, quando pegávamos caronas, ora com o “Zé Poita”, ora com o próprio Dr. Baudon, e, outras vezes, com o “Bolero”.

Com o Zé, voltávamos de Simca para Piracicaba e, quase sempre, parávamos no Frango Assado de Louveira, na Rodovia Anhanguera, para jantarmos. Ele saía de Piracicaba sexta-feira, à tarde, para levar a família do Dr. Baudon, a São Vicente para o fim de semana na praia e, na volta, passava pelo Escritório de São Paulo para nos pegar; com o Dr. Baudon, também de Simca, o fim de semana, em vez de ir a praia, voltava para casa em Piracicaba; com “Bolero”, quando se dirigia ao Setor de Vendas – São Paulo para tratar de assunto de seus trabalhos. Voltávamos em sua bonita Kombi, toda decorada com propagandas das bebidas, e, também, parávamos no Frango Assado para um rápido lanche.

Naquele tempo, ainda não haviam sido construídas as Rodovias dos Bandeirantes e Castelo Branco. A partir da saída de Itu para Piracicaba, as pistas de rodagem eram precárias e não existia ainda a Rodovia do Açúcar Comendador Mário Dedini.

Quando não tínhamos caronas, íamos de ônibus da Viação Piracicabana, passando por Americana e Santa Bárbara d’Oeste, até o ponto final, em sua agência, ao lado da Catedral de Sanro Antônio.

Essa fase de São Paulo foi muito importante para as etapas seguintes da minha carreira profissional no setor sucroalcooleiro. Foi uma verdadeira “faculdade” preparatória para as funções seguintes, que passei a exercer na SSB.

7 – Modificações estruturais na SSB, a partir de 1966.

Até o final do ano de 1965, na mesma função, continuava em São Paulo. Assim, todo final de exercício, por volta do dia 1º de junho de cada ano, vinha eu a Piracicaba, por 15 dias, encerrar o Balanço da “Indústrias Anexas”.

Contudo algumas ocorrências e movimentações me diziam que novidades estavam para acontecer na estrutura e na organização da empresa.

E como previra, as novidades aconteceram.

O primeiro passo foi dado ainda em 1966. Estava chegando de Paris o Dr. Felipe Burgard, designado pelo Conselho de Acionistas da França, para substituir o Dr. Gerard Valentin no cargo de Gerente Geral no Brasil, da "Société de Sucreries Brésiliennes".

Uma das primeiras atitudes do Dr. Burgard foi restabelecer o contato imediato da Administração Central com as unidades de produção do interior de São Paulo e do Rio de Janeiro. Ainda sem tocar na área Industrial e Agrícola, já que estávamos em início de safra, designou, como Gerente Administrativo das Usinas de Piracicaba, Rarard e Porto Feliz, o Sr. Élcio Corrêa de Moraes, proveniente do Setor de Contabilidade de São Paulo e natural de Porto Feliz.

Em seguida, o Dr. Burgard determinou que todos os serviços contábeis, desenvolvidos no Escritório Central, fossem efetuados nas próprias unidades acima citadas. Mas providenciou que essa passagem fosse executada e acompanhada de todo o necessário suporte técnico moderno para o devido enfrentamento das novas fases de revoluções industriais e administrativas que estavam surgindo, principalmente na área de informática.

8 – Novas funções, a partir de 01/06/67

A Usina Piracicaba, mais carinhosamente chamado por nós de "Engenho Central", foi escolhida para ser a primeira unidade a desenvolver o novo sistema. Esse sistema seria posto em prática por um novo Chefe de Contabilidade a ser escolhido e coordenado pelo Sr. Élcio, Gerente Administrativo das usinas.

Por uma dessas raras felicidades, fui escolhido e, em 1º de junho de 1967, já estava assumindo a função. Tudo foi acontecendo rapidamente porque, infelizmente, o Contador anterior, o Sr. Galani, estava há tempo afastado por doença e acabou se aposentando.

A nova função teve início ao mesmo tempo em que começavam as safras 1967/68 nas usinas e assim não pude me deslocar para a “Indústrias Anexas”.

Após alguns problemas iniciais, típicos de uma mudança desse porte, já havia definido os planos de pessoal dos operadores das máquinas Fridden, importados da Holanda, e preparado os lançamentos contábeis, os auxiliares e o Chefe da Equipe. Essas máquinas, mecanográficas, eram para nós o protótipo dos futuros computadores.

Tínhamos também pronto o local próprio, exigido para a instalação dessas máquinas, uma sala especial anexa ao Escritório Geral.

Já havíamos também programado, com a chefia das Usinas de Rafard e de Porto Feliz, a vinda, para treinamento em Piracicaba dos funcionários operadores e preparadores.

Além disso, restava aguardar a chegada das máquinas importadas e executar o objetivo primordial: compor o quadro de funcionários da contabilidade, uma vez que muitos deles estavam prestando serviços aos outros setores.

Para aliviar, nosso Gerente Administrativo das Usinas, o Sr. Élcio, um ótimo profissional, que eu conhecera no Escritório Central São Paulo, no Setor de Contabilidade, determinava-me outra incumbência: receber outro funcionário do Escritório São Paulo, arranjar uma residência para alojá-lo, como também assessorá-lo e acompanhá-lo no seu estágio de um ano, na Usina Piracicaba, para depois ocupar o cargo de Chefe de Escritório, na Usina de Rafard.

9 – A sentida distância da “Indústrias Anexas”

E eu, que gostava tanto de ajudar com meu trabalho aquela pequena-grande indústria...

Mas, ainda assim, restava o consôlo de, nos contatos com meus amigos, lá da Rua Conde do Pinhal, 116, saber como ela estava passando.

E, assim, fiquei sabendo, no período de 1967/68, de mais uma determinação da alta cúpula da empresa, por intermédio do Representante Geral no Brasil: a nacionalização e a respectiva denominação social da ex-"Société de Sucreries Brésiliennes", que passou a ser Usinas Brasileiras de Açúcar S.A., sendo muito conhecida pela sigla Ubas. Mas essa nova razão social abrangia apenas as Usinas e sua sede no Brasil, em São Paulo.

A nossa querida "Indústrias Anexas" recebera uma nova denominação social, diferente das usinas, ou seja, Indústrias de Produtos Alimentícios Água Vermelha Ltda. Ela, com seu novo nome pomposo, continuou funcionando normalmente e eu voltei a executar, a pedido do Gerente Administrativo, o encerramento contábil financeiro fiscal do Exercício 1967.

Foi nesse período que percebi a dificuldade da "Indústrias Anexas" para manter o "status" anterior, como uma das melhores fabricantes de rações e bebidas, em vendas, na região de Campinas e em todo o Brasil.

Numa tentativa de alavancagem das vendas de rações, resolveram ajustar uma parceria com a Provime, uma grande empresa produtora de rações e insumos. Melhoraram a qualidade, fazendo entrar na sua antiga composição muitos ingredientes secundários, e mudaram os nomes das antigas marcas. Em contrapartida, os preços aumentaram e os tradicionais clientes reduziram suas compras.

Por outro lado, as bebidas passaram a enfrentar uma intensa concorrência, muito mais pelo aparecimento de uma quantidade enorme de outras novas marcas, geralmente puxados por produtos de primeiro combate e mais ao gosto popular. Principalmente no caso das bebidas, somente uma dose mais forte e agressiva de propaganda poderia recuperar o setor.

Independente dessas circunstâncias temporais, havia um pensamento de uma parte dos acionistas em não mais estabelecer metas de investimentos para os outros setores produtivos do grupo, diversos do principal – o açúcar e o álcool, e a cana de açúcar – mesmo que fossem secundários e derivados, como no caso da "Indústrias Anexas".

10 – Venda das ações do Grupo Francês, após 85 anos de vida e fundação.

Em 1968, depois da nacionalização e uma certa decadência da “Indústrias Anexas”, outra novidade ocorreu e nos deixou surpresos.

Após 85 anos de atividades, o Grupo SSB, depois Ubasa, vendia o seu controle acionário para o Grupo Deltec. Esse Grupo tinha, entre suas diversas empresas, a Swift, que passou a administrar as usinas de Piracicaba, Rafard e Porto Feliz. Não ficamos sabendo se a “Indústrias Anexas” e as Usinas de Tocos (Paraíso) e Cupim, de Campos – Rio de Janeiro, foram envolvidas nas negociações ou não.

Novamente, sem querer, mas por força dessas novas circunstâncias, passei a ficar distante do andamento da nossa estimada “Indústrias Anexas”. E passei, também, a sentir uma sensação estranha de que os tempos finais de sua existência estavam chegando.

Essa nova fase trouxe-nos preocupações quanto ao futuro das Usinas, quanto ao volume de trabalhos, inclusive à noite, quanto ao próprio trabalho, uma vez que tínhamos iniciado com um sistema contábil e o pessoal da Swift havia determinado outro.

Mesmo com todo esse movimento, não houve nenhuma demissão, nem sequer atingindo o alto escalão. Assim, fui trabalhando na tentativa de sanar os percalços instalados, acomodando-os todos em seus devidos lugares. Além disso, passei a executar as minhas funções na forma como deveriam ser desenvolvidas e como um correto profissional o faz nessas ocasiões, em que as complicações surgem, apenas por culpa da pressa e pelo exíguo tempo de trabalho. Isto é, empenhando-me para evitar mais complicações e colaborando para que o desfecho acontecesse dentro do esperado.

Mas, percebia que algum problema ainda estava presente, principalmente no meu relacionamento direto com o Sr. Ivo, da Swift. Descobri, com meus leais companheiros de Piracicaba e também de Rafard, que um funcionário de Porto Feliz, ex-colega de trabalho de São Paulo, estava informando o Sr. Ivo que o Gerente das Usinas, o

Sr. Élcio, e eu estávamos sabotando os trabalhos durante aquela fase difícil que passamos, acima descrita.

Com o Sr. Élcio ausente e percebendo o meu estado de espírito diante tamanha mentira e traição, no intuito de, talvez ganhar algum benefício na nova empresa que surgia, foi o Dr. Geraldo Quartim Barbosa quem me sugeriu conversar a sós com o Sr. Ivo. Foi o que fiz, logo em seguida, numa noite de trabalho no Escritório do “Engenho Central”. No dia seguinte, também à noitinha, veio de São Paulo o Sr. Carrasco, diretor da nova empresa para conversarmos. Informou-nos que já havia conversado com o Sr. Élcio a respeito e havia solicitado o retorno do funcionário envolvido à sua usina de origem, ou seja, Porto Feliz, e que, da minha parte, continuasse mostrando a mesma performance nos trabalhos que vínhamos apresentando até então. Daí para frente, tudo transcorreu normalmente.

Quanto ao Dr. Geraldo Quartim Barbosa, foi o Diretor Responsável nomeado pela empresa para lançar o grande empreendimento imobiliário Terras do Engenho, com a denominação de Nova Piracicaba, propiciando a Piracicaba um grande crescimento urbano na área da antiga fazenda de cana-de-açúcar, denominada Areão, onde também existia, ainda em atividade, a olaria da Usina que fabricava aqueles típicos grandes tijolos. Tornou-se, com o tempo, esse belíssimo bairro de Piracicaba, a Nova Piracicaba.

No início, o escritório dessa imobiliária esteve instalado num prédio dentro do perímetro industrial do “Engenho Central”, onde hoje funciona o Posto da Polícia Florestal. Depois, parece-me, ocupou uma linda casa, onde antes morara o Dr. Jean Paul Baudon, de quem muito falamos em capítulos anteriores, também de propriedade do “Engenho Central”, da Empresa Ubasá. Toda sua movimentação contábil era lançada na contabilidade da Usina Piracicaba. E no controle desses escritórios, apensos provisoriamente à contabilidade da empresa, pela sua competência, outro grande profissional, o contador Antenor Camossi, de nossa cidade.

11 – Novas mudanças no Controle Acionário da Ubasa, em 1969.

Ante todo o ocorrido no ano de 1968, não duvidávamos de que, a qualquer momento, novas mudanças poderiam acontecer. Essa fase, até então vivida, nos parecia mesmo, ser provisória.

E tal previsão atingiu novamente as nossas plagas, porém de forma mais clara, a ponto de dar também novas esperanças.

O Grupo Silva Gordo, do famoso e moderno, para a época, Banco Português do Brasil S.A., tendo como patriarca da família, o Dr. José Adolpho da Silva Gordo, banqueiro e ex-Secretário da Fazenda durante o governo paulista de Adhemar de Barros, adquiriu o controle acionário da Ubasa, inclusive a “Indústrias Anexas”. O mesmo Dr. José Adolpho, que já havia adquirido a Refinadora Paulista S.A., juntamente com a Usina Monte Alegre, de Piracicaba, Usina Tamoio, de Araraquara, Fábrica de Papel e Celulose de Monte Alegre de Piracicaba, Fazenda Guatapará, da cidade de Américo Brasiliense, (SP), onde estava sendo construída uma nova e grande fábrica de celulose.

Não bastasse esse magnífico quadro futuro, também chegou a informação, de que um dos filhos do Dr. Silva Gordo, diretor do Grupo, mais conhecido carinhosamente pelos familiares como Adolphinho, passaria a dedicar-se à área de Assistência Social do Grupo e, em especial, da “Indústrias Anexas”.

Tudo isso aconteceu no transcorrer de 1969, ano em que aproveitando a bonança que se instaurou em nosso meio, decidi concretizar o meu casamento, com minha querida Teresinha Gioconda Brunelli. O noivado se deu em 31 de dezembro de 1968 e o casamento em 19 de abril de 1969.

Eu, que continuava no meu trabalho intenso no “Engenho Central”, contente, agora, com essas boas novas, passei a considerar que a recuperação da então “Águia Vermelha” poderia de fato, se efetivar.

12 – Estruturação e Organização do Grupo Silva Gordo.

No decorrer de 1969, bem como no primeiro semestre de 1970, o novo Grupo efetuou as mudanças estruturais e organizacionais em todas suas empresas e unidades industriais.

Em 1º de agosto de 1970, passei a exercer o cargo de Chefe de Escritório da Usina Piracicaba e o Sr. Dovílio Camolesi ocupou o cargo deixado por mim, o de Encarregado da Contabilidade.

Em 1º de janeiro de 1971, a empresa marcou uma reunião com todos os funcionários que passaram a fazer parte do novo “staff” das empresas e suas unidades, incluídos no novo organograma, no Salão Nobre da matriz do Banco Português do Brasil S.A., na Avenida Paulista, em São Paulo, para receberem o diploma com os novos títulos e cargos.

A partir desse dia, passei a exercer a função de Gerente Administrativo da Usina de Piracicaba, o famoso “Engenho Central”.

Receberam, também seus respectivos diplomas, os senhores Dr. Jorge Alberto Montoya Gómez, Gerente Agrícola, Dr. Antônio Gilberto Marchesoni, Gerente Industrial, Dr. Camilo Benigno Tavares Lellis, Gerente do Departamento Jurídico e Dovílio Camolesi, Encarregado da Contabilidade, formando a equipe dirigente do “Engenho Central”. O Dr. Camilo acumulava a mesma função, na Usina Monte Alegre.

A “Indústrias Anexas”, digo, “Águia Vermelha”, continuava com as suas atividades normalmente. Nenhum fato, que levasse a crer, naquela previsão de recuperação foi vislumbrado.

13 – Novos sinais de Encerramento – Fase de Expectativas.

Durante algum tempo, as dependências da “Indústrias Anexas” começou a abrigar tratores, máquinas e implementos agrícolas das usinas do Grupo Silva Gordo. Essa informação soava mais como se fosse o fim dos tempos, daquela por mim considerada a pequena-grande-indústria.

Essa mesma informação fez-me pensar que também o querido “Engenho Central” estaria vivendo numa fase de encerramento de atividades, pois como seriam realizadas as próximas safras sem os necessários equipamentos agrícolas? E esses equipamentos não estavam no local para a tradicional manutenção de entressafra. A meu ver, seriam vendidos ou objetos de um grande leilão.

E, ao “Engenho Central”, com o crescimento da região em seu redor de forma espetacular, estava fadado a encerrar suas atividades ou a mudar-se para fora da Zona Urbana.

14 – Encerramento das atividades das “Indústrias Anexas” (“Águia Vermelha”) e do “Engenho Central”.

E isso aconteceu...

Não havia qualquer indício de atividade produtiva pelas bandas da “Indústrias Anexas” e, em finais de 1972, soubemos que o “Engenho Central” estava terminando sua última safra.

Por conta de um processo de venda do controle acionário das Empresas do Grupo Silva Gordo, possivelmente concretizado em novembro de 1972, as usinas originárias do Grupo “SSB-Ubasa” passaram às mãos de um novo grupo, mediante as seguintes condições:

1. O grupo comprador assumiria o vultoso financiamento que o Grupo Silva Gordo realizou com o Banco do Brasil S.A., com o aval do Instituto do Açúcar e do Alcool/IAA.
2. O grupo comprador, nascido de um consenso formado e aprovado entre o Banco do Brasil, IAA e Copersucar, ficaria responsável pela liquidação do restante do financiamento então existente.
3. O grupo comprador era formado por 48 usinas de açúcar e álcool associadas à Copersucar, com o nome de União São Paulo S.A. – Agricultura, Indústria e Comércio.
4. Esse grupo comprador, como pagamento, entregava às mãos do Grupo Silva Gordo a Usina Piracicaba, acompanhada de todas as suas propriedades agrícolas, a “Indústrias Anexas” e suas terras, as residências do Engenho, que faziam

parte do Parque Industrial, e toda a frota de veículos e tratores das Usinas de Rafard, Porto Feliz e também Piracicaba.

5. A posse efetiva por parte da União São Paulo dar-se-ia no ato da assinatura e registro, que ocorreu em 9 de março de 1973, assumindo, assim, as Usinas de Rafard e Porto Feliz e toda a área agrícola de ambas as usinas.

Mais do que nunca, as impressões que habitaram a minha mente naqueles anos, se tornaram realidades.

O Engenho Central, em fins de 1972, realizou sua última safra (safra 1972/73), estabelecendo um recorde em sua produção de açúcar, a maior de todos os tempos de sua existência quase centenária, ou seja, 742.186 sacas de açúcar de 60 quilos.

Justamente nos últimos anos, quando a parte industrial deixou de ser provida por investimentos, manutenções e reformas necessárias, sucateado e enfermo, o “Engenho Central” deu mostra de sua bravura, deixando um grande legado a todos nós, alcançando essa marca histórica.

A “Indústrias Anexas”, no seu final de vida, nos deixou muito mais tristes. A sua morte foi mais solitária e anônima. À sua volta, em sua agonia, pouco daqueles que durante anos e anos lutaram juntos estavam presentes, inclusive o autor deste artigo.

O “Engenho Central” deu seus últimos suspiros, acompanhado de todos os seus leais servidores e atingiu o ponto de chegada com um esplêndido recorde. Além disso, ressuscitou e ganhou vida nova, sendo admirado e respeitado como Patrimônio Histórico e Cultural, considerado o segundo mais belo local desta nossa Noiva da Colina, por sua própria população, abrigando, atualmente “em seu seio” a sede da Secretaria Municipal de Ação Cultural e o Posto de Polícia Florestal, o Internacional “Salão de Humor”, o espetáculo “Paixão de Cristo”, a tradicional “Festa das Nações”, exposições, eventos, shows, etc.

A “Indústrias Anexas” nem podia ter a mesma sorte em relação à sua construção, nem com relação aos eventos, nem com relação à sua localização, pois somente restaram, após sua morte, alguns galpões que abrigavam as áreas de fabricação de rações e bebidas, bem escondidinhos entre o Shopping Piracicaba, a concessionária Peugeot (antes a Fortrac), a Igreja do Nazareno (antes a Ford), a Massey Fer-

guson Tratores e aos fundos, noutro lado da rua, o grande Prédio da Dedini, a Covadis e outros.

Nem mais seu endereço seria o mesmo, pois se a Avenida Conde do Pinhal ainda existe, hoje à frente de seus despojos, passa a Avenida Limeira.

Adeus “Indústrias Anexas”. Adeus Indústria de Produtos Alimentícios “Águia Vermelha” Ltda.

15 – Considerações Finais.

Durante dois ou três meses, continuei meus trabalhos no Engenho Central, começando a pensar nos planos de encerramento final que iriam demandar tempo, e que exigiria os esforços de alguns funcionários.

Ao mesmo tempo, eu procurava uma outra opção de emprego, uma vez que já tinha 2 filhos, a Luciana, com dois anos, e o Flávio, com 8 meses, mercedores da nossa melhor atenção e carinho.

Foi então que em, meados de 1973, começaram a surgir hipóteses, ainda não oficiais, de me transferir para a Usina Monre Alegre ou para a Usina Tamoio, em Araraquara. Maior probabilidade para esta última, onde o meu amigo Geraldo José Michelotti ocupava o cargo de Gerente Administrativo, aquele funcionário da SSB de São Paulo que veio estagiar na Usina Piracicaba antes de passar para a Usina de Rafard. Ele estava precisando de um contador para aquela Usina. Era uma ótima perspectiva.

Nesse meio tempo, recebi uma proposta, esta sim oficial, diretamente de um dos diretores da nova empresa União São Paulo S.A. – Agricultura, Indústria e Comércio, o sempre lembrado e estimado Alcides Brunelli, que no grupo representava as Usinas Santo Antônio e Modelo, de Piracicaba, como acionistas.

Entre uma empresa, a União São Paulo S.A., que estava começando uma empreitada de recuperação das Usinas de Rafard e Porto Feliz, forte na sua composição acionária, com muito trabalho de organização, estruturação e formação de pessoal e equipes principalmente no setor administrativo, um novo desafio, e outra, a empresa

da Grupo Silva Gordo, que começava dar mostras de declínio, como também já tinha dado mostras do seu modo de condução administrativa, e ainda mais, dos seus objetivos e interesses em relação às suas propriedades industriais e agrícolas, considerando-os mais como bens imobiliários e vendáveis do que propriamente Indústrias do Setor Suro/Alcooleiro e Canavieiro, cheguei a conclusão que deveria optar pela Usina Rafard.

No dia 16 de julho de 1973, fui a São Paulo comunicar minha intenção ao sub-diretor administrativo, que lamentou não ter ainda nenhuma concretização dos planos de aproveitamento no quadro de colaboradores, naquele exato momento, mesmo sendo forte a tendência de me transferir para Araraquara. Assim, pedi demissão com a dispensa do aviso prévio, independente de qualquer perda, e no dia seguinte, 17 de julho, já estava de partida para a cidade de Rafard.

Nessa empresa, contribuí com meus trabalhos por longos 25 anos, desligando-me dela, por achar ter a minha missão cumprida, em 17 de agosto de 1998. Foram 25 anos que somados aos outros 15 anos anteriores, me deram 40 anos de vida e carreira profissional de extrema valia e orgulho para mim.

Quanto aos 25 anos da Usina Rafard... Bem, essa é uma outra história!

Printfit
SOLUÇÕES

(19) 3372-6000

www.printfit.com.br



IHGP - Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba
Rua do Rosário, 781 - 2º piso
13400-183 - Piracicaba - SP - Brasil
(19) 3434-8811
www.ihgp.org.br



PIRACICABA
Prefeitura do Município

ISSN 0103946-2

